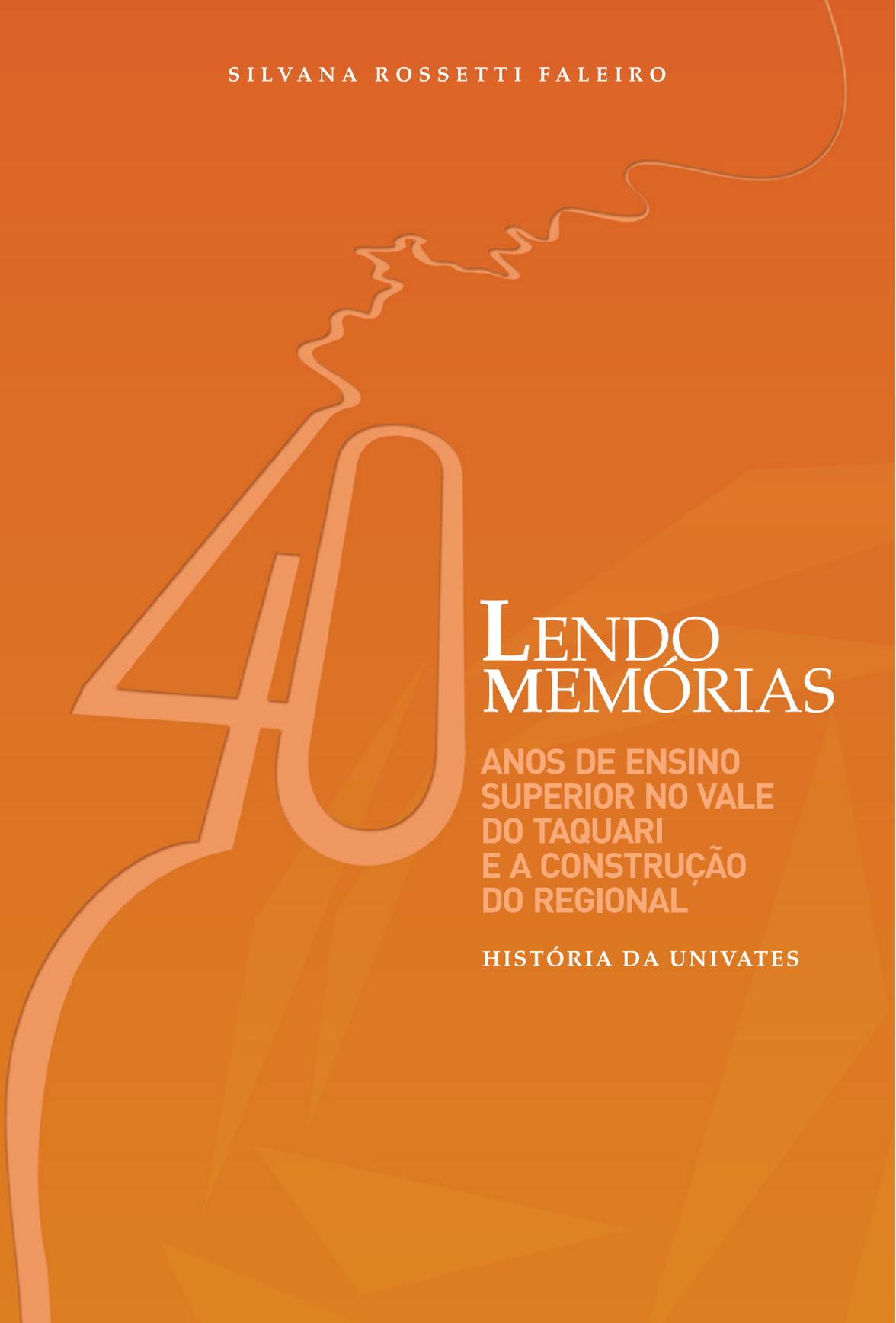


SILVANA ROSSETTI FALEIRO



# LENDO MEMÓRIAS

ANOS DE ENSINO  
SUPERIOR NO VALE  
DO TAQUARI  
E A CONSTRUÇÃO  
DO REGIONAL

HISTÓRIA DA UNIVATES

**Silvana Rossetti Faleiro**

**Lendo memórias:  
40 anos de Ensino Superior no Vale  
do Taquari e a construção do regional  
– História da Univates**

**1ª edição**



**Lajeado, julho de 2009**



**UNIVATES**

**Centro Universitário UNIVATES**

Reitor: Prof. Ney José Lazzari

Pró-Reitor de Ensino: Prof. Carlos Candido da Silva Cyrne

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Prof. Claus Haetinger

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Prof. João Carlos Britto

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Oto Moerschbaeher

**Projeto Memória Univates**

**Coordenador Geral:** Prof. Ms. Roque Danilo Bersch

**Coordenadora Técnica:** Prof<sup>ª</sup>. Ms. Silvana Rossetti Faleiro

**Bolsista:** Cristiane Secchi (2006/B – 2008/A)

**Pesquisador:** Fabrício Agostinho Bagatini – Licenciado em História (2008/B – 2009/A)

---

F1871 Faleiro, Silvana Rossetti

Lendo memórias: 40 anos de Ensino Superior no Vale do Taquari e a construção do regional – História da Univates / Silvana Rossetti Faleiro. – Lajeado: Ed. da Univates, 2009.  
304 p.: il.

ISBN 978-85-98611-66-2

1. Ensino superior – Univates - História 2. Univates I.Título

CDU: 378.4(816.5)Univates

---

Ficha catalográfica elaborada por: Maristela Hilgemann Mendel CRB 10-14/59



Coordenação: Ivete Maria Hammes

Editoração: Paulo Alexandre Fritsch e Mirtô Beatriz Vilanova Gonçalves

Capa: Rodrigo Brod (Dobro Comunicação)

Revisão Lingüística: Veranice Zen

Revisão Final: Ivete Maria Hammes

**Conselho Editorial da Univates Editora**

**Titulares**

Júlia Elisabete Barden

Glauco Schultz

Beatris Chemin

Jane Mazzarino

Giselda Veronice Hahn

Simone Morelo Dal Bosco

Ieda Maria Giongo

Ana Cecília Togni

**Suplentes**

Cristina Dai Prá Martens

Ari Künzel

Pablo Rodrigo Alflen da Silva

Magali T. Quevedo Grave

Luciana Carvalho Fernandes

Hélio Dorneles Etchepare

Augusto Alves

Avenida Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário

Cx. Postal 155 - CEP 95900-000, Lajeado - RS, Brasil

Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

E-mail [editora@univates.br](mailto:editora@univates.br) / <http://www.univates.br/editora>

Tiragem: 1.000 exemplares

© Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - FUVATES

Ele [o historiador] é, por definição, o estrangeiro que pensa um outro no tempo [...]. O fato de apresentar os resultados obtidos como “versões” não pressupõe o livre curso da invenção, pois a imaginação criadora do historiador permaneceu ligada às fontes, ao método e ao seu universo conceitual (Pesavento, 2000, p. 226, 231-2).



## Prefácio

Os homens eram minoria. O público feminino dominava o amplo salão do terceiro andar do Colégio São José, em março de 1969. Para muitos, era a chance de deixar os tempos de docência a *título precário* para trás e obter graduação no ensino superior. O trabalho, o casamento, a família, a segurança profissional, enfim, poderiam ser alcançados em Lajeado. Eram os primeiros passos do Curso de Letras na cidade e, mais do que isso, de uma instituição universitária no Vale do Taquari.

Foi justamente com o objetivo de analisar a história do ensino superior na região que a professora e historiadora Silvana Rossetti Faleiro desenvolveu a pesquisa intitulada “Lendo memórias: 40 anos de Ensino Superior no Vale do Taquari e a construção do regional – História da Univates”. Ao longo das páginas que compõem a obra, é possível verificar o minucioso trabalho da autora para contextualizar cada momento da trajetória do ensino superior no Vale e do Centro Universitário Univates, em particular, no decorrer do tempo: desde a concepção e criação da Associação Pró-Ensino Universitário no Alto Taquari (APEAUT) nos anos 1960 e 70, passando pelos difíceis caminhos da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) a partir de 1972, até o surgimento e expansão da Univates na segunda metade da década de 1990. Paralelo ao exame do processo histórico de cada um desses cenários, o estudo desenvolvido por Faleiro também revela a lenta e gradual construção da identidade regional no Vale do Taquari e o papel que a instituição de ensino superior aqui estudada desempenhou nesse aspecto.

Para tanto, com a intenção de não concentrar a análise apenas na versão institucional e, portanto, oficial sobre o tema, importa salientar que a autora fez uso das mais variadas fontes de pesquisa, algo que

contribuiu para dotar o livro de múltiplas falas e interpretações. Por meio de imagens, documentos escritos e depoimentos, foi possível reunir a perspectiva do grupo docente e discente, dos funcionários e dirigentes da Instituição, dos representantes da entidade mantenedora e de membros da comunidade regional num texto que contou com referenciais teóricos e metodológicos voltados à análise da história e à apreensão da memória. A esse respeito convém salientar o uso da história oral, uma técnica de pesquisa que dotou o livro de detalhes, informações, eventos e pontos de vista que remetem o leitor ao cotidiano dos debates e angústias de cada cenário da história do ensino superior e da identidade regional examinadas. A aparente dimensão regional que o estudo aqui apresentado poderia revelar é logo desfeita quando se percebe que a autora tratou de contextualizar as diferentes fases dos 40 anos de ensino superior no Vale do Taquari a partir de aspectos da conjuntura nacional, com as políticas públicas federais para a educação, e da conjuntura regional, entre eles as disputas micropolíticas locais, as definições da gestão interna da Instituição e os anseios da comunidade.

Por fim, é importante acrescentar que o estudo elaborado por Silvana Rossetti Faleiro contribui não apenas para a compreensão do papel que o ensino superior teve na história e na formação da identidade regional do Vale do Taquari, como também acrescenta informações e análises sobre a própria região, cujas lacunas de dados têm sido progressivamente preenchidas por pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento, especialmente a História. Sem a pretensão de construir verdades e de publicar uma narrativa definitiva sobre o tema, o livro aqui apresentado disponibiliza ao leitor aquilo que a História tem de mais precioso para oferecer: um olhar sobre o tempo; uma interpretação sobre as representações simbólicas da memória.

Prof. Ms. Mateus Dalmáz

Historiador, professor do Curso de História da Univates

## Lista de abreviaturas<sup>3</sup>

AAII – Assessoria de Assuntos Interinstitucionais e Internacionais

ACIL – Associação Comercial e Industrial de Lajeado

ACIRS – Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul

ADOF – Associação dos Docentes da FUVATES

AEAM – Associação dos Ex-Alunos Maristas<sup>4</sup>

AFFES – Associação dos Funcionários da FUVATES

AG – Assembleia Geral

AGs – Assembleias Gerais

AG/FATES – Assembleia Geral da FATES

AGE – Assembleia Geral Extraordinária

AGO – Assembleia Geral Ordinária

AMTURVALES – Associação dos Municípios de Turismo no Vale do Taquari

AMVAT – Associação dos Municípios do Vale do Taquari

APESC – Associação Pró-Ensino Superior em Santa Cruz do Sul

---

<sup>3</sup> A grafia das abreviaturas foi mantida na sua forma original, conforme consta no documento em que apareceu.

<sup>4</sup> Também chamada de Associação dos Antigos Alunos Maristas de Lajeado.

APEUAT – Associação Pró-Ensino Universitário no Alto Taquari

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BDR – Banco de Dados Regional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CCHJ – Centro de Ciências Humanas e Jurídicas

CD – Conselho Diretor

CD/FATES – Conselho Diretor da FATES

CEDOC/UCS – Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul

CELE – Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras

CETAE – Centro de Treinamento e Avaliação Esportiva

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEP – Comissão de Expansão Permanente

Cfe. – Conforme

CFE – Conselho Federal de Educação

CGO – Centro de Gestão Organizacional

CI – Comissão de Implantação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CMDPU – Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates

CODEPs – Conselhos Departamentais

CODEVAT – Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari

CONEPE – Conselho de Ensino e Pesquisa

COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento

CONSUN – Conselho Universitário

CPD – Centro de Processamento de Dados

CPM – Círculo de Pais e Mestres [do CSJ]

CRE – Conselho Regional de Educação

CREDUC – Crédito Educativo

CSJ – Colégio São José

CSAA – Conselho Superior Acadêmico e Administrativo

DA – Diretório Acadêmico

DAs – Diretórios Acadêmicos

DCE – Diretório Central de Estudantes

DCI – Diretório Central Integrado

DE – Delegacia de Educação

ENEC – Exame Nacional de Cursos

ERM – Escritório de Relações com o Mercado

FACEAT – Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari

FAGAAM – Federação Gaúcha dos Ex-Alunos Maristas

FAPES – Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior

FATERCO – Fundação Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo

FATES – Fundação Alto Taquari de Ensino Superior

FAURGS – Fundação de Apoio à Universidade (Federal) do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FECLAT – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto Taquari

FELAT – Faculdade de Educação e Letras do Alto Taquari

FEMES – Fundação Estrela da Manhã de Ensino Superior

FISC – Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul

FUVATES – Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social

GEL – Grupo de Estudos de Línguas

GELL – Grupo de Estudos de Línguas e Literatura

GPR – Grupo Permanente de Reflexão

IDESC – Instituto de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Cooperativismo

IES – Instituição de Ensino Superior

IESs – Instituições de Ensino Superior

LA – Livro de Atas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases [da Educação Nacional]

LOM – Lei Orgânica Municipal de Lajeado

LP – Livro de Portarias

LT \_ Livro Tombo

MCN – Museu de Ciências Naturais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFC – Movimento Familiar Cristão

NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico

NEAD – Núcleo de Educação a Distância

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAI – Planejamento e Avaliação Institucional

PAIUB – Programa de Avaliação da Universidade Brasileira

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PL – Partido Liberal

PMQES – Programa de Melhoria e Qualificação do Ensino Superior

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PSD – Partido Social Democrático

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RH – Recursos Humanos

S.d. – sem data

SEC – Secretaria da Educação e Cultura

SESu – Secretaria de Ensino Superior

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNIVAT – Universidade do Vale do Taquari

UNIVATES – Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior

USBEE – União Sul Brasileira [Marista] de Educação e Ensino

UPF – Universidade de Passo Fundo

URI – Universidade Regional Integrada

USP – Universidade de São Paulo

VT – Vale do Taquari

## Sumário

Apresentando o tema e a metodologia .....	15
Pensando e organizando ideias: o cenário APEUAT no contexto de construção da ditadura militar brasileira.....	29
Marcando passo e construindo o alicerce: o cenário FATES .....	67
Mudança de rumos: o cenário na década 1990 .....	163
(In)Conclusão.....	243
O posfácio.....	245
Referências, fontes e locais de pesquisa.....	247
Anexos .....	265



## Apresentando o tema e a metodologia

A verdade em história continua assim em suspenso, plausível, provável, contestável, em suma, sempre em curso de reescrita (Ricœur *apud* Elmir, 2004, p. 11).

O objetivo deste estudo é oferecer acesso à história do Ensino Superior no Vale do Taquari<sup>3</sup>, especificamente ao caso do Centro Universitário Univates, por meio de pesquisa que contribua para significar suas propostas e espaços e contextualizar a Instituição que hoje conhecemos, no quadro da sua região, sob o lastro de diferentes momentos e projetos que a construíram – APEUAT, FATES-FECLAT/FACEAT → UNIVATES<sup>4</sup>, ou seja, as nuances entre as décadas de 1960-

---

<sup>3</sup> Até aproximadamente 1990, os vale-taquarienses se (re)conheciam como pertencentes à região do Alto Taquari, conforme evidenciam as próprias denominações conferidas à Instituição, como fica demonstrado na nota explicativa n. 02. Havia, inclusive, duas denominações: Alto Taquari e Baixo Taquari, embora tal divisão jamais tivesse constado no mapa político-administrativo do Rio Grande do Sul. A partir da criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES [1994], mais especificamente com a criação do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT [um dos COREDES], a região passou a figurar no mapa do Rio Grande do Sul como Vale do Taquari.

<sup>4</sup> As siglas que aparecem neste momento inicial do texto [e muitas vezes mais no correr da exposição] se explicam como: Associação Pró-Ensino Universitário no Alto Taquari – APEUAT; Fundação Alto Taquari de Ensino Superior – FATES; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto Taquari – FECLAT [num momento anterior também denominada Faculdade de Educação e Letras do Alto Taquari – FELAT]; Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari – FACEAT; Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior – UNIVATES. Além disso, outros pontos precisam ser imediatamente explicitados, para assegurar a compreensão do texto. Segundo Bersch (2008), “os nomes FECLAT + FACEAT formam uma sequência coerente: duas instituições de ensino superior [IES] que se fundiram em uma, a UNIVATES, ou seja: FECLAT + FACEAT [até 31 de dezembro de 1996] = UNIVATES. Assim, também os nomes APEUAT + FATES + FUVATES formam a sequência cronológica da forma jurídica da mantenedora, e não são nomes de IES”.

1970 [concepção de projeto e surgimento] e 1980-1990 [consolidação e expansão], apresentando os cenários político, econômico e social em que apareceu, se organizou, consolidou e se desenvolve.

Partimos do entendimento de que é sempre o entrecruzamento entre passado, presente e futuro que nos interessa debulhar, com o intuito primeiro de “assegurar ao passado uma vida”, conforme dispõe Le Goff (2003, p. 25), ou tirar do passado o status de passado, já que “é em função da vida que ela [a História] interroga a morte”, salienta Febvre (*apud* Le Goff, 2003, p. 26), justificando o compromisso da História para as sociedades: explicitar passado, em função do presente e seus desdobramentos.

Nesse rumo, também cabem as instigadoras ponderações da historiadora rio-grandense Loiva Otero Félix (1998, p. 33), quando refere que “a força mobilizadora da história não é apenas o futuro; é o passado também, na medida em que, cumprindo o trajeto de volta à origem, empurra para a frente e não para trás”<sup>5</sup>.

Essas perspectivas colocam o trabalho investigativo do historiador na linha de frente dos processos sociais, contribuindo para alimentar reflexões crítico-propositivas e ações mais eficazes e qualificadas por parte dos cidadãos para com os espaços a que estão relacionados.

Por esse viés, o regional nos aparece como o palco que foi sendo ocupado pelas pessoas que estiveram nos bastidores da criação dos planos que deram origem ao Ensino Superior no Vale do Taquari,

---

A sigla UNIVATES nasceu em 1997. A FATES continuou existindo como ente jurídico mantenedor até 2000, quando foi substituída pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES. Por fim, é preciso dizer que, enquanto UNIVATES era lido como sigla de ‘Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior’, usava-se a forma em maiúsculas: UNIVATES. A partir de 1999, não cabia mais dizer ‘Centro Universitário Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior’. Para manter a identidade, passou-se a usar a sigla como nome: Univates (Idem; grifos da autora).

<sup>5</sup> Esclarecemos que todas as citações e citações de citações apresentadas no texto foram transcritas na forma em que apareceram no documento estudado, seja escrito, bibliográfico ou as fontes orais. Em alguns momentos, onde nos pareceu mais necessário, usamos o sic, entretanto, na maioria das situações, não.

bem como, após a fase inicial, que persistiram nas propostas e desafios de ampliar a iniciativa dentro de uma ideia de desenvolvimento focada não apenas nos limites do município de Lajeado, mas em seus entornos.

Quando falamos em desenvolvimento, fazemos relacionando-o ao sentido apresentado por Touraine (*apud* Becker, 2000, p. 18-19), o qual se apresenta desafiador ao considerar que:

[...] somente os movimentos regionais fortes e autônomos são capazes de resistir à dinâmica econômico-corporativa de financeirização da riqueza, simultaneamente desintegradora e transnacionalista, e de conquistar uma autonomia real à produção e reprodução social (cultural) e ambiental (natural) da região (do lugar). Somente dessa forma, uma nova ou renovada importância pode ser atribuída ao regional (local), com a possibilidade de assegurar as bases para uma inserção independente, diferenciada e diferenciadora, ou garantir as condições para uma articulação autônoma, por estar de acordo com um projeto socioambiental próprio e específico de uma determinada região.

Apontando diretrizes de tendências mundiais, nas quais se pode vislumbrar e incluir a intenção das instituições de Ensino Superior regionais, Becker (2000, p. 14) destaca que,

[...] para se pensar local e agir globalmente, há necessidade de informações transformadas em conhecimentos sobre e para o desenvolvimento da região (lugar), e tendo em vista que as regiões (os lugares), nessa nova condição, deixam de ser versões locais do desenvolvimento nacional, para adquirirem uma dinâmica própria e específica, com o que acabam adquirindo especificidades próprias que passam a exigir teorias, também próprias, para explicar e compreender o desenvolvimento do lugar.

Desse modo, refletimos sobre o tema central do estudo [Ensino Superior – Centro Universitário Univates] considerando sua inserção no território regional, seu espaço e papel na construção das diversas realidades municipais do Vale do Taquari, sempre entendendo Região

como o Lugar no qual são pensados e articulados meios para fazer frente aos processos sociais pela participação de diferentes segmentos da comunidade na discussão dos problemas locais (Boisier, 2000)<sup>6</sup>.

Esses conceitos, teoricamente apresentados, assumem, na prática, o sentido de provocação. É o caso da atuação dos grupos políticos como agentes de construção dos lugares: “suas estratégias e práticas são fundamentais para a compreensão da dinâmica de produção dos espaços geográficos, segundo seus interesses” (Nogueira, 2004). Ver-se-á que a história do Ensino Superior no Vale do Taquari precisa ser situada e explicada por meio dessa perspectiva.

Isso nos remete a conceitos de Foucault (*apud* Barros, 2004, p. 142), quando “sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados [...]”, conferindo atenção aos “detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante mas que pode, precisamente, compor com outros elementos a chave para a compreensão das relações sociais examinadas”.

Embora o estudo em questão não objetive o aprofundamento dessa discussão, fica evidente que o devemos enlaçar com os conceitos que envolvem a ideia de região e desenvolvimento e, por coerência, ao modo como se gestam projetos nessa direção [do desenvolvimento regional].

O ponto de vista explorado por Dallabrida (2000) inclui a ênfase para a apropriação consciente e responsável, por parte das comunidades, dos seus Lugares como pré-condição do desenvolvimento regional, quando explica, por exemplo, que “desenvolvimento, a partir da perspectiva da coletividade regional, significa, sobretudo, uma vontade de controlar o desenvolvimento e a utilização de seus próprios recursos, um desejo de emancipação pelo controle de seu próprio destino” (Lená *apud* Dallabrida, 2000, p. 218).

---

<sup>6</sup> Para os conceitos de região, lugar e desenvolvimento, serviram de base os instigantes escritos de Becker (1995; 2000), Boisier (2000), Dallabrida (2000), Bandeira (2000) e Cardoso (1998).

E Boisier (2000, p. 160) complementa, obstinado e hábil no que concerne ao modo de pensar a região enquanto espaço de articulação política, coletiva e geradora de um desenvolvimento de direito e de fato dos indivíduos que a habitam, que

[...] el 'progreso' de la región debe entenderse como la transformación sistemática del territorio regional en un sujeto colectivo [...]; el 'progreso' de la comunidad debe entenderse como el proceso de fortalecimiento de la sociedad civil y el logro de una percepción de pertenencia regional y el 'progreso' de cada individuo debe interpretarse como la remoción de toda clase de barreras que impiden a una persona determinada, miembro de la comunidad en cuestión y habitante de la región, alcanzar su plena realización como persona humana.

O sentido proposto pelo autor ganha espaço aqui para salientarmos que “nunca se ressaltará o suficiente o fato de que o desenvolvimento regional é fundamentalmente o resultado do que a própria comunidade regional faz por si mesma, mais que o Estado ou qualquer outro agente externo pode fazer ou não fazer” (Boisier *apud* Becker, 2000, p. 215).

De alguma forma os conceitos desses autores estão contemplados naquilo que a Univates propõe como missão, que é “gerar, mediar e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico, considerando as especificidades e as necessidades da realidade regional, inseridas no contexto universal, com vistas à expansão contínua e equilibrada da qualidade de vida” (Centro Universitário..., 2006, p. 11).

Ainda Boisier realça aspectos que se relacionam com o que se pensou para a Univates como missão, ao apontar, concordando com Cuervo (*apud* Boisier, 2000, p. 165), que:

El enfoque local del desarrollo es una respuesta a los problemas del desempleo y desorganización económica causados por la decadencia industrial e las deslocalizaciones. Después del fracaso relativo de los proyectos organizados y aplicados por organismos públicos nacionales, la idea de utilizar procedimientos locales ha ido ganado vigencia.

O certo é que o estudo dos contextos entre as décadas de 1960 e 1990 nos permite contar uma história da Instituição mostrando que os projetos alavancados nos seus momentos fortes [APEUAT, FATES-FECLAT/FACEAT – UNIVATES] foram idealizados como espaços de produção, organização e transformação das realidades política, social, econômica, educacional e cultural da região, mesmo que, pelo menos até a década de 1990, não se tenha informação de existirem espaços de discussão coletiva sobre a temática.

Conferir significado a esses aspectos implica em reconhecer que historiar a Univates acaba sendo uma leitura das quatro últimas décadas do Vale do Taquari, se entendermos que o viés da História Regional emerge de uma “estratégia de rastreamento a partir da base” (Pesavento, 2000, p. 218) e de uma “prática de experimentação que recusa as evidências e a aparência da realidade para resgatar os detalhes e traços secundários, num entrecruzamento máximo de relações” (Pesavento, 2000, p. 223) que assinala para a chance de dar visibilidade ao todo.

Com isso se quer também revelar e relevar “a presença de relações interpessoais e da ação individual, só visíveis na escala micro, como índices explicativos da mudança social” (Pesavento, 2000, p. 221). Isso nos interessou porque, quando atentamos para a relação entre os micropoderes locais e os poderes localizados em escalas mais alargadas, nos aproximamos, de forma surpreendente, do caso deste estudo, sobretudo no que se relaciona aos acontecimentos que cercaram a conquista do primeiro curso, em 1969, bem como à transição APEUAT → FATES e resultados.

Para que os objetivos fossem alcançados, as escolhas de ordem teórica e metodológica precisaram ser abertas. Assim pode-se apontar o óbvio: a história se faz com documentos, sejam os que tivermos literalmente ‘em mãos’, ou, quando queremos, para além dos documentos escritos ou imagéticos, versões dos sujeitos inseridos no processo histórico em estudo, que aqui vêm representadas por integrantes [atuais ou não] dos grupos docente e discente, funcionários, dirigentes, representantes da entidade mantenedora e da comunidade regional – fontes que ainda não existem, mas de cujas produções precisamos dar conta, com o auxílio desses sujeitos.

Por conseguinte, o plano traçado desde o momento em que o projeto foi concebido foi contar e analisar a história da Instituição “com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas [...]” (Febvre *apud* Le Goff, 2003, p. 530). Ou, com os detalhes preciosos de Félix (2002), incitando a reflexão e os cuidados no fazer historiográfico em relação à memória enquanto matéria-prima essencial, contudo, sempre perigosa e desafiadoramente limitada, porque seletiva.

Esse modo de querer contar, não abrindo mão dos múltiplos vieses autorizados pela historiografia atual, implica evidenciar que tomamos a palavra documento no seu significado mais amplo – “[...] documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (Samaran *apud* Le Goff, 2003, p. 531) –, o que nos deu apoio e sossego para usar como pontos-chave do aporte metodológico três itens de análise: acervo de imagens da Univates; acervo documental e fontes orais.

O acervo de imagens da Univates – fotográfico, fílmico e iconográfico –, explorado desde os destaques propostos por Peter Burke, sobretudo quando alerta que, “para utilizar a evidência de imagem de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como nos casos de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades” (Burke, 2004, p. 18)<sup>7</sup>.

Quanto ao acervo documental [escrito], esse foi pesquisado tendo presente a perspectiva de Marc Bloch (s.d., p. 61) de que “é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”.

Com relação aos registros escritos, manuscritos ou impressos, o procedimento segue o método da crítica documental e a contraposição com as demais fontes utilizadas. Em prioridade, é preciso salientar que a maior parte dos documentos guardados na Instituição não

---

<sup>7</sup> O acervo fotográfico e fílmico foi explorado apenas parcialmente, já que o Projeto Memória Univates prevê a continuidade da pesquisa, e, por outro lado, é acervo imenso, que demandaria mais trabalho, além do que se pôde realizar até o momento.

passou, ainda, pelo crivo da arquivística<sup>8</sup>. Mas isso não entendemos como impedimento para a realização do trabalho e, observados os cuidados necessários que devem pautar, no campo da ética, qualquer pesquisa, esmiuçamos anotações de livros de atas, livros de presença, correspondências expedidas e recebidas pela Instituição nos seus diversos momentos.

Para além do acervo institucional, acabamos nos confrontando com acervos particulares, seja dos entrevistados ou de pessoas para as quais eles nos remetiam<sup>9</sup>.

Por fim, a metodologia da História Oral, no seu conjunto, foi caminho para focalizar as vivências e os significados atribuídos à Univates por sujeitos sociais integrantes do cotidiano institucional, atual ou não. O amparo, nesse sentido, veio de autores como Thompson (1998), cuja perspectiva coloca a História Oral relacionada aos processos de desenvolvimento locais e regionais; Bosi (1994, p. 39), que destaca a memória como um “cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”; e Bertaux (*apud* Harrits e Sharnberg, 2000, p. 30-31), quando explica que:

[...] cada indivíduo tem apenas um campo limitado de percepção [...]. As pessoas aprendem através da prática, e raramente sua prática as coloca em contato com uma grande variedade de áreas sociais. É nossa tarefa, como intelectuais, juntar esses pedaços de conhecimento que podem ser encontrados por toda parte [...] e fazer um retrato do todo e de seus movimentos. Este é o verdadeiro sentido do passo chamado análise.

---

<sup>8</sup> Na verdade esse detalhe faz parte do viés da História Imediata da Instituição, que não será neste estudo explorado exaustivamente. O que fica importante destacar é que, como desdobramento da expansão verificada especialmente no século em curso, decorrente das decisões da última década do século XX, tivemos a concretização de projetos que preencherão essas lacunas: caso do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates – CMDPU e do Arquivo Central.

<sup>9</sup> Vários documentos foram doados durante a realização das entrevistas, o que foi oficializado por meio dos termos de doação assinados pelos doadores. Esses materiais estão sob a guarda do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates – CMDPU.

Nesse sentido Félix (2002) também direciona nossa forma de trabalhar, porque debulha até a exaustão o intrincado conjunto de situações que emerge da relação entre memória e história. Observa que:

*Memória* é essencialmente um ato de evocação, isto é, o ato de ‘recuperar mentalmente a imagem’; portanto, é um ato de representação do real que se dá através de imagens mentais, pois o passado enquanto tal não volta. Ele retorna apenas na lembrança. A evocação/lembrança dessas imagens mentais se dá através de diferentes suportes de memória que podem ser de natureza iconográfica [...]; de natureza objetual, com os diversos tipos de objetos materiais associados a uma determinada memória e que compõe o universo dos bens ou patrimônios materiais; de natureza perceptiva e sensorial, quando desencadeada por ideias/associações, e de natureza do universo da ‘memória dos sentidos’, sons, ruídos e cheiros que compõem o rico e diversificado universo denominado de bens ou patrimônios imateriais (Félix, 2002, p. 23).

E complementa: “as memórias sociais, enquanto partes do universo simbólico, são apenas resultantes de atos seletivos” (Félix, 2002, p. 25). Por isso, temos “[...] de ter bem presente que o sujeito, ao evocar/lembrar, não conta o que aconteceu, mas a sua reelaboração, a representação do real na qual as vivências do presente interferem, em diferentes escalas, no processo de reconstituição [...]” (Félix, 2002, p. 24).

\*\*\*\*\*

A pesquisa, no que se refere à História Oral, incluiu etapas distintas de elaboração das fontes, não necessariamente realizadas em separado, mas de forma concomitante. Essas etapas foram: a feitura de entrevistas orais gravadas em áudio e, na maioria dos casos, em áudio e vídeo; a transcrição dos depoimentos, sempre seguida de revisões feitas pelo grupo de trabalho e pelos entrevistados; a revisão final dos textos, realizada pela equipe de trabalho, após o aval dos depoentes; a

interpretação e análise dos dados produzidos<sup>10</sup> e o cruzamento desses com outras fontes (escritas ou imagéticas).

Foram realizadas 48 entrevistas, trabalhadas conforme a explicação anterior, sendo alguns dos recordadores ouvidos em mais de uma ocasião, de acordo com as necessidades impostas pelo trabalho analítico e interpretativo dos textos<sup>11</sup>.

Sobre a transcrição das referidas entrevistas respeitamos critérios trabalhados por Alberti (2004), Favaro (2002), Félix e Silveira (2004) e Thompson (1998), deixando no papel as falas na íntegra, sem qualquer propósito de transcrição do texto. Nosso entendimento, em conjunto com os argumentos e resultados dos trabalhos dos autores citados, é que dessa forma conseguimos preservar e realçar as singularidades identitárias de cada pessoa, o que, por outro lado, qualifica o trabalho de interpretação e análise.

\*\*\*\*\*

Tendo definidos o objeto e o procedimento metodológico, outras questões devem ser apresentadas.

Partimos da abordagem sócio-histórica e do uso das fontes orais, tendo um campo de pesquisa centrado em acontecimentos e processos ainda no seu acontecer, o que coloca o estudo no campo da História do Tempo Presente. Sobre isso oferecemos espaço aos dizeres de Sá (2006, p. 3), para destacar que, “de um lado, com relação às fontes, os arquivos perderam seu caráter exclusivo, na medida em que se recorreram às fontes orais, visuais, da imprensa etc. O historiador que

---

<sup>10</sup> Para fins deste estudo, utilizamos como fonte o documento transcrito na íntegra, apenas com as modificações indicadas pelos próprios entrevistados, após revisão e autorização escrita.

<sup>11</sup> A indicação completa das fontes orais está no capítulo *Referências, fontes e locais de pesquisa*. As fitas gravadas em áudio e a respectiva transcrição estão disponíveis no acervo do CMDPU, estando em cada cópia escrita anexada uma ficha técnica que pormenoriza dados sobre a pessoa entrevistada e a justificativa para sua inserção no projeto, bem como sobre a realização da entrevista [data, local, horário, equipe de trabalho e termos de autorização para a elaboração deste texto].

trabalha com o tempo presente tem a desvantagem da abundância das fontes ao invés da penúria”. Enfatizamos esse aspecto para reforçar a ciência que temos da complexidade das abordagens que incluem essa dimensão.

Isso reforçou o entendimento que temos sobre a prática historiográfica não poder ser “rigorosamente enquadrada dentro de um único campo” (Barros, 2004, p. 15), sendo possível mencionar que fazemos uma abordagem que parte da História Oral com relação ao tratamento das fontes e que tenta incluir, no seu campo de observação, os domínios da História Regional e do Tempo Presente.

Ou seja, um olhar sobre a história do Vale do Taquari desde a escala reduzida de observação; desde a análise de uma Instituição, a Univates. Isso mostra a opção por olhar mais de perto, “diminuir o campo de investigação para experimentar uma análise mais intensa, realizando uma outra leitura e abordagem do social” (Pesavento, 2000, p. 214). Concordando com a autora, acreditamos que essa escolha não implica a perda “da complexidade das relações que ligam a parte ao todo, pois os múltiplos cruzamentos que se pode obter nesse tipo de estratégia em escala reduzida vêm representar um ganho para a profundidade da análise” (Pesavento, 2000, p. 218).

Dessa forma amparados podemos dizer que problematizamos a História do Ensino Superior no Vale do Taquari, por meio de uma análise de caráter micro – o caso do Centro Universitário Univates, em suas relações contextuais: local, regional, estadual, nacional e mundial, discorrendo sobre as imbricações que compuseram seus diversos momentos-força e respectivos desdobramentos.

A leitura permitida pela História Oral localiza-se no campo da Micro-história, cuja marca é precisamente o trabalho a partir da “redução da escala de análise, seguida da exploração intensiva de um objeto de talhe limitado” (Pesavento, 2000, p. 210). Isso significou preferir um campo teórico-metodológico que pudesse dar espaço e voz aos diversos atores sociais que compuseram e compõem o universo institucional, fazendo aparecer lembranças que permanecem na memória da região [memória coletiva] por meio das recordações que permanecem nas histórias individuais [memória individual].

Note-se que nenhuma outra opção metodológica nos remeteria para esses elos. Portanto, foi o modo que nos permitiu ter o *eu vi, eu senti, eu presenciei* como pano de fundo: pontos de vista que expressam o(s) significado(s) que a Instituição teve e tem na vida dos habitantes do Lugar, o que, na verdade, irrompe de uma das características-síntese da História Oral, de “possibilitar a constituição de fontes que documentam histórias de vida, experiências pessoais e visões de mundo de diferentes pessoas e grupos” (Alberti, 1999, p. 48). Ou seja, ao propor o trabalho com a memória, investe-se na construção de acervo documental e narrativo que contempla reflexões, percepções e visões dos universos docente, discente, funcional e comunitário, acreditando que, dessa forma, é possível exibir ações que fizeram e fazem a diferença, juntamente com as protagonizadas pelo conjunto das equipes diretivas e coordenativas, seja no nível interno da Instituição de Ensino Superior – IES ou nas diversas comunidades da região dessa.

Para as pretensões respeitantes à História Oral, foram selecionadas pessoas que têm ou tiveram em comum em suas vidas o espaço social Univates. Bosi os chama de recordadores, e os seus dizeres como “um meio de que esse alguém se vale para transmitir suas lembranças”. E os instigamos a contar, de seu modo de ver e contar. Enfim, o que fazemos é “colher memórias” (Bosi, 1994, p. 39) e as analisar até a exaustão, buscando nexos para amarrar aos questionamentos norteadores de nossos objetivos, que incluem a interpretação das fontes orais para compreender e explicar cenas de diferentes ângulos, o que não seria lido por meio dos relatos oriundos apenas de lideranças máximas, ou, da mesma forma, se ficássemos restritos aos ditames das fontes escritas. Isso justifica a opção metodológica e sua organização, incluindo o que o olhar alcança, desde o ponto de onde buscamos enxergar até o ponto a ser alcançado: o conjunto Univates.

Todas as entrevistas foram pensadas a partir do que sugere Verena Alberti (2004), quando instiga o saber ouvir contar. Por isso, sempre que possível, as questões foram abertas, para que se pudesse fazer brotar informações com o mínimo de direcionamento, liberando o contar do interlocutor.

De início foram definidas o que denominamos de entrevistas-mestre, tendo como critério o envolvimento que os escolhidos tiveram

na década de 1960 com os fatos relacionados ao aparecimento da APEUAT e do Ensino Superior em Lajeado. Também não foi o caso de esses entrevistados serem os essenciais, já que nossa premissa é que todos são igualmente importantes. O que se quis foi tomar, de saída, falas provocadoras de caminhos, e isso fizemos ancorados por autores como Paul Thompson (1998), que alerta sobre o fim da hegemonia do documento escrito e do potencial de transformação intrínseco da metodologia da História Oral, no sentido de que remete para variado número de ligações e possibilidades de pesquisa e de que em muitos casos isso começa a acontecer a partir das escolhas criteriosas e por isso acertadas desses primeiros contatos.

No conjunto, a análise das informações pinçadas dessa etapa inicial ancoraria os planos seguintes relacionados aos relatos, sendo o mapa de entrevistas cuidadosa e constantemente reavaliado desde os primeiros instantes. Nesse sentido, sabemos que essas seleções mostram uma hierarquia, o que entendemos ser inevitável: de algum ponto é preciso partir.

\*\*\*\*\*

A estrutura textual foi armada de modo a destacar os momentos-força da História da Instituição, traduzidos no termo cenário: os cenários APEUAT, FATES e UNIVATES.

Assim, nesta *Introdução* fica apresentado o tema e detalhada a metodologia, situando-se dessa forma o tema do estudo. O primeiro capítulo faz aparecer o cenário APEUAT: concepção, criação do primeiro curso, consolidação e lutas, entre os anos de 1964 e 1972, enquanto o segundo capítulo traz para a cena a transição APEUAT → FATES, e o intrincado contexto das décadas de 1970 e 1980: os movimentos de fundo que construiriam o alicerce das mudanças que emergiriam na década de 1990. E no último capítulo aparece o cenário dos anos 1990, feito de um repensar forçado pelo contexto regional e mobilizado por alterações no nacional, que, por fim, daria curso ao processo de expansão visto em cena nesta ainda corrente primeira década do século XXI.

E, no final, como maneira de expressar a sensação experienciada no decurso da pesquisa, optou-se por uma (in)conclusão, que toma o sentido de desafio e do que entendemos como boa História: “sempre em curso de reescrita” (Ricœur *apud* Elmir, 2004, p. 11).

Para arrematar, nunca será demais salientar que “não existe a possibilidade de compreender ‘o todo’ de um momento histórico. No máximo, podemos procurar entender o maior número de partes que compõem um determinado conjunto [...]” (Félix e Silveira, 2004, p. 28). Isso implica reconhecer que estes escritos constituem apenas uma dentre outras leituras possíveis sobre a História do Ensino Superior no Vale do Taquari, no caso específico do Centro Universitário Univates.

# 1

## **Pensando e organizando ideias: o cenário APEUAT no contexto de construção da ditadura militar brasileira**

As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico (Foucault, 1995, p. 7).

Para tecer explicações sobre a trajetória da Univates no cenário do Vale do Taquari, é preciso examinar o contexto da década de 1960, época de suas origens, no município de Lajeado. Por isso, partimos de três situações essenciais, diversas e concomitantes, que, no conjunto e aliadas a outros fatores, formaram o ambiente favorável para a instalação do primeiro curso superior, em 1969, quais sejam: o quadro socioeconômico local, o papel de lideranças do lugar nas áreas da educação e da política, e alterações na legislação de Ensino Superior na esfera federal. É dessa perspectiva que nos propomos a olhar e esclarecer o modo como se foi construindo a Instituição que atualmente conhecemos.

Uma das primeiras observações é que, na década de 1960, acontecia o processo de descentralização gradual do ensino universitário brasileiro, traduzido em Leis e Decretos-Lei<sup>12</sup>, que modificava o panorama

---

<sup>12</sup> As modificações legislativas a que nos referimos dizem respeito, sobretudo, aos seguintes documentos: Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964; Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966; e Decreto-Lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967, que dispunham sobre a reestruturação do ensino superior; Decreto-Lei n. 63.341, de 1º de outubro de 1968, que estabelecia os critérios para a expansão do ensino superior; Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, que versavam sobre a Reforma Universitária, detalhando a forma possível de organização do Ensino Superior (Romanelli, 2002); e, mais especificamente, o Decreto-Lei n. 405, de 31 de

nacional; fechando, por um lado, possibilidades, e autorizando, por outro, certos avanços, como o que acabou permitindo, para o ano de 1969, às universidades já existentes, expandirem-se com a organização de cursos fora da sede original, o que manteria, por novos meios, a dinâmica da interiorização. De acordo com Neves (2007, p. 342), “o processo de interiorização caracterizou-se pelo surgimento de instituições de ensino superior públicas e privadas com novas propostas à educação superior que se apoiavam conceitualmente na ideia de projetos de integração regional”.

Foi com base em um desses decretos-lei, redigido em dezembro de 1968<sup>13</sup>, que a Universidade de Caxias do Sul – UCS<sup>14</sup> pôde se voltar para Lajeado.

Isso, entretantes, não teria ocorrido se não houvesse demanda local e mobilização política no sentido de pressionar aquelas mudanças legislativas e se a UCS não fosse atraída por contatos de líderes representativos do interesse do município.

Antes desse tempo, parece certo que aconteceram movimentações de diferentes grupos no sentido de discutir o estabelecimento de cursos superiores na cidade na década de 1950. É o que relata Schierholt (1995, p. 9-10), e foi o que recordaram, durante a realização deste estudo, alguns dos entrevistados, sugerindo a existência de outras iniciativas, além daquelas protagonizadas pelos integrantes da Associação de Ex-Alunos Maristas – AEAM<sup>15</sup>, que, nos entornos de 1964, estavam

---

dezembro de 1968 (*In*: <http://www.senado.gov.br>; Neves, 2007). A referência a essa legislação se justifica porque foi sob esse aparato legislativo e seus inúmeros vieses que se organizaria a APEUAT.

<sup>13</sup> Sobre o referido Decreto-Lei estaremos apresentando detalhes no desenrolar da narrativa.

<sup>14</sup> De acordo com Zorzi (2009), na década de 1960, organizava-se a UCS, a partir da reunião das faculdades isoladas existentes em Caxias do Sul, com Decreto de autorização n. 60.200, datado de 10 de fevereiro de 1967 e assinado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Portanto, considera-se que naquele momento também àquela instituição interessava expandir.

<sup>15</sup> Segundo Schierholt (1995, p. 7), a AEAM surgiu em novembro de 1925 e foi “reativada e atualizada em 17 de julho de 1949”.

envolvidos com a organização de uma entidade que pudesse dar suporte para o Ensino Superior<sup>16</sup>. Nos limites de pesquisa deste trabalho não nos foi possível avançar sobre esses dados indicativos, para mensurar em que medida outros grupos se envolveram efetivamente em planos concretos e ações. De todo modo, essas intenções devem ser lembradas no seu conjunto, mesmo as que não acabaram concretizadas, porque foram importantes ao desafiar-se mutuamente em torno do assunto. Por outro lado, visto dessa forma, ganham relevância os embates político-partidários e decorrentes disputas sobre a questão [Ensino Superior], bem como os mecanismos utilizados nos planos de um desses grupos, a partir de 1964, quando o processo ganharia contornos específicos, com a oficialização da proposta por uma entidade juridicamente constituída: a APEUAT<sup>17</sup>.

Enfim, estamos aqui tentando compreender o processo de instalação do primeiro curso superior quando era simplesmente ideia, meta, projeto sem papel, sonho; e concluímos que as pessoas envolvidas restringiram-se, no momento inicial de gestação da ideia, ao grupo da AEAM, e, num segundo momento, ao grupo constituinte da APEUAT. Embora concebido para a região do Vale do Taquari, o projeto foi arquitetado e acionado pelo grupo de Lajeado, sem participação direta da comunidade local ou regional.

---

<sup>16</sup> Fala-se em planos no sentido de trazer cursos superiores para cá, entre eles um voltado à agropecuária. Corbellini (2006, depoimento oral) afirma ter se envolvido com a ideia de uma faculdade que pudesse prestigiar as características rurícolas do Vale do Taquari: “[...] além dos Ex-Alunos [Maristas], por volta de 1959, nós tivemos na Câmara de Vereadores [...] uma reunião com o deputado Paulo Mincarone, na época de campanha, e também com o Brizola... Nós queríamos trazer aqui esse curso de Agronomia e Veterinária. Essa é a primeira vez, que eu me lembro, que nós estivemos conversando em curso superior em Lajeado”. E a rede escolar evangélica também teria ensaiado tentativas. Atribui-se uma delas ao Colégio Martim Luther, de Estrela, quando teriam faltado os apoios e condições necessários.

<sup>17</sup> A APEUAT começou a aparecer, de fato, na data de 23 de março de 1964, com o encontro que elegeu a comissão para viabilizar juridicamente uma entidade que respaldasse os objetivos do grupo perante o Conselho Federal de Educação – CFE. Já a assembleia de criação aconteceu no dia 6 de junho de 1964 e a declaração de utilidade pública foi conferida pelo Decreto n. 940, de 10 de junho de 1966, da Prefeitura Municipal de Lajeado. As reuniões da Associação estão documentadas em dois livros de atas, constantes no acervo do CMDPU.

Já após o início das atividades, por meio da UCS, os recursos passaram a provir dos alunos matriculados e de verba anual da prefeitura de Lajeado, como resultado dos acordos políticos feitos ainda em 1963<sup>18</sup>. Disso se depreende que a sociedade local esteve ausente dos debates e das decisões de 1964 a 1969, decisões que foram tomadas pelo grupo APEUAT, desde que a equipe diretiva assumira o desafio, agindo a partir dos seus saberes e muito amparada pelas conexões entre as diferentes instâncias do poder político arenista, seja no executivo ou no legislativo, estadual ou federal.

Assim, não podemos omitir, aqui, nossa leitura no sentido de que, no processo que acabou trazendo o Ensino Superior a Lajeado, as energias comunitárias, localizadas em grupos separados por realidades político-geográficas (Lajeado X Estrela) e político-partidárias (ARENA – Aliança Renovadora Nacional X MDB – Movimento Democrático Brasileiro) se multiplicaram antes pela mútua disputa competitiva do que pela união dos esforços em um projeto global.

Exitosa foi a proposta da APEUAT, com os devidos méritos. Entretanto, a causa em si continuaria se debatendo com futuras dificuldades naturais em um processo assim caracterizado. A solução não teve o poder de deixar tranquila a sociedade como um todo. Isso se comprova, de um lado, no plano externo, com o episódio da meteórica passagem da Universidade de Passo Fundo – UPF com seus “cursos de férias” sediados em Estrela, poucos anos depois; e, de outro lado, pelas vicissitudes internas que atingiram a recém fundada FATES em 1973, momento em que o confronto político-partidário surgido no âmbito dos comandos institucionais chegou a ameaçar a continuidade do projeto e somente foi contornado pela interferência da assembleia apartidária e fortemente marcada pela presença dos docentes dos cursos, assembleia essa da qual a Fundação fora sabiamente dotada por quem concebera e aprovara seu estatuto.

---

<sup>18</sup> Complemente-se que o repasse da referida verba nem sempre foi regular entre as décadas de 1970 e 1980, mas cercado de conflitos que acabavam atingindo as faculdades [FELAT e FECLAT], inclusive relacionados aos salários dos professores e funcionários.

Também não se pode falar em regionalidade do projeto, uma vez que, com exceção de uma única presença em reunião da APEUAT do então prefeito de Arroio do Meio Arnesto Dalpian, nenhuma outra participação de liderança de fora de Lajeado se registra nos documentos da época. Na verdade, trata-se de uma época em que o Vale não se via como região e sequer existia como tal no mapa político do Rio Grande do Sul. O próprio conceito de regiões era pouco lembrado no Estado como um todo, assim como seria nas duas décadas subsequentes<sup>19</sup>.

Ao aspecto da ausência de expectativa e participação ampliada da sociedade regional pelo Ensino Superior, um dos alunos da primeira turma do Curso de Letras acrescenta:

[...] a ausência do sentimento de regionalidade caminhava lado a lado com o que pode ser descrito como uma falta de percepção coletiva da sociedade, naqueles idos da década de 1960, da importância da Educação Superior. Eram poucos os jovens diretamente envolvidos com o sonho de um curso superior e raramente os pais ou as famílias estimulavam os jovens nesse sentido. [...] líderes [...] preocupavam-se com essa falta de ambição de um lado e, por outro, com o círculo vicioso que se estabelecia: não se estuda porque não há oportunidade e não se cria oportunidade porque parece não haver procura que a sustente. Outras regiões se mobilizavam. Alguns, movidos por visão (diretores de escolas de Segundo Grau, párocos e pastores), outros independentemente de motivação, outros por ambições pessoais, passaram a constituir grupos e estudar as possibilidades de romper o círculo, em que cursar uma 'Faculdade' era uma necessidade ainda, especialmente entre a população rurícola, onde o título de Bacharel e Doutor continuava uma exclusividade natural para ricos ou bem-nascidos, os quais os obtinham na 'cidade grande'. A população em geral, na sua quase totalidade descendente de imigrantes alemães e italianos, por razões que podem variar da falta de poder econômico das famílias dos pequenos agricultores e de políticas oficiais claras que justificassem o grande investimento

---

<sup>19</sup> Ver nota explicativa n. 1. Essa perspectiva viria a ser [em parte] modificada no contexto da década de 1990, com a criação do CODEVAT. Sobre o assunto discorreremos nos capítulos seguintes a este.

num curso superior, até os vestígios remanescentes da sensação de alijamento de um projeto nacional, motivada pelos episódios de represália ocorridos durante e após a Segunda Guerra Mundial (Bersch, 2008).

O projeto que acabou sendo sucesso foi planejado em cima do ordenamento político-partidário lajeadense do início da década de 1960, que incluiu alianças entre vários partidos em torno do então prefeito Bruno Born, e a oposição liderada pelo PSD<sup>20</sup>. Após novembro de 1964, já no tempo de construção da Ditadura Militar brasileira e do bipartidarismo<sup>21</sup>, aquele ordenamento ficou polarizado entre MDB e ARENA, sendo esta respaldada pelos governos dos presidentes da República, o que permitiu, para os arenistas de Lajeado, uma situação de clara vantagem, expressa em apoios e oportunidades singulares, como o fato de terem trazido para a cidade políticos de renome nacional, a exemplo de, entre outros, Tarso Dutra<sup>22</sup>, Ministro da Educação do governo Costa e Silva; João Paulo dos Reis Velloso, que seria Ministro do Planejamento entre 1969 e 1979; Pratini de Moraes, Ministro da Indústria e Comércio entre 1979 e 1984. Os contatos eram sempre intermediados por arenistas das Câmaras Federal e Estadual representativos dos interesses das lideranças locais aliadas. Isso indica

---

<sup>20</sup> A coligação garantia o governo de Bruno Born, que exerceu um primeiro mandato, entre 1951-1955, sob o signo da União Democrática Nacional – UDN e, agora, em seu segundo período como prefeito (1959-1963), se agremiara ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, aliado com o Partido Liberal – PL, UDN e o PRP. A oposição era exercida pelo Partido Social Democrático – PSD. Para mais detalhes, ver Schierholt (1995).

<sup>21</sup> No contexto pós-golpe, os partidos políticos foram dissolvidos pelo Ato Institucional n. 2, de 1964, instituindo o Ato Complementar n. 4, de 20 de novembro de 1965, a nova legislação partidária, definindo os dois partidos políticos que poderiam existir: ARENA e MDB.

<sup>22</sup> Tarso Dutra (1914-1983) foi político rio-grandense, PSD antes da Ditadura Militar e senador pela ARENA. Esteve à frente do Ministério da Educação e Cultura entre março de 1967 e novembro de 1969. No que diz respeito à aprovação do projeto da APEUAT, teve papel decisivo. O líder da Câmara de Vereadores de Lajeado, vereador Ney Santos Arruda, bem como outros integrantes da associação, puderam manter contato direto com o Ministro por meio do apoio de políticos como o Deputado Federal Daniel Faraco e o Deputado Estadual Antonino Fornari. Os governadores do Rio Grande do Sul também devem ser lembrados: Ildo Meneghetti (1963-1966 – PSD/ARENA) e Walter Peracchi Barcelos (1966-1971 – ARENA).

o leque de influências e seu caráter imprescindível para o acesso aos órgãos deliberativos federais, por sua vez decisivos para a APEUAT no curso dos acontecimentos entre 1964 e 1968.

Em meio aos alinhavos políticos, apareciam também várias mudanças no cenário socioeconômico regional, cujos respingos nos embrionários projetos para o Ensino Superior seriam fundamentais. É o caso, por exemplo, de obras físicas, como RS-130; BR-386 [construída entre as décadas de 1960 e 1970]; Porto de Estrela; Barragem de Bom Retiro do Sul; conclusão da Ferrovia do Trigo, todas obras financiadas e inauguradas durante o período militar. A isso soma-se o aumento do contingente populacional, decorrente da migração no sentido ambientes rurais → ambientes urbanos (seja intra ou inter-regional), e predominantemente impulsionado por operários [famílias] candidatos à mão-de-obra nas referidas obras, que abrangiam os municípios mencionados. Lajeado ficava no meio do burburinho, do que uma das consequências seria o aumento de diversas demandas, entre as quais as relacionadas ao ensino formal como um todo, inclusive ao que se quer aqui destacar – o de Ensino Superior.

É preciso notar que essa demanda no Vale do Taquari não deve ser vista de forma isolada, mas ligada aos efeitos da política econômica, a que se quis chamar, no decurso da década de 1970, de *milagre econômico* e que fez deslanchar os indicadores de mão-de-obra com formação específica. Isso fez os governos do período investirem em tomada de posições com relação aos rumos da Lei de Diretrizes e Bases [da Educação Nacional] – LDB e, portanto, da educação superior<sup>23</sup>, o que fizeram de uma perspectiva unilateral, em sintonia com o Estado de exceção vigente, detalhe que, entretanto, não aparecia como empecilho no Vale, senão o contrário. Como demonstram depoimentos colhidos, a ascensão dos governos militares foi sendo benéfica e facilitadora

---

<sup>23</sup> Como exemplo destacamos a instalação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária em 1964 e, posteriormente, a Comissão Meira Matos. Docentes e discentes debatiam os rumos da universidade brasileira, mas sem boas oportunidades de se fazerem ouvir, já que as alterações legislativas que vão aparecendo no correr da década vêm marcadas pelo viés ditatorial. Pode-se consultar, entre outros autores, Romanelli (2002).

de várias conquistas<sup>24</sup>, indicando que foi num clima de otimismo e ânimo de políticos arenistas, lideranças educacionais e ligadas à Igreja católica<sup>25</sup>, detentoras de apoios no legislativo e executivo local<sup>26</sup>, estadual e federal, que se cogitou e criou a APEUAT.

Considerações de Neves (2007, p. 343) encontram espaço em meio aos aspectos que estamos destacando, sobretudo quando se refere a outros fatores,

[...] como a aspiração de emancipação cultural em relação à capital; a preocupação com a criação de centros de formação e trabalho acadêmico que, interagindo com a realidade local, servissem de estímulo ao seu desenvolvimento; a expansão das redes de ensino fundamental e médio; o atendimento à demanda produzida pela necessidade de professores, e, por fim, os interesses políticos (eleitóreiros e/ou propagandísticos, principalmente) de lideranças locais.

Para além dessas motivações, havia as provocadas, por um lado, pela perspicácia e idealismo de cidadãos inseridos no meio; por outro, pelo desconforto vivenciado por lajeadenses que, cursando Ensino Superior em outros locais do Rio Grande do Sul, enxergavam chances de oportunizar aos habitantes do Vale do Taquari o acesso a esse nível

---

<sup>24</sup> O discurso proferido pelo presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado, Ney Santos Arruda, no dia 14 de abril de 1969, quando da aula inaugural do Curso de Letras, é elucidativo. Ver texto completo em Schierholt, 1995, p. 46-48.

<sup>25</sup> Esse aspecto fica demonstrado quando se leva na devida conta o fato de quem eram as lideranças envolvidas com a organização e o local escolhido para as reuniões e assembleias [Colégio São José], bem como o conteúdo das atas redigidas. Note-se que líderes não católicos ou não alinhados à ARENA também estavam inseridos na sociedade local de então, à frente de outras iniciativas na área educacional, e inclusive participando das reuniões da APEUAT, conforme indicam as assinaturas e registros dos livros de atas e as falas de alguns dos entrevistados.

<sup>26</sup> Conforme consta no Livro de Atas n. 01 da APEUAT (p. 1; acervo do CMDPU), o Executivo lajeadense, ao tempo do mandato de Bruno Born, havia indicado em 1963 a verba para o ano de 1964: “quinhentos mil cruzeiros” e “[...] a partir do 1º ano de funcionamento e por dez anos consecutivos, um milhão de cruzeiros cada ano, a título de colaboração do município de Lajeado para com a sociedade civil [...]”. Sobre o assunto, pode-se ver, também, Schierholt, 1992, p. 186.

no próprio Vale. Essa desacomodação constitui informação importante, porque marca vários depoimentos coletados, como o que presta um dos fundadores da APEUAT sobre ser “uma aventura” ir até Porto Alegre para estudar, em função das dificuldades de deslocamento e manutenção (Arruda, 2006c, depoimento oral). Já uma das alunas matriculadas na primeira turma do Curso de Letras aponta o fato de que, no seu modo de ver, não fazia parte dos planos da maioria deixar seus lugares para estudar “fora”, numa clara referência à prioridade conferida ao trabalho e às relações afetivas, ao que ficam também relacionadas possíveis dificuldades de ordem financeira. Isso nos faz concluir que, para a maioria da população interessava permanecer nos ambientes socioculturais de origem, seja pelos vínculos afetivos característicos das regiões de colonização sul-rio-grandense, seja pelas limitações financeiras ou pelos compromissos assumidos nos negócios familiares, fossem urbanos ou respeitantes aos ambientes dos minifúndios. O que não significa, por outro lado, que esse pessoal estivesse discutindo questões referentes ao ensino universitário, por exemplo, com o núcleo da APEUAT.

O que se pode dizer é que, na primeira metade dos anos 1960, começou-se a investir com maior teima na instalação de faculdades em Lajeado, a partir de um compartilhamento de ideias que encontrou nos ambientes do Colégio São José, de propriedade da Congregação Marista, o estofo necessário para sair da condição de sonho e se transformar em proposta plausível. Naquele espaço se reuniam integrantes da AEAM e Círculo de Pais e Mestres – CPM da escola<sup>27</sup>, tendo a reunião decisiva acontecido no dia 23 de março de 1964.

No rasto das discussões e resultados daquele encontro, foi escolhido o grupo que teria a responsabilidade de criar formalmente a entidade jurídica<sup>28</sup> que acabou denominada de APEUAT, criada dois meses

---

<sup>27</sup> Arruda (2006a-b, depoimento oral) destaca o papel da AEAM, enquanto Slaviero (2006a, depoimento oral) ressalta também o papel do CPM do próprio Colégio São José.

<sup>28</sup> Conforme consta no LA 01 da APEUAT (ata 1, p. 1; acervo do CMDPU), no dia 23 de março de 1964, aconteceu a reunião que formou a equipe que trabalharia na formalização da entidade. Os nomes escolhidos: “Presidente: Dr. Ney Arruda; Vice-presidente: Félix Slaviero; Secretário: Bruno Aloísio Träsel; Segundo Secretário: Manuel

depois, em junho de 1964, quando já tomava forma, também, o projeto para a faculdade de Ciências Contábeis, que se queria ver funcionando em 1965. Nesse projeto estavam arroladas as condições que, do ponto de vista dos seus mentores, eram suficientes para o que almejavam<sup>29</sup>. Quase simultaneamente foram encaminhados os primeiros protocolos ao Ministério da Educação e Cultura – MEC (conforme LA 01 da APEUAT, ata n. 1, p. 1; acervo do CMDPU)<sup>30</sup> e iniciaram idas ao Rio de Janeiro, para obter esclarecimentos e apoios.

Logo, porém, ficou mostrado que não seria fácil atender as exigências do Conselho Federal de Educação – CFE, órgão responsável por essas decisões, dentro do MEC, que se fazia reger por texto constitucional restritivo no que respeitava à abertura de cursos universitários. Em função disso, para explicar o que ocorria em Lajeado, é preciso entender que a cidade não demonstrava reunir as condições estabelecidas

---

Maria da Silva F<sup>o</sup> (*sic*); Tesoureiro: Itamar Simplicio Panitz e Segundo Tesoureiro: Rui Dagoberto Bersch”. De acordo com o relato de Arruda (2006), basearam-se no modelo usado pela Associação Pró-Ensino Superior em Santa Cruz do Sul – APESC. Isso em função das relações de amizade mantidas entre ele próprio e o presidente da APESC, já que ambos participavam do Movimento Familiar Cristão.

<sup>29</sup> Ao mesmo tempo em que se investia na criação de uma faculdade própria, foram feitas sondagens com a congregação dos Irmãos Maristas, especificamente a reitoria da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e posteriormente com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Do contato com esta resultou uma reunião que foi realizada, segundo Ney Santos Arruda, no Clube Tiro e Caça, tendo sido encaminhada carta consulta ao CFE, que indeferiu o pedido porque “não tinha poder legal para autorizar extensões” (Documento intitulado *História do Ensino Universitário no Vale do Taquari*, manuscrito por Ney Santos Arruda, 1994; acervo do CMDPU). Já o posicionamento dos maristas, no sentido de não abraçar a causa dos lajeadenses, foi mencionado por Schierholt (1995, p. 10-11).

Ao mesmo tempo em que dizia “não” para promover a instalação de uma faculdade extensiva de sua rede de Ensino Superior, a Congregação [Marista] concordava que o pretendido curso funcionasse, caso aprovado, nas acomodações do Colégio São José. Data de 21 de agosto de 1964 o comunicado oficial do Presidente da União Sul Brasileira [Marista] de Educação e Ensino – USBEE: “Tenho a honra de comunicar a V. Excia. (*sic*) que o Conselho Administrativo da União Sul Brasileira de Educação e Ensino, em sessão realizada a 28 de junho de 1964, aprovou o funcionamento nas dependências do Colégio São José, de propriedade desta União, e por cinco anos, a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1965, da Faculdade de Ciências Contábeis, que essa Associação pretende fundar em Lajeado” (Correspondência recebida da USBEE, datada de 21 de agosto de 1964; acervo do CMDPU).

<sup>30</sup> O CMDPU localiza-se atualmente na sala 324 do Prédio 1.

pela legislação para instalar e manter curso superior. A modalidade extensão universitária, que poderia ser outra possibilidade, ainda não era contemplada na lei.

Esse cenário desfavorável não intimidou a APEUAT, mesmo que a sequência tivesse sido uma sucessão de outras contundentes negativas por parte do CFE. Ao primeiro projeto encaminhado o Conselho respondeu com um Parecer que apontou a limitação e insuficiência, e mesmo a inexistência, das condições e justificativas apresentadas. Salientava o Parecer:

Antes de recomendar-se a diligência para verificação das condições, entretanto, convém assinalar algumas dificuldades de caráter preliminar, que, ao simples exame do processo, revelam **não estarem satisfeitas ainda exigências mínimas** para que se conceda a autorização solicitada.

A primeira das dificuldades a serem sanadas diz respeito à capacidade financeira da entidade mantenedora, a qual, embora se apresente com futuro promissor, não parece ainda haver alcançado situação que assegure o funcionamento regular da Faculdade. Aliás, **consta do processo uma análise dessa capacidade financeira, assinada pelo próprio Presidente da mantenedora, e que merece transcrição íntegra para melhor julgamento dos senhores Conselheiros, de vez que, no nosso entender, deveria conduzir a conclusão exatamente oposta àquela a que chegou o seu signatário** (Parecer n. 312/64 da Câmara de Ensino Superior; acervo do CMDPU; grifos da autora).

O documento [312/64] ainda sugeria “relevar as dificuldades apontadas antes de converter-se o processo em diligência para verificação”, deixando em destaque a falta de respaldo financeiro e nenhuma chance de aprovar os professores indicados.

Passaram-se cinco anos desde a primeira tentativa até o consentimento pelo MEC em 1968. Ocorre que as condições eram precárias em todos os sentidos, justificando de pronto todas as restrições detalhadas nos pareceres recebidos, e admitidos, pelos que comandavam a Associação. Em vista disso, é compreensível que

apenas uma conjunção de fatores políticos faria aprovar um projeto calcado mais em intenções do que em condições de fato. É o que se pode depreender do estudo das fontes escritas, orais e imagéticas que nos dão base e que procuraremos explicitar no seguimento da exposição.

Um dos integrantes da APEUAT (Arruda, 2006d, depoimento oral) foi contundente quando afirmou que a instalação dos primeiros cursos foi um ato extremamente político, destacando reconhecer “[...] que nós não sabíamos nada de ensino universitário, não tínhamos noção nenhuma de ensino universitário [...] e fomos uns sonhadores, uns visionários, na verdade, porque nós não tínhamos nada. Não tínhamos patrimônio, ainda; nós não tínhamos recursos humanos. Nós tínhamos, sim, apoio comunitário, mas isso é muito pouco [...]” (Arruda, 2006c). Tinham, portanto, consciência das suas limitações e de que o resultado positivo dependia do grau de insistência com que pudessem defender um ideal que aparecia em suas vidas como uma opção livre, sem que houvesse quem lhes exigisse os resultados. Dizeres de Arruda (2006d) expressam essa aspiração: “[...] [se] vocês virem a data da fundação da APEUAT, a coisa ficou numa espécie de clube de boa vontade, e [...] nós não sabíamos o que fazer. E aí começamos a encaminhar expedientes pro ministério e [...] tínhamos informações que nos eram dadas pelo Deputado Federal Daniel Faraco, mas uma coisa assim... [improvisada]”.

Sobre o mesmo assunto, Arruda manifestou-se em 1992, distinguindo “que a instalação dos cursos superiores em Lajeado constitui uma ‘decisão política’ que se deve, sobretudo, à participação do então deputado federal Daniel Faraco e ao ex-ministro da educação Tarso Dutra. Sem eles, sem o envolvimento e participação deles, estaríamos, ainda hoje, como outros municípios, na busca de caminhos junto ao Conselho Federal de Educação” (Jornal da FATES, 1992, p. 6; acervo do CMDPU).<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Para corroborar o que insistimos em deixar muito saliente, citamos uma vez mais Neves (2007, p. 350): “[...] nove universidades foram criadas [no Rio Grande do Sul] até o final dos anos 60; na década de 70, não foi criada nenhuma universidade, mas ocorreu a implantação do sistema de pós-graduação. Nos anos 80 surgiram duas universidades, e nos 90, três”.

Os ditos escancaram o imenso empenho da APEUAT, traduzido pela verdadeira teimosia a cada “não” do Conselho Federal. A análise da correspondência recebida e da expedida pela Entidade igualmente autoriza que se entenda, em parte, esse grau de envolvimento e as estratégias aplicadas, sempre com a direta e insistente intermediação de políticos arenistas, rio-grandenses ou não. O fragmento de texto seguinte expressa, em parte, o que estamos destacando:

[...] depois de uma dezena de telefonemas daqui [de Brasília] para o Rio, o Prof. Manoel Orlando [...] entregou o seu relatório, mas não foi possível incluir o processo na reunião do Conselho Nacional de Educação (*sic*) de maio. Haverá nova reunião em princípios de junho e estou fazendo o possível, na Diretoria do Ensino Superior, para que o processo entre na pauta. Não sei se ainda haverá tempo de salvar o ano letivo [...]. Fiz e continuarei fazendo o possível [...] (Correspondência assinada pelo deputado Daniel Faraco, endereçada para Ney Santos Arruda, então presidente da APEUAT, com data de 16 de maio de 1966; acervo do CMDPU).

Em outro documento, ficou registrado que:

[...] O Conselho Nacional de Educação, infelizmente, negou autorização de funcionamento para a Faculdade de Ciências Contábeis. O Ministro enviou-me cópia do parecer, pelo qual se vê que a decisão do Conselho se fundamentou em três argumentos:

I – Insuficiência de recursos da entidade mantenedora;

II – Falta de instalações próprias;

III – Insuficiência de títulos dos professores indicados (Correspondência assinada pelo deputado Daniel Faraco, com data de 23 de dezembro de 1966; acervo do CMDPU).

O Parecer n. 612/66, emitido pela Câmara de Ensino Superior em 14 de dezembro de 1966 (acervo do CMDPU), não diferiu do anterior, apresentando outra vez minucioso exame referente à minguada capacidade financeira da APEUAT, em função da qual, não possuindo patrimônio imobiliário, dependia de outros estabelecimentos de

ensino para funcionar<sup>32</sup> e não dispunha de biblioteca que pudesse dar conta das demandas de um curso de Ensino Superior. Além de tudo isso, sublinhava-se o problema referente aos professores indicados no projeto, cuja falta de formação específica e adequada sempre dificultou o processo. Vê-se que reitera conclusões anteriores, posicionando-se sobre a insistência da Associação em reivindicar a aprovação de um projeto que não se encaixava em nenhum aspecto da legislação vigente, conforme se lê no trecho seguinte do documento mencionado:

[...] em outra oportunidade, havia já a APEUAT submetido a este Conselho pedido idêntico, o qual [foi] objeto do parecer 312/64. O simples exame da documentação então apresentada, mesmo na ausência de Relatório de Comissão Verificadora, revelava não estarem satisfeitas as condições estabelecidas nas portarias 4/63 e 6/63, deste Conselho. Assim, dos 16 nomes indicados para integrarem o corpo docente, 8 não apresentavam diploma algum de nível superior. Além disto, foi considerada nitidamente insuficiente a capacidade financeira da mantenedora.

Mais tarde, compareceu novamente a mantenedora perante o Conselho, acrescentando nova documentação ao processo anterior, e reiterando o pedido de autorização. Foi, então, encaminhado o processo à Diretoria de Ensino Superior, para que se promovesse a Verificação. Volta, agora, o expediente a este Conselho acrescido de Parecer favorável do verificador.

Na continuação desse documento, o Conselho comenta cada um dos itens constantes no projeto examinado, registrando, no final:

[...] em conclusão somos de parecer que a Associação Pró-Ensino Universitário no Alto Taquari [APEUAT] **não conseguiu ainda reunir condições que justifiquem a autorização do funcionamento da faculdade de Ciências Contábeis de Lajeado** [...] [sendo] no momento, os recursos incorporados a seu patrimônio [...], ainda, insuficientes; que **'tem este Conselho, repetidamente, condenado o funcionamento de escolas superiores em**

---

<sup>32</sup> No caso, naquele momento, as dependências do prédio do extinto Colégio São José, agora ocupado pelo Colégio Estadual Presidente Castelo Branco.

**instalações ocupadas por estabelecimentos de nível primário ou médio**’. Enquanto a Faculdade de Ciências Contábeis de Lajeado não poder (*sic*) dispor de instalações que sirvam apenas para os seus próprios cursos, não se deverá autorizar o seu funcionamento (Parecer n. 612/66; grifos da autora).

Em relação ao conjunto docente, a justificativa era reiterada: “[...] muito poucos dentre os professores indicados preenchem os requisitos da Portaria Ministerial 6/63. Dentre esses, alguns residem em Porto Alegre, a 150 km de distância, e **poderiam ser aceitos caso estivessem completando um conjunto de professores cujos títulos não merecessem restrições [...]**” (Parecer n. 612/66; grifo da autora).

A cada parecer negativo da autoridade, seguia-se imediata revisão, sempre com a mobilização das bancadas legislativas municipal, estadual e federal, tendo à frente os nomes já apontados anteriormente. É o que “grita” um dos documentos selecionados para análise: “o Poder Legislativo se dispõe a prestar à APEUAT todo o auxílio preciso para a instalação da Faculdade de Ciências Contábeis em Lajeado, a partir do ano de 1965”<sup>33</sup>.

Em outra oportunidade, discutia-se o assunto em uma das assembleias da APEUAT, com a “presença do perito do Ensino Superior do Ministério da Educação”, que sugeria “alterações do regimento interno de acordo com a Lei Suplicy de Lacerda”<sup>34</sup>, a partir da qual os rigores da legislação ganhavam espaços cada vez mais enérgicos no sentido do controle sobre as faculdades e universidades brasileiras.

O fato era que, apesar dos obstinados esforços, a Associação não conseguia a autorização por sua fragilidade em termos de estrutura

---

<sup>33</sup> Cfe. Ofício n. 39.1.64, de 25 de agosto de 1964, assinado pelo presidente da Câmara Municipal de Lajeado, Ruy Lopes (acervo do CMDPU). E note-se a pressão exercida pelo presidente da entidade, Ney Santos Arruda, na Câmara de Vereadores, na qualidade de vereador, e, após 1968, de presidente da referida Câmara.

<sup>34</sup> A informação consta no LA 01, ata n. 7, de 19 de outubro de 1965 (p-7-8; acervo do CMDPU). E sobre a Lei Suplicy de Lacerda, destaca-se que dispunha principalmente sobre a organização estudantil e precisa ser entendida no contexto de ascensão da ditadura militar brasileira.

física e pedagógica. Os itens mais básicos lhe faltavam, como se lê ainda na ata n. 8, datada de 4 de abril de 1968 (LA 01 da APEUAT; acervo do CMDPU), sobre “dificuldades encontradas junto ao Conselho Federal de Educação, devido a instruções novas muito severas quanto ao corpo docente para novas faculdades”, e outra vez a insistência na organização de “nova nominata de professores a ser apresentada ao Conselho Federal de Educação” (LA 01 da APEUAT), o que demonstra que nenhum dos obstáculos apontados no ano de 1964 estava superado.

Note-se que o estudo das fontes mencionadas foi confrontado com relatos orais, que confirmam e ainda enfatizam as peripécias vividas pelos militantes da APEUAT entre 1964 e 1968. E, conforme relatou o seu primeiro presidente, Ney Santos Arruda, após tantas idas e vindas para conseguir uma faculdade própria, seguindo os caminhos de praxe, enfim entenderam que a autorização do CFE, naquele momento [então princípio de 1968], era uma “impossibilidade total” (Arruda, 2006b, depoimento oral) porque “não havia interesse [por parte do CFE] nem possibilidades legais, uma vez que não era permitido [pela legislação]”; por isso a luta precisou acontecer no nível da esfera política. “O poder político era muito forte”, asseverou, “e as amígdalas contavam muito”, sendo por essa via que, naquele ano, alinhavariam suas metas, ampliando a rede de relacionamentos políticos que agiu intensamente no MEC, para chegar até a decisiva atuação do Ministro da Educação no processo que autorizou o projeto lajeadense.

[...] nós já comentamos isso, se não fosse o dedo político, aqui nesta sala [de minha casa], não tinha saído nada e nem podia sair nada. Com o exemplo: Estrela tentou. Eu digo Estrela no tempo do prefeito Gabriel Malmann e outros prefeitos, tentou ver se conseguia alguma coisa e... eles não tiveram lideranças. Tinham a boa vontade dos prefeitos, mas não tinham ninguém... E nós andamos na frente porque criamos uma entidade [...] (Arruda, 2006c, depoimento oral).

A presença do ministro Tarso Dutra em Lajeado, em mais de uma oportunidade<sup>35</sup>, aparece-nos como um indicativo da força política da ARENA no Rio Grande do Sul, aliada ao forte desejo de executar os planos, por parte da equipe envolvida, que, antes mesmo de ver realizada a etapa mais difícil, sonhava com a expansão do ensino universitário na região.

[...] Ah! Incluía! [ideias de expansão] Nós pensávamos grande. Isto nunca faltou: pensar grande. Nós sempre pensávamos... Nós tínhamos iniciado um pouco depois de Santa Cruz [do Sul], [nos] baseado na APESC de Santa Cruz... mas nós pensávamos... a região do Vale do Taquari era maior do que a de Santa Cruz, nós pensávamos em superar [...] e pretendíamos usar o prestígio político, tendo em vista que Daniel Faraco e o Tarso Dutra eram mais ligados a Lajeado do que a Santa Cruz. Queríamos aproveitar, eu diria assim, aproveitar a boa comunicação política, o bom relacionamento político que tínhamos. Isso Lajeado soube fazer naquela época e durante os anos da Revolução (Arruda, 2006c, depoimento oral).

Entendemos, porém, que, para se chegar ao resultado de 1969, alguns detalhes merecem olhar mais atento em direção aos acontecimentos do ano de 1968, mais precisamente para compreender a posição do MEC, na pessoa do então ministro Tarso Dutra.

---

<sup>35</sup> O ministro Tarso Dutra esteve em Lajeado para a aula inaugural do Curso de Letras, no dia 14 de abril de 1969. E, segundo Schierholt (1995, p. 34-35), teria vindo, entre julho e dezembro de 1968, mais uma vez. Ocorre que o registro feito por Érico Schmitz não relata a vinda até Lajeado, mas sim, a Porto Alegre (cfe. manuscrito de Schmitz, s.d.; acervo do CMDPU), e o encontro acontecido naquela cidade. De toda forma, é certo que o contato direto com o Ministro aconteceu antes de findar o ano de 1968. Mas diante da ausência de dados concretos, ficamos com os escritos de Schmitz que temos em mãos apontando a conversa com o Ministro em Porto Alegre, quando lhe foi mostrado o telegrama do CFE negando a criação da Faculdade em Lajeado. “Desta audiência participaram somente eu e o dep. Fornari. Mostrei ao Ministro o seu telegrama e depois a comunicação do Conselho Federal de Educação, ao que o Sr. Ministro respondeu ‘ipsis verbis’: ‘Por que o Conselho tem que se meter nas coisas do Ministro? Se o Conselho não concordar, eu vou fechá-lo’. Podem ir tranquilamente a Caxias e comunicar ao Reitor a minha posição [...]. Após a audiência, o Deputado Fornari e eu nos dirigimos diretamente a Caxias, onde tivemos um encontro com o Sr. Reitor [Virvi Ramos]” (cfe. manuscrito de Schmitz, s.d.; acervo do CMDPU).

Aqui cabe ressaltar que três pontos cercam nossas reflexões: primeiro, desde 1964 pleiteava-se uma faculdade própria, independente de qualquer outra instituição; segundo, às universidades existentes não era permitido criar cursos fora da sede de origem; terceiro, Lajeado não tinha estrutura física e pedagógica que pudesse contemplar as leis vigentes naquele momento, e conseguir aprovação. E, entretanto, com um cenário todo desvantajoso, em março de 1969 a cidade festejava a instalação do primeiro curso superior.

A mudança que parece ter sido decisiva foi a indicação do pároco local, Érico Jacó Schmitz<sup>36</sup>, para a presidência da APEUAT, no início de abril de 1968. Nisso reconhecemos a visão dos fundadores, escolhendo um nome qualificado em termos de formação e pós-graduação, nesse aspecto podendo facilitar os trâmites com o CFE, sem deixar de considerar o próprio entendimento que tinha sobre a questão.

Para além desse aspecto, o direcionamento escolhido pela equipe, a partir de então [diante da impossibilidade de criar faculdade própria], foi no sentido de consultar outra vez universidades consolidadas, sendo um dos contatos com a UNISINOS, sem sucesso, e outro, com o Bispado de Caxias do Sul, que intermediou a aproximação com o reitor da UCS, que, por sua vez, teria sugerido à APEUAT tratar do assunto pessoalmente com o ministro da educação (Érico Schmitz, s.d. acervo do CMDPU).

Os contatos diretos com Tarso Dutra iniciaram em meados do ano de 1968, conforme relata com pormenores Schmitz (s.d., acervo do CMDPU), havendo em novembro já a sinalização positiva para o funcionamento do curso como extensão da Universidade de Caxias do Sul, conforme evidenciam várias das fontes pesquisadas, das quais transcrevemos uma, a Portaria n. 9, de 17 de janeiro de 1969, expedida pela UCS, assinada pelo então reitor Virvi Ramos (acervo do CMDPU):

---

<sup>36</sup> Considerando as diversas ortografias que foram aparecendo nos diversos documentos e bibliografia utilizada durante a pesquisa, adotamos a forma da assinatura do pároco constante no Livro de Atas n. 01 [LA 01] da Diretoria da APEUAT: Érico Jacó Schmitz.

O Reitor da Universidade de Caxias do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com as decisões do Conselho Universitário de onze de setembro de 1968 e **conforme telegrama recebido em 25 de novembro de 1968 do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, resolve:** estender o Curso de Letras de 1º e 2º graus da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à cidade de Lajeado em convênio com a Associação Pró-Ensino Superior do Alto Taquari, a ser celebrado dentro de trinta dias.

Schmitz acompanhou de perto o desenrolar de cada cena. “Várias vezes a esperança foi pouca, cedendo lugar à desilusão”, afirmou<sup>37</sup>, expressando o quanto as pessoas envolvidas com a ideia precisaram ser insistentes, otimistas e imensamente audaciosas no desenrolar dos fatos.

Nesse sentido, talvez a observação mais apropriada é de que se deva relacionar esse resultado ao detalhe de que na cidade atuavam políticos e educadores desacomodados e atrevidos, que não se intimidaram diante de uma legislação que não lhes favorecia, senão o contrário, fazendo com que lançassem mão do que era possível, até as micropolíticas regionais para as macrorrelações, que alcançavam naquele contexto as esferas mais altas da hierarquia política nacional, tanto no que se refere ao poder Legislativo quanto ao Executivo. E de tal forma incisivas que teriam influenciado o Ministério naquilo que diz respeito à própria legislação específica sobre ensino universitário, especialmente no correr do ano de 1968.

Num primeiro momento não nos pareceu possível tecer uma linha explicativa convincente nesse sentido. Por isso foram buscados subsídios no acervo documental disponível na Instituição, ou nos locais de pesquisa e respectivos acervos mencionados no final do livro, ao mesmo tempo em que se construía documentos por meio da feitura de entrevistas orais. Disso resultaram relatos como os de Bentz (2006a, depoimento oral) que referem que as iniciativas locais não tinham força suficiente para provocar modificações legislativas.

---

<sup>37</sup> Fonte: Revista *Conheça o Vale do Taquari*, 1969, p. 6.

[...] se houve alguma influência de movimentos locais para alteração da legislação, deve ser bem mais ampliado do que um movimento cá no interior do Rio Grande do Sul. As distâncias eram muito maiores e os meios de comunicação incipientes. Eu acho que pode ter havido, e eu não acompanhei tanto esse movimento que eu possa dizer com certeza, mas a minha experiência me mostra que foi mais uma força que se agregou a outras forças maiores e não apenas locais. Objetivo em nível nacional, aí sim. Agora, certamente, o movimento aqui – não teria, no meu entendimento, e ainda hoje, se fosse uma luta hoje similar – não teria força suficiente para alterar uma legislação.

Já Arruda (2006c; 2006d; 2008, depoimento oral) considera que o papel desempenhado pelo conjunto diretivo da APEUAT com o respaldo dos apoios políticos influenciaram as decisões tomadas pelo MEC durante a segunda metade de 1968.

São vários os elementos indicando que o agito provocado pelo grupo foi significativo o suficiente para movimentar políticos muito próximos do Ministro da Educação, Tarso Dutra, podendo-se supor que contribuíram, de alguma forma, para a criação do Decreto-Lei cujo conteúdo respaldaria legalmente a extensão da universidade caxiense.

O Decreto-Lei em questão foi o de n. 405, de 31 de dezembro de 1968<sup>38</sup>, e dispôs especificamente sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, referente ao ano de 1969, trazendo, contudo, no parágrafo terceiro, a regra que daria o lastro legal necessário à UCS para criar cursos fora da sede original. Dizia: **“a ampliação de matrículas, inclusive em extensão de cursos, será autorizada pelas próprias Universidades, comunicando sua resolução ao Ministério da Educação e Cultura, para os efeitos previstos no Decreto n. 63.342, de 1º de outubro de 1968”** (Decreto-Lei, n. 405, de 31 de dezembro de 1968; grifos da autora).

---

<sup>38</sup> Fonte: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 3 de novembro de 2008. O referido decreto é também mencionado por Neves (2007, p. 346). Importante dizer que essas extensões foram permitidas durante limitado espaço de tempo, tendo sido proibidas as extensões fora de sede, já em 1971, pelo CFE (cfe. Neves, 2007, p. 346).

Ou seja: queria dizer que os pedidos para cursos universitários não precisariam passar pelo CFE, órgão que vinha assinando as negativas para a APEUAT, o que nos faz entender de forma mais exata o episódio dos pareceres conflitantes acontecido no final de 1968 – um do Conselho negando autorização de funcionamento para a faculdade lajeadense; outro do Ministro da Educação e Cultura autorizando – narrado por Schierholt (1995, p. 34-35) e por Schmitz (s.d.; acervo do CMDPU) e recordado por Arruda (2006b, depoimento oral).

Essa interpretação sugere que a negativa do Conselho Federal, desautorizada por Tarso Dutra, foi uma decisão pessoal do ministro, amparada pelo decreto citado, assinado pelo presidente Costa e Silva e respeitante às ligações de amizade e poder político de Dutra com o deputado Daniel Faraco, por sua vez envolvido, por mesmos laços, com influentes líderes arenistas, esses comprometidos com arenistas caxienses e lajeadenses<sup>39</sup>.

Quanto ao papel do Ministro, não restam dúvidas de que foi imprescindível no caso específico que estamos focando. E não apenas neste, mas em todo o Rio Grande do Sul, conforme atestam também os escritos de Neves (2007, p. 347)<sup>40</sup>: “O apoio político do deputado e ministro Tarso Dutra foi decisivo à concretização de muitos desses projetos na forma de IES privadas. Foi no conjunto dessas novas instituições de ensino superior, tornadas independentes e algumas poucas preexistentes, que alguns anos mais tarde emergiu a conceituação de universidade comunitária”.

Como visto anteriormente, não basta compreender isso sem levar na devida conta a amplitude dessas relações, que incluíam nomes da roda política nacional, cujas relações com as pessoas citadas eram

---

<sup>39</sup> Conforme relato de Arruda (2008e), a proximidade entre Faraco e os lajeadenses apareceu por conta de um período em que aquele político esteve residindo em Lajeado, para aí instalar a primeira agência do Banco do Brasil.

<sup>40</sup> O estudo de Clarissa Eckert Baeta Neves (2007) pretende dar conta do tema Ensino Superior (1930-85) [no estado do Rio Grande do Sul]. Entretanto, salientamos que, em nenhum momento, há referências para o Ensino Superior em Lajeado, nem mesmo quando apresenta [à página 351] um quadro demonstrativo das Universidades no Rio Grande do Sul, em 1985, destacando, ali, a UCS e as extensões surgidas em 1968.

igualmente intensas. Rio-grandenses, ou não, atuaram em favor da APEUAT.

Entendemos que a imbricação desses fatores desenhou o desfecho favorável de 1968, sendo essencial a atuação conjunta dos dirigentes da APEUAT, somada à dos apoios políticos.

Diante do exposto, e até onde alcança o nosso olhar, nos limites deste estudo, é possível dizer que um movimento regional, interiorano, incitou mudança em lei específica respeitante ao Ensino Superior, no caso, o Decreto-Lei n. 405, acima citado, a partir do qual a APEUAT conseguiu enfim estabelecer em Lajeado o Ensino Superior. De outro modo, naquele contexto, não teriam feito aprovar projeto algum, pelos vários motivos apresentados anteriormente.

\*\*\*\*\*

O Curso de Letras foi criado como extensão da Universidade de Caxias do Sul, em março de 1969. Para Arruda (*apud* Schireholt, 1995, p. 46), isso deveu-se ao trabalho desenvolvido pelo então presidente da Associação, Érico Schmitz, à boa vontade do então reitor da UCS Virvi Ramos e às decisões do ministro da Educação e Cultura, incitadas por deputados estaduais e federais ligados aos projetos de correligionários rio-grandenses, no caso, lajeadenses.

No Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio, na qual atuava o presidente da APEUAT, Érico Schmitz, lê-se sobre o início das atividades do Curso de Letras:

Uma vez criado o curso universitário, procedeu-se aos exames vestibulares, que foram realizados nos dias 24-28 de Fevereiro, com a fluência de 100 candidatos. O curso foi instalado no Colégio São José, que cedeu algumas salas para o seu funcionamento. Entretanto, a inauguração definitiva acontecia precisamente no dia 10 de março de 1969, quando em sessão solene, se declarava definitivamente criado o 1º Curso universitário no Alto Taquari pelo Diretor da Faculdade Professor designado

para este ato pelo Reitor da Universidade de Caxias do Sul. O 1º Diretor foi nomeado pelo reitor e recaiu na pessoa do P. Erico Schmitz (LT da Paróquia Santo Inácio, v. I, p. 15; acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyolla).

Chama atenção não ter sido instalado imediatamente o Curso de Ciências Contábeis, o pretendido desde o início da década. Uma das primeiras decisões da UCS foi designar uma equipe “para fazerem levantamento e pesquisas educacionais na região do Alto Taquari”<sup>41</sup> (LA 01, ata n. 11, p. 11; acervo do CMDPU), e então decidir qual curso instalar.

Destacado o curso que melhor atende as expectativas de alunos e professores, buscou-se verificar o grau de coerência do mesmo com as exigências ditadas pelas condições gerais da região, no que se refere a atividades predominantes e necessidades de pessoal de nível superior. Para tanto, levaram-se em conta as possibilidades oferecidas pelo mercado de empregos da região aos profissionais egressos do curso indicado. Foi enfatizada a necessidade de os mesmos virem a exercer suas atividades na zona abrangida pelo curso a ser instalado, considerando-se este aspecto como condição necessária à sua instalação.

De acordo com o relatório do Conselho de Desenvolvimento da Universidade de Caxias do Sul (1968; acervo do CMDPU), a maior preferência dos alunos foi com relação a “cursos pertencentes ao currículo de uma Faculdade de Filosofia; dentro destes cursos, o que obteve o maior número de escolhas foi o de Ciências Sociais, seguido pelo de Letras”.

A partir daquele estudo, ficou decidido abrir primeiro o Curso de Letras, de cujas primeiras turmas analisamos o perfil, para entender o significado que assumiu a conquista do Ensino Superior para a cidade de Lajeado e seus entornos. Observa-se, inicialmente, que a

---

<sup>41</sup> A região denominada Alto Taquari abrangia 14 municípios: Estrela, Encantado, Venâncio Aires, Taquari, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Putinga, Ilópolis, Muçum, Nova Bréscia, Bom Retiro do Sul, Roca Sales e Anta Gorda. Fonte: Relatório do Conselho de Desenvolvimento da Universidade de Caxias do Sul, 1968; acervo do CMDPU.

oferta atendeu uma demanda específica: profissionais que já atuavam em escolas ou empresas da região e estavam desejosos de investir em carreira acadêmica, sem deixar para trás as suas atividades profissionais e os seus Lugares.

Um dos relatos estudados valoriza esse aspecto:

Numa tarde de 1968 [...] dei de cara, sobre o balcão da secretaria da escola, com uma lista de coleta de assinaturas de interessados em frequentar um curso superior em Lajeado: pedia-se a indicação do curso de preferência. Vibrei intensamente, assinei a lista: Letras/Português e Inglês! **Resolver-se-ia o meu grande problema profissional.** Eu queria porque queria estabelecer-me no Vale do Taquari, mas queria qualificar-me e titular-me como professor. Até aí eu lecionava *a título precário*, com o certificado de Curso de Suficiência obtido em dois estágios de férias na UFRGS: 1965 e 1966. Assustava-me a perspectiva de, ainda em início de atividade profissional, enfrentar uma carreira sem a qualificação ‘definitiva’ – como a julgava então. Lembro que, ante a possibilidade de cursar Letras sem interromper as atividades profissionais, fui tomado de um sentimento de admiração e gratidão para **com as lideranças que deveriam estar se mobilizando por trás desta nova oportunidade.** Guardo esse sentimento até hoje (Bersch, 2008; grifos da autora).

Além de evidenciar as expectativas existentes, os depoimentos reforçam a ideia de que as comunidades não acompanhavam e não conheciam o projeto da APEUAT. Contudo, o apoio essencial não faltou, vindo expresso pelo elevado número dos inscritos no primeiro vestibular: mais de uma centena, provenientes de vários municípios do Vale do Taquari.

Para a mesma direção da narrativa anterior voltam-se as recordações de outros entrevistados que falam sobre a abertura do curso de 1969, bem como dos seguintes, em 1970, conferindo importância ao aspecto das relações das pessoas com as suas ‘coisas’ e Lugar, na medida em que o acesso ao Ensino Superior favorecia aqueles que não podiam ou não queriam deixar para trás raízes, o trabalho, a família:

[...] eu fiquei muito feliz quando a Instituição foi instalada em Lajeado. A gente soube pela imprensa que tinha sido autorizada a criação dos cursos superiores em Lajeado. Eu tive uma alegria muito grande porque eu tinha muita expectativa de continuar estudando e não via outra possibilidade a não ser estudar em Lajeado. Nem chegava a me ocorrer que podia estudar em Porto Alegre, não sei por que, mas nunca me passou pela cabeça... portanto, quando eu soube, eu fiquei muito feliz e entrei aqui na terceira turma, logo que eu concluí o Segundo Grau (Kist, 2006, depoimento oral).

Outra fala [de ex-aluno] reforça as impressões anteriores:

[...] de qualquer forma, a faculdade, o curso superior em Lajeado, na época era de extrema importância pra gente que exercia já o magistério. Eu exercia o magistério no Colégio Alberto Torres desde [19]62 e a titulação era a titulação precária. Era o exame de suficiência, onde (*sic*) se obtinha uma carteirinha registrada no MEC, que era titulação provisória, tanto é que dizia em cima: *a título precário*. Então, iniciando a lecionar em [19]62, casando em [19]66, havia toda uma preocupação em termos de segurança profissional. Afinal, o que o profissional quer? É se sentir habilitado e não a *título precário*. Então, já morando aqui, casado, com filhos e tal, fazer o curso superior fora de Lajeado era uma questão muito difícil, então esse anseio, essa tentativa, esse curso novo... de várias formas pra mim veio como grande notícia o curso superior de Lajeado (Diersmann, 2007, depoimento oral).

Com o mesmo teor, e ainda realçando o caráter seletivo inicial do Ensino Superior em Lajeado, tanto do ponto de vista do processo como no que tange ao público atingido<sup>42</sup>, Bentz (2006a, depoimento oral) relaciona:

Nós pegamos, no início, uma elite da região, que eram pessoas pertencentes à sociedade, senhoras e homens que

---

<sup>42</sup> Sobre o funcionamento do Curso de Letras no Colégio Madre Bárbara, falaram Arruda (2006c, depoimento oral); Bergmann (2007, depoimento oral); Enzweiler (2006, depoimento oral); Jänisch (2007, depoimento oral) e Lopes (2006, relatório de depoimento oral).

não tinham tido oportunidade de sair para estudar fora, justamente por questões de época – dedicação à família, compromisso, compromisso dos filhos, dos herdeiros das grandes empresas ou das grandes lojas que não podiam abandonar seus lugares profissionais ou familiares para fazer a sua formação universitária. Então apareceu uma grande oportunidade, como uma... eu diria uma verdadeira bênção para a região [...].

Outro assunto pinçado de fontes orais foi com relação ao aspecto infraestrutural físico e pedagógico, com destaque para a precariedade do espaço físico, dividido com os alunos da escola, e a bibliografia disponível, escassa e limitadora do trabalho discente. “A estrutura física era bem preocupante, em princípio por causa da biblioteca, porque a gente não tinha onde fazer as pesquisas” (Bergman, 2006, depoimento oral), afirma uma das alunas. E outro depoimento complementa:

As nossas aulas ocorriam num amplo salão do terceiro andar do ‘Castelinho’ – talvez o dormitório em tempos de internato – ao qual se chegava por um corredor estreito, ladeado de pequenos quartos-dormitórios eventualmente ocupados por alguns professores. Éramos perto de cem alunos. **Os homens, em franca minoria** (Bersch, 2008; grifo da autora)<sup>43</sup>.

Mesmo diante deste contexto, no mesmo ano de 1968 a UCS aprovou a criação de mais dois cursos para a APEUAT: Ciências Contábeis e Economia. Sem espaço físico próprio, a Associação ficou dependente da boa vontade de outras lideranças educacionais da cidade já em 1970, quando iniciaram as aulas dos referidos cursos<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Para ter acesso à lista completa dos alunos matriculados na primeira turma do Curso de Letras, ver Schierholt (1995, p. 39-42).

<sup>44</sup> O Colégio Evangélico Alberto Torres (em 1970) e a Escola Normal Madre Bárbara (em 1972) abriram seus espaços para sediar as atividades da APEUAT. A participação do Alberto Torres, naquele momento, permite-nos concluir que, das várias diferenças que haviam separado grupos na busca do Ensino Superior – a geopolítica, a político-partidária e a confessional-religiosa –, esta última foi a que menor dificuldade terá representado na mente dos líderes educacionais da época para a consumação do projeto.

No Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio (p. 18; acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyola) ficou registrado que,

[...] no dia 4 de abril [de 1970] eram instalados em Lajeado mais dois Cursos Universitários extensão de Caxias do Sul. Eram os Cursos de Ciências Econômicas e Contábeis, que em parte funcionavam no Colégio Alberto Torres e o Curso de Letras na Escola Normal Madre Bárbara, porque no Colégio Castelo Branco já não havia disponibilidade de salas.

As lembranças dos primeiros alunos sobre a falta de recursos nos levam a concluir que as negativas do CFE entre 1964 e 1968 estavam embasadas em constatações corretas sobre a infraestrutura. De outro lado, o Ex-Colégio São José, pelos mesmos anos transformado em Escola Estadual Presidente Castelo Branco, passou a ficar atulhado de matrículas, impondo ainda maior urgência nas soluções para a falta de espaço físico.

Resolver essas questões levaria ainda longo tempo, pelo fato de persistirem as grandes dificuldades de ordem financeira da Associação, o impedimento maior para a expansão e manutenção do conquistado até aquele momento.

A partir de 1970, o fato de as aulas acontecerem em prédios distintos não dificultava apenas a parte administrativa. Era um estorvo também em aspectos pedagógicos no sentido da falta de interação, tanto de acadêmicos quanto de professores.

Parece-me que foi apenas no último ano que nossas aulas [do Curso de Letras] foram transferidas para as dependências da Escola Normal Madre Bárbara. Se até aí nosso contato com os alunos dos cursos de Economia e Contábeis era quase nulo, a partir de então, tornou-se 'zero'. Nem recorde se teria havido reuniões conjuntas das três turmas. Se houve, fugiram-me da memória (Bersch, 2008).

Os registros da APEUAT mostram que a equipe diretiva não estava alheia aos aspectos limitadores, como a questão pedagógica. A escolha de um nome que fizesse frente ao objetivo de melhorar esse ponto específico coube ao então presidente, Érico Schmitz, que

assina o documento no qual argumenta sobre a “necessidade de uma coordenação pedagógica e gabinete de planejamento”. Então solicita à Secretaria de Educação e Cultura – SEC a cedência da professora Ione Maria Ghisleni Bentz para o trabalho.

A APEUAT enfrenta problemas bastante sérios no que concerne à falta de uma Coordenação Pedagógica e gabinete de Planejamento, de importante e mesmo imprescindível função no esquema do desenvolvimento dos trabalhos universitários [...]. Por todas estas razões pretende a APEUAT pleitear junto à V. Excia. (*sic*) a cedência da professora Ione Maria Ghisleni Bentz para entregar-lhe a direção do planejamento e coordenação pedagógica das faculdades de Lajeado [...] (conforme correspondência enviada ao então secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, com data de 3 de dezembro de 1971; acervo do CMDPU).

Essa informação é relevante para que entendamos que as decisões resultantes desse debate no núcleo central da APEUAT fariam com que a Instituição tivesse forças para persistir às fragilidades que acompanhariam sua história nos contextos difíceis das décadas de 1970 e 1980<sup>45</sup>.

O certo é que os problemas de infraestrutura física e pedagógica demandavam um dinheiro que a APEUAT, nos limites de sua constituição jurídica, teria dificuldade de acessar. Uma fundação ofereceria respaldo mais interessante, para obter recurso público suficiente até se tornar autossustentável. Isso mobilizou novamente as lideranças, na busca de um desfecho para a questão, o que exigiria habilidade e grande empenho.

---

<sup>45</sup> Bentz ficaria ligada à Instituição até 1987. Durante esse tempo esteve provocando os colegas professores ao pós-graduação [preferencialmente nos formatos mestrado e doutorado], enquanto ela mesma frequentava círculos acadêmicos já consolidados, tanto no Brasil como fora dele. Logo à frente, essa inquietude, também disseminada por um conjunto de professores porto-alegrenses, faria com que professores da localidade se preocupassem com essa modalidade de formação. Ao mesmo tempo, esses profissionais tentavam criar espaços de debate na pequena Instituição lajeadense, conforme mostrado na sequência do texto.

As fontes pesquisadas mostram que somente anos mais tarde as ações institucionais na perspectiva da preocupação regional ampla, e da inclusão da pauta do Ensino Superior nos interesses dos diversos municípios do Vale do Taquari, com vistas à dotação de recursos regulares, passaram a ser meta<sup>46</sup>. Essa, porém, foi sempre luta inglória. Uma análise, por breve que seja, imediatamente indica que uma coisa é dizer do apoio político e moral ofertado pelos municípios, o que ocorreu com ênfase a partir de meados dos anos 90; outra, é dizer do apoio financeiro de fato e regular, que nunca ocorreu<sup>47</sup>, apesar de, por largo tempo, de 1975 até meados da década de 1990, todas as equipes diretivas terem insistido em tentar parcerias e captação de recursos financeiros com as prefeituras da região, as quais nunca deram resposta positiva.

\* \* \* \* \*

O que se pode ler daqueles difíceis anos iniciais é que, embora os desacordos, foi-se construindo em Lajeado convicção de que o Ensino Superior, já implantado nesta cidade, exigia união das lideranças envolvidas, independentemente de bandeira partidária, muito embora cada qual se interessasse por deixar sua marca na conquista. Outro registro que se pode [e se deve] fazer, à luz das fontes que hoje nos exigem o olhar, é que se estabelecem fronteiras entre os interessados pelo Ensino Superior, simplesmente, e aqueles que incluíam, também, os interesses próprios, em geral os político-eleitorais. Por mais legítimos que consideramos esses últimos – eles pertencem à essência da própria prática política, disso não duvidamos –, é inegável, também, que o espírito comunitário fica especialmente exaltado naqueles líderes que emprestam a sua colaboração gratuitamente. Esse “olhar” nos

---

<sup>46</sup> Conforme Bersch (2008), o professor Ney Santos Arruda costumava dizer que os demais municípios não haveriam de contribuir com investimentos em Lajeado e que, “se Lajeado quisesse ter a glória de sediar Ensino Superior, deveria pagar por isso”.

<sup>47</sup> Insistimos em lembrar que o Vale do Taquari ainda não estava envolvido com as emancipações dos anos 80 e 90; e que os municípios existentes não contavam com orçamentos vultosos que pudessem justificar o debate da questão como uma causa para a qual devessem despendere recursos regulares.

é oferecido por falas que expressam posições individuais, mas que permitem entender o clima formado em torno da conquista do Ensino Superior para Lajeado, como o trecho seguinte, que mostra a percepção de quem estava, naquele momento [transição entre a década de 1960 e 1970], na condição de integrante do processo, enquanto aluno.

Se vamos personalizar um pouquinho a iniciativa de trazer o Ensino Superior pra cá, me apontam dois nomes claros, que são Padre Érico e Ney Arruda. Eu sempre vi no Padre Érico a pessoa que olhava a obra que estavam realizando com olhos de longo prazo, da importância que isso teve a longo prazo, como alguma coisa que realmente era necessária... não tanto pra ele se realizar... mas, eu via no Padre Érico uma figura sempre muito mais interessada e preocupada com a região do que com qualquer outro projeto pessoal. E... eu digo isso por causa de atitudes que ele tomava, iniciativas que ele tomava. Ele caminhava no meio dessas primeiras turmas... [perguntando] *quem é que leva essa obra adiante?* Porque ele sabia que não seria ele... Ele precisava prover para a Instituição lideranças que levassem o trabalho adiante e ele insistia muito nisso. Paralelamente, Schmitz deve ser entendido como um religioso que já não se prendia a sectarismos confessionais. Entre os possíveis líderes futuros mencionados por ele constavam com insistência os professores Ingo Schreiner e Venâncio Eugênio Diersamnn, ambos com formação em seminário luterano (Bersch *apud* Bentz, 2006b, depoimento oral).

Ione Bentz (2006b, depoimento oral) enfatiza o papel de Arruda no que diz respeito à forma de conduzir a administração das faculdades delegando-a a professores que vinham da UFRGS. E insiste:

[...][outra] questão tem que ser registrada, o discernimento, e aí, sim, do doutor Ney Arruda – isso tem que ser dito – de ter percebido que era preciso pagar diferenciadamente para professores altamente especializados e renomados das áreas de economia e administração cujos cursos se abriam, para que eles viessem a Lajeado, porque vir a Lajeado não era uma viagem de 1h e 40m, era algo bem mais complicado. Ora, um dirigente que tem esse alcance, marca a instituição no seguinte sentido: as turmas que foram formadas, foram

formadas pelos melhores professores de Porto Alegre: professores da Universidade Federal, professores ligados à FEE [Fundação de Economia e Estatística] – às Faculdades de Economia e Administração. E, certamente um gestor estreito, burocrata, não teria a ousadia de diferenciar salário, quando sequer se entendia tanto o significado de formação boa e diferenciada.

No ano de 1972, portanto, já se podia falar em Lajeado de um Ensino Superior instalado. A primeira turma já se encaminhava para a formatura. O fato estava de tal forma consumado que quem se omitisse em sua responsabilidade pública em detrimento do êxito definitivo da iniciativa ver-se-ia politicamente prejudicado.

No Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio (acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyola) o pároco não deixou de registrar detalhes da solenidade do grupo que se formava em 1973:

No dia 5 de janeiro celebrou-se a 1ª formatura universitária em Lajeado, no Cine Alvorada, estando lotadas completamente as dependências do mesmo. Foram mais de sessenta universitários que participaram da formatura, que escolheram o P. Érico Schmitz como paraninfo, por ter sido o fundador dos cursos universitários em Lajeado, ter sido o 1º Coordenador e sendo ainda hoje seu Diretor. Foi uma bonita festa cultural, marco e começo para muitos e grandes sucessos no setor educacional no Alto Taquari. Estiveram presentes o Reitor de Caxias do Sul e muitos professores e familiares.

A repercussão do evento vinha complementar a movimentação diferente verificada no Vale desde 1969, com os cursos de Ensino Superior, o que aumentava a responsabilidade dos gestores desses, bem como dos administradores da coisa pública regional. Sem qualquer chance de equívoco, a questão central, naqueles instantes, era a necessidade de investimento em compra de área<sup>48</sup> e construção de prédio(s).

---

<sup>48</sup> Sobre a aquisição da área de terras para a FATES ver Anexo 2.

A APEUAT tinha por princípio que a instalação física em hipótese alguma poderia ser sustentada pelas anuidades dos alunos, ainda poucos então. O município deveria entrar, agora, com pesado investimento, para garantir para Lajeado a sede definitiva da futura universidade.

A autonomia com relação à UCS também não se viabilizaria nas condições precárias em que se encontrava a Associação, por causa das limitações financeiras. E nem apenas por isso, mas porque o próprio CFE

exigia o reconhecimento das extensões após dois anos de funcionamento, devendo as universidades, a partir daí, transferir a responsabilidade de manutenção das extensões às unidades locais legalmente constituídas. Consequentemente, era necessário que as extensões solicitassem, através das mantenedoras, seu reconhecimento ou deveriam optar pelo fechamento [...] (Neves, 2007, p. 346).

Em decorrência disso, a APEUAT concentrou esforços em projeto de transformação da Associação em Fundação.

A partir da leitura dos fatos que vivi como aluno e professor estreante no Curso de Letras, sempre entendi que os primeiros cursos superiores foram instalados em Lajeado por obra e influência pessoal ou político-partidária dos líderes da APEUAT. Num momento posterior, **as mesmas lideranças perceberam que, sem um investimento inicial de grande vulto, a causa poderia soçobrar [...]**. A pretensão da regularidade e do montante necessário motivara a transformação da Associação (APEUAT) em Fundação (FATES) – um formato jurídico que mais se adequaria ao objetivo de habilitar-se ao recurso público (Bersch, 2008).

A conjuntura política municipal da época, acirrada pelo bipartidarismo implantado à força no País, não permitiu, então, que o ‘mutirão’, tornado necessário para reforçar uma mantenedora que, mais cedo ou mais tarde, haveria de substituir a UCS na manutenção dos cursos superiores se transformasse em uma causa suprapartidária. A

solução passava necessariamente pelo Legislativo e pelo Executivo municipais. Os dois postos estavam ocupados, em 1972, por líderes políticos adversários – de um lado o líder da ARENA (neste caso ex-PSD) e expressão mais afirmativa da APEUAT, além de professor dos cursos superiores, Ney Santos Arruda; e, do outro lado, o prefeito Darci José Corbellini, MDB (ex-PDT).

Essa polarização, se atrapalhava os diálogos e criava situações difíceis entre os envolvidos com a causa em jogo, não foi desastrosa também, porque, de qualquer forma, se viu aparecer, em 1972, a FATES.

As dificuldades do entendimento oportunizaram o surgimento de versões diversas dos atos e dos fatos que acabaram na criação da Fundação. Certo é que, legalmente, o Chefe do Executivo deveria encaminhar, como de fato acabou encaminhando à Câmara de Vereadores, um projeto, que esta transformou em lei, criando a Fundação e dotando-a de um recurso de 800 (oitocentos) salários mínimos anuais e de uma área que pertencia à União Federal, para quem Lajeado a doara cerca de 20 anos antes (Bersch, 2008).

De tudo o que se pode ler nos estatutos que naquele instante foram redigidos, um aspecto chama atenção especial, o qual refere:

Contrariamente ao que se costuma ter na figura de uma fundação, colocou acima dos conselhos institucionais um colegiado amplo, denominado ‘assembleia’, onde (*sic*) figuram, além das lideranças da sociedade local, os professores da Instituição. Com o correr do tempo, foram introduzidas alterações na composição da assembleia, tendo as duas principais razões sido: 1) a caracterização clara de que a fundação tem caráter regional e 2) o aumento do número dos professores da Univates. A proporção entre o corpo docente da mantida e os demais membros ficou aproximadamente mantida. Quando, em época recente, o Procurador Geral de Fundações no Estado acenou informalmente com a sugestão de ser suprimida a figura da assembleia – por se tratar de uma fundação –, a nossa defesa, feita com o argumento de que é a esse órgão que atribuímos o êxito de a nossa entidade ter-se

mantido a salvo de interesses particulares ou de grupos de qualquer natureza, foi rapidamente aceita. O mérito de ter introduzido no estatuto esse 'órgão protetor' do caráter plural da Univates, atribuo-o aos que idealizaram e aprovaram o estatuto inicial (Bersch, 2008).

Na ata n. 11 da Assembleia Geral da APEUAT (LA 05, p. 8; acervo do CMDPU) consta que "Lajeado deverá tornar-se um Centro Universitário (*sic*). Partindo para objetivos fixos, a APEUAT deveria ser extinta e, em seu lugar, criada uma Fundação através de Patrimônio Municipal e dos atuais bens, com apoio da Câmara de Vereadores e de verbas federais previstas".

A última diretoria da Associação foi presidida por Albano Mallmann, tendo como vice o então prefeito Darci José Corbellini. O grupo faria a transição entre a Associação e a Fundação e ficou encarregado de redigir outro estatuto<sup>49</sup>. Com uma fundação almejava-se que o poder público municipal disponibilizasse sistematicamente e sem interrupção o recurso necessário para a instalação e a expansão física dos cursos. O município se comprometeria, para o futuro, aos repasses, independentemente do momento político.

A extinção da APEUAT aconteceu no dia 14 de novembro de 1972<sup>50</sup>, em reunião coordenada por Mallmann, que esclarecia e justificava o fato: "tendo em vista a instituição, por parte do Poder Público Municipal desta cidade de Lajeado, de uma fundação que terá por objetivo os mesmos interesses da APEUAT, cessariam as finalidades desta última que preencheu totalmente seu objetivo principal com a criação dos cursos superiores em Lajeado"<sup>51</sup>. De acordo com isso, solicitava "aos presentes a autorização para transferência, segundo os termos do artigo trinta e dois dos estatutos, de todos os bens da

---

<sup>49</sup> Cfe. consta no LA 05, ata n. 12, p. 9; acervo do CMDPU.

<sup>50</sup> Cfe. LA 05, ata n. 12, p. 9; acervo do CMDPU, a referida Assembleia Geral Extraordinária – AGE aconteceu nas dependências da Câmara de Vereadores de Lajeado, às vinte horas, com um único assunto na ordem do dia: "Dissolução da Associação Pró-Ensino Universitário do Alto Taquari – APEUAT, presidida, então, por Albano José Mallmann".

<sup>51</sup> É o que consta no LA 05, p. 9, ata n. 12, data de 14 de novembro de 1972; acervo do CMDPU.

APEUAT para a FATES – Fundação Alto Taquari de Ensino Superior, inclusive os saldos bancários [...]” (LA 05, p. 9, ata n. 12, data de 14 de novembro de 1972; acervo do CMDPU)<sup>52</sup>.

Finalizados os atos legais da nova situação, imediatamente o Executivo Municipal fez deslanchar a construção do Prédio 1 do atual Câmpus da Univates, onde seria iniciado o ano letivo de 1973. Para tanto, o município contraiu um financiamento na Caixa Econômica Estadual, o qual foi pago em seu maior volume no exercício administrativo do prefeito seguinte, Alípio Hüffner.

Sobre a área em que se estabeleceu a FATES, menciona-se um pormenor, sem pretensões de o detalhar. Havia sido comprada para essa finalidade, pelo município de Lajeado, ainda na gestão do prefeito Dalton de Bem Stumpf [1964-1968], uma área situada em torno da atual estação rodoviária interestadual da cidade. Como naquele meio-tempo ficara definida a construção da RS 130 pelo meio da área, o entendimento dos responsáveis foi de que essa área continuasse pertencendo ao município e, para a FATES, acabou sendo destinada outra, no então denominado bairro Vila Jardim, a qual o próprio município, em fins da década de 1940, durante a administração do prefeito Hugo Oscar Spohr [1948-1951], doara à União, que nela instalara um posto de atividades-modelo para a prática da extensão rural. Dita área continuava, em 1972, pertencendo à União, ‘lotada’ no Ministério da Agricultura. A situação foi parcialmente resolvida, anos mais tarde, com a escrituração de doze daqueles sessenta hectares em favor da FATES, por decisão do Ministro da Agricultura, o gaúcho Luís Fernando Cirne Lima. Somente em 2004 a Fundação – já então FUVATES – conseguiu, por compra em hasta pública, tornar-se proprietária dos restantes 48 hectares<sup>53</sup>.

Outra vez nos aparecem oportunos os registros do Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio (p. 24; acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyola):

---

<sup>52</sup> A FATES foi instituída pela Lei n. 2.575, de 16 de novembro de 1972. Entidade “dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e econômica, nos termos da Lei [...]” (Cfe. LA 03; acervo do CMDPU).

<sup>53</sup> Detalhes sobre a história da área leiam-se em Bersch (2008), Arruda (2006c, depoimento oral) e Corbellini (2006, depoimento oral). E, especificamente, no Anexo 2.

No dia 16 de Janeiro acontecia a inauguração dos prédios da Faculdade, agora sob a denominação de Fundação Alto Taquari de Ensino Superior – FATES. Estes prédios foram construídos pela prefeitura Municipal, sob a direção do prefeito Dr. Darci José Corbellini num tempo record; pois foram iniciadas as obras em Agosto do ano anterior [1972]. A área, sob a qual foi construído o prédio, fazia parte anteriormente do campo Agropecuário do Ministério da Agricultura. A área de 12 hectares foi doada para a construção e utilização da Fates pessoalmente pelo Ministro da Agricultura, que viera a Lajeado no dia 4 de Fevereiro com este objetivo, e cujo processo foi encaminhado pela Prefeitura de Lajeado ao diretor geral do Ministério da Agricultura, sediado em Porto Alegre.

\*\*\*\*\*

A FATES reafirmou seu vínculo com a UCS, dirigida então por Airton Vargas, em março de 1973. Pelo convênio formado entre ambas, “a responsabilidade técnico-pedagógica a cumprir seria da UCS e a econômico-financeira, da Fundação” (Santos, 2006, depoimento oral).

A partir de então, em Lajeado crescia o entendimento de que se impunha uma “solução regional” para os investimentos, até que a IES caminhasse com pernas próprias. No relatório apresentado na solenidade de posse da primeira diretoria e primeiro Conselho Diretor da FATES, no dia 25 de agosto de 1973 (acervo do CMDPU), consta que foi feito o “convite aos demais municípios do Alto Taquari para, face aos dados anteriormente expostos, incluïrem nos seus orçamentos dotações especiais destinadas ao Ensino Superior”. O discurso herdado da APEUAT, agora sempre e com maior ênfase renovado.

O certo é que o cenário aparecia modificado em torno do ano de 1973, não apenas porque se transformava a APEUAT em FATES, mas porque vinha sempre bem alimentada a ditadura brasileira, com faïscas alcançando o cenário interno da Instituição, no formato de acaloradas querelas político-partidárias. As divergências, logo potencializadas, construíram uma série de atritos entre a direção das Faculdades e a

presidência da Fundação. Será sobre esses momentos e seus reveses que trataremos a seguir, mesmo porque foi sobre as cinzas dessa série de momentos-fortes que se consolidou a Instituição.



## 2

## Marcando passo e construindo o alicerce: o cenário FATES

O conhecimento e a compreensão da história levam sempre aos caminhos da ação, da mudança constante, cujas metas se situam para além da realidade cotidiana, uma vez que se localizam no umbral dos sonhos dos homens e mudam com estes (Sanchez *apud* Félix, 1998, p. 96).

O ano letivo de 1973 iniciou com marcas de outra fase: cenário físico próprio, todos os cursos funcionando no mesmo e novo prédio, e o primeiro presidente da FATES, Ely Souto dos Santos, tomando posse.

A escolha de quem iria presidir a Fundação aconteceu em meio ao agito político-partidário local mostrado anteriormente. Segundo Santos (2006, relatório de depoimento oral), o seu nome foi escolhido como forma de conciliação. Uma das suas metas foi a “despolitização do Ensino Superior da região”, como insistiu em dizer.

Arruda (2006a; 2006c, depoimento oral) e Corbellini (2006, depoimento oral) também abordaram a questão nesse sentido, ambos afirmando terem sugerido que, enquanto representantes da ARENA e do MDB de Lajeado, respectivamente, não fossem incluídos na diretoria, devendo o cargo ser ocupado por um profissional de fora de Lajeado e que tivesse alguma experiência com universidade<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Ely Souto dos Santos atuava como Juiz do Trabalho em Lajeado na ocasião em que foi convidado para presidir a FATES. Foi o fundador do Câmpus avançado da Pontifícia Universidade Católica no Amazonas – Alto Solimões, no início da década de 1970, sendo esse, provavelmente, um dos fatores que motivaram sua indicação para o cargo.

“Pensamos num nome independente, não ligado à classe política”, explicou Arruda (2006a, depoimento oral).

Vários outros entrevistados construíram suas versões sobre aquele contexto, por esse viés, relevando o fato de que a polarização político-partidária acompanhou de perto o processo de criação da FATES. Foi o caso dos ditos de Bentz (2006), Diersmann (2007), Jänisch (2007), Oppermann (2006), Schumacher (2007) e Slaviero (2006). As palavras de Diersmann ilustram a situação:

[...] na época, vamos deixar bem claro isso, a guerra partidária era grande! Era o bipartidarismo! E a Instituição – me parece [que] nesse sentido ela amadureceu tremendamente nos anos seguintes – a Instituição na época era um grande pretexto para as pessoas se projetarem politicamente. Então era realmente um lugar de conflitos, interesses político-partidários bem claros, bem definidos. Era ou para um lado, ou para o outro lado, essa era a visão (Diersmann, 2007, depoimento oral).

Empossado na Assembleia Geral do dia 25 de agosto de 1973 (LA 07, ata n. 1, p. 1; acervo do CMDPU), Santos iniciou conflituoso mandato, durante o qual as disputas foram de tal forma acirradas que a expectativa dos envolvidos diretamente com a administração [da Mantenedora e do Câmpus] acabou frustrada. Na verdade, ficaram ainda mais potencializadas e complexas, diante da postura assumida pelo presidente, de total autonomia com relação ao grupo que administrava as faculdades, que, por sua vez, fazia frente às provocações que iam adentrando os espaços institucionais sempre de forma controversa, esgotando logo a paciência de ambos os lados, com poucas chances de diálogo ou acordo. O pano de fundo: por um lado, as diferentes formas de pensar a gestão da Entidade, especialmente no que se refere à questão da prestação de contas<sup>55</sup>; por outro [embora uma análise mais simplista não demonstre], os embates políticos: os emedebistas, à frente da Prefeitura Municipal;

---

<sup>55</sup> Sobre a questão da prestação de contas, examinamos a correspondência trocada entre Arruda e Santos, bem como entre Arruda e o Conselho Fiscal da FATES, entre outras (acervo do CMDPU).

e os arenistas, que tinham na pessoa do diretor do Câmpus nomeado pela UCS, Ney Santos Arruda, um de seus líderes mais atuantes naquele momento.

Bersch (2008) comenta sobre os prováveis motivos dos desacordos em torno da prestação de contas cobrada por Santos ao diretor do Câmpus:

[...] uma herança do regime institucional da APEUAT. A passagem da forma jurídica anterior [Associação] para a atual [Fundação] não se dera, ao que parecia, pacificamente. No regime anterior, por força de convênio, cabia à UCS gerir todos os recursos decorrentes das mensalidades. A correspondente escrita contábil não chegara tempestivamente à APEUAT. Ocorre que, na época, a UCS vivia séria crise interna, chegando, em certo momento, a sofrer intervenção do MEC. Da UCS vinham sinais fortes no sentido de querer deixar os cursos de Lajeado entregues ao seu próprio governo. Ante esse quadro, o presidente da FATES, não tendo recebido a contabilidade que a UCS deveria repassar à sucessora da APEUAT, encontrava dificuldade para ter visão clara da situação, até porque encontrava acusações mútuas dos grupos políticos, de parte a parte.

Por sua vez o Município, como instituidor, embora tecnicamente não pudesse interferir na Fundação através da Prefeitura Municipal, tinha, no entanto, a força da pressão política, principalmente porque dependia da Administração Municipal a dotação orçamentária anual e a liberação regular de um recurso constante na lei de criação da FATES [...].

Santos (2006, relatório de depoimento oral) considera que o descompasso formado deveu-se à dificuldade de ele assumir as responsabilidades institucionais de presidente enquanto não recebesse da APEUAT a prestação de contas. Esta, a prestação, estava – como se verá a seguir – na dependência da UCS, sendo os recursos provenientes das mensalidades dos cursos conveniados com a APEUAT administrados pelo Diretor conforme ordens daquela

Instituição. A contabilidade da UCS encontrava-se em atraso<sup>56</sup>. Sem dispor com clareza da situação econômica da Instituição e contar com os meios de administrar os recursos, Santos não se dispunha a assumir, perante a Assembleia, aquela responsabilidade. O então presidente destaca que a intransigência de Arruda e os conflitos entre este e a Prefeitura Municipal criavam “dificuldades de relacionamento” que exigiam muita habilidade para serem superadas (Santos, 2006, relatório de depoimento oral). Já Arruda (2006a, depoimento oral) interpreta a falta de convocação da Assembleia Geral como forma autoritária e individualista com que o presidente conduzia seus trabalhos e decisões, caracterizando o momento como um “período negro” (Arruda 2006a, depoimento oral), dado o conjunto de animosidades que sentia estarem estabelecidas<sup>57</sup>.

Ely Souto dos Santos (2006, relatório de depoimento oral) afirma que reunia o Conselho para buscar solução e para legitimar posições e atitudes, e enfatiza que “reunia todos os conselheiros<sup>58</sup> [titulares e suplentes]”. Os relatos de Arruda (2006a; 2006b; 2006c, depoimento oral) destacam a ausência do presidente em vários momentos. No seu entendimento, os pontos de desacordo centravam-se sobre: falta

---

<sup>56</sup> A UCS estava passando por grande crise interna, que incluiu intervenção federal, o que respingou de forma negativa na FATES, complexificando o período de transição APEUAT/FATES e o mandato de Santos.

<sup>57</sup> Sobre o estabelecimento da crise e seu desenrolar há profusão de fontes disponíveis, como a correspondência endereçada pelo então diretor do Câmpus, Ney Santos Arruda, ao então presidente da FATES, Ely Souto dos Santos, e vice-versa, constantes no acervo do CMDPU; o conteúdo de livros de atas; textos diversos que referenciam o assunto, publicados na imprensa escrita da região, constantes nos acervos do Jornal *O Informativo*, Jornal *Nova Geração*, acervo de jornais da Biblioteca da Univates e Biblioteca Pública de Lajeado; e os depoimentos orais concedidos por Arruda (2006), Bentz (2006), Bersch (2006), Chemin (2006), Corbellini (2006), Diersmann (2007), Ferri (2007), Jänisch (2007), Oppermann (2006) e Santos (2006).

<sup>58</sup> Conforme os Estatutos da FATES (*In*: LA 03 das AG/FATES), a primeira diretoria incluiu, além do presidente, Ely Souto dos Santos, e do vice-presidente, Érico Schmitz, os Conselheiros [Conselho Diretor]: Hans Wilhelm Cremer, Lindo Chemin, Lauro C. Steyer, Ione Maria Ghisleni Bentz, Hilário Brancher; e os Suplentes: Mariasinha Bohn, Élio Henrique Corbellini, Arnaldo Yung Filho, Álvaro de Oliveira Velo, Fábio Brito de Azambuja e o Conselho Fiscal: Wilson H. Jacques, Rubert Tietze, João Abichecher, Fani Scheibel, e os Suplentes: Leopoldo Feldens, Bernardino Pinto, Curt Carlos Gustavo Weidmann, Guido Arnaldo Lermen e Benno Müller.

de observância das disposições do estatuto vigente, com decisões tomadas unilateralmente e à margem desse; e a ausência do gestor nas discussões internas decisivas para o trabalho acadêmico. A esses acrescentamos o choque de interesses ideológicos e políticos, a partir dos quais se deve enxergar a atuação do grupo que estava à frente do Executivo local.

Os atritos ficaram tão sérios que, nos primeiros meses de 1974, Santos decidiu-se por uma medida drástica: extinguiu o cargo de Diretor do Câmpus, destituiu o diretor e seus assessores, e nomeou um coordenador para cada um dos dois cursos existentes. Como pelo convênio a nomeação do diretor cabia à UCS, o presidente da FATES, numa “manobra hábil” – aguardou o interstício de um dia entre a saída de um reitor da UCS e a data de posse do novo reitor para expedir Portaria de extinção do cargo. Esse documento alterava a organização das atividades da FATES, o que foi “[...] a maneira mais simples e civilizada que eu encontrei para resolver o fato”. Isso conforme seu próprio depoimento (Santos, 2006)<sup>59</sup>.

O conjunto desses acontecimentos gerou grande repercussão entre os professores e funcionários envolvidos com a administração<sup>60</sup>, entre vários professores dos cursos, bem como na comunidade. Na edição de 13 de julho de 1974 do *Jornal Nova Geração* [acervo do *Jornal Nova Geração*] há matéria sobre uma comissão de Caxias do Sul que teria estado em Lajeado para solucionar o caso. Contudo, não se efetivara a reunião da FATES por falta de *quorum*.

Todo esse tumulto, no entanto, parece não ter modificado a rotina da vida acadêmica, se tomarmos para análise os relatos de quem,

---

<sup>59</sup> A referida Portaria [n. 01/74, de 26 de abril de 1974] foi publicada no *Jornal Nova Geração*, de Estrela, edição de 1º de maio de 1974 (cfe. acervo do dito jornal). Consta ainda no Livro de Portarias – LP do Conselho Diretor da FATES – CD/FATES (LP 01, 1973-1992; acervo do CMDPU). Vale ressaltar que o documento foi suspenso, no dia 29 de junho de 1974, pela Portaria n. 06/74 (LP 01, 1973-1992; acervo do CMDPU).

<sup>60</sup> Entre os detalhes, alguns bem bizarros, Santos (2006, relatório de depoimento oral) menciona a “greve do barzinho”, deflagrada quando o proprietário do “barzinho”, em solidariedade à diretoria do Câmpus, fechou o estabelecimento sem prévio aviso, deixando todos os alunos sem lanche, forçando-os a contratar os serviços do “cachorro” da praça para solucionar momentaneamente o problema.

naqueles instantes, estava na Instituição na condição de aluno: “[...] A gente via que tinha um desentendimento ali, mas estava fora da nossa alçada. Nunca pensamos em nos envolver no assunto. Nem depois que houve desentendimento entre a mantenedora, eu nunca me envolvi, não sei detalhes. **Só ouvi isso de longe**” (Kist, 2006, depoimento oral; grifo da autora).

O estudo dos depoimentos confirma que a saída tempestiva do presidente da Mantenedora, poucos meses adiante, não modificou o calendário letivo, tendo os alunos e os professores – estes enquanto docentes – se mantido à margem daquelas discussões sobre a administração da Fundação. Até professores de certa forma envolvidos na condução das atividades cotidianas da FATES expressam o distanciamento da sua atuação acadêmica da contenda, na medida em que não buscaram participar nem se fazer representar nos debates.

[...] porque também nós não tínhamos todo acesso... algumas presidências da FATES foram muito chatas. Pouco compartilhavam. Então se soube que em torno da figura do professor Ely se criou uma situação, **e eu só percebi os efeitos. Não, não lembro de como essa história se construiu**, mas lembro que foi pesada e que nos atingiu muito (Bentz, 2006a, depoimento oral; grifos da autora).

Desse modo, a vida acadêmica seguiu, bem como os processos administrativos ligados à Academia, sendo inclusive protocolados os projetos de reconhecimento das faculdades<sup>61</sup>.

A situação de impasse se instalara, entretanto, num clima de crescente desordem e sem vislumbre de solução. Na ausência de decisões tomadas pela FATES em assembleia, percebia-se o avanço do Poder Público de Lajeado sobre a situação, tendo o assunto merecido a atenção da Câmara de Vereadores, conforme retrata reportagem do jornal *Nova Geração*:

---

<sup>61</sup> Esses processos teriam desfecho apenas mais à frente. Em 16 de janeiro de 1975 ficou reconhecida a FELAT, por meio do Decreto n. 75.227. Já o Decreto n. 77.912, de 25 de junho de 1976, reconheceu a FACEAT. Para detalhes sobre os processos de reconhecimento, pode-se consultar Schierholt (1995, p. 57-74).

A comissão de vereadores do Legislativo lajeadense que fora constituída a fim de dar parecer sobre a viabilidade de se constituir uma CPI para apurar irregularidades na FATES decidiu encerrar sua atuação, por não ter encontrado condições de apresentar um parecer. Inclusive, o próprio presidente da FATES negou-se a receber a comissão e prestar quaisquer informações. **Sabe-se que, no fundo, a crise na FATES é problema político** (Jornal *Nova Geração*, edição de 11 de maio de 1974, p. 10; grifo da autora).

Sucederam-se uma série de movimentações de pessoas e grupos identificados ou com Santos e as medidas acionadas pela Mantenedora, ou com Arruda, no sentido de buscar intermediação ou precipitar desfecho, o qual se sabia rompedor do *status quo* vigente. Uma das reações imediatas foi o pedido de demissão do vice-presidente Érico Schmitz e de mais dez conselheiros [segundo o que se lê no Jornal *Nova Geração*, edição de 1º de maio de 1974] em solidariedade a Arruda.

A notícia da renúncia coletiva apressou uma convocação extraordinária da Assembleia Geral da Fundação, à revelia da Presidência, mas amparada em decisão judicial. A reunião aconteceu na manhã do sábado 20 de agosto [1974], nas dependências da FATES, coordenada pelo então prefeito Alípio Hüffner e repleta de tensão.

A reunião foi marcada por questionamentos e palavras ríspidas entre duas partes envolvidas em um litígio, do qual só me ficou a impressão de forte disputa político-partidária, não tendo eu dominado, muito menos fixado os argumentos técnicos alegados ou aduzidos pelas partes. A reunião iniciou com votação para a presidência dos trabalhos, houve interrupção da reunião, houve decisão pela eleição de um presidente, e a constituição de uma comissão para o momento da eleição, seguida da própria [...]. De qualquer modo, a impressão mais forte que ficou é que nos bastidores se travava uma contenda político-partidária, com duas facções – ou lideranças – disputando o controle institucional. Essa bipolarização, contudo, não parecia envolver o presidente da mantenedora de então. Ely Souto dos Santos não era ator no cenário político local. Na época, eu acompanhava os

movimentos políticos de Lajeado muito de longe. Não era eleitor do Município. Percebia quão acirrada era a disputa entre o prefeito de Lajeado de então, Darci José Corbellini, e o Professor Ney Arruda, este que sempre nos apareceu como o arrimo político do projeto da APEUAT junto ao MEC (Bersch, 2008).

O presidente, Ely Souto dos Santos, não compareceu à Assembleia. Sabe-se, no entanto, que estava nas dependências da FATES no exato instante em que acontecia o encontro. A informação fica relevante para que se entenda e leve na devida conta a intensidade dos desacertos<sup>62</sup>.

As linhas e entrelinhas dos registros da ata redigida naquela oportunidade, da qual pinçamos alguns parágrafos, auxiliam a esclarecer sobre o ambiente formado:

[...] Dando prosseguimento à sessão, passou-se à votação para presidente da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES), cargo declarado vago pela própria convocação. **Inicialmente, o Sr. Presidente [da mesa, Alípio Hüffner, então Prefeito Municipal], por desconhecer a situação,** inquiriu aos presentes sobre a existência de indicação de nomes para preenchimento do cargo. Respondendo à questão, o Sr. Dr. Paulo Born, Secretário-Executivo (*sic*) da FATES, informou ter sido registrado, unicamente, dentro do prazo previsto pelo Estatuto, o nome do Sr. Dr. Odilo Becker. Pediu a palavra o Sr. Dr. Albano José Mallmann, Promotor de Justiça, chamando a atenção para que fossem tomadas todas as providências para que não houvesse qualquer dúvida sobre a validade da eleição [...]. Registre-se: compõem o Colégio Eleitoral cinquenta e oito elementos; assinaram o livro de presença quarenta e duas pessoas, dentre as quais quarenta e uma com direito a voto. Votaram quarenta pessoas por ausentar-se um conselheiro; o resultado obtido foi de trinta e nove votos para o Sr. Dr. Odilo Becker e um voto em branco (LA 03, ata n. 02, p. 1; acervo do CMDPU; grifos da autora).

---

<sup>62</sup> Sobre o assunto, além da ata, há os depoimentos de Arruda (2006), Bersch (2006), Santos (2006) e Jänisch (2007); e o relato escrito de Bersch (2008).

Eleito naquele instante, Becker seria empossado no final da Assembleia, que continuou discutindo a forma mais acertada para resolver as pendências que impediram a sintonia entre os diversos membros da administração anterior.

[...] A palavra foi aberta ao plenário. Inicialmente o Sr. Dr. Albano José Mallmann, face ao já exposto sobre o atraso no exame das contas, sugeriu o estabelecimento do prazo de sessenta dias para que o Conselho Fiscal emitisse parecer, sob pena de demissão. Houve debate sobre adequação e validade da medida e, após exame das diversas proposições, foi aceita a proposição do Sr. Prof. Renato Becker que consta do seguinte: estabelecer o prazo de sessenta dias e então, não sendo cumprida a tarefa, seria convocada Assembleia Geral Extraordinária para tomada de posição. Logo após o presidente eleito solicitou à Assembleia Geral a ratificação dos nomes que integram o Conselho Diretor da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) devido a discordâncias existentes sobre o assunto. O pedido foi endossado pelo Sr. Dr. Ney Santos Arruda que enfatizou a desobediência dos Estatutos da Fundação até o presente momento. Declarou o Revdo. Pe. Ericko Jacob Schmitz (*sic*), [que] fazia questão de ressaltar que sua demissão só ocorrera como Vice-presidente da FATES permanecendo, contudo, como Conselheiro. Foram confirmados pelo plenário, como Conselheiros: Pe. Ericko Jacob Schmitz, Hans Wilhelm Cremer, Hilário Brancher, Lindo Chemin, Ione Maria Ghisleni Bentz e Lauzro Osmar Steyer. Em continuidade aos trabalhos, o Sr. presidente da Fundação declarou não assumir responsabilidades concernentes a gestões anteriores [e] submeteu ao plenário, que aprovou os nomes de Adão Becker, Genuíno Ferri e Lauro Osmar Steyer para realizarem, de imediato, uma tomada de caixa com reconciliação e providências bancárias [...] (LA 03, ata n. 02, p. 2).

Como se depreende do conteúdo do documento, mais uma vez, com o recuo estratégico de quem verdadeiramente queria ver a obra desabrochar e com a escolha de um nome 'neutro' para dirigir os destinos da Instituição responsável pelos cursos superiores, foi possível aliviar as tensões provocadas de certa forma pela polarização

extrema entre as facções políticas locais, decorrente da implantação do bipartidarismo: em um dos pólos se erguia a paternidade da conquista do Ensino Superior, da FATES; entretanto, o êxito da obra dependia, agora, da decisão do Executivo local, de acalantar o projeto e impedir que desmoronasse.

Os embaraços para a FATES, entretanto, não desapareceriam de todo, já que não haviam sido criados apenas pelo presidente que se retirava. Aqui, deixamos espaço para dizeres de Bentz que expressam o que desejamos distinguir:

[...] eu acho que talvez os dirigentes da época, especialmente alguns dirigentes da FATES protagonizaram uma divisão muito pesada na Fundação, e isso nos prejudicou. Foi, na verdade, uma ruptura, um desentendimento forte e que atrasou o desenvolvimento. Dividiram-se as forças políticas, e começou um tipo de retaliação, não muito feroz, mas suficiente para machucar pessoas que, até então, vinham desenvolvendo [a Instituição] (Bentz, 2006a, depoimento oral).

Na verdade toda a década de 1970 foi alcançada pelos respingos das disputas dos anos iniciais. O presidente recém-eleito, Odilo Becker, juiz de direito em Lajeado, após completar o restante do mandato – até 1976 –, deixou inconcluso o mandato seguinte, para o qual foi reeleito, tendo renunciado em outubro de 1978, por incômodos que ainda devem ser situados no campo das querelas políticas locais e que serão tratados no correr da narrativa.

Torna-se adequado examinar a versão de Bersch (2008) sobre esse conjunto de fatos que envolvem a transição APEUAT/FATES:

[...] Uma leitura de quem foi duplamente privilegiado pela conquista do Ensino Superior em Lajeado – uma vez porque me pude titular para a atividade profissional e outra, porque encontrei na própria Instituição um espaço de trabalho – de certa forma é tendenciosa, entretanto buscarei a isenção possível. Contemplando a distância os fatos que descrevem o período inicial, a APEUAT e sua transformação em FATES, acima de

tudo assumo a realidade de que, em Lajeado, aquele foi o jeito de se iniciar a obra. Vejo que, semelhantemente ao que aconteceu em outras comunidades de tradição comunitária na oferta de Educação como um valor – em tempo em que a sociedade brasileira, através do Estado, não a enxergava como importante nas comunidades interioranas –, aqui também as iniciativas surgiram tão logo a etapa anterior, a instalação do Ensino Médio estava concluída; e partiram exatamente de quem, tendo-se beneficiado da Educação Superior em cidades distantes, percebera sua importância para o desenvolvimento local.

As dificuldades de ordem interna da comunidade, das quais acabaram se gerando grupos dispostos a competir pela condução do processo, não devem ser valorizadas em excesso. Diversos fatores conduziram o processo dessa forma: 1 – Na época em que se deram os fatos aqui narrados, a iniciativa comunitária – ou então a participação comunitária – dificilmente se dava em âmbito ou ambientes tão amplos como o que se presume necessário para a implantação de um projeto de Universidade. Tais projetos, se discutidos pela população ou mesmo por lideranças regionais, dificilmente saíam do papel. 2 – A formação de suficiente contingente de alunos candidatos à Universidade coincidiu com o início do Regime Militar no País, o que trouxe duas consequências aqui importantes: a) A comunicação direta entre pessoas da comunidade e pessoas influentes de um governo forte – o que representou a conquista dos cursos; b) O próprio Regime, ao forçar o bipartidarismo, jogou a população num dilema irreversível, porque dilema ideológico: os favoráveis X os contrários ao regime ditatorial, o que, na prática, potencializou, em Lajeado, os antagonismos, naturais em qualquer comunidade e materializados na legítima disputa, entre líderes ou grupos, pelo exercício temporal de poderes políticos.

Enfim, considero, mais que as dificuldades que existiram, os protagonismos que ocuparam de um projeto importante, seja por iniciativa própria, seja porque para tanto foram acordados por outros. Podemos, inclusive, pensar no outro lado da moeda: 1- É muito possível que a divulgação da importância do projeto de se sediar no Vale do Taquari o Ensino Superior aprofundou suas

raízes nas cidades de Estrela e Lajeado, exatamente pela competição; 2- **A partir do momento em que a comunidade como um todo, inclusive os protagonistas envolvidos, perceberam que os antagonismos, caracterizados como político-partidários, ameaçavam a obra, a Instituição foi objeto de uma espécie de eficiente vacina contra essa ameaça, dotando-a, então, de uma assembleia que já nasceu sob o signo de efetiva pluralidade e abrangência, envolvidos que estiveram em sua definição os desejos de ambos os grupos, num momento em que cada um deles precisava do outro para igualmente se dizer protagonista.** Parece-me poder dizer que essa circunstância do nascimento da Assembleia Geral da FATES – hoje FUVATES – foi mais eficaz do que teria sido a alternativa, a de que ela nascesse do consenso pacífico de um grupo ampliado; ao menos no sentido de diminuir o risco de a Instituição se tornar, ao longo do tempo, refém de interesses particulares – o que não deixou de acontecer à nossa volta, ao longo do tempo, na mesma área de iniciativas. Finalmente, **não esqueçamos que as lideranças envolvidas no surgimento da FATES souberam, cada uma a seu tempo, abrir mão de seus posicionamentos pessoais que lhes fossem possíveis e úteis até em função do êxito de um projeto que, embora nascido de um grupo da comunidade, com o correr do tempo pôde – e deve continuar a poder – ser efetivamente e cada vez mais comunitário** (grifos da autora).

\*\*\*\*\*

Certo é que, independentemente de quem estivesse à frente da administração econômica e acadêmica dos cursos mantidos pelo convênio UCS/FATES, veria o desenvolvimento institucional marcado, até a década de 1990, por algumas ameaças e outras oportunidades, que tentaremos resumir em quatro aspectos principais: as **macropolíticas**, vale dizer, as políticas públicas federais<sup>63</sup>; as **micropolíticas** locais: por um lado, gestores desejosos de

---

<sup>63</sup> Naquele contexto, lenta liberação até a segunda metade da década de 1990, esta caracterizada por abertura para a atuação da iniciativa não estatal no Ensino Superior,

atrair as diversas municipalidades do Vale do Taquari para a causa do Ensino Superior, dentro da ideia de regionalização, por outro, ainda as intrigas político-partidárias, que se somavam às diversas fragilidades; a **gestão interna**: a falta de definição de uma estrutura interna eficiente; e um quarto aspecto, difícil de ser tratado separadamente e, por isso, neste estudo, incluído na análise das diferentes gestões, nos momentos adequados: **um grupo de professores sempre muito atuante**, alguns por meio do envolvimento com as atividades de sala de aula e projetos de extensão universitária, outros em discussões tanto macro quanto micropolíticas e em reflexões e debates sobre a organização e a razão de ser de uma IES.

De todo modo se pode dizer que, mesmo contando com um quadro de docentes desacomodados, a história da FATES se viu por muito tempo às voltas com a luta pela sobrevivência, por aumentar as receitas com novos cursos, num quadro praticamente imutável até meados da década de 1990.

Apesar das dificuldades financeiras, desde sempre prevaleceu o princípio de que o valor das mensalidades pagas pelos acadêmicos, única fonte própria de recursos, não deveria ser calculado com o fim de cumprir investimentos em infraestrutura. Os repasses da Prefeitura de Lajeado não ocorriam regularmente, como se verá adiante. A política econômica do País, já no final do “milagre econômico”, foi marcada, no período, por limitadora instabilidade, permitindo apenas planejamentos de curtíssimo prazo, a exemplo do que registra a ata da Reunião do Conselho Diretor da FATES, de 19 de dezembro de 1979 (LA 04, ata n. 13/79, p. 64; acervo do CMDPU), sobre o momento em que o contador apresentou a proposta do orçamento para o 1º semestre de 1980: “[...] face à total imprevisão de dados sobre aumentos e correção salariais para o 2º semestre do ano de 1980, o presente orçamento ficou restrito ao 1º período letivo de 1980”. Naquela “previsão orçamentária apresentada, foi sugerido um aumento de 70% das anuidades, extensivo até 30.08.80 [...]”, bem como ficou registrado que tal índice estava sendo aprovado como “único caminho para uma segurança administrativa [...]” (LA 04, ata n. 13/79, p. 64; acervo do CMDPU).

Durante todo o período de 1974 até 1990, as discussões giraram em torno da implantação de novos cursos como forma de fazer frente à limitação dos recursos. Tratava-se de um sonho permanente, naquele intrincado contexto marcado de dificuldades por todos os lados. Além da falta de recursos e da necessidade de manter docentes qualificados, aumentara o desafio ante as exigências do CFE. Em Brasília, haviam trocado os mandantes – Tarso Dutra já não era o ministro, portanto, cortadas as relações pessoais, era preciso abrir caminhos institucionais<sup>64</sup>.

A primeira das tarefas encaminhadas e cumpridas com êxito – embora parcial, como adiante se verá – foi o credenciamento, perante o MEC, da FELAT (em 1974) e da FACEAT (em 1975), como IES aptas a manterem cursos superiores e, implícito neste, o reconhecimento da FATES como mantenedora das duas faculdades. O expediente, nesse sentido, fora encaminhado logo após a entrada em funcionamento da FATES, como visto anteriormente, e coube, então, ao professor Lauro Steyer, ligado à administração por nomeação do presidente Becker, a tarefa de acompanhar a tramitação no CFE, vez por outra por ocasião de suas viagens a serviço do Banco do Brasil, no qual atuava (Steyer, 2007, depoimento oral).

Os documentos institucionais demonstram que, logo após o reconhecimento dos cursos de Letras, de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, a FELAT e a FACEAT, sob o manto da FATES, encaminharam os processos relativos à autorização para a instalação, respectivamente, do curso de 'licenciatura curta' em Ciências Exatas e Biológicas e do curso de 'bacharelado' em Administração<sup>65</sup> – cursos esses que receberiam aval do Conselho Federal apenas dez anos adiante.

---

<sup>64</sup> Após a gestão de Tarso Dutra rio-grandense, assumiu o MEC, durante o governo do presidente Médici, 1969-1974, Jarbas Gonçalves Passarinho (acreano); e durante o governo de Ernesto Geisel, 1974-1979, Ney Amyntas de Barros Braga e Euro Brandão, ambos paranaenses.

<sup>65</sup> Dessa forma foi-se inserindo no 'conjunto FATES' o princípio de que uma das faculdades, a FELAT, atenderia especificamente a formação de professores, ao passo que a outra se ocuparia dos bacharelados.

O presidente Becker, em sua gestão, que se estendeu até o segundo semestre de 1978, ficava limitado em suas atividades na FATES pela atividade profissional. Na FELAT, ocorreu o afastamento da professora Ione Bentz, que fora eleita diretora pela Congregação, da FELAT e nomeada por Becker, e que cursava doutorado na Universidade de São Paulo – USP. Na FACEAT, com o diretor, Genuíno Antônio Ferri, atuando como funcionário da Fazenda Estadual, a situação não era diferente.

Soma-se a isso o ritmo lento das (in)decisões de Brasília, que chegava na FATES na forma de continuadas negativas com relação aos pedidos para abertura de novos cursos de graduação.

A partir de 1979, com a eleição e a nomeação de Maria Fani Scheibel para a direção da FELAT<sup>66</sup> e a nomeação de Lauro José Oppermann<sup>67</sup> como diretor administrativo do conjunto das duas faculdades, teve início novo período de contatos institucionais regulares com a capital federal. Revelou-se, então, o obstáculo que obstruía a tramitação dos processos no Ministério e no CFE: apesar de os cursos superiores terem sido reconhecidos sob a tutela das duas faculdades locais, sob o amparo legal da FATES, as autoridades federais passaram a negar sistematicamente o exame de qualquer novo processo da Fundação, sob o argumento de que, tendo ela sido criada e “sendo mantida” pelo Poder Público, a esfera competente para julgar, acompanhar e avaliar suas atividades era o Conselho Estadual de Educação. Bersch (2008) esclarece o intrincado do assunto:

[...] por uma particularidade legal do ato de criação da FATES – o fato de a entidade ter-se originado de um decreto público municipal – ela ganhara a característica de fundação parcialmente mantida pelo Município. Consequentemente, as IES por ela mantidas pertenceriam à área de supervisão do CEE, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Quando a

---

<sup>66</sup> Cfe. o LP n. 01, a Portaria 01/80 designou Maria Fani Scheibel para assumir o cargo de diretora da FELAT por quatro anos e Roque Danilo Bersch como vice-diretor; acervo do CMDPU.

<sup>67</sup> Cfe. o LP n. 01, a Portaria 04/82 designou Lauro Oppermann para Secretário Executivo e Relações Públicas da FATES; acervo do CMDPU.

FATES, após tratativas iniciais, infrutíferas, junto ao então CFE, com o objetivo de buscar autorização para novos cursos, agora em nome próprio e não mais como extensão da UCS, se dirigiu, a partir de 1974 (para a FELAT) e 1975 (para a FACEAT), ao CEE, este declarou-se incompetente para a matéria, alegando não contar com recurso para a matéria nem existir a tradição no Estado [...]. **Na passagem entre os anos 70 para 80, quando, finalmente, o CFE admitiu a cobertura legal para os processos de expansão da FATES, havia pouco entrara em vigor nova regulamentação oficial, que restringia a abertura de cursos novos a um único por IES, desde que a instituição pleiteante já tivesse reconhecidos todos os cursos por ela ministrados. Ora, um curso superior somente era reconhecido próximo à conclusão dos estudos da sua primeira turma, uma vez que o processo somente podia ser encaminhado depois de concluída a metade da implantação da sua grade curricular. Sem acompanhamento direto dos processos em Brasília, nossa Instituição via os meses, às vezes anos, passarem até que se obtivessem notícias sobre a tramitação, frequentemente a cobrança de alguma diligência. Os contatos pessoais e políticos com Brasília, decisivos para a implantação dos cursos iniciais, já não existiam (grifos da autora)<sup>68</sup>.**

De acordo com Bersch (2008), dois ou três anos e constantes idas a Brasília foram consumidos neste jogo de ‘vai e vem’ entre CFE e o CEE, até que, finalmente, os projetos de cursos novos voltaram a tramitar, sendo acompanhados, a partir de então, por Scheibel (FELAT) e pelo novo diretor da FACEAT, professor Antônio Alair Schabbach<sup>69</sup>. O êxito foi completado em 1985, com a instalação de dois cursos – Administração e Ciências Exatas e Biológicas.

Imediatamente após o reconhecimento desses, novos projetos foram remetidos ao MEC: na FECLAT (anteriormente FELAT, mas,

---

<sup>68</sup> Sobre o conjunto de eventos e detalhes que envolveram as discussões sobre a natureza jurídica da FATES, ver Anexo 1: *A natureza jurídica da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES): pública ou privada?* (Bersch, 2008).

<sup>69</sup> Cfe. o LP n. 01, por meio da Portaria 01/82 foram nomeados Antônio Alair Schabbach como diretor da FACEAT e Dalia Schneider como vice-diretora; acervo do CMDPU.

a partir daí, Faculdade de Educação, Ciências e Letras), já então sob a direção da professora Ivete Susana Kist Huppess<sup>70</sup>, solicitou-se a licenciatura plena em Ciências Exatas e Biológicas e, mais tarde, a autorização para o curso de Pedagogia; na FACEAT, reconhecido o último curso, a diretora Marisa da Silva Jaeger<sup>71</sup> remeteu a autorização para a instalação da habilitação em Comércio Exterior no próprio curso de Administração.

Lazzari (2007b, depoimento oral) também lembra pormenores, relacionando as dificuldades concernentes à legislação do ensino com a ausência de massa crítica na FATES que pudesse fazer frente a um processo mais dinâmico de desenvolvimento, sobretudo partindo da criação de outras opções para a graduação. Considera que, se a legislação estava restritiva, sobretudo durante a década de 1970, nos 80 há abertura para universidades. Mas mesmo assim a FATES marca passo porque as regras não favoreciam instituições pequenas. Tinha, então, apenas duas faculdades e era permitido encaminhar um projeto para novo curso de cada vez, por Faculdade.

Uma instituição com cinco Faculdades poderia encaminhar ao MEC cinco *cartas-consultas* para a abertura de cinco novos cursos. A legislação era ainda mais cerceadora: cada Faculdade podia pedir um curso de cada vez, tinha que implantá-lo, reconhecê-lo e só daí podia pedir o seguinte. Então isso significava: pedir um curso leva um ano, dois anos para tramitações no MEC; implantar, no mínimo mais quatro, cinco anos (depende se é curso diurno ou noturno), e reconhecê-lo depois de implantado. Só depois de formada a primeira turma é que se podia chamar o MEC para o reconhecimento, isso era mais um ano ou dois. Então são dois, mais cinco, mais dois, ao todo nove anos. Esse foi o tempo entre a implantação do Curso de Administração (1985) e a do curso seguinte na FACEAT que é Comércio Exterior

---

<sup>70</sup> Cfe. o LP n. 01, a Portaria de 11 de outubro de 1984 designou Ivete Susana Kist Huppess para diretora da FELAT por quatro anos e Sérgio Schäfer como vice-diretor; acervo do CMDPU.

<sup>71</sup> Cfe. LP n. 01, a Portaria 02/85 designou Marisa da Silva Martins Jaeger como diretora da FACEAT e Adriano Strassburger como vice-diretor; acervo do CMDPU.

(1994); foi também o tempo entre a implantação do curso Ciências na FECLAT (1985), até a do curso seguinte que é Pedagogia (1995). A legislação de então era um desastre para instituições pequenas como a nossa! (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Pode-se afirmar que nunca faltaram projetos de cursos novos tramitando no CFE, mas sobrava a irritante morosidade nos processos relacionados à FATES. Em muitas ocasiões as respostas registravam simplesmente que os encaminhamentos estavam desatualizados, o que impunha atenta revisão, quando não o reinício do processo sob nova normatização. Nessa ciranda se consumiam anos. Sobre o assunto, Salvi (2007, depoimento oral) teceu suas considerações na mesma linha:

[...] antes a gente levava cinco, oito, dez anos pra aprovar um curso e não era porque tinha coisa errada no projeto, acontece que o MEC demorava muito pra analisar alguma coisa. Você mandava um projeto e eles levavam dois anos pra analisar e, quando eles analisavam, diziam assim: *Ah, isso aqui 'tá' desatualizado*. Obviamente que isso estava desatualizado! Mandava atualizar. Se atualizava (*sic*). Eles levavam mais dois anos pra analisar e diziam [novamente] que estava desatualizado. **Então virava um calvário conseguir a aprovação de um curso, até que chegou um momento que eles começaram a acelerar isso**, liberar isso mais fácil, e felizmente também mudança de legislação em noventa e... noventa e oito, noventa e sete.. não, final de noventa e seis já ou noventa e sete, não me lembro de quando é a LDB [...] (grifo da autora).

Na FATES o ritmo lentíssimo de crescimento passava a ser a dor de cabeça dos dirigentes e, aos poucos, também um chicote na mão dos insatisfeitos com a situação, tanto no âmbito interno como na comunidade externa. Poucas pessoas tomavam conhecimento do conteúdo da legislação, cada vez mais restritiva. Assim consta no LA 04 (ata n. 02/82, p. 84; acervo do CMDPU): “[...] esforços envidados pela FATES durante os dois últimos anos [1980 e 1981], no objetivo de cursos novos, sem maior êxito imediato, situação que deverá perdurar por mais um ano, ao menos”. Perduraria mais. O “decreto

n. 86000, de 13.05.81, suspendeu toda a criação de cursos novos” até início de 1983 (LA 04, ata n. 03/81; acervo do CMDPU).

De acordo com Bersch (2008), ainda nos anos de 1980, a FATES, por meio da FELAT, conseguiu firmar convênio, novamente com a UCS, para a instalação de “cursos de férias” – um regime presencial executado nos meses de julho e janeiro/fevereiro – Pedagogia e formação de professores de Letras e de Estudos Sociais<sup>72</sup>. Tratava-se de dupla conquista: aproveitava-se a estrutura instalada ociosa e recurso humano disponível na área administrativa e supria-se a lacuna causada pela suspensão desses cursos, alguns anos atrás, em Estrela, como ainda se verá. A iniciativa, efêmera, formou apenas duas turmas em cada um dos cursos.

Embora o teor das normas, no plano da prática cursos continuavam sendo abertos pelo Brasil afora, à revelia daquelas, favorecidos pelos encaminhamentos pela “porta dos fundos” do Ministério da Educação. Esse tipo de acesso, entretanto, parece ter-se esgotado para a Instituição local, logo após a criação dos três cursos iniciais. Não é que se tivesse feito desaparecer a busca dos apoios, porém o momento político era outro.

Não se deixava de procurar exercer “pressões políticas junto às autoridades do MEC no sentido de formarem melhor imagem sobre a necessidade social do Alto Taquari”, lê-se no Livro de Atas 04 (ata n. 13/79, p. 65, acervo do CMDPU). Ou, ainda: “Informados sobre o andamento dos processos da FATES no Conselho Federal de Educação através de sucinta exposição feita pelo Diretor Administrativo<sup>73</sup>. Os conselheiros da Fundação foram unânimes em autorizar outra viagem a Brasília, dando prosseguimento ao trabalho de acompanhamento dos processos, no MEC, na capital federal” (LA 04, ata n. 12/79, p. 64).

Novamente dizeres de Bersch (2008) nos ancoram, por auxiliarem a evidenciar aspectos relacionados ao imaginário regional com relação à FATES:

---

<sup>72</sup> Sobre o assunto também falaram Scheibel (2007) e Schneider (2007).

<sup>73</sup> O diretor administrativo era então Lauro José Oppermann.

A FATES ficou marcada, desde o início, como uma IES fraca. Fosse por causa dos tropeços iniciais ou por outra razão qualquer – ainda reduzido o apelo da sociedade local ao ensino de Ensino Superior, certo é que a instalação dos primeiros cursos foi, efetivamente, uma conquista localizada e punctual, insuficiente para arregimentar a comunidade em torno de um projeto único, capaz de remover as dificuldades de conquistas subsequentes, necessárias ao seu desenvolvimento. Cursos como Administração e Direito sempre representaram, na Sociedade, uma espécie de status acadêmico – e eles rapidamente passaram a ser ofertados em outras IES do Interior do Estado, mas não em Lajeado. Tive sempre a impressão de que, até mesmo na mente dos protagonistas da instalação dos cursos universitários, essa foi uma meta para longuíssimo prazo, impensável então. Recordo vivamente o olhar de dúvida, quase censura, por parte de pares da FATES, quando, já na década de 1990, por ocasião da recepção a um membro do CFE, mencionei nossa intenção de solicitar a autorização para implantar o bacharelado em Ciências Jurídicas. A impressão que hoje tenho, daquele momento, é de que a autoestima institucional era, realmente, baixa. A oposição da OAB local, em 1997, à instalação do curso de Direito reforça a impressão.

De qualquer modo, **a propósito da influência de alguma representação, em Brasília, das forças políticas locais ou regionais, para o projeto universitário, entendo que, após a façanha da instalação dos três primeiros, não houve mais disso.** Por mais que tente recordar os fatos, desde as idas de Lauro Steyer, Lauro Oppermann e Fani Scheibel ao MEC e ao CFE, passando pela atuação posterior da diretora Ivete Huppés e da Presidente Marisa, finalmente, de outros, as causas da FATES passaram a ser defendidas diretamente junto aos escaninhos da burocracia e com base nos projetos que a própria Instituição sempre produziu. O que se obteve, no final dos anos noventa, na Câmara Federal, foi a orientação segura sobre procedimentos acadêmicos e caminhos burocráticos a percorrer, quando dos episódios do credenciamento da UNIVATES em Centro Universitário Univates e da solução para a posse da área restante de terras, pendente desde 1972. **O primeiro desses feitos, crédito-o aos professores e alunos da**

**Instituição, à qualidade da Educação Básica em nossa região e ao entrosamento que já havia, em 1998, entre a UNIVATES e as lideranças políticas, econômicas e educacionais do Vale do Taquari: o processo em questão atravessou o CFE ‘em rito sumário’, após o titular da SESu/MEC ter vindo pessoalmente a Lajeado, para conhecer a Instituição ‘cujos alunos só tiravam Nota ‘A’ no Exame Nacional de Cursos’. Aqui, o Secretário confirmou quanto a comunidade regional efetivamente participava do projeto de sua universidade. Quanto às terras, após romarias por todas as frentes políticas com o objetivo de encontrar solução formal para a reversão da área – o que teria sido o tratamento justo para o município de Lajeado –, a FUVATES, adulta enfim, após trilhar um complexo caminho burocrático, adquiriu-a em leilão e a pagou até o último centavo (grifos da autora).**

Ainda outros entrevistados recordaram sobre a imagem que a FATES tinha na região naquele contexto. Foi o caso de ditos de Bentz (2006), Jänisch (2007), Kist (2006), Salvatori (2009), Salvi (2007) e Schreiner (2007), Schreiner (2008).

\*\*\*\*\*

O segundo aspecto que escolhemos para caracterizar o período institucional da FATES que vai de 1974 a 1990 diz respeito às micropolíticas públicas locais.

Do garimpo nas fontes que nos embasam, selecionamos o seguinte depoimento para as primeiras considerações:

O curso superior que eu frequentara e no qual agora estava lecionando, eu o via nitidamente como uma iniciativa desenvolvida no município de Lajeado. Nas fotos que, no saguão de entrada do prédio, guardavam a lembrança dos momentos iniciais da obra, viam-se autoridades de Lajeado rodeando o Ministro Luís Fernando Cirne Lima, o qual autorizara a devolução de parte da área que, na década de 1940, na administração do prefeito Hugo Oscar Spohr, doara à União para a instalação de um Posto

Agropecuário, destinado ao treinamento de jovens nas lides específicas [...]. A percepção de que as faculdades ‘pertenciam a Lajeado’ ficou mais forte e calcificada para mim, quando a Universidade de Passo Fundo instalou em Estrela os cursos de Licenciatura Curta, em regime de Férias. **Admitindo-se que as lideranças que, em Lajeado, criaram a APEUAT tivessem sonhado em agregar em torno de Lajeado os então [...] municípios da Região para reforçar o empreendimento, o surgimento da FEMES – Fundação Estrela da Manhã de Ensino Superior, com seu sucesso inicial, comprova que tal ideia continuava sem efeito real [...]** (Bersch, 2008; grifos da autora).

Efetivamente, a impossibilidade de se ter chegado ao denominador comum entre os municípios de Lajeado e Estrela, em 1969, acabara resultando na instalação de um conjunto de cursos de férias para formação de professores na vizinha cidade. Nela uma “Escola Normal Rural”, Estrela da Manhã, ali criada na década de 1950 pela Arquidiocese (Católica) de Porto Alegre, solicitara, nas idas e vindas das discussões dos anos que precederam a chegada do Ensino Superior a Lajeado, o direito de sediar as licenciaturas por meio da Universidade de Passo Fundo.

Os alinhavos políticos certamente devem ser lembrados para explicar a presença da UPF no Vale, naquele contexto específico. Bersch (2008) lembra detalhes: que era Presidente da República Ernesto Geisel, casado com Lucy Markus, cuja irmã, Ruth Markus Huber, era Delegada da Secretaria de Educação do Estado, em Estrela; e o irmão, Bruno Markus, Reitor da Universidade de Passo Fundo.

Resultou que, em julho de 1972, em Estrela, começaram a funcionar os “cursos de férias”, em regime presencial, com habilitação para “Licenciatura Curta” (ensino nas séries fundamentais), por meio do convênio com a UPF.

A FATES tentou, mas não obteve semelhante autorização, tendo ficado limitada a atuar por esse regime somente por poucos anos, no início da década de 1980 [por meio da UCS].

De acordo com registros nas atas elaboradas na gestão de Odilo Becker à frente da FATES, houve tentativas de aproximação entre esta Fundação e a FEMES, a instituição que conveniara os cursos com a UPF, agora inativa, mas com possibilidade de voltar a atuar. Becker tinha um objetivo direto e explícito: poder contar com um laboratório de propriedade da FEMES. Não teve sucesso sequer na obtenção desses instrumentos, que poderiam deixar as salas do Prédio 1 da FATES aparelhados para abrigar o curso de Ciências Exatas e Biológicas, para o qual o pedido de autorização de implantação estava tramitando<sup>74</sup>.

Mais tarde, durante os anos 1978 a 1980, quando, com a renúncia de Becker à Presidência, assumiu o vice-presidente, professor Roque Danilo Bersch – posteriormente eleito para dois mandatos consecutivos<sup>75</sup> –, foram retomadas as tratativas entre as fundações de Lajeado e de Estrela, a última representada, então, por seu responsável nomeado pelo arcebispado de Porto Alegre e secretário municipal de educação de Estrela Cônego Hugo Volkmer, no sentido de viabilizar ações em conjunto<sup>76</sup>. No Livro de Atas n. 04 (ata 01/79, p. 52; acervo do CMDPU), por exemplo, registra-se a realização de uma reunião promovida pela Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT, na Prefeitura de Lajeado, visando à possível fusão da FEMES com a FATES. Ainda em outro ponto lemos que resoluções a tomar e soluções a dar devem ser tarefa, não do presidente ou de pessoas da FATES, e sim, do Conselho Diretor, como equipe.

Da leitura das atas das reuniões seguintes, depreende-se que o projeto acabou sendo abandonado sem que produzisse resultado objetivo. O posicionamento final da FATES foi discutido em

---

<sup>74</sup> No LA 03 (acervo do CMDPU) constam referências ao assunto: ata n. 02/75, p. 4.

<sup>75</sup> De acordo com a ata n. 05/88 (LA 04, p. 44; acervo do CMDPU), Roque Danilo Bersch foi empossado presidente no dia 14 de outubro de 1978, em reunião do Conselho Diretor, para completar o mandato do presidente renunciante, Odilo Becker [sobre o assunto, trataremos na sequência da exposição].

<sup>76</sup> No livro de atas das Reuniões do Conselho Diretor da FATES (LA 04; acervo do CMDPU), em várias atas pode-se ler sobre o assunto [FATES/FEMES] a exemplo de: ata n. 01/79, p. 48; ata n. 02/79, p. 49-50; ata n. 07/79, p. 57; ata n. 08/79, p. 59; ata n. 01/80, p. 66; ata n. 03/80, p. 68; ata n. 04/80, p. 69; ata n. 03/81, p. 77; ata n. 05/81, p. 80.

reunião do Conselho Diretor, em novembro de 1981, e, sob o título 'Encerradas as negociações entre FATES e FEMES', ficou registrado formalmente que a FATES estava "desistindo da implantação de cursos em Estrela" (LA 04, ata n. 05/81, p. 80-81; acervo do CMDPU), por desacordos entre as partes, respeitantes sobretudo ao fato de que ambas as instituições não abriam mão de sediar os possíveis cursos.

\*\*\*\*\*

No plano das relações da FATES com a região, com vistas ao projeto de ampliação da oferta de cursos, o principal contato de Becker se deu, talvez por vieses, por meio da AMVAT, como consta na própria carta-renúncia que o presidente apresentaria ao Conselho Diretor em 1978, a qual consideraremos mais adiante.

Uma das principais dificuldades locais passou a ser a falta do regular repasse dos recursos municipais previstos na lei de criação da Fundação, enquanto o aumento das mensalidades acompanhava a ciranda dos (re)ajustes ditados pelas taxas inflacionárias.

Sobre o repasse da verba municipal, há inúmeros registros nos livros de atas vasculhados, sempre com o mesmo teor: a garantia, por lei, não assegurara a regularidade dos pagamentos<sup>77</sup>. Efetivas dificuldades financeiras ou, em outros momentos, as antigas rivalidades políticas, atizadas na imprensa local, sempre atrapalhavam os repasses.

Em 1973 assumia a Prefeitura Municipal de Lajeado Alípio Hüffner, a quem coube pagar o financiamento referente ao prédio recém-construído. O repasse dos "oitocentos salários-mínimos" anuais sofreu as consequências.

Ao prefeito Hüffner seguiu Corbellini (1977-01/1983), em seu segundo mandato. Bersch (2008) lembrou que, naquela época, a legislação federal proibia a vinculação de débitos públicos ao valor

---

<sup>77</sup> Exemplo, entre outros, em LA 04 (acervo do CMDPU): ata n. 08/79, p. 58-59; ata n. 10/79, p. 61; ata n. 01/80, p. 65-66; ata n. 04/80, p. 69; ata n. 01/81, p. 74.

do salário mínimo, com vistas à diminuição do efeito cascata que tal vinculação produzia no ritmo inflacionário do País<sup>78</sup>. E então, para substituir o indexador, passou-se a usar um valor-referência. Em pouco tempo os valores a serem encaminhados pelo Município ficaram cada vez mais defasados, quando eram repassados. Consequentemente houve a falta de recursos para investimento ou despesas extra com projetos especiais e viagens, e a situação da FATES para a própria manutenção dos serviços havia se deteriorado.

São frequentes, nas atas de reunião do Conselho Diretor e da Assembleia Geral da Fundação, as menções à falta do pagamento daqueles valores, agora já condição para fazer frente à despesa com os salários nos meses finais do ano. Em princípios dos anos 70, foi designada comissão do Conselho Diretor para discutir com o executivo local “a regularização dos débitos da Prefeitura para com a FATES” (LA 04, ata n. 06/88, p. 46), na “tentativa de fazer valer o que dispunha a Lei Municipal n. 2.575, de 16 de novembro de 1972”. Já no final da mesma década, dizia-se que “a reserva em dinheiro disponível era suficiente apenas para atender as despesas do Câmpus, até o fim de outubro próximo. Se o município de Lajeado integralizar os pagamentos em débito para com a FATES, estará assegurada a situação até dezembro, inclusive o atendimento do 13º salário” (LA 04, ata n. 10/1979, p. 61).

Ao mesmo tempo, outros meios eram testados para aumentar os rendimentos. Odilo Becker, enquanto presidente, realizou campanha de doações, em dinheiro e em livros, para a biblioteca das faculdades. Em outro momento conseguiu, com empresa local, o laboratório para o curso de Ciências, que era aguardado. Anos após, Laurindo Dalpian obteve ajuda de empresas, para iniciar a construção do Prédio 3. Porém os resultados práticos, quando não frustravam a expectativa, eram esporádicos e paliativos.

---

<sup>78</sup> Conforme Ferri (*In: Jornal O Informativo*, 18 de maio de 1985), “a Lei Federal n. 6.205, de 29 de abril de 1975, proibia o uso do ‘salário mínimo’ como valor-referência na contratação de débitos públicos e algumas outras obrigações”, o que “impossibilitou o município de Lajeado a continuar a contribuir com 800 salários-referências, e com isso foi traído o espírito dos líderes políticos [...]”.

O professor Roque Bersch (*apud* Oppermann, 2006), presidente entre 1978 e março de 1985, menciona as “asperezas” que entre si trocaram em certa ocasião, pela rádio local, o diretor administrativo Oppermann, inconformado com as sucessivas promessas de pagamento que se renovavam de mês em mês, e o prefeito municipal.

Nos anos de 1985 e 1986, sob a presidência da professora Ione Bentz, em nova e entusiasmada campanha o Conselho Diretor voltou a insistir na tentativa de regionalizar a causa do Ensino Superior. A região voltou a ser procurada e, dessa vez, um a um, todos os municípios. No encerramento da mobilização, que teve lugar na própria FATES, foi decepcionante o pouco eco encontrado.

Bersch (2008), no documento escrito sobre sua participação na vida da Univates, assim descreve o momento:

O resultado econômico do encontro resumiu-se a uma doação em dinheiro, pelo pequeno município de Putinga, a cuja testa estava um cidadão formado em universidade, e à promessa de uma ‘coleta de galinhas’ para uma quermesse, com a melhor boa-vontade apresentada por um dos presentes. Nesse meio-tempo, porém, crescia o efeito da recente abertura da oportunidade de se ‘fazer faculdade’ em Santa Cruz do Sul. Diminuía-se por meia hora o tempo a ser vencido diariamente por aqueles que resolviam buscar o seu curso superior sem deixar as atividades profissionais. Cresceu rapidamente o número dos ônibus que, à noite, levavam os universitários, agora não só para a UNISINOS, mas também para a ‘Capital do Fumo’. Essa facilitação, se por um lado aliviou as tensões da minoria que já sonhava com o seu curso superior, por outro lado começou a despertar na sociedade o mesmo sonho. Entretanto, o episódio da reunião da FATES com os prefeitos deixava claro que, se a infraestrutura para a expansão do Ensino Superior continuasse à espera do recurso público regional, a Instituição não cresceria. Instalava-se, lentamente, outro perigoso círculo vicioso, que se agravava mais e mais com o tempo: a FATES não expandiria porque faltava quem bancasse a infraestrutura da expansão; e a região – agora pouco a pouco os próprios estudantes e já não somente o Poder Público – passaria

a titubear em buscar o Ensino Superior na FATES: ela oferecia pouca diversificação de cursos e não criava uma imagem de confiança. Esse *status quo* intensificou-se na década de 1980. Somente a partir dos anos 90 o círculo começou a ser rompido.

A sociedade regional estaria demonstrando que ainda não acordara para a necessidade do Ensino Superior. As prioridades, sob as quais se elegiam prefeitos e vereadores, eram outras e as famílias mais alertadas para o problema, paulatinamente, estavam consolidando uma rotina que levava os jovens para as universidades de São Leopoldo, Canoas e Santa Cruz do Sul.

A falta de sintonia entre o discurso que saía da Instituição e o das prefeituras fica confirmada na fala de Ney Lazzari (2007a, depoimento oral), quando relata o mesmo episódio:

[...] tivemos uma reunião famosa, que foi num espaço que tínhamos onde hoje fica o Centro de Convivência (Prédio 9), era um galpão [...] [que] havia sido reformado e era nosso espaço de festas [e reuniões] [...]. A Ione fez um discurso para trinta, quarenta prefeitos, falando o que é uma universidade, o que tinha que se fazer, os investimentos que se precisava etc. [...]. Nosso objetivo, que acabou não sendo externado naquela reunião, era o de conseguirmos 4% do orçamento de cada uma das Prefeituras da região para construirmos a Universidade: metade para bolsas de alunos e metade para investimentos [...]. Então foi aí que caímos na real [...], então não vai ser por aí. Todo aquele nosso discurso dos anos 80 de que o investimento tinha que vir do setor público, nós fomos mudando [...].

No ano de 1985, após a renúncia da professora Ione à presidência da FATES, o novo presidente, Laurindo Dalpian, retomou o assunto da regionalização, por outro ângulo. Promovendo uma reforma do estatuto da Fundação, convidou os municípios a integrá-la. A medida foi vista com simpatia pelo mundo político da região.

Criou um clima de entusiasmo, de expectativa. O pessoal já tinha uma visão. Os municípios começaram

a vir através de seus prefeitos. Até presidentes de câmaras começaram a participar das reuniões, das assembleias. E isso criou ânimo. Em um ano o ambiente estava muito, muito bom. Depoimentos, se a gente for reler as atas, a gente vai encontrar depoimentos dos nossos professores, alguns continuam, outros não... manifestando entusiasmo por ter a FATES entrado no caminho para o seu desenvolvimento. Acredito que isto foi altamente positivo e aconteceu toda esta discussão no segundo semestre de [19]87, inclusive as reuniões eram feitas na Câmara de Vereadores. Acho que houve quatro reuniões que a Marisa coordenou [...] exatamente para trabalhar essa ideia da regionalização (Dalpian, 2008, depoimento oral).

Mesmo que não tenha produzido alteração do *status quo* no plano econômico – quando muito, trouxe alguma ajuda, quase irrelevante, para o início da construção do Prédio 3 –, os efeitos dessa ‘desinteressada’ abertura de portas para as comunidades municipais começaram a se fazer sentir na década de 90, com o visível engajamento de prefeitos da região, notadamente de Estrela, Arroio do Meio e Encantado, nos apelos das faculdades às autoridades federais e estaduais e com a participação de vários prefeitos nos conselhos da Instituição – estes, ainda, os casos de Putinga e Ilópolis.

\*\*\*\*\*

No plano das relações internas da FATES durante o período institucional que vai de 1974 a 1990, convém lembrar, neste ponto dos escritos, que em 1973 o então presidente, professor Ely Souto dos Santos, extinguiu o cargo de Diretor de Câmpus, aproximando diretamente da Presidência um coordenador acadêmico para a área de Letras e outro, para os dois outros cursos. Recordar-se que os cursos, então, ainda eram ministrados pela UCS. Fica claro que, ao menos naquele momento, a intenção do presidente era assumir, diretamente, o controle da vida administrativa da Instituição.

Em 1974, eleito presidente, Odilo Becker voltou a chamar a si o controle dos recursos econômicos, entregando os atos administrativos

diretamente atinentes ao funcionamento da atividade acadêmica – recrutamento de docentes, confecção de horários e supervisão da execução das grades curriculares, atendimento de alunos e professores e regular organização da infraestrutura de apoio à comunidade acadêmica – a dois auxiliares diretos: Helemar Jänisch e Hugo Ewald. A partir de 1974 e 1975, com o reconhecimento pelo MEC, respectivamente, da FELAT e da FACEAT, as congregações das duas faculdades passaram a eleger listas tríplices para a nomeação de seus diretores, pelo presidente da Mantenedora, tendo os primeiros nomeados sido Ione Bentz, na FELAT, e Genuíno Ferri, na FACEAT.

Na visão de Becker, a divisão das tarefas prosseguiria – como de fato prosseguiu –, só que agora com os “coordenadores acadêmicos” respaldados pelo voto dos pares. Por outro lado, o presidente deixou claro que sua proposta de administrar a FATES, então independente da UCS, era momentânea e deveria ser pensada, em conjunto, nova estrutura em termos administrativos e didáticos, ou seja, investir em um planejamento mais sistemático, em uma reforma administrativa (LA 04, ata n. 08/79, p. 59; acervo do CMDPU). Assim se posicionou: “[...] manifestou aos Senhores Conselheiros sua apreensão pela inexistência de uma equipe que planejasse a expansão da FATES, acompanhasse os processos, estabelecesse os contatos oficiais com as autoridades [...]” (LA 04, ata n. 05/79, p. 55). Em função disso, foi criada uma comissão, presidida pela professora Ione Bentz. O papel desempenhado, tanto pela comissão como um todo, como pela professora Bentz em particular, seria fundamental, já que uns dos pontos mais defendidos e discutidos eram exatamente o Plano de Carreira e a reforma estatutária.

Lendo os acontecimentos dessa perspectiva, o fio de nossa análise quer insistir em passar pela importância do papel dos professores e funcionários da Instituição, que faziam acontecer as atividades administrativas e de sala de aula, do pequeno e simples Prédio da FATES situado na então Vila Jardim. Esses que abriam e fechavam as portas foram autores de iniciativas cujos desdobramentos fariam as bases da grande expansão verificada no cenário de transição entre os séculos XX e XXI.

E, enfim, a comissão criada naquele momento teve este caráter de dar espaço para que fossem pensadas alternativas para qualificar a vida institucional. O fato de Bentz presidir a comissão também precisa ser relevado, já que a professora vinha circulando por outros meios acadêmicos, sendo suas vivências trazidas de alguma forma para a FATES, provocando uma série de debates que envolveriam outros profissionais, alguns que iam e vinham – entre Lajeado e a região metropolitana de Porto Alegre –, outros que estavam com suas vidas estabelecidas unicamente nos limites do Vale do Taquari. Presidindo a comissão, a professora Ione teria ampliada sua ascendência, no plano pedagógico, para a FACEAT, cujo diretor, o professor Genuíno Ferri, estava limitado em sua atuação pela atividade profissional que mantinha na Secretaria da Receita Estadual. Tal reforço do papel da então diretora da FELAT revelaria seus frutos nos debates institucionais internos reservados aos anos 1983 e 1984, quando, efetivamente, novo estatuto e plano de carreira se tornaram a agenda das faculdades.

Entre 1974 e 1983, entretanto, uma década deveria ser percorrida. Se Odilo Becker entendia – com todas as suas razões perfeitamente justas, segundo diz Bersch (2008) – que um presidente não tinha como delegar a administração dos recursos materiais pelos quais, perante a sociedade, a lei e a própria comunidade da FATES, ele respondia pessoalmente, nem toda a comunidade acadêmica das faculdades pensava assim. “Embora lhe dedicasse o maior e o mais sincero respeito, a professora Ione passou a demonstrar sua impaciência com o fato de que os verdadeiros gestores da atividade-fim não tinham em suas mãos a decisão sobre a efetiva destinação dos recursos” (Bersch, 2008). “A mantenedora dota e fiscaliza” – costumava dizer Bentz, igualmente coberta de argumentos convincentes para quem quer ver a futura universidade em marcha. Note-se que essa diferença de posições, entretanto, parece ter ficado mais no campo das relações profissionais, o que contribuiria para alimentar os debates necessários ao repensar da Instituição.

Enquanto isso, contudo, com a falta de agregação de novos cursos, passou a se criar na FATES uma inquietação, característica dos que se incomodam com a rotina. O fato de se ter um prédio próprio

não garantiu para sempre a motivação, nem resolveu o conjunto de problemas apresentado anteriormente; outros tantos iam aparecendo decorrentes dos próprios sinais de crescimento.

Quando comecei, as aulas eram no Castelinho [Colégio Estadual]. Ali cursei o meu primeiro ano: 1971 foi o ano inteiro no Castelinho; 1972 nós passamos o ano inteiro no [Colégio] Madre Bárbara e 73, 74, o terceiro e o quarto ano foram cursados aqui no Prédio da Avelino Tallini. **Foi assim uma glória vir pra cá: era bonito, era novo e era só pra nós, mas tinha muito barro ali na frente e era comum que as pessoas se sujasse muito quando chovia... [o calçamento veio] Muito depois!** Naquele tempo não tinha calçamento, o que tinha era barro nos dias de chuva e poeira nos períodos mais secos. Lembro de dois ou três casos de colegas que caíram, que chegaram sujos de barro na sala... e também tinha galinheiros ali na frente e tinha muito cheiro... duas coisas que me lembram muito do começo [...] (Kist, 2006, depoimento oral; grifos da autora).

E situações até mesmo improváveis viriam se somar ao conjunto das dificuldades:

[...] Detalhe inesquecível – embora estranho de ser mencionado – eram as constantes nuvens de moscas que, provindas de um tal de ‘Áviário do Johann’, situado no outro lado da rua Avelino Tallini, literalmente passaram a tomar conta das janelas, paredes externas e internas e mesinhas escolares. Em pleno verão, durante a manhã, tornou-se necessário manter as janelas fechadas, com o sol escaldando contra a parede; ao menos enquanto não se sufocasse. Abertas as janelas, a invasão era total. Era um deus-nos-acuda. Promoveram-se passeatas na cidade para que o Poder Público interferisse – é claro que sem resultado. A praga das moscas, aliás, castigava também as atividades dos cursos regulares sempre que, no verão, as aulas do turno da noite tinham início com o céu ainda claro. O ‘Áviário do Johann’ somente foi demolido quando passou a ser antieconômico (Bersch, 2008).

Braun (2008, depoimento oral) lembrou o assunto e complementou: “[...] A Adolfina [a ‘senhora do café!'] não perguntava pra ninguém. Ela trazia veneno de casa e espalhava ali na frente do Prédio 1, naquelas calçadas”. Dona Adolfina, por sua vez, corrobora os detalhes e destaca a situação de penúria da Instituição, quando explica que o “trazia de casa” porque “naquela época não tinha... era difícil comprar”.

Petry (2009, relato escrito) recordou detalhes e ensaiou a relação desses com o aspecto pedagógico:

Confesso que o primeiro impacto foi muito ruim: era lá, quase no final de Lajeado, na Estrada Geral Lajeado-Arroio do Meio. É possível que essa impressão de ‘muito longe’ deve-se ao fato de que, naquela época, trabalhava em Encantado, na COSUEL; dessa forma, para fazer a matrícula foi necessário vir de Encantado até a antiga Rodoviária de Lajeado (Rua Borges de Medeiros) e ‘pegar’ o ônibus que ia para o Pirai [hoje bairro São Cristóvão] – não fazia a menor idéia onde era ‘isto’; depois, ir a pé até a FATES; como o ônibus não ia até lá, fui me informando com transeuntes ou com pessoas das poucas residências que havia. Essa impressão de ‘muito longe’ também se deve ao fato de que não havia a RS-130 e a viagem de Encantado demorava algo em torno de 1h30min; a hoje Avenida Alberto Pasqualini não era o que poderia ser denominado de rua, muito menos de avenida; era simplesmente uma estrada, um acesso não-pavimentado. Nas aulas que ocorriam aos sábados não havia ‘ônibus de estudantes’ e quem não podia gastar, como eu, tinha que vir da antiga rodoviária ‘à pé’, com chuva e barro ou sob o pó. Outra situação de destaque quanto à primeira impressão sobre a FATES foi o conjunto de galinheiros muito próximo a ela que produziam um mau-cheiro sufocante e uma profusão de moscas. Quando não chovia, ou seja, a maior parte do ano letivo, era melhor trazer uma ‘toalhinha’ na ‘pasta de aula’ para tirar o pó da cadeira e da classe. Isso, no entanto, de pouco auxiliava, pois na medida em que chegavam outros veículos, o pó entrava ‘a mil’ na sala de aula. Ambiente produtivo? Ou o aluno o fazia ou não havia. Muitos dos professores, aliás, deixavam isso perfeitamente claro, ficando algo

do tipo ‘estou aqui para ensinar; você está aqui para aprender e não, simplesmente, para ser ensinado’. Dessa forma, o início, a primeira impressão foi parecido com: Meu Deus! Onde fui me meter?

Schneider (2007, depoimento oral) reforça a ênfase a essas minúcias, que nos permitem “enxergar”, para além dos escritos e dos ditos, fragmentos de como eram os dias passados no Prédio 1: “era aquele espaço pequeno, os ônibus atolando. Eu lembro bem daqueles ônibus de férias em julho, chuva, e os ônibus atolavam ali na frente. Não conseguiam sair... É uma situação tão diferente de hoje! Então, realmente, a gente se sente bem vendo isso [hoje] [...]”.

Esses aspectos foram ainda mencionados por Braun (2008), Chemin (2009), Frozza (2007), Hädrich (2007), Jänisch (2007) e Togni (2009).

\*\*\*\*\*

A década de 70 terminaria com novo alvoroço envolvendo a presidência da FATES. Odilo Becker renunciou ao cargo em meados de outubro de 1978, meses antes de finalizar o mandato<sup>79</sup>. Na carta-renúncia que apresentou expôs os motivos, centrados em intensos descontentamentos respeitantes ao modo como o tema Ensino Superior vinha sendo tratado por algumas lideranças políticas locais.

O centro de sua argumentação foi a falta de apoio dos poderes constituídos, especialmente o da AMVAT, naquele momento específico. Na edição do dia 7 de outubro de 1978, matéria no jornal local *O Informativo* mencionava a intenção do então presidente da AMVAT, Darci José Corbellini, de solicitar ao Presidente da República

---

<sup>79</sup> Sobre a renúncia de Odilo Becker foram estudadas: a) a ata de reunião do Conselho Diretor, datada de 14 de outubro de 1978, que registra o pedido (LA 04, p. 44), mencionando duas reuniões acontecidas naquele dia, uma, às 9h30min, outra, às 20h; b) a carta de renúncia de Becker, publicada no Jornal *O Informativo*, edição de 17 de outubro de 1978; c) as entrevistas de Arruda (2006), Bentz (2006), Kist (2006), Oppermann (2006), Ferri (2006); d) e as considerações feitas por Bersch (2006, depoimento oral; 2008).

uma universidade para o Vale do Taquari. Becker não concordou com a forma de se tratar a questão, à revelia do representante legítimo da IES regional. E, interpretando como uma afronta, juntou sua irritação com os desconfortos que sentia quando o assunto era a FATES perante os governos da região e renunciou em caráter irrevogável.

Parecia, assim, que todos os caminhos para se chegar ao objetivo comum do desenvolvimento do Ensino Superior esbarravam nas questões da política, partidária ou não, que dificultavam o debate conjunto de ideias. Becker afirma, em sua declaração de renúncia, ter “servido de traço de união” (Carta-renúncia, Jornal *O Informativo*, edição de 17 de outubro de 1978, p. 9; acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado) durante o tempo em que esteve presidindo a Fundação. Os depoimentos que ouvimos confirmam e reforçam essa autoavaliação. A Instituição estava credora, segundo Becker, não apenas do município de Lajeado, mas da região, que não se colocava lado a lado. Politicamente não se poderia sustentar a ideia de universidade, uma vez que não havia o compartilhamento de propósitos em torno da questão. Destacou o fato de que os auxílios eram concedidos, “mas sempre dando a impressão de favor especial”.

O presidente renunciante prossegue mencionando as tentativas de criação de cursos e o entendimento que tinha sobre a necessidade de (re)tomada de apoios políticos no circuito federal e a enorme dificuldade de o fazer. Nesse ponto, citou o exemplo de quando ensaiou um contato com o presidente Ernesto Geisel, quando este fazia uma visita ao município de Teutônia: o máximo que conseguira foi entregar um documento escrito “a um coronel da sua comitiva [...] sem qualquer tipo de retorno [...]. Até hoje nossos contatos em Brasília não conseguiram localizar o pedido” (Carta-renúncia, Jornal *O Informativo*, edição de 17 de outubro de 1978, p. 9; acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado).

A leitura da análise feita por Becker reforça a constatação de que, retirados os amparos de Brasília – aqueles que pautaram a criação dos primeiros cursos, sob a sigla APEUAT –, as negativas do CFE voltaram a fazer parte do cotidiano institucional, bem como a morosidade em todos os processos referentes à FATES.

Mas a ênfase maior constante na carta-renúncia foi para a falta de amparo dos governos regionais. Becker estendeu sua crítica para a comunidade acadêmica afirmando que havia falta de engajamento na questão da expansão do Ensino Superior, como se essa dissesse respeito apenas aos gestores. Destacou ainda

[...] que só um verdadeiro líder comunitário poderia congregiar as forças vivas de Lajeado e impulsionar para seus objetivos maiores. A realidade atual do Ensino Superior em nossa cidade, porém, é o total desinteresse da Comunidade para com o mesmo e debalde procurei despertar o interesse dos poderes constituídos para o assunto (Jornal *O Informativo*, edição de 7 de outubro de 1978, p. 9; acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado).

Na verdade, essa insatisfação não pode ser relacionada apenas aos fatos ocorridos em 1978, como deixa ver o registro feito em ata de 25 de junho de 1975:

O Senhor Presidente [Odilo Becker] demonstrou [aos presentes na Reunião do Conselho Diretor da FATES] o quadro do ensino universitário na região, lembrando a conveniência e necessidade de que esta Fundação assumia tal hegemonia ou que se retraia permanecendo em suas condições atuais. Sua senhoria (*sic*) recebeu a manifestação dos presentes favoravelmente ao desenvolvimento de gestões para a integração da região e suas potencialidades em torno da FATES (LA 04, ata n. 04/75, p. 16; acervo do CMDPU).

Enfim, o referido episódio da iniciativa da presidência da AMVAT pode ser visto como a culminância de uma série de outros descontentamentos.

Jänisch (2007) lembrou de outro detalhe que, de seu modo de ver, contribuiu para potencializar a insatisfação de Becker:

Ele ficou descontente com a época da ditadura... Ele era professor de direito público e direito privado. Como juiz não tinha cor partidária, mas a gente sabia que ele era do MDB. Não era lá muito a favor dos militares. De

vez em quando, ele manifestava algumas ideias dentro da sala de aula e sempre tinha ‘dedo duro’ informante do DOPS, Departamento de Polícia Social [...]. Daí ele foi chamado a Porto Alegre, teve que se explicar, o que o incomodou muito, e, como juiz, ele por pouco não dançou [...] Isso deixou ele muito magoado (Jänisch, 2007, depoimento oral).

Na reunião em que comunicou o afastamento, acontecida no dia 14 de outubro, um dos membros do Conselho Diretor sugeriu a renúncia coletiva do grupo, como atitude solidária, o que “não recebeu o consenso dos conselheiros, a fim de que se desse, de imediato, solução ao problema surgido” (cfe. LA 04, ata n. 07/88, p. 47; acervo do CMDPU). Dessa forma, ainda naquela data assumiu a presidência da FATES o professor Roque Danilo Bersch, que fora escolhido vice-presidente algum tempo antes, com a renúncia, então, do vice anterior, o professor Adão Becker, irmão de Odilo.

A saída de Becker não provocou transtornos aparentes nas atividades acadêmicas. Os aspectos legais seguiram sob os cuidados do secretário geral Helemar José Jänisch. Também a vida administrativa teve sequência regular, e com Paulo Vital dos Santos Güntzel no apoio administrativo – Setor de Pessoal, Finanças e Tesouraria – e Hugo Ewald, contador da Prefeitura Municipal de Lajeado, no turno da noite fazendo a contabilidade da FATES. O apoio logístico era coordenado por Guilherme Uhrig, funcionário cedido pelo Município.

Na FELAT, era diretora titular a professora Maria Fani Scheibel, que, antes, já substituíra interinamente Ione Bentz, esta naquele momento afastada para cursar o doutorado. Genuíno Ferri seguia diretor da FACEAT.

Já para a cultura institucional, o momento marcou o início de nova etapa. Enquanto os docentes davam continuidade à rotina de salas de aula, outras movimentações aconteciam, no sentido de provocar e desafiar a comunidade acadêmica ao debate de si própria.

Em novembro daquele ano [1978] foi publicado na revista *Signos*, mantida pela FELAT, um artigo de Ione Bentz, do qual destacamos o seguinte trecho:

Urge que o ensino universitário passe de meio a fim, que deixe de ser objeto de disputas e passe a ser considerado como uma causa em si. A comunidade lajeadense e a comunidade universitária, os professores especialmente como força eleitoral que são, devem cerrar fileiras em torno de um nome que seja não melhor para A ou para B, mas melhor para o Ensino Superior; que responda aos interesses acadêmicos em consonância com os administrativos, que possua força suficiente para sensibilizar os órgãos federais e habilidade para somar esforços junto aos estados e aos municípios. É preciso que os espíritos se desarmem em relação à FATES, **sob pena de termos que presenciar a estagnação e o declínio de uma realidade que todos os municípios desejariam possuir e que, paradoxalmente, pode ser desprezada por quem a possui** (Bentz *apud* Revista Signos, novembro de 1978, p. 1; grifo da autora).

À percepção da necessidade de coibir interesses segmentados na condução da FATES juntava-se, a partir daí cada vez mais fortemente, a convicção de que o dirigente acadêmico devia dispor, também, da decisão sobre os recursos institucionais. A ênfase ia, naqueles instantes, na direção das eleições previstas para 1979. Bentz estava insistente:

[...] as fases de discórdia e contemporização devem ser definitivamente encerradas. Assume capital importância a eleição que em março próximo apontará os dirigentes da FATES para o triênio 1979-1981. Permanecendo com seu perfil atual ou colocando em vigência os Regimentos, das diretrizes e da atuação deste grupo dependerá o destino do Ensino Superior (Bentz *apud* Revista Signos, novembro de 1978, p. 1).

Bersch (2006, depoimento oral) recorda que, chamado, em 1978, a assumir a presidência mais por acidente – como vice-presidente eleito quase em final de mandato – do que por outro motivo, não se enxergava no papel de administrador, para o qual insiste também não ter tido preparo. Sua eleição, em março de 1979, precisa, por isso, ser confrontada com a proposta que apresentou para a continuidade dos trabalhos: “os diretores das faculdades teriam a delegação para, em

conjunto com um diretor com experiência administrativa, nomeado pela FATES, dirigirem em conjunto, numa espécie de ‘triumvirato’ acompanhado de perto pela presidência, a Instituição como um todo” (Bersch, 2006, depoimento oral). Assim, as decisões passariam a originar-se nas duas IES – FELAT e FECLAT –, o que ia ao encontro dos regimentos das faculdades e da clara reivindicação dos docentes: reunir sob a responsabilidade dos diretores as decisões acadêmicas e as administrativas. Caberia ao diretor administrativo nomeado, em igual nível de hierarquia com os demais, a tarefa de promover o uso comum dos recursos materiais e do recurso humano de apoio. E mesmo porque Bersch se encaixava no aspecto já destacado dos docentes que não estavam tempo integral na Instituição.

\*\*\*\*\*

Os anos 1980 iniciaram em igual situação de dependência econômica, preocupante e inibidora de projetos novos. Os esforços continuavam no sentido de firmar acordos que garantissem a contribuição regular do município de Lajeado. A ata do dia 1º de março de 1980 registra “o trabalho positivo do Diretor Administrativo junto à Prefeitura Municipal no decorrer de 1979, tendo conseguido ótima e recíproca colaboração entre município e FATES, culminando com a regularização dos débitos e apoio de serviços”, executados pelos vários órgãos da administração Corbellini (LA 04, ata n. 13/79, p. 65; acervo do CMDPU). Porém, logo à frente, o Conselho Diretor debatia a necessidade “de que fosse dada solução imediata no que se refere aos valores dos salários-referência, novamente em atraso, a fim de não retornar a uma situação recém superada” (LA 04, ata n. 04/80, p. 69). E a situação se arrastou assim nos meses seguintes, segundo o que demonstram os registros das atas do Conselho Diretor, sempre repetitivos no que concerne ao assunto “pendências com a Prefeitura”. Na ata n. 03/81 (LA 04, p. 76-77) fica exposta a situação entre a IES e a municipalidade:

[...] [entre Prefeitura e FATES] os problemas pendentes são: - continua a irregularidade dos pagamentos das verbas orçamentárias destinadas à FATES; - está ainda

sem solução o assunto do desmatamento de eucaliptos no parque do Câmpus, executado por ordem do Sr. Prefeito; - requerimento feito em fevereiro a respeito do alinhamento e oficialização de rua de acesso à FATES ainda não teve despacho; - prolongamento da av. Alberto Pasqualini e iluminação pública até a faculdade; - continuam ocupados pela Pamel o galpão e o chalé, de propriedade da FATES; - o Sr. Prefeito quer a suspensão de apoio financeiro à Fundação [...] perguntou ainda aos Srs. Conselheiros se a política de relacionamento entre FATES e Prefeitura deveria continuar em ritmo de uma acomodação ou se convinha assumir uma atitude mais agressiva [...].

Elevar o valor das mensalidades acabava sendo imperativo, mas também isso dependia de disposições restritivas por parte do MEC<sup>80</sup>. Na ata n. 03/79 (LA 04, p. 52), lê-se sobre o aumento autorizado para 1979: de 38%, com a ressalva: “dependendo de um dissídio coletivo de trabalho, requerido pelo sindicato dos professores, aguarda-se a possibilidade legal de uma elevação deste percentual”. A receita principal, portanto, invariavelmente acabava centrada no alunado. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Instituição sempre foi mantida pela região. A continuidade da vida acadêmica, mesmo nos momentos mais críticos, deve-se tributar aos alunos e suas famílias, que, reservando parte dos ganhos para a educação superior e escolhendo a FATES, contribuíram de forma essencial e decisiva para sua manutenção e fortalecimento.

É preciso deixar muito claro que, nas lembranças dos que vivenciaram aqueles momentos, esse não era o desejo da comunidade docente, inclusive dos que ocupavam postos de mando. Aqueles que se dedicavam a pensar formas de desenvolver a muito pequena Instituição apostavam tudo em descobrir um jeito de trazer para a cena a comunidade regional, na figura de seus governantes. Esse era

---

<sup>80</sup> O registro seguinte mostra o conteúdo de uma dessas conversas, em reunião da diretoria da Fundação. “A Resolução nº 11/78 do Conselho Federal de Educação faculta às instituições uma gradual adequação das anuidades aos custos reais do ensino, uma vez comprovada a insuficiência dos aumentos previstos” (LA 04, p. 52). Desse dispositivo normativo a FATES lançaria mão, “a fim de melhor equacionar sua situação de finanças” (LA 04, p. 52).

o sonho que sempre, de novo, acabava em ilusão: tanto os municípios antigos quanto os recém emancipados reservavam seus limitados orçamentos para os setores e serviços situados nos limites de suas fronteiras geográficas, o que se pode apontar que já era grande desafio.

Esse teor é enfatizado por Arruda (2006c, depoimento oral) quando fala sobre o contexto da década de 1960:

Não havia esse respaldo! Nós fazíamos os contatos com... os prefeitos, com as Câmaras de Vereadores e tal, e, por exemplo, pedindo a participação de verba. E eles diziam assim: *Mas como é que vou explicar lá na minha picada e tal, que eu 'tô dando dinheiro pra Lajeado e não tenho pra construir uma escolinha aqui?* E [n]isso, não deixavam de ter razão, porque nós não tínhamos nada em concreto pra dizer assim, como tem hoje, por exemplo. Hoje um município pode ter verbas, pode ter no seu orçamento verbas pra auxiliar o ensino universitário, os alunos e... Mas tem um negócio concreto! Aqui tem um câmpus universitário com mais de 9 mil alunos. Então tem algo a mostrar e a justificar, mas na época não tinha nada!

“Nós éramos tão pequenos que nós mesmos tentávamos fazer os canteiros, organizar a plantação daqueles ipês, sabe? A nossa visão era mais caseira [...] e a gente começou a sair do casulo devagarzinho [...]” (Scheibel, 2007, depoimento oral).

Nós tínhamos uma sala de professores [...] [muito pequena]. E queríamos colocar uma cortina para embelezar a sala, e não tinha verba para isso [...]. Então se fez uma ‘vaquinha’ entre os colegas e lá daqui a pouco apareceu uma cortina, e isso foi o máximo. Quer dizer, humanizamos um pouco o ambiente onde tomávamos cafezinho, confraternizávamos durante os intervalos e também lá fora ‘chuleando’, contando com [que] aquelas árvores crescessem um pouquinho para colocar os carros durante o período de verão quando aqui tínhamos os cursos de férias. Então é uma outra faceta. O Roque coloca a questão mais política e institucional e eu estou colocando uma coisinha um pouquinho mais caseira de **quanto na verdade nós éramos pequenos**

**naquela ocasião** (Scheibel, 2007, depoimento oral; grifo da autora).

Foi ainda Scheibel (2007, depoimento oral) que lembrou das limitações relacionadas à estrutura pedagógica:

Que apoio didático pedagógico nós tínhamos? Digamos uma sala onde tínhamos um retroprojetor que era o que se podia dispor naquele momento e que levávamos pra sala de aula para inovar alguma coisa, se fosse o caso. Não digo inovar, digo ilustrar. As questões didático-pedagógicas, estas eu diria, ficavam muito por conta de cada professor. **Nós tínhamos uma linha, sabíamos onde queríamos chegar**, mas até o momento não tínhamos consolidado nenhum projeto político pedagógico (Grifo da autora).

O certo é que o assunto ocupou as pautas de todos os gestores institucionais em todos os instantes da trajetória, até a década de 1990, mas em nenhum momento se pôde dizer que ocorreu efetivamente a chamada regionalização do Ensino Superior.

\*\*\*\*\*

Em março de 1982 o processo eleitoral colocou Roque Danilo Bersch num segundo mandato à frente da Mantenedora (LA 03, ata n. 12, p. 18). Sobre os antecedentes da eleição lemos no relato escrito de Bersch (2008):

Já iniciava o ano letivo de 1982 e eu não enxergava qualquer mobilização com vistas à disponibilidade de alguém para assumir a presidência da FATES. Sondei, nesse sentido, os colegas Ingo Schreiner e Venâncio Diersmann, convencido de que o revezamento no posto poderia fazer surgir situações novas e trazer para a tarefa de pensar o Ensino Superior outras lideranças e sugeri que se envolvessem com mais presença e energia com a causa. Entretanto, Schreiner dizia que sua preferência era a docência e o colega Venâncio estava se despedindo do magistério para iniciar-se na advocacia. Na procura

por outras pessoas da comunidade, dava atenção aos municípios vizinhos, e formamos, finalmente, a chapa para mais um período. Lembro que, também aí, conversei com os antigos líderes político-partidários, sondando-lhes a opinião. Nunca pensei em alijar essas forças do quadro dirigente da Mantenedora; mas tentava buscar o equilíbrio. Novamente, convidei os diretores das faculdades, eleitos que eram pelas respectivas congregações, para fazerem parte do Conselho [Diretor] como titulares.

Durante o tempo de sua gestão, o professor Bersch modificou o quadro administrativo.

Ao longo do período, porém, passei a perceber um desgaste interno da situação, talvez causado pela extenuação do modelo ou, então, por diferenças de percepção e estilo administrativo entre Oppermann<sup>81</sup> e, inicialmente, chefias de departamentos, mais tarde ampliadas com o envolvimento da FELAT como um todo. A ideia da troca do Diretor Administrativo me preocupava muito, tanto pela falta de certeza sobre se ela resolveria efetivamente o problema, porque na raiz de tudo estava a falta de recursos, quanto pela minha dificuldade de lidar com a situação. [...] A experiência de Oppermann não podia ser tão facilmente descartada. [...] Decidi, a partir daí, extinguir o cargo do diretor administrativo e entregar aos dois diretores a tarefa de administrarem o Câmpus em conjunto, pois, tendo em vista que minha presença na Instituição se tornara cada vez mais frequente, embora somente à noite, por causa do número de disciplinas que ministrava, entendi que com uma reunião semanal com os diretores seria possível manter a unidade administrativa entre as duas faculdades. Estaria, desta forma, correspondendo mais e mais às expectativas da ‘palavra de ordem’ que, dentro do Câmpus, se tornara cada vez mais forte: a mantenedora dota, delega e fiscaliza.

---

<sup>81</sup> O professor Lauro José Oppermann, em 1973 responsável administrativo pelos cursos de férias da UPF em Estrela – até aqueles anos ele exercia a função de sacerdote –, fora trazido à FATES pelo presidente Odilo Becker, o qual, no entanto, renunciou antes de lhe atribuir claramente essa tarefa.

Diminuía, claro, a expectativa de atendimento ao outro pleito de dotar a Instituição com recursos que deveriam vir de fora, pois o ex-diretor administrativo era a única pessoa que tivera tempo para atuar nessa frente (Bersch, 2008).

Efetivamente, a situação de penúria prosseguia, sem que se vislumbrassem chances de modificações no quadro formado.

Se, com a saída de Becker, quatro anos antes, a relação entre a mantenedora e as faculdades tivera encaminhamento no sentido de viabilizar o cumprimento dos regimentos com a disponibilização dos recursos, estes, contudo, prosseguiram minguidos como antes. Os docentes mais envolvidos com a tarefa de dar continuidade à Instituição se apercebiam da situação de impasse e passaram a inquietude cada vez mais saliente: era necessário trazer pessoas que pensassem, planejassem a futura universidade. Como, porém, trazer essas pessoas sem recurso para pagá-las? O único recurso humano com que se contava, nesse sentido, eram professores cedidos pelo Estado, e estes, somente na área das licenciaturas, acrescido o fato de que possuíam compromissos com o magistério em outras escolas ou na própria Delegacia de Educação de Estrela. Em outras palavras: era preciso crescer para arrumar dinheiro; e era preciso ter dinheiro para poder crescer.

Para os espíritos mais ousados, a situação não poderia prosseguir. Além disso, o momento ia coincidindo com as expectativas sobre o fim da ditadura militar brasileira. Paralelamente havia os empurrões dados pela política econômica, sobretudo enquanto indicadores inflacionários, em avalanche, pressionando o repensar não apenas do regime de governo, mas de série de questões que, no cenário interno da FATES, se traduziam em proposições, como a reforma estatutária e o Plano de Carreira, que garantiriam processos mais dinâmicos em todos os setores. Quem acompanhou de bem perto aqueles acontecimentos sabe que as transformações de maior envergadura seriam vistas em meados dos anos oitenta, e, com mais intensidade, no correr dos anos 1990, já no clima do que estamos denominando grande expansão. Mas entendemos que isso deva ser colocado no corpo de um processo que começou a ser provocado e construído ali,

no início da década de oitenta, quando se vislumbrava a retomada da democracia no cenário político nacional.

Essa realidade era vista sob diferentes prismas entre os docentes. Alguns se dedicavam exclusivamente aos ditames da sala de aula; outros, enquanto gestores, deixavam-se absorver pelas exigências do administrativo; outros ainda conciliavam as atividades na Instituição com outras atividades profissionais, que lhes exigiam maior dedicação e tempo; finalmente, também houve aqueles que, nos encontros dos corredores ou da pequena sala dos professores, passaram a divagar sobre novas formas de encarar a luta pelo crescimento institucional.

Pelo ano de 1983, este último grupo foi reforçado por alguns recém-formados nos cursos de Contabilidade e Economia. É importante mencionar que esses cursos tiveram, até aquela época, a marcante participação de alguns docentes de Porto Alegre, profissionais da UFRGS ou da FEE, os quais agora, devagarinho, estavam se afastando. Entre eles menciona-se Ário Zimmermann, que criou laços de amizade em Lajeado e se preocupou com a continuidade da Instituição, e Walter Nique. Com esse objetivo, estimulavam os alunos de destaque a avançarem nos estudos, depois de concluída a graduação.

Na FELAT, estava de retorno de São Paulo a professora Ione Bentz, porém restrita à docência, com aulas no turno da noite. Com todas as limitações impostas pelos horários, esse conjunto de professores se pôs, teimosamente, a criar espaço de discussão interna sobre os rumos do Ensino Superior na região do Vale do Taquari.

O momento estava todo favorável para o discurso da mudança. O conteúdo de atas redigidas no período, de textos publicados na Revista da Entidade e das falas recolhidas nas entrevistas mostra que o assunto crescia em importância nos limitados espaços do único prédio da FATES, e que havia certo consenso em torno da ideia de que era preciso avançar em algumas frentes essenciais, sendo prioridade total a disponibilidade de professores com tempo para além da sala de aula, para repensar o perfil e o papel da IES na sua região. Para tanto, indispensáveis seriam uma reforma estatutária e um Plano de Carreira para contratar docentes.

Os relatos deixam claro que Bentz se tornou líder natural nesse conjunto de professores e recém-egressos. A vivência da vida universitária e a sua ligação anterior, agora retomada até por ligação afetiva, ao projeto de Ensino Superior em Lajeado a conduziram para essa condição.

Lazzari (2007a, depoimento oral) conta que o grupo “era composto pelos professores: Dinizar [Becker], Ione [Bentz], Ário [Zimmermann], Ivete [Kist], Dalor [Heberle], Ney [Lazzari], Ilse [Wickert] e mais alguns que eventualmente também se envolviam nesses momentos de discussões, como Luis Inácio Petry, Raul Stoll, Walter Nique (também professor da UFRGS), José Luis Fay de Azambuja”. E Kist (2006, depoimento oral) complementa: esse foi “o grupo original”<sup>82</sup> que se envolveu em “debates acirrados” e estava coeso em torno do sonho de promover o crescimento da Instituição a partir de três pontos principais, de cujos desdobramentos viriam outros, igualmente importantes: plano de carreira, regimento reescrito, o pensar um perfil institucional. E era nesse sentido que teciam suas provocações, no intuito de romper com práticas que entendiam alimentarem as limitações vigentes.

O grupo passou a identificar-se Grupo Permanente de Reflexão – GPR, e teria como tarefas a problematização e o debate conjunto de conceitos e propostas, centralizados na ideia da regionalização de fato do Ensino Superior, a partir de forma mais sistemática e racional de conduzir as questões do Câmpus. Naqueles professores, Ione Bentz provocaria ainda maior desassossego do que já sentiam, desafiando para o fato de que dependeria deles o sucesso da FATES, sabedora de que, para tanto, a ordem instalada deveria ser rompida. Era necessário construir um (re)começo, uma virada na forma de pensar a Instituição, com clara demarcação de objetivos enquanto local de ensino e pesquisa, sem os reveses de cunho político-partidário que ainda adentravam os espaços institucionais, mesmo

---

<sup>82</sup> [...] Depois entrou outra gente – mas o GPR, que é GPR do começo [...]: era Ione Bentz, era Ilse Wickert, e era Ivete, três com ‘T’, três mulheres [...] com Dinizar [Becker], Ário Zimmermann [...], o Ney Lazzari, o Dalor Heberle e o Walter Nique [...], também o prof. Azambuja, que já na época era o diretor do Porto de Estrela, mas ao que lembro ele nem sempre podia estar conosco (Kist, 2006, depoimento oral).

que indiretamente, impregnando falas e decisões nem sempre concatenadas com o interesse do Ensino Superior.

Tanto isso foi real que houve momento em que o grupo disse, segundo Lazzari (2007a, depoimento oral): *Bom, não é assim. Não é desse jeito que se vai construir a Universidade; que se vai construir o futuro dessa Instituição.* O discurso GPR vinha com a vantagem de ser identificado e relacionado com o movimento de fundo nacional e mundial cuja marca era a contestação. No Brasil especialmente, porque continuava se desmontando aos poucos a linha dura do regime militar.

Segundo Bersch (2008), esse, além do próprio conteúdo das discussões, parece ter sido grande trunfo tático de Bentz, para alcançar o êxito em seu propósito de alimentar a FATES com uma massa crítica formada de professores locais que passassem a fazer da construção da universidade um ideal de vida. “A comunidade lhes oferecia o espaço e eles passariam a ver-se não apenas como operadores nesse espaço, mas se sentiriam responsáveis por levar o projeto adiante” (Bersch, 2008). A valorização, naquele momento nacional, da contestação construída de preferência à revelia da ordem estabelecida era elemento psicológico importante para reforçar a adesão consciente de cada indivíduo do grupo a um projeto de longuíssimo prazo e, provavelmente, de sofrida execução. A análise se confirma no seguinte depoimento de Bersch (2008), que, como veremos, acompanhou de fora as ações do GPR, já que estava na presidência da mantenedora:

O que passei a compreender nas entrelinhas, a partir de então, é que entre o ‘algo mais’ que estava em efervescência, além da elaboração de propostas de documentos institucionais – um novo regimento, um Plano de Pessoal e uma estrutura própria para as faculdades assumirem, ante a FATES, o seu próprio protagonismo de IES –, contava um elemento novo, que era a formação de um **sentimento de grupo** entre os professores participantes daquele processo, o qual, por seu caráter de exclusividade, beirando a clandestinidade, envolvia afetivamente as pessoas, numa espécie de cumplicidade grupal. O objetivo – o sentimento de grupo

– era o de que a FATES muito precisava. O grupo dos pioneiros da Instituição já tinha cumprido o seu papel e estava distante no tempo. A professora Ione, com um pé firme na UFRGS, mas com a responsabilidade de quem ajudara a ‘parir a criança’, preocupava-se com a continuidade da obra, antes de ela se desligar totalmente. [...] A perspectiva de aumentarmos o grupo de pessoas dispostas a viver ‘para’ o Ensino Superior, o que pressupunha as condições de essas pessoas também poderem viver ‘do’ Ensino Superior, me animaram (Bersch, 2008; grifo da autora).

Antes, já que o GPR se tivesse feito notar, os dirigentes – diretores e presidente da mantenedora – tomaram conhecimento de algumas expectativas que se alimentavam no meio docente, notadamente uma reforma da estrutura e um plano de carreira, este último, certamente necessário – mas não suficiente – no momento em que a FATES quisesse contratar pessoas para atividades diferentes das da sala de aula.

[...] passamos a promover reuniões aos sábados de manhã, com a participação aberta a todos os professores. O objetivo era debater um documento viável que contemplasse nossas necessidades e possibilidades. Pessoalmente, não me julgava em condições de inspirar o conteúdo de uma proposta. Era necessário reunir alguma experiência em administração de recursos humanos em uma IES e saber avaliar o alcance tanto de um plano de ascensão em carreira como também da contratação de pessoal em regime de tempo contínuo. [...] percebera que esse grupo de professores – como era de se esperar – tinha clareza sobre a sua responsabilidade e o seu interesse próprio. Com o debate nos seminários, [...] se ampliaria o grupo de pessoas que não só visse a agenda em pauta como um objeto de reivindicação, mas também o contemplasse da perspectiva institucional (Bersch, 2008).

Desse modo, naqueles pequeninos espaços do Prédio 1, acontecia a discussão sobre o modo de pensar e conduzir uma IES, seus objetivos e relações com o regional.

Para Bersch (2008), as lembranças jorram profusas, como mostram os diversos seguintes parágrafos:

[...] nessas condições é que começaram a se acentuar devagarzinho as diferenças, marcadas, por um lado, pela resistência dos dirigentes [...]; por outro, pelo grupo antagonista, com pretensões claras: assumir postos. Queriam implantar ideias [...], isso tudo num contexto de lutas pela abertura democrática. Nesse sentido, ocupar postos seria fundamental, no entendimento de alguns deles.

Após algumas reuniões, passei a ter a impressão de que havia, da parte de [alguns] participantes, uma insistência [...] [na] imagem de que [estávamos] divididos: a direção e um grupo dissidente. Procurei durante muito tempo contornar essa perspectiva, tentando deixar claro, aos participantes, que a [todos] nós, os docentes, cabia encontrar a fórmula de viabilizar a Instituição, a qual, não sendo de ninguém e de todos ao mesmo tempo, dificilmente contaria com algum agente externo disposto a, gratuitamente ou como ato de benemerência, dotá-la de recursos [...]. Além disso, tínhamos interesse direto no fortalecimento da FATES. [Por isso] precisávamos manter a unidade do corpo docente, até para manter uma imagem de competência política na condução do processo. Eu estava realmente feliz com a previsão de que um grupo de professores mais amplo do que o que normalmente comparecera às reuniões da Assembleia Geral da FATES até então estava se agregando e assumindo coletivamente a discussão sobre a viabilidade do Ensino Superior em Lajeado. Eu, cada vez mais, apostava na causa, agora também movido pelo fato de ter investido no curso de mestrado.

Em um daqueles seminários, nós, da direção, cometemos a infelicidade de levar à reunião um modelo de Plano de Pessoal obtido em instituição congênere, sobre o qual nós mesmos não havíamos refletido e formado qualquer convicção. Deveria ser apenas um ponto de partida para alimentar a discussão. Entretanto, não consegui evitar que fosse encarado como 'proposta da direção' e ele não mais perdeu esse rótulo. A partir daí, as reuniões [...] passaram a ser mais e mais tensas e pouco produtivas [...], frequentemente, enquanto algum 'dos dirigentes'

falava, [alguns] participantes do ‘grupo dos docentes’ sistematicamente meneavam a cabeça do início ao fim, numa indisposição clara para escutar. Essa atitude me decepcionava. Comecei a recear que não estivesse em causa apenas a busca de fórmulas para viabilizar o Ensino Superior. [...] O que estaria passando por cabeças que faziam questão de dizer que não queriam escutar, discutir em conjunto? Imaginava que devia ser a sede de afirmação de uma ‘verdade’ específica e pré-concebida, quando o alvo deveria estar sendo, em minha opinião, uma verdade coletiva mais ampla do que apenas aquela que parecia estar sendo concebida por um grupo restrito de colegas. Atrás dessa postura se abrigaria algum princípio ideológico não dito? Algum interesse pessoal por espaço político na Instituição?

[...] quem, a partir de novas ideias, efetiva e visivelmente trazia contribuições sobre uma nova estrutura institucional, que favorecesse a produção universitária, era a professora Ione Bentz, pessoa dotada de argumentação extremamente ágil e eficiente, muitas vezes desnorteante e imprevisível; e, de alguma forma, o professor Ário Zimmermann, da FACEAT, mais ponderado e compreensível e, inclusive, em várias ocasiões preocupado em preservar o tecido das relações internas da Instituição. Acompanhavam-nos os professores Dinizar Becker, Ivete Kist Huppel e Wálter Nique. A esses se agregavam, embora com participação muito discreta, três professores de ingresso recente no corpo docente: Ilse Wickert, Dalor Heberle e Ney Lazzari. Havia [outros] colegas que intervinham com o fim de assegurar condições para um diálogo que, pouco a pouco, começou a ficar difícil. Dentre esses destacavam-se Luís Petry e Dalia Schneider.

Entrementes, chegou-se ao esgotamento das possibilidades de produção nesse ambiente. Algum tempo depois, tomei conhecimento de que o grupo passara a reunir-se em outros ambientes e espaços, para os quais convidava colegas escolhidos por critérios que eu desconhecia.

Esse conjunto de estado de coisas produziu em nós, os dirigentes, reações diferentes, desde a consternação, passando pela preocupação, até a indignação. Eu senti muito com a divisão. Éramos tão poucos, a situação

tão delicada, e ainda nos dividíamos! Compartilhei a preocupação com os diretores. Entendi que, na situação criada, não cabia 'medir forças'. Deveríamos aguardar o momento em que viessem as propostas que estavam sendo discutidas 'clandestinamente'. Na verdade, não era de se esperar que chegassem absurdos. Eu tinha a percepção, a partir das pessoas que se encontravam no grupo e, principalmente, com base na liderança, qualificação e história institucional da Professora Ione, que, de regresso da USP, assumira cadeiras na UFRGS mas continuava na FELAT como horista, de que, mesmo que houvesse algum interesse mesquinho ou ideológico de mistura com a vontade de organizar a Instituição para o seu desenvolvimento, este certamente não prevaleceria no grupo. Apostava na perspectiva de que uma nova fase para as faculdades estava sendo gestada. Queria conhecer a proposta antes de entrar no seu mérito, acima de tudo porque, pessoalmente, não me sentia em condições de elaborar uma proposta na área administrativa, muito menos para um plano de carreira. Somava-se a essa expectativa o fato de que, de qualquer forma, a decisão final passaria por uma reunião da Assembleia Geral da FATES, onde (*sic*) o crivo dos professores seria ampliado e onde (*sic*), necessariamente, alguém se responsabilizaria pela condução da FATES sob o novo regimento e política de pessoal. Apenas lamentava a decisão do grupo de nos alijar da discussão, embora por mais de uma vez eu lembrara no grande grupo, ao longo dos encontros de sábados, que não via [como] necessário que alguém de nós (Lauro, Fani, Antônio ou eu) conduzisse os trabalhos, uma vez que não se tratava de reuniões estatutárias, mas de um seminário de estudo.

Observei [...] ao diretor da FACEAT que, em minha opinião, estava-se tornando difícil compatibilizar outra atividade profissional intensiva com a direção da faculdade. Também deixei claro para os diretores que, em todo aquele *affaire*, eu não tinha pretensão de lutar pela permanência na presidência da FATES; mas que me posicionaria de sorte a me preservar como professor [...].

As reuniões do GPR aconteciam fora do Câmpus, ou não, tendo como centro das conversas a universidade, ou, mais especificamente,

como pensar uma estrutura universitária para a região do Vale do Taquari. Nas palavras de um dos integrantes, conversava-se sobre o que

[...] se imaginava para o Vale Taquari, o que se queria aqui, como é que se constrói... Claro que também se discutia futebol e também se discutia política e tudo isso servia nas argumentações e servia nesse embate de ideias. Havia uma certa insatisfação com o que estava posto na Instituição naquele momento. Mas não com as pessoas ou com alguém individualmente. **Era uma insatisfação com o *status quo* da Instituição que era muito pequena. O que se tinha era muito insignificante até pra gente.** Por exemplo, até 1985 não tem nenhum professor aqui com quarenta horas pagas pela Instituição, ou era professor horista ou era cedido do Estado (uma meia dúzia) [...] (Lazzari, 2007a, depoimento oral; grifos da autora).

Kist (2006, depoimento oral) esboça um conceito para o grupo, evidenciando, ao mesmo tempo, uma relação entre aqueles momentos e os seus respingos alcançando a grande expansão iniciada no findar do século XX:

Éramos um grupo de jovens que estavam inconformados com a pobreza, o isolamento, a estagnação da Instituição. Ela tinha três cursos desde 1969, enquanto – aí era década de 80 – outras instituições se desenvolveram e na nossa nada acontecia. Tudo era difícil, tudo era trancado e não havia iniciativas e era muito asfixiante. Então o GPR colaborou para criar projetos e delinear uma instituição dinâmica, aberta... Olhando agora para trás, eu diria que os nossos melhores sonhos foram ultrapassados. Foram ultrapassados!

A professora reconhece que a legislação específica, a burocracia, o próprio contexto político-econômico atrapalhavam o desenvolvimento do Ensino Superior. Ao mesmo tempo salienta o fato de que outras evoluíam, inseridas no mesmo contexto, enquanto “a nossa Instituição estava muito parada, havia falta de gente para trabalhar, para desenvolver projetos” (Kist, 2006, depoimento oral). Nessa linha de considerações, atribui ao conjunto da então

equipe diretiva das faculdades e da Mantenedora a morosidade nos processos. E destaca as proposições defendidas com insistência pelo GPR, sempre lembrando a intenção do grupo de contribuir para

[...] empurrar a porta, fazer andar. E a Instituição começou a andar! [Com] outros cursos (de Biologia – Ciências Exatas e Biológicas, foi um grande avanço porque nós estávamos marcando passo havia anos, só com três cursos ao todo nas duas faculdades de Lajeado e esse foi o quarto curso, trouxe muitos alunos, a roda começou a girar. Surpreendente!); o Plano de Pessoal; o Regimento, que unificava as duas faculdades e fazia uma coisa só, porque até àquela altura cada faculdade andava pra um lado [...] (Kist, 2006, depoimento oral).

O aparecimento e as ações do GPR foram recordadas por vários de seus ex-integrantes, ou mesmo docentes e funcionários que de alguma forma as vivenciaram. É o caso do relato agora transcrito sobre sua constituição e denominação:

[...] E foram aos poucos se articulando e afinando discurso, sem nenhuma manobra anterior. Era espontâneo. Tudo nasceu espontaneamente ali. Mas os discursos foram afinando e isso foi buscando identificação [...]. E durante [algum] tempo isso foi, até que a coisa começou a tomar vulto e um pouco mais de forma e regularidade e aí passaram a se marcar reuniões fora daquele contexto de bar. E eu sei que, numa dessas reuniões então [se] disse [...] meio que brincando, até, a Ione disse: *Nós temos que identificar este grupo*. Até pra gente poder referir e tal e tinha um sabor especial isso, porque ele tinha um contexto meio clandestino que era [para] a época, bem próprio, que era do regime militar, e parecia aquelas coisas meio clandestinas, meio revolucionárias, que era uma das coisas que também tinha um gostinho especial – nós dissemos: *Mas que grupo, que nome? Ah, vai ser o Grupo Permanente de Discussão* – que é o GPR [...] (Heberle, 2007, depoimento oral).

Já Bentz quis deixar muito saliente o caráter das proposições:

[...] Eu acho que o que começou a nascer nos primeiros anos foi esse espaço de gosto pela discussão, pelo tratamento coletivo dos problemas, pela vontade de encontrar uma forma de estruturar os ensaios, fazer regimentos, regimentos às vezes complicados, incompatíveis; depois, até encontrar o tom ideal pra esta casa tão pequena, não é. E eu acho que aí está o embrião do que depois [se] organizou. Então o GPR ele é uma sigla plena, eu diria. Ou seja, ela tem por trás de si uma história de trabalho coletivo, uma história de discussão, uma história de confiança no grupo que aqui estava, que permitiu, diríamos, nem sempre tão competente ou tão avançada, construir um modo de fazer universidade aqui no Vale do Taquari (Bentz, 2006a, depoimento oral).

A análise de Bersch indica ainda outros pormenores, que complementam a explicação sobre a forma de o grupo se articular e agir:

[...] Quatro ou cinco pessoas que se apaixonaram mais por uma ideia [...] em vista da fase de vida que eles viviam [...] e o momento histórico nacional do rompimento de amarras contra o silêncio, contra, enfim, a ordem estabelecida. Não contra o silêncio, mas mais contra a ordem estabelecida. E eles um pouco naquele tempo de romantismo que acompanha as revoluções que é o sentir-se cúmplice de uma coisa que se está fazendo para o bem de todos, mas que num determinado momento precisa ser mantido sob chaves para que a ordem estabelecida não se dê conta e arrebente com tudo. Então houve isso, mas se me perguntasse assim: Tu lembra o período em que houve uma discussão forte de um grupo que vinha questionando [...] a falta de desenvolvimento institucional e atribuíam à inoperância dos dirigentes o fato de que não havia ainda sete ou oito cursos? Essa discussão [eu reconheço que havia] [...] (Bersch *apud* Dalpian, 2008, depoimento oral).

E ainda ressaltou a pertinência das propostas do GPR e peculiaridades de sua constituição:

[...] porque lá se concebeu a ideia de alguma coisa totalmente separada da direção. [...] Eles então começaram a discutir e isso pouco a pouco começou a ganhar vulto e depois [...] e indiscutivelmente tinha conteúdos que nós como grupo não teríamos tido condições de elaborar – porque lá dentro havia pessoas mais... mais diretamente envolvidas com a questão universitária como um todo, como a Ione e o Ário... que eram os inspiradores e que tinham vivência em outra universidade, em mais de uma outra universidade; tinham vivência de UFRGS, de USP, de universidades estrangeiras e trouxeram então essas contribuições – e [...] realmente isso foi uma contribuição que nós não poderíamos ter dado, ter fornecido (Bersch *apud* Dalpian, 2008, depoimento oral).

Scheibel (2007, depoimento oral) lembra que “a ideia do grupo não foi nossa, da administração, foi uma ideia que emergiu do corpo docente. [...] depois tentou-se trabalhar com a mesma ideia mas o grupo se salvaguardava um pouco por não se mesclar muito com a direção. Acho que eles queriam uma independência”. Para além disso, a entrevistada referiu a importância dos debates provocados:

Eu acho que isto aí fez também [diferença], porque a gente sabe que, quando existe uma coisa que mexe com a gente ou desequilibra uma maneira que tu tens de pensar, **abre flanco** para tantas outras perguntas, tantos outros questionamentos. E justamente uma das coisas [que] tinha neste grupo: tentavam questionar entre eles uma visão de repente um pouco mais abrangente, já saindo um pouco dos muros da região aqui [Vale do Taquari], **tanto assim que os atuais administradores eram alunos daquela época** [...] (Scheibel, 2007, depoimento oral; grifos da autora).

Outras lembranças deixam entender o conjunto da Instituição com relação ao GPR, na medida em que se tornava pública a sua existência. Eram na verdade poucos os professores até então nele de fato envolvidos. Para os demais, o grupo era oposição clara aos dirigentes. Schneider (2007, depoimento oral) abordou o assunto, sendo muito perspicaz quando se referiu aos dissabores vivenciados “também por esse movimento surgir nas costas das pessoas. Ele

poderia incluir todas as pessoas, mesmo que elas estivessem na chefia. Mas [...] foi um movimento mais sigiloso e que de repente assume tudo! Acaba esse mesmo movimento assumindo os postos-chave depois [...]”.

A maioria numérica dos docentes não se envolveria com a dissensão emergente, centralizando suas ações na docência. E, conforme já se disse, os resultados dos trabalhos desse grupo seria fundamental para que a imagem da FATES aparecesse fortalecida nos momentos em que se tentou e se conseguiu avançar mais.

Lembro, vagamente, que havia algum tipo de estresse sobre a sobrevivência, sobre a continuidade da FATES... lembro de ter participado de inúmeras reuniões... lembro da liderança que a Ione exercia... lembro de muito bate-boca... lembro que estava engajado em algo... lembro, também vagamente, que os participantes estavam preocupados com algumas questões: garantir a continuidade do ensino superior em nossa região, garantir o salário ao final de cada mês [...] a ajuda financeira (primordial) da Prefeitura Municipal de Lajeado e a formação de novos líderes (Petry, 2009, relato escrito).

Importante apontar que a comunidade externa não reconheceria a sigla [GPR], portanto esteve à margem dos debates, embora não sem preocupações, como lembra Bersch (2008):

Da cidade vinham recados sobre o perigo representado pelo grupo supostamente esquerdista que se formava. Também no Conselho Diretor se levantaram questionamentos sobre a adequação de deixar as coisas simplesmente acontecerem. Devo dizer que este receio nunca tive e que buscava afastá-lo de outros também. Conhecia a posição política (aqui não falo em vida partidária) da Professora Ione, com sua veemência contra o regime ditatorial que se instalara no Brasil; mas conhecia também a sua história inicial na FATES e sabia da sua força política no grupo. Efetivamente – com exceção, talvez, do Professor Dinizar, este sim, na primeira fase do ‘pós-GPR’, visivelmente envolvido com o princípio da ‘ocupação dos espaços’, como então

dizia, em função das 'políticas públicas' – , foi o que aconteceu<sup>83</sup>.

A afirmação de Roque Bersch é corroborada por lembranças de Heberle (2007, depoimento oral) sobre o geral na comunidade de Lajeado: “[...] Isso se refletiu durante um tempo, essa visão, especialmente por parte do poder político-econômico daqui de Lajeado, [e] da região: *Como é que nós vamos abrir [para] esses vermelhos [da esquerda] lá dentro?* Então tinha esse propósito, de evitar que se instaurasse uma massa crítica”.

Lazzari (2007a, depoimento oral) abordou o tema colocando a visão do GPR sobre o assunto:

De toda forma, para a maioria havia clareza e consenso de que, para dar certo, as questões político-partidárias tinham que ficar do lado de fora da Instituição e ela deveria estar acima, e não a serviço de interesses momentâneos de grupos ou indivíduos. Todos do grupo do GPR tinham uma visão política de mundo muito semelhante e a maioria tinha militância política ou simpatia pelo PT, mas ninguém estava misturando essas coisas. E a ideia sempre foi a de separar completamente isso. A briga política é lá fora, aqui dentro é a briga acadêmica, mesmo que cada um tenha sua filiação partidária [...].

Internamente, o grupo, muito atuante, passou a reforçar-se, convidando mais colegas professores, mas cuidando para isolar os dirigentes e algumas pessoas a estes ligados.

Em várias falas de quem reconhece o papel e a sigla GPR fica destacado um detalhe: as relações estabelecidas com os professores que se deslocavam de Porto Alegre para ministrar aulas em Lajeado e que, como já se pontuou anteriormente, tinham relações com círculos universitários brasileiros ou no exterior, principalmente por meio dos programas de pós-graduação.

---

<sup>83</sup> Sobre o assunto leia-se o depoimento de Bersch sobre Dinizar Becker, *In: Agostini et al*, 2009, p. 455.

[...] Esta gente, vamos dizer assim, [nos ensinou que era preciso] sair daqui de dentro. O que é universidade? O que é Ensino Superior? É mais do que a Univates. Foi também [o que contribuiu] [...]. Então aquilo ali foi uma experiência muito rica nesse sentido, que nos [fez] olhar a coisa [de forma] mais ampla; de que havia algo mais aí, no mundo. Então isso... foi a experiência acumulada aí pelos anos de setenta e nove, oitenta, oitenta e um (Heberle, 2007, depoimento oral).

Para Lazzari (2007a, depoimento oral), “talvez eles [os professores que vinham ‘de fora’] fossem os únicos do grupo que tinham essa visão mais clara, até pela experiência de serem professores da UFRGS: [sobre] o que é uma grande universidade, como é que funciona, qual o papel da pesquisa etc”. Analisado por esse ângulo, pode-se supor que emanava certa autoridade desse “lugar” de onde falavam tais profissionais. Isso, mais o fato de realmente agregarem ao grupo um diferencial, fez com que o GPR ganhasse em termos de qualidade das discussões.

Foi ainda Lazzari (2007a, depoimento oral) que buscou o assunto: “quando o GPR chamava [para reuniões], os professores vinham”; quando a direção chamava, a receptividade era mais tímida. “[...] nessas discussões que se começaram a discutir as necessárias mudanças de estatuto, de regimento, da necessidade de se ter um Plano de Pessoal. Plano de Pessoal sequer existia!”

Um dos nomes que apareceu na quase totalidade das entrevistas realizadas foi o de Ione Maria Ghisleni Bentz, como já se disse, uma das mentoras do GPR, que, de acordo com os entrevistados, foi também quem incitou um grupo de professores relativamente novos a buscarem a formação pós-graduada e a se aproximarem por afinidades as mais diversas, para problematizarem o tema universidade, sempre na sua relação com o espaço regional.

Como ressaltou Heberle:

**[...] e quem ponteava esse grupo e que talvez tinha mais clareza sobre o que queria era a Ione. Sem dúvida pra mim quem tinha mais clareza, mais envolvimento com um ideal desses, com um sonho de construir**

[universidade]... **Talvez quem primeiro sonhou com mais nitidez eu acho que foi a Ione [...]** (Heberle, 2007, depoimento oral; grifos da autora).

Ingo Schreiner, na Instituição desde 1973, corroborou com os dizeres de Heberle. Lembrou ainda que “ela foi muito de fazer as coisas acontecerem. Ela é muito dinâmica... Mas depois abandonou, não é! Deixou a Instituição na mão porque ela teve uma outra chance melhor [refere a docência na UFRGS]. Para ela, foi melhor. Para nós, de repente teve um vazio com a saída dela” (Schreiner, 2008, depoimento oral).

Outro depoimento valoriza o papel provocador de quem via na modéstia daquele contexto alguma possibilidade de avanço.

[...] principalmente no que dizia respeito à necessidade de os professores se titularem e atualizarem constantemente. Devo à Professora Ione – e sei que muitos outros professores das décadas de 1970 e 1980 dirão a mesma coisa – a decisão de não me contentar com o diploma de Licenciatura. A decisão, extremamente difícil, além de representar uma ruptura, uma nova fase na vida profissional, pois ela me afastava cada vez mais da minha comunidade de origem, exigia mais uma vez o sacrifício dos períodos de férias em troca do estudo em Porto Alegre (Bersch, 2008).

As sacudidas tocaram o núcleo do GPR, que se colocou a pensar sobre uma Instituição minúscula e a si mesmo dentro daquela estrutura. Foi sob essa perspectiva que coletamos e interpretamos as considerações feitas por quem, de alguma forma, esteve envolvido naquele contexto.

Tenho certeza de que não era a preocupação com o aspecto burocrático-institucional da titulação do corpo docente que mais movia a Professora Ione, mas sim o preparo e a capacidade de crítica dos professores. Não havia, na época, tão acentuada premência do MEC pelo título de mestrado; mas, um a um, os professores da FATES e aqueles ex-alunos que vislumbravam no Ensino Superior um futuro profissional buscavam essa

formação. Fizemo-lo, nós os primeiros, por nossa conta, pois não havia recurso institucional para a titulação [...]. Foi, também, sob a influência da professora Ione, que os professores do Curso de Letras começaram a discutir objetivos comuns e um currículo capaz de atingi-los. Reunidos no Departamento de Educação e Letras, os professores que atuavam no curso, independentemente da área específica, constituíam uma espécie de conselho do curso (Bersch, 2008).

Sobre o seu papel nessa trajetória, Bentz (2006a, depoimento oral) comenta que:

[...] sempre são espaços de grande dedicação. Não se tem hora, não se tem sempre ganho, não se tem, certamente, compensações [...] nos aborrecemos com incomodações, com mal entendidos, com más interpretações, com indignações, com... enfim, traições, seja lá o que for, e nós sempre nos perguntamos: todo esse tempo em que a gente trabalha, em que esteve presente... merece avaliação permanente? Valeu a pena? Então quando a gente faz estas perguntas – *Qual é meu papel lá? O que eu acho que consegui fazer, lá naquele lugar, de importante pro futuro?* [...]. Então, talvez essa preocupação com a titulação, antecipadamente, antes que as demais instituições, o gosto pela reflexão – que é uma marca pessoal [minha] – talvez possa ter ajudado.

De toda forma, apesar das múltiplas, muito sérias e naqueles instantes já históricas dificuldades, a Instituição não se fechou na região; e um dos motivos – é a interpretação que fazemos – foi a adesão daqueles professores à pós-graduação. Nesse sentido, Bentz (2006a, depoimento oral) se manifestou salientando:

Esta Instituição foi pioneira no indicativo, não só no indicativo mas como no apoio financeiro, para a importância da titulação, para que jovens professores, hoje dirigentes, fizessem seus mestrados, e em uma época em que ninguém a exigia para as universidades particulares, quando só era uma exigência para as Universidades Federais. Isto colocou esta Instituição à frente um par de anos. Então, certamente a leitura que

se fizer hoje da Instituição encontrará lá atrás uma ação bebida de um outro lugar mais avançado, na época Porto Alegre que começava a desenvolver pós-graduação. Houve o discernimento e a coragem de apoiar jovens professores para obterem o grau de mestre ou doutor, quando não era uma exigência legal, porque a tendência é fazer apenas o mínimo [o que é exigido por lei].

Esse fio interpretativo nos ordena concluir que a pós-graduação de vários professores do Vale, que do Vale não saíram, senão para os cursos referidos no contexto da década de 1980, pode ser creditada aos reveses do GPR. O grupo todo se pós-graduou, em momentos diferentes, e, de toda forma, mobilizados pelos empurrões que brotavam nas bases do grupo, alimentando a formação de um lastro intelectual que, no tempo subsequente, daria o tom dos combates. Já se vislumbrava então outro “momento”, no qual se podia referir que os docentes da época que permaneceram na Instituição estavam com seus projetos de vida localizados e consolidados no Vale e com claras intenções de serem prepositivos no sentido de qualificar acadêmica e administrativamente a FATES, sem perder o foco no regional.

Os pormenores vertidos das entrevistas garantem também que o intercâmbio referido somou de forma decisiva para o desenvolvimento de uma cultura de se pensar o Ensino Superior a partir de parâmetros mais concatenados com a realidade mundial, por si só dinâmica e mutável, e sem os dissabores das contendas de cunho político-partidário ou individualista, que, em momentos anteriores, tanta diferença fizeram no sentido do emperramento de ações voltadas à Instituição. O fato de essa estar geograficamente afastada da capital do Estado nos faz valorizar ainda mais esses detalhes, no sentido de que o isolamento poderia se tornar empecilho, caso ao menos parte dos docentes não estivessem de alguma forma ligados ao circuito acadêmico nacional e mundial, mesmo porque, e conforme já apontado, o cenário FATES dos anos 1970 e 1980 não atraía a maioria dos egressos das inúmeras escolas de Ensino Médio do Vale do Taquari, que jogavam nas diversas grandes universidades rio-grandenses dezenas de cada vez mais alunos ávidos por se ligarem a uma academia cujo nome bastava para definir as matrículas. Esse aspecto, aliás, continuaria sendo desafio por muito tempo, mesmo

após o período inicial da grande expansão, já sob o nome Univates, quando se continuou lutando para conquistar o alunado local, cujas famílias iam na direção do ensino universitário das cidades maiores, convencidas de que lá estariam atendidas nos quesitos atualização, qualidade e diversidade de opções.

O que fica evidente é que, com a desacomodação provocada, primeiro nas bases do GPR e, segundo, infiltrada por entre os espaços em que se ia intrometendo, com a marca da reflexão crítico-propositiva, a Instituição ganhou muito, mesmo tendo passado por momentos de grandes conflitos internos: agora o desassossego de uns e outros – e essa é uma das leituras possíveis – viria num outro sentido, como para sacudir uma estrutura; que, na verdade, era ela que estava a merecer um (re)pensar. E dificilmente isso aconteceria sem atritos.

As lembranças apareceram unânimes no sentido de reconhecer a importância do compartilhamento de ideias entre os docentes do lugar e os que vinham de instituições com mais lastro e que, por esse detalhe, propiciavam trocas mais fáceis com o que ia sendo refletido, discutido e planejando pelo universo acadêmico. Schreiner (2008) abordou o assunto de forma mais ampla ainda, quando tateou uma relação entre o ambiente provocado pelo GPR e as transformações verificadas na FATES nos anos à frente.

E eles fizeram escola com esse pessoal novo que vinha de Porto Alegre, o professor Ário Zimmermann e outros [...]. E eles vinham com ideias da UFRGS e coisas assim e a questão de entrar na área da pesquisa, do Plano de Carreira e essas coisas todas, da titulação... **Eram muito entusiasmados!** Entusiasmavam os alunos, principalmente o Ney, o Dalor, esse pessoal, o Dinizar, [para que] fossem estudar também, fossem fazer mestrado. E em torno disso aí que a coisa começou a brotar e a se movimentar. **Talvez esse período de, não sei se dá pra chamar de estagnação, foi fértil para isso, para criar isso** (Schreiner, 2008, depoimento oral; grifos da autora).

Modesta, pequena, limitada em termos de estrutura física; “pequenina”, a FATES, em suas duas faculdades, começava então

a assentar os alicerces acadêmicos da autonomia universitária com que seria credenciada quinze anos depois. Ingo Schreiner (2008, depoimento oral), um dos poucos professores com história na Univates entre 1972 aos dias atuais, assim se expressa:

A Instituição era pequenina, era Prédio 1 (menor do que o Prédio 1 é agora, ele foi ampliado mais tarde). A gente conhecia todo mundo. Todos os professores se conheciam. Era uma só sala cheia de professores. E a Instituição em si, a FATES, que foi criada naquela época, estava cheia de problemas, em crise... Plano de Carreira...!? Não, não tinha nada! Os professores eram horistas, alguns trabalhavam com mais tempo aqui, mas era assim... [limitado].

Recém entrando na Instituição com a finalidade de preparar o ambiente para a instalação do curso de Ciências Exatas e Biológicas, Raul Stoll conta que acompanhava de mais longe essas lutas, embora esse longe queira significar apenas que estava afastado das discussões, com menor ou nenhuma participação nos encontros e conversas [do GPR], contudo presente durante boa parte do dia nos corredores e salas de aula, onde atuava à frente de cursos de extensão, graduação ou em outras atividades, que, de igual forma, iam somando para formar a base que asseguraria a futura expansão e a consolidação de uma das marcas mais salientes da História da Instituição, seja na fase FELAT/FACEAT, ou, na sequência, na Univates: a luta pela qualidade do ensino e das propostas de trabalho. O depoimento seguinte expressa, em parte, essa situação:

[...] eu participava, mas olhava para isso como um aprendizado muito grande para mim... Mas o que é interessante é que essas pessoas que lideravam na época, que estavam então sonhando apaixonadamente, são pessoas que hoje lideram a Univates ainda, são pessoas que estão aqui dentro... Eu não sei dos bastidores, eu não sei das reuniões paralelas, mas o bonito que eu via na ocasião era que muito do que incomodava era dito mais ou menos olho no olho, não é. Então era uma oposição declarada. **As pessoas eram identificadas pelas suas ideias, claramente identificadas** (Stoll, 2008, depoimento ora; grifo da autoral).

Os professores que se colocam dessa forma reconhecem a importância do GPR, suas ideias, propostas e resultados e concordam em destacar que o grupo tinha o seu núcleo principal, incitava à participação os demais e primava pela observância de decisões coletivas:

Eu passei a ter o privilégio dos convites para todas essas [reuniões]... Mas eu cheguei com o processo em andamento. Esse grupo tinha, entre os nomes, colegas de Porto Alegre, e as reuniões aconteciam antes [também] em Porto Alegre... e aqui... Eu cheguei no meio do turbilhão... como coadjuvante, como espectador e aprendendo com essa discussão. E vislumbrando, tentando compreender esse jogo, e identificando possíveis lideranças. Então [foi] isso que eu chamei de ser bem recebido [...]. Porque queriam ampliar esse grupo de discussão. Mas era no terreno das pessoas, então... Esse talvez seja um pecado particular meu... pensar excessivamente antes de querer participar mesmo dessa história, enfim... Mas também eu me perdoei porque eu não tinha a história, o pano de fundo, pra poder me jogar feito um paraquedista sem ter testado antes o meu equipamento (Stoll, 2008, depoimento oral).

Aos poucos aconteceu de alguns jovens professores, que haviam acompanhado de muito perto os trabalhos daqueles mestres de Porto Alegre, ainda enquanto alunos, se agregarem definitivamente aos professores com mais tempo de trabalho na FATES. E isso distinguimos como vindo a ser um dos aspectos-base dos processos desenrolados nos anos 1990.

Vale ressaltar que as disputas internas nunca deixaram de existir, mesmo no cerne do GPR. Se havia convicções sobre os propósitos e a direção da mudança, por um lado, de outro haveria que se pensar formas de operacionalizar, num diálogo que deveria incluir o poder estabelecido, representado pelos diretores das faculdades e Mantenedora, o que gerou aflições importantes. Note-se que essas disputas se mantinham no nível da reflexão e do debate, mesmo nos momentos de confrontos de fato, como aconteceu nos processos eleitorais em 1984 e 1985, quando se disputaram os votos para a presidência da FATES e as direções das faculdades.

\*\*\*\*\*

O ano de 1984 foi especialmente importante no sentido de se terem intensificados os debates e elaborados documentos que reuniam a defesa dos pontos-base entendidos como imprescindíveis para a construção de uma FATES com feições de universidade: a reavaliação e atualização do estatuto; um regimento unificado para as faculdades; a definição do Plano de Pessoal; ou seja, “um plano geral de reestruturação acadêmica”, conforme explicaria Ione Bentz (Jornal *O Informativo*, edição de 06 de abril de 1985).

Paralelamente seguiam as atividades regulares na FELAT e na FACEAT. Alunos se formavam. Outros iniciavam sua vida acadêmica. O debate então já abrangia a Instituição como um todo e, no que fosse possível, já se ia implantando o espírito do novo regimento, unificado para as duas IESs.

No decorrer daquele ano, findava o mandato da professora Fani Scheibel à frente da FELAT e a IES deveria apresentar ao presidente da mantenedora uma lista de três nomes para a nomeação da diretora durante o mandato seguinte. O novo regimento ainda não estava aprovado, o que não impediu, porém, que se realizasse uma pesquisa, com caráter de eleição, entre alunos e professores. A consulta resultou no apoio amplamente majoritário à professora Ivete Kist Huppés, a qual foi apresentada ao Conselho Diretor da FATES que a confirmou no cargo.

Importante destacar que, a essas alturas, o GPR, enquanto grupo, foi se dissolvendo, na medida em que seus integrantes iam-se juntando aos que já estavam nas atividades de comando. “Ficou o desafio de fazer acontecer aquilo que antes eram apenas ideias”, enfatizou Kist (2006, depoimento oral). E era hora de o conjunto docente e o funcional que atuavam nos diferentes espaços se encaminharem novamente a um ponto em que se fundiriam os objetivos do grupo com os da Fundação.

Como avançar com as mudanças? A primeira ação seria a implantação de um conselho que reunisse as duas faculdades sob um comando único. Seria, enfim, a volta do “diretor geral do Câmpus”.

Aqui vamos nos socorrer novamente nas leituras feitas por docentes e gestores envolvidos com a situação. Lazzari (2007a, depoimento oral) esclarece os pontos centrais do rol de “coisas” que deveriam ser alvo de mudanças: havia duas faculdades,

[...] uma mais ligada à parte empresarial e outra mais ligada à formação de professores. Cada faculdade tinha o seu Diretor, a sua secretaria, mas as duas faculdades utilizavam uma mesma estrutura: biblioteca, laboratórios, prédios etc. A questão era: quem é que manda na biblioteca? Faltava uma figura que centralizasse ao menos as decisões administrativas. Essa fragilidade estrutural abria espaço para pequenas disputas e mesmo para certa insegurança institucional. Acima das faculdades tinha uma mantenedora, a FATES. Entretanto, a mantenedora, até por determinação legal do MEC, não pode estar se metendo no dia-a-dia das instituições mantidas. A mantenedora, por definição, não pode ter ingerência na academia.

Do comentário de Lazzari depreende-se que havia dificuldade de unificação e de institucionalização das políticas de funcionamento da Instituição. O acontecer do dia-a-dia passava mais pelos acertos individuais, até informais, dos dois diretores com a presidência da mantenedora do que por decisões ponderadas e discutidas após planejamento mais sério e adequado<sup>84</sup>. Precisava aparecer com mais clareza a definição dos papéis a serem exercidos pelos atores.

O novo Regimento fez aparecer a figura do Conselho Superior Acadêmico e Administrativo – CSAA, criado para integrar as duas faculdades, organizar o diálogo com a Mantenedora e organizar as políticas institucionais.

---

<sup>84</sup> Braun (2008, depoimento oral) abordou a questão apresentando um paralelo entre o desenrolar [de improviso] das décadas de 1980 e 1990 e os processos atuais, mais dinâmicos e pautados por discussão e planejamento e as condições efetivas de implementação das ações planejadas.

Bersch (2006, depoimento oral) lembra que, na verdade, o CSAA somente tinha condições de deliberar, não de operacionalizar. Como não tinha atribuição executiva, “ele não recebia o dinheiro da FATES para transformar [...] em ações [...]. A Ione brigava pelo direito dos diretores de administrar acadêmica e administrativamente as faculdades”.

No Conselho Diretor da FATES, a transição coube a Bersch, ainda presidente, com os demais gestores, o que, após a aprovação do novo regimento, ocorreu com a nomeação de uma “Comissão de Implantação” – CI, conforme relato seguinte:

A leitura [dos documentos] reaviva em minha memória a longa negociação entre uma representação da comunidade acadêmica e a FATES, exigida para o avanço do processo de renovação. Tanto o momento da criação da CI como o momento da implantação do Plano de Carreira dos Docentes produziram tensões: de um lado estava a FATES, [...] e, do outro, a comunidade liderada pelo grupo de professores, alguns dos quais tinham visível propensão de atropelar o processo e acelerar a implantação. [...] Foi necessário extinguir o cargo de Coordenação das Direções, criado, se não me engano, em 1982, início daquele período administrativo na Mantenedora em que passei a fazer pessoalmente essa coordenação. O mesmo ato que extinguiu esse cargo deve ter nomeado a CI, autorizando-a a implantar essa peça regimental. [...] Após algumas reuniões de negociação, tudo se resolveu [...]. A implantação dos Planos de Carreira, grande receio do Conselho Diretor, deu-se posteriormente, já sob nova presidência na FATES [...] (Bersch, 2008).

Ainda, segundo Bersch (2008), da composição da CI participaram ele próprio, os dois diretores das faculdades, Antônio Schabbach e Ivete Kist Hupples, os professores Dinizar – presidente da Comissão –, Dalia Schneider, Ilse Wickert, Laurindo Dalpian e o aluno Irajá de Souza, do DCI<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> Ali, naquele contexto, denominava-se Diretório Central Integrado – DCI o que atualmente se denomina Diretório Central de Estudantes – DCE. Fale-se em DCI até meados de 1996, conforme LA 19 do DCI/DCE (ata 011/96 de 21/05/96, p. 35), e em

No plano das relações interpessoais, devagarinho iam surgindo as facetas da nova realidade marcada por novo estilo de coordenar e governar. Assim se manifesta Roque Bersch (2008) sobre a situação:

[...] Presidente da respectiva Comissão [CI], por escolha dos pares, o Professor Dinizar foi a primeira pessoa do grupo [GPR] [...] a se expor [...] aos olhos dos seus colegas. Precisava mostrar a que viera. E fê-lo com a paixão e o ímpeto que o caracterizavam, unidos à falta de experiência em administração e relações humanas, resolvendo dificuldades de toda sorte de um jeito tosco e voluntarioso. Dinizar não tinha meio-termo e começou a semear conflitos, até mesmo no plano das relações pessoais. Penso que houve certa ingenuidade no colega, que acreditava na magia da estrutura que se implantava, e subestimava as características humanas dos figurantes do sistema. Para ele, naquele início de sua história na Instituição, as pessoas serviam aos objetivos desde que se submetessem à lógica do grupo dominante; caso contrário, buscassem seus direitos. Trata-se de um princípio que grassou no País inteiro a partir do fim da ditadura, como uma espécie de 'ditadura ao contrário' [...].

Em grande parte Dinizar devia esse seu jeito ao próprio princípio da sinceridade. Era sincero, direto na sua fala [...]. Também foi sincero consigo mesmo quando, terminada a fase de implantação, pediu para não continuar a presidir o grupo, a partir da implantação definitiva do CSAA, e, ao mesmo tempo, pedir desculpas por exageros e indelicadezas, momento que me ficou vivo na memória e que está registrado em ata.

O relato de Bersch (*apud* Scheibel, 2007) refere os sobressaltos e a inquietude vividos no dia-a-dia dos que estiveram no centro daqueles acirrados debates. Afirmou que “via naquele episódio da discussão de [19]82, [19]83 e [19]84 um episódio que nos custou muito, que foi difícil administrar, mas que era inevitável [...]”.

Na verdade a transição foi dolorosa, tanto no cenário interno quanto no externo. Internamente “porque se rompem várias coisas e Becker é o rompedor”, o mais ferrenho defensor do enfrentamento

---

DCE a partir de junho de 1996, conforme LA19 do DCI/DCE (ata 012/96 de 8/06/96, p. 36).

direto e radical, na percepção de Lazzari (2007a, depoimento oral), que reconhece a pertinência daqueles acontecimentos:

Penso que tinha que ter sido feito dessa forma porque senão não romperia nunca com algumas coisas. Não que algo estivesse errado, que tivesse gente jogando dinheiro pela janela ou coisa desse tipo, mas é que se passou a ter um outro jeito de fazer, um outro ritmo e, para isso, algumas práticas tinham que ser quebradas. Pode ser que tinha outros jeitos para se fazer a mesma coisa, sem ser tão pesado. Eu me lembro de sair constrangido de reuniões do Conselho Superior por atitudes atropeladoras [...] (Lazzari, 2007a, depoimento oral).

Ao mesmo tempo que apontamos que foi um instante de ruptura, não deixamos de perceber também certa continuidade. Na trajetória toda, o rompimento acontece em 1984. Em alguns aspectos, “a ruptura é completa, pesada”, destaca Lazzari (2007a, depoimento oral), exigindo outro modo de fazer acontecer a administração, o debate, as decisões.

O então presidente da Mantenedora, Roque Danilo Bersch, representava naquele momento a estrutura existente, fazia parte do *status quo*. “Nas discussões alavancadas pelo GPR vão surgir momentos em que se diz que isso ou aquilo não pode ser assim e tem que ser diferente. Quando isso é dito, a rigor está se indicando: *Olha, quem está fazendo dessa forma não está fazendo tão bem como deveria*” (Lazzari, 2007a, depoimento oral). Frequentemente havia um questionamento de situações e procedimentos então existentes e Bersch *esgrimava bem nessas discussões*. Lazzari entende que Bersch

[...] via naquele grupo [GPR] a continuação da Instituição. Não eram [seriam] os caras que vinham aqui um dia por semana, duas horas, que iam tocar uma instituição de Ensino Superior. Agora, havia um grupo que estava chegando e estava dizendo: Eu quero estar aqui quarenta horas por semana e fazer a minha vida aqui dentro. Ele [Bersch] começou a se dar conta que é por ali que a Instituição vai andar para frente, tem grupo, tem gente que pensa e que tem um projeto ainda não muito claro [...] (Lazzari, 2007a, depoimento oral).

Nesse sentido, houve aqueles que lutaram e se posicionaram pela mudança radical, entendendo que a forma vigente de conduzir as situações devia ser alterada; e, por outro lado, havia o espaço para e da continuidade, representado por Bersch e muitos dos demais professores que, silenciados nas discussões do GPR, se manifestariam a seguir, no processo eleitoral para a FACEAT, desbancando o candidato apoiado pelo grupo.

No cenário nacional ainda se via o rastro do vibrante movimento Diretas Já, cujos grandes temas continuavam a permear espaços, muito intensamente os acadêmicos, com duas fortes palavras de ordem: “democracia e participação”.

Não se pode negar que o clima contestatório e reivindicatório e pela mudança, não estivessem alimentando as discussões internas na FATES, onde atuavam professores muito cientes de seu papel na construção dos processos, bem como da comunidade regional.

O certo é que desse emaranhado de situações a Instituição sai fortalecida, mesmo que os anos seguintes fossem recheados de momentos difíceis e que iriam requerer muita perspicácia por parte dos dirigentes, para que não deixassem inviabilizar os trabalhos.

Em meio às atividades operacionais do processo de transição, os principais responsáveis pelo GPR buscaram um nome para a presidência da mantenedora no novo mandato, para o que haveria eleições em março de 1985.

Ao mesmo tempo, tornava-se público que José Albano Mallmann, promotor aposentado e antigo integrante da APEUAT, que havia pouco regressara de Curitiba, encabeçaria a chapa do novo conselho diretor da FATES [...]. Infelizmente para todos, porém, a morte colheu Mallmann em acidente aéreo em meio às férias, o que desnortou o grupo. [...] A partir daí, a pressão passou para cima da professora Ione, a qual, [...] acabou cedendo. A eleição de março confirmou a chapa única (Bersch, 2008).

Findo o período de transição do regimento e de organização do CSAA, com sua composição definitiva, no inícios de 1985, sob a coordenação da professora Ione, já então a nova presidente da FATES, foi feita a instalação oficial daquele colegiado, o qual reunia os conselhos departamentais das faculdades, diretor e chefes dos departamentos, aos quais se acrescentavam diversos representantes eleitos pelos docentes, discentes e funcionários, além de representantes da comunidade regional. Tudo isso demandara tempo e mobilização.

O professor Roque Bersch, com a vacância deixada na chefia do Departamento de Letras pela saída da professora Ivete para a direção da faculdade, fora eleito chefe daquela unidade e, por isso, também faria parte do Conselho.

Assim, Bersch (2008) descreve a reunião – a primeira do chamado “Conselhão”:

Instalados os trabalhos da sessão, o Professor Dinizar apresentou a sua declinação de concorrer à Presidência do Conselho – o que nos pegou de surpresa. A reunião, após tratar de assuntos vários, organizou-se para a eleição. Lembro ter-se tratado de uma tarefa tensa e demorada. Após a retirada de Dinizar do recinto, discutiu-se, ali mesmo, o processo de votação, tendo em vista a nova situação política que se configurara, de uma hora para a outra: até momentos antes, estava claro que Dinizar continuaria na Presidência [...]. Decidiu-se pela votação secreta sem apresentação de candidatos. O escrutínio acusou empate em dois nomes como os mais votados, entre eles o meu, ao lado de outros votos. Foi sugerido um intervalo na reunião, [...] até o outro dia, ao que a Presidente da FATES se opôs com veemência, falando em intervenção. Em nova votação, após breve interrupção dos trabalhos, fui eleito o novo presidente.

Em fins de 1985, findaria o mandato do professor Schabbach à frente da FACEAT. Mas, ao final do primeiro semestre do mesmo ano, Schabbach renunciava, após uma série de dificuldades que a nova situação lhe causava na direção. A vice-diretora, professora Dalia Schneider, acompanhou-o na renúncia; portanto, haveria eleições para nova diretoria.

Para Lazzari (2007a, depoimento oral), “o primeiro grande momento político é o momento de eleições para a direção da FACEAT”: o então diretor não concorda com a discussão toda, não participa do processo e pede demissão do cargo, em meio ao seu mandato, provocando o afastamento da vice-diretora, o que deixa a FACEAT sem direção. Há um candidato apoiado pelo GPR, Dinizar Becker, e a candidatura de Adriano Strassburguer. Também apareceu uma terceira candidatura, de Marisa da Silva Martins Jaeger, para fazer frente à de Becker. O relato seguinte esclarece sobre aquele momento:

Nesse momento se estabelece um processo eleitoral de um mês, dois meses, de muita discussão, muitos debates, ocorrendo três ou quatro debates abertos, ficando nitidamente claro: o Dinizar é visto como ‘a mudança’, e ele vem com esse discurso, um discurso um pouco agressivo; o Adriano como um pouco chove-não-molha; e a Marisa como uma continuidade com mudança, uma coisa mais *light*, com algumas mudanças sim, mas ‘vamos devagar’. O processo vai se desenrolando e tem um momento que é curioso. [A entidade representativa dos alunos], o DCI, assume a candidatura do Dinizar. O próprio presidente do Diretório passa em todas as salas de aula fazendo campanha pró Dinizar. Isso foi muito complicado, rompia com uma tradição na casa de não usar a sala de aula para isso. Essa iniciativa, espontânea do Presidente do DCI, talvez mais nos prejudicou do que ajudou no processo eleitoral. Ao não pedir a autorização institucional para passar nas salas de aula, nem para a comissão eleitoral, cria um constrangimento desnecessário, até um pouco pelo tom agressivo usado por ele na sua fala aos demais alunos. Então acho que esse episódio pesou mais contra do que a favor, mas mostra também o clima e o momento que se estava passando (Lazzari, 2007a, depoimento oral).

No final, venceu a eleição uma candidata que nunca havia integrado o núcleo duro do GPR, embora tenha participado em parte do processo. Mas o episódio eleitoral deixou marcas. Dinizar, a partir daí, preparou-se para disputar uma vaga no doutorado em Economia na UNICAMP, de onde voltou anos após para a

FATES, para, então, dedicar-se totalmente à pesquisa, à docência e à extensão universitária nos conselhos regionais de desenvolvimento no Estado.

Naquele contexto, gradativamente o GPR tomava espaços em todos os setores da vida acadêmica e administrativa: Ione Bentz presidindo a Mantenedora; Ney Lazzari frente ao Departamento de Economia<sup>86</sup>; Dalor Heberle na Chefia do Departamento de Administração; Ilse Wickert na chefia do Departamento de Contábeis; Ivete Kist Huppés na FELAT; Raul Stoll chefiando o Departamento de Ciências Biológicas, que, com a instalação do Curso de Ciências, fora criado. Apenas no CSAA ocorrera uma reviravolta com a desistência de Dinizar Becker e a eleição de Roque Bersch.

Cabe observar que os professores que assumem esses cargos são os que se encaixam na modalidade “tempo contínuo”, isto é, são contratados para, além de lecionar, desenvolver outras atividades.

Olhando agora pode dar uma impressão de que havíamos nos organizado para tomar o poder. Claro que aconteceu isso, mas isso foi mais uma consequência de um projeto do que o puro e simples fato de quereremos ascender aos cargos. Aliás, esses cargos nem eram remunerados. Isso só vai acontecer mais tarde numa das reformulações do Plano de Pessoal. Então não era por uma questão de ascender aos cargos para ter remuneração diferente. Era para um projeto, para implantar um projeto com uma ideia diferenciada (Lazzari, 2007a, depoimento oral).

Cada vez menos, porém, se dava importância à anterior divisão entre participantes do grupo GPR e outros, tanto que, segundo as versões de Lazzari (2007a, depoimento oral) e Bersch (2008), nas reuniões após as aulas de sextas-feiras, por exemplo, todos se misturavam na continuação dos rascunhos da futura universidade, cujos alicerces haviam sido lançados.

---

<sup>86</sup> Lazzari (2007a), depoimento oral) comenta: “[...] é o primeiro cargo para o qual sou eleito. Eu tenho participado de processos eleitorais aqui desde 1985. Curiosamente, sempre chapa única, nunca tive oposição, isso pode ser uma vantagem, mas pode ser uma desvantagem também [...]”. Ficaria até 1991.

Eu me lembro que nós chegamos a fazer no bar um esboço do que seria a Univates em 2012 [...] Nós tínhamos colocado um horizonte que era 2012: uma espécie de Planejamento Estratégico feito em guardanapo de mesa de bar. E por que era 2012? Porque naquele grupo eu era o mais novo e em 2012 será o ano da minha aposentadoria. Então, os cálculos que se fazia: O dia que o Ney se aposentar o que queremos para a Instituição. Claro que a gente sonhou, não sonhou um terço do que temos hoje, mas a gente tinha sonhos: essa área do conhecimento tem que fazer isso, tem que implantar curso tal, tem que responder às demandas tais... Quem são os parceiros em potencial, como é que se sai do sonho para a realidade? [...] Mas enquanto se fazia essa conversa estava se homogeneizando o discurso do grupo, estava criando um sentimento de pertencimento e de partilhamento dos sonhos. Quando, em outros momentos, se vai para uma discussão oficial na mesa do Conselho, mesmo inconscientemente, vem a mensagem: Eu posso dizer isso porque eu sei que o Dinizar pensa igual. Eu posso dizer aquilo porque eu sei que o Roque vai apoiar [...]. Então criava essa cumplicidade de grupo e nós nos sentíamos mais próximos e com mais força numa discussão, numa disputa, num processo (Lazzari, 2006a, depoimento oral).

Ainda ao longo do ano de 1984, tiveram lugar as discussões sobre o Plano de Pessoal Docente. A implantação de um plano de carreira já fora objeto de manifestação de receios da parte do Conselho Diretor. A principal preocupação estava na previsão de contratação de professores para atividades acadêmicas não docentes: Quem pagaria essas horas, se as mensalidades já não cobriam as atuais despesas de custeio? Além disso, receava-se também pelo futuro peso da folha de pagamento, com a acumulação de benefícios e direitos inerentes a um plano de carreira.

Ocorreu de, em uma das reuniões de novembro de 1984, o Conselho Diretor da FATES decidir solicitar parecer jurídico e estudo de viabilidade econômica sobre a implantação do Plano de Pessoal conforme a minuta provida das faculdades. Assim o então presidente da FATES recorda do momento:

[...] em janeiro de 1985, a FATES recebeu ofício da CI cobrando informação sobre os encaminhamentos dados. Já no Conselho Diretor, entretanto, decidíramos agir com algum vagar, pois não se chegara a dados suficientes sobre a repercussão econômica de sua implantação, principalmente para que se soubesse quantas vagas no regime por Tempo Contínuo poderiam ser contempladas. Como em fevereiro não haveria reunião, [...] a implantação só voltou a constar em reunião do novo Conselho Diretor, já sob a presidência da Professora Ione, tendo sido encomendados novos estudos de viabilidade econômica, o que voltou a ocorrer em reunião de 13/05/85, em cuja ata se lê ser ‘imprescindível um reestudo e revisão do mesmo’ (Bersch, 2008).

A implantação do Plano de Carreira Docente se efetivou em 1986 e foi, segundo Bersch (2008), “no plano administrativo, a principal contribuição da professora Ione à frente da FATES e – penso – a prioridade número um. Ela o assumiu na pura coragem. Não sem motivo, também foi o que lhe custou, logo adiante, a renúncia”.

Segundo Lazzari (1986a, depoimento oral), o marco institucional, em termos de mudança de rumo, foi o ano de 1986, precisamente em função do referido Plano, porque “viabilizou economicamente um grupo de professores – Lazzari, Ilse Beuren, Dinizar Becker, Ivete Huppés e Dalor Heberle –”, os primeiros contratados na modalidade 40 horas. Já havia quem trabalhasse com essa carga horária, mas a diferença estava no fato de que agora eram pessoas que tinham como projeto de vida a FATES, apostando o seu futuro profissional no futuro da Fundação. Alguns que tinham outros trabalhos os deixaram, para se estabelecer com tempo integral, “todos empolgados em tocar o projeto de uma Instituição de Ensino Superior”.

Aqui novamente queremos trazer para a cena o conjunto docente e funcional da Instituição, envolvido com as múltiplas exigências do dia-a-dia acadêmico, recheado de muito trabalho e empenho. Deixando de lado os casos de exceção, que os há, sempre, a maioria dos profissionais apostava na possibilidade de ver a FATES crescer e, para isso, dedicava precioso tempo. E o fazia apesar de saber que o imaginário da população lajeadense e regional, pela ausência de

sinais visíveis de produção (crescimento, expansão), não valorizaria tão cedo sua atividade.

Também constava do programa do GPR a implantação do orçamento-programa, compartilhado desde os colegiados reunidos nos departamentos. A iniciativa teve vida breve porque, no regime inflacionário em que se vivia, resultava em total perda de tempo. As reuniões destinadas às discussões do orçamento tinham início em setembro e somente em março do ano seguinte chegavam ao fim as negociações sobre as correções das mensalidades – vale dizer que estas eram tabeladas pelo Governo Federal – e, em maio, saíam os resultados das negociações do sindicato dos professores com o patronal. A elaboração compartilhada do orçamento somente foi retomada na Instituição a partir de 1997<sup>87</sup>.

\*\*\*\*\*

O plano de ação da equipe formada na gestão Bentz foi resumido em 13 metas, divulgadas publicamente no segundo semestre de 1985 (conforme *Jornal O Informativo*, edição de 14 de setembro de 1985). O teor principal: expansão do Ensino Superior na área de abrangência da FATES. Para a execução, foi organizada uma comissão que visitaria todos os municípios do Vale para estabelecer contatos e parcerias com entidades representativas da vida política e econômica da região.

As principais ações e os tímidos resultados da nova investida já foram apresentados em item anterior. Significativo, porém, é perceber como a mobilização por recursos tinha dificuldade de sair de um desgastado círculo vicioso: a convicção de que do Poder Público regional deveria disponibilizar o recurso para os investimentos necessários ao crescimento da FATES.

Visto assim, pode-se considerar que não foi no plano da busca de recursos que se alcançariam os propósitos de crescimento, mas que os acontecimentos das décadas posteriores aos anos 1980 estariam visceralmente ligados aos sonhos que aqueles professores [do

---

<sup>87</sup> As informações foram buscadas no relato de Bersch (2008).

núcleo GPR] escolheram para lapidar. De alguma forma, acabaram lastreando as transformações que culminariam com a grande expansão iniciada na década de 1990, ainda em curso, e sobre a qual estaremos insistindo no capítulo seguinte a este.

Mas ali, na década de 1980, grandes metas foram traçadas. Algumas saíram do papel, da condição de discurso, sempre com resultado muito positivo, mesmo quando não imediato. Tais foram o Plano de Pessoal e o início de uma unificação das atividades do Câmpus da FATES em uma única IES, que se planejasse globalmente – unificação essa que somente se materializaria doze anos depois; outras, sem o resultado que se queria ver aparecendo, e que se traduzem na continuidade da estagnação: novos cursos, depois da implantação de Ciências e de Administração, conquistados durante o período anterior, só viriam em 1994 e a negativa da participação de fato e sistemática das prefeituras do Vale na manutenção dos cursos da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior.

Para compreender melhor o que queremos expôr, é importante notar, por exemplo, o que dizia o presidente da AMVAT no período examinado, em torno do ano de 1985, manifestando sua forma de pensar a questão:

[...] que a FATES deve ser auxiliada e que [a AMVAT] tem obrigação de ajudar as faculdades. **Mas em primeiro lugar tem obrigação com o 1º Grau**, pois o Estado e a União não ajudam em nada. Tudo fica para o município. As poucas verbas ainda vêm atrasadas, pois o governo retém e dilui o dinheiro, que nunca chega. **Assim, o ensino de 1º Grau está em grandes dificuldades [...] que o Estado e a União devem ajudar o 3º Grau. Eles é que estão falhando** (Jornal *O Informativo*, edição de 1º de agosto de 1985; acervo da Biblioteca da Univates; grifos da autora).

Isso nos remete à lembrança do momento em que se desfazia “a falsa imagem do milagre desenvolvimentista” (Jornal *O Informativo*, edição de 6 de abril de 1985), tão festejado e propalado pela mídia governamental, que anunciava que os planos dos sucessivos governos militares objetivavam um crescimento igualitário e intenso

para todas as regiões e setores da vida econômica e social do Brasil. Mesmo com obras físicas de grande repercussão e visibilidade no próprio Vale do Taquari, a realidade mostrava os governos municipais envolvidos com uma situação financeira estagnante, o que por si só definiria a falência dessa meta do GPR, cujos sonhos passavam precisamente pelo apoio, antes de tudo financeiro, sistemático e regular, das diversas municipalidades da região.

Até mesmo já parecia ter-se criado um entendimento em torno da ideia. A maioria dos municípios se manifestava nesse sentido, bem como diversas entidades representativas dos segmentos econômico, social e político. A dificuldade aparecia quando se tentava, na prática, canalizar recursos regulares para a Instituição.

A Fundação Alto Taquari de Ensino Superior, segundo sua presidente, Ione Maria Ghisleni Bentz, “pelo próprio nome já é regional, porém em termos de recursos, isso não acontece. Muito pelo contrário, porque vive às expensas do município de Lajeado” (Jornal *O Informativo*, edição de 6 de agosto de 1985). E insistia na gravidade da situação financeira, informando que, dentro do programa estabelecido, seriam realizadas visitas a todas as prefeituras com o intuito de sensibilizar os prefeitos a incluírem nos orçamentos municipais valores para a FATES.

Após minuciosa pesquisa, concluímos que a imprensa regional acompanhou o desenrolar dos acontecimentos naquela segunda metade do ano de 1985 publicando profusão de matérias sobre o assunto e contribuindo para desafiar ao debate. Ressalve-se que os títulos conferidos aos textos, fossem manchetes de capa ou não, sempre colocavam o tema como uma preocupação não apenas dos gestores da Fundação, mas dos municípios do Vale.

A exibição dos objetivos e as movimentações da equipe diretiva, que colocou literalmente em prática o objetivo de correr a região em busca de apoios, sensibilizaram lideranças políticas do Vale, na forma de mobilização de várias entidades e administrações municipais, seja para discutir o tema, seja para direcionar verbas. E, mesmo assim, no todo, o resultado continuava modesto, insuficiente para provocar as modificações planejadas.

Na edição de 3 de agosto de 1985 do Jornal *O Informativo* podem-se ler dois textos. O primeiro, intitulado *Municípios do Vale se unem para salvar o ensino universitário*, destacando reunião em que participaram representantes de diversas prefeituras, secretários de administração, professores, diretores de escolas e representantes políticos; o segundo, *O Câmpus universitário por dentro*, para dizer das reformas em termos acadêmicos levadas a efeito.

Os representantes das secretarias de educação regionais também se manifestaram, conforme consta no Jornal *O Informativo* (edição de 25 julho de 1985), sob o sugestivo título: *Secretários debatem problemática do ensino nos municípios*, quando comentam um convite da FATES para reunião, com vistas a uma participação financeira maior, sistemática, dos municípios nas faculdades. Consideraram a reivindicação justa, mas defenderam a ideia de que deveriam ter oportunidade de opinar com maior ênfase sobre o assunto. Isso indica ciência do que acontecia em torno do Ensino Superior e também certo desacordo com a forma de condução do processo. E assim nos deparamos com inúmeras manifestações, dos mais diversos setores da comunidade regional, sobre a causa levantada com a maior ênfase possível pela Fundação naquele momento específico<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Arrolamos uma longa série de textos publicados na imprensa regional, e que nos socorreram no estudo: “AMVAT discute regionalização do Ensino Superior” (Jornal *O Informativo*, edição de 24 jul. 1985); “Adroaldo Gonzatti [presidente da AMVAT em 1985]: é importante ajudar a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 1º ago. 1985), garantia que “parar ou ficar marcando passo, enquanto os demais progredem, é lentamente regredir, fechar, morrer”; “Prefeitos confirmam presença” (Jornal *O Informativo*, edição de 31 jul. 1985) [na reunião marcada para o dia 2 de agosto]; após a reunião: “Municípios do Vale do Taquari se unem para salvar o ensino universitário” (Jornal *O Informativo*, edição de 3 ago. 1985). Comenta sobre os prefeitos, presidentes de Câmara e Secretários de Educação que compareceram, e de que em nome deles falou o prefeito de Lajeado, considerando que “dificilmente os prefeitos vão se omitir nos seus orçamentos municipais”; “O Câmpus universitário por dentro” (Jornal *O Informativo*, edição de 3 ago. 1985): sobre reformas prédio, mais salas de aula, entre outros; “Evolução do ensino universitário no Vale do Taquari” (Jornal *O Informativo*, edição de 30 jul. 1985).

Nos meses seguintes a imprensa regional continuou noticiando inúmeras manifestações dos mais diversos municípios do Vale sobre o assunto, todas comentando intenções de contribuir de fato com auxílios significativos para a FATES: “Expansão da FATES: Estrela garante 80 milhões” (Jornal *O Informativo*, edição de 15 ago. 1985). Não apenas verba, mas auxílio com cedência de pintores, pintura externa do prédio...

Os administradores e conselheiros da FATES estavam cientes do desafio que isso representava e das limitações às quais estavam presos. É o que sugere o relato a seguir:

Desde que assumiu a presidência da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior a Dra. Ione Maria Ghisleni Bentz, intensificou-se a conscientização de ampliar o movimento universitário, através da regionalização do Ensino Superior no Vale do Taquari, unificando para esta causa as forças vivas da região. Parece haver unanimidade quanto ao objetivo a longo prazo: a Universidade do Vale do Taquari. No encontro entre a direção da FATES e os prefeitos, presidentes das Câmaras Municipais e Secretários Municipais de Educação **chegou-se ao consenso geral de que para acontecer a universidade, primeiramente é preciso acontecer a unidade das forças** (Jornal *O Informativo*, edição de 2 de novembro de 1985, p. 12; grifo da autora).

Bentz (2006a, depoimento oral) observou que o processo de crescimento da Instituição “foi lento na decolagem e no desenvolvimento”, destacando as enormes dificuldades que tinham os gestores de chegar às diversas prefeituras, talvez pela falta de sutileza de ambas as partes de perceber o sentido de se ter bem perto o Ensino Superior. No seu modo de ver, “faltou maturidade

---

Laboratório de Ciências [...]; [Arroio do Meio:] “Pode sair hoje verba para a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 16 ago. 1985); “Dalpian dará 50 milhões à FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 17 ago. 1985), e brita (5 cargas) para ampliação do prédio, enquanto prefeito de Bom Retiro do Sul irá definir verba até setembro; “FATES já tem mais de 210 milhões” [juntando Lajeado, Arroio do Meio e Estrela] (Jornal *O Informativo*, edição de 16 ago. 1985); [Municípios de Roca Sales, Encantado e Teutônia:] “Mais de 100 milhões para a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 22 ago. 1985); “As verbas da região alta do Vale para a FATES” [versa sobre as doações acenadas pelos municípios de Arvorezinha, Ilópolis, Putinga e Anta Gorda] (Jornal *O Informativo*, edição de 29 ago. 1985); “Cruzeiro do Sul tem 14 milhões para a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 3 set. 1985); “Obras de Petry na FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 28 set. 1985); “Muçum destina 10 milhões para a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 4 out. 1985); “Dr. Dewes fala sobre a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 11 maio 1985); “Venâncio Aires também auxilia a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 5 out. 1985); “Fontoura Xavier pode ajudar” (Jornal *O Informativo*, edição de 8 out. 1985); “Guaporé pretende ajudar a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 18 dez. 1985); “MEC destina verba para a FATES” (Jornal *O Informativo*, edição de 27 set. 1986).

para a região para compreender o que significava Ensino Superior, ou seja, era uma ideia ousada para uma comunidade singela”, que, enredada em suas particulares e não menos gigantescas dificuldades, canalizava atenções e recursos para projetos respeitantes ao ensino escolar Fundamental, e Médio quando fosse o caso.

Nos dizeres que seguem, podemos “ver” a leitura que a ex-presidente da Fundação faz sobre os resultados negativos da meta principal da efetiva regionalização e o fato de continuarem sem o capital para investimentos na infraestrutura física e pedagógica:

Ora, nós queríamos expandir, mas não tínhamos pré-requisitos pra expandir. Era uma época em que, talvez, a gente levava muito a sério as condições reais, as condições efetivas que permitissem dar os passos, além dos impedimentos legais. Hoje, primeiro a gente faz depois a gente vê como. E na época não, enfim, a visão era outra. Talvez tivéssemos uma visão séria demais da universidade. Grande demais pra um deslanchar mais rápido [...] (Bentz, 2006a, depoimento oral).

Se todo esforço pela solução da falta de recursos com o engajamento da região não trouxe o resultado imaginado, podemos sustentar que ele não foi, por isso, improdutivo. Ficou provado em definitivo, pelo volume e organização que marcaram a campanha, mesmo assim malsucedida, que essa fonte não forneceria os aportes necessários ao crescimento da Universidade. A lição seria lembrada no início da década de 90, como se verá posteriormente.

O insucesso na obtenção de recurso regular criara, entretanto, um problema grave: com a implantação do Plano de Pessoal e a contratação dos primeiros professores para atividades não incluídas anteriormente nos cálculos do valor das semestralidades dos alunos, esse cálculo teria de ser refeito, a se manter o mesmo padrão de remuneração dos docentes. De fato, na elaboração do orçamento para o ano de 1987, chegara-se ao ponto de ruptura absoluta do equilíbrio entre receita e despesa e as faculdades viveram seu único movimento de greve. Na negociação entre a FATES e os professores, um grupo significativo destes, insatisfeito com o índice proposto de reposição da taxa inflacionária e insistente em seu princípio de que

cabia à mantenedora abastecer de recursos as atividades acadêmicas, paralisou as atividades. Com a conseqüente suspensão de aulas, significativa parte dos alunos deixou de deslocar-se à Instituição de ônibus, o que acarretou a imediata suspensão da oferta dessas linhas especiais para os escolares – tão imprevisível e vulnerável estava então, ainda, esse serviço. O resultado foi a paralisação total das aulas.

Intensificadas as negociações, após uma semana, mais ou menos, o acerto entre a FATES e os professores devolveu as condições para a retomada das atividades. Aí, porém, foi a vez de os discentes se negarem a pagar o aumento das mensalidades decorrente do aumento do salário dos docentes. A paralisação das atividades prosseguiu, agora motivada pela ausência dos alunos. Segundo os relatos, “a Instituição estava completamente parada, sem que houvesse qualquer tipo de comando de greve ou de solução para o impasse” (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Após extenuantes reuniões de negociação com uma representação estudantil informal, a situação chegou ao impasse extremo e resultou na renúncia da presidente da Mantenedora, no que a acompanharam o vice-presidente, Wilson Dewes, e alguns conselheiros.

Parizotto (2009, depoimento escrito) complementa:

Considerando que não havia por parte da mantenedora condições de atender às solicitações, bem como à insistência de um grupo minoritário de professores que, aparentemente não detinham o conhecimento das reais condições financeiras em que se encontrava a FATES, a professora Ione oficializou a sua renúncia, já anunciada anteriormente, abrindo espaço para que a comunidade acadêmica resolvesse o impasse. Em solidariedade a ela, o vice-presidente, Wilson Dewes, também renunciou, alegando falta de conhecimento da Instituição e de disponibilidade, em função de suas atividades profissionais. Em decorrência disso, assumiu interinamente, o professor Laurindo Dalpian, membro do Conselho Diretor e também presidente do Conselho Superior Acadêmico Administrativo. O novo presidente foi reafirmado no cargo, em eleição posterior, realizada pela Assembléia convocada pela FATES.

Sob o impacto da renúncia, Laurindo Dalpian substituiu a presidente após rápida decisão dos conselheiros remanescentes nas negociações.

[...] nós estávamos afundando financeiramente. E ali então é que eu assumi. Então a nossa grande preocupação foi negociar com os alunos, negociar com os professores, com os funcionários. Houve muita compreensão por parte dos professores, dos funcionários e também dos alunos que aceitaram que a gente majorasse as mensalidades. Isso contribuiu para que no final de [19]87, praticamente a situação financeira da FATES estivesse sob controle. Estava bem controlada, tanto assim que, em [19]87, a gente construiu aquele anexo que temos hoje ali no Prédio 1. [...] Foi muito importante porque era a convivência dos alunos. Os alunos não tinham nenhum espaço a não ser o pátio. Então ali houve a possibilidade de construir. Quer dizer que a crise financeira começou a ser resolvida. Claro que [...] as soluções que a gente implantou não agradaram a todos [...] mas fundamentalmente sempre foram as mensalidades dos alunos [a principal fonte de receitas da Instituição [...]] (Dalpian, 2008, depoimento oral).

Dalpian teve êxito no objetivo de solucionar o impasse: os professores abriram mão de parte do repasse de índice acordado em dissídio no Estado e os alunos fecharam acordo sobre o aumento das mensalidades. No dia seguinte os alunos voltaram para as salas de aula.

Entendemos que o alunado foi sensível à atitude de Bentz. O fato é que a posição assumida pela presidente resolveu a greve discente, fazendo com que o dinheiro das mensalidades voltasse com o percentual de aumento proposto.

A leitura de Parizotto (2009, depoimento escrito) esclarece:

Com o exercício de uma presidência única, tão desejada pela comunidade acadêmica, os “ânimos” no meu entender, se acalmaram e o diálogo e o bom senso, prevaleceram. Nesse sentido, acredito que o grupo diretivo acertou mais pelo espírito solidário e idealista do que propriamente pelo conhecimento técnico em

gestão. Apoiado pela comunidade acadêmica e regional, o grupo amadureceu. Nesse sentido, acredito que a crise serviu para aparar as “arestas” e fazer a Instituição crescer. Foram tempos difíceis, tanto financeiramente quanto em termos de aprendizado. Economizávamos em tudo para poder ampliar os espaços físicos e as condições técnicoadministrativas e lutávamos para tornar a Instituição maior [...].

Sobre o momento, buscamos novamente as considerações do professor Ney Lazzari (2007b, depoimento oral):

[...] Fiz parte do comando de greve local em harmonia com o comando de greve estadual. Tem todo um grupo de professores envolvido, também os do GPR, mas tentamos de todas as formas levar a disputa para fora daqui, no sindicato, e conseguimos. Chega num ponto em que as instituições de ensino do estado vão ter que dar um aumento de salário para os seus professores.

Bersch (2008) faz análise detalhada do momento que ele acompanhou sem estar diretamente envolvido.

A renúncia da professora Ione à Presidência da FATES mexeu com a comunidade interna e externa das faculdades da FATES. [...] Os conselheiros remanescentes convocaram uma reunião da Assembleia Geral Extraordinária<sup>89</sup>. Nesta, o Professor Laurindo foi eleito presidente para completar o mandato, tendo Flávio Ferri sido eleito, posteriormente, pelo próprio Conselho – conforme previa o estatuto – como vice-presidente. Os alunos também se aperceberam da gravidade da situação. Recearam inviabilizar a Instituição. Quando o Professor Laurindo assumiu, [...] contou com a permanente ajuda [nas negociações] do professor Ney Lazzari. [...] guardo vivamente na memória de como, ao chegarem a um acordo [...], bastou um aviso pela imprensa de que no dia seguinte as aulas seriam retomadas que tudo voltou ao seu curso normal, com a normalização do transporte

---

<sup>89</sup> Cfe. ata n. 11/87 (Livro 02 do CD/FATES, p. 93), de 6 jul. 1987, Benilde Parizotto, Isolde Schmidt e Ney Lazzari foram incumbidos de convocar a AGE, o que fizeram para a data de 8 julho.

e, (pasmem!) em consequência, das aulas! (Parecia que o que era consequência virara a causa!) [...]. Do episódio guardo uma convicção e uma intriga. Estou convicto de que a implantação do Plano de Pessoal naquele momento psicológico institucional, fruto das discussões e pressões de 83 e 84, determinou a conquista da autonomia universitária obtida em 1999 – como já escrevi alhures. Curiosamente, ela se deu num palco de grande confusão de ideias. Era um tempo de falas marcadas pela absolutização de novos ‘ditos’, que desde o começo me soaram a modismos ideológicos inconsequentes, certamente então explicados pelo momento histórico da derrocada da ditadura militar, como ‘É proibido proibir!’. Quem usasse a expressão ‘Liberdade com responsabilidade’ era tido por autoritário, fiscalizador, porque ‘quem é livre já é responsável’. Enfim, era um tempo cheio de preconceitos. Tais momentos se prestam também a decisões precipitadas, mal amadurecidas, mormente por parte de quem alimenta o receio da volta ao *status quo* autoritário.

O momento posterior, da greve, foi rico como sinalizador do nível de coerência e responsabilidade de cada um dos diversos atores de todos aqueles acontecimentos.

A Professora Ione, por exemplo, no mais grave momento econômico da história da nossa Instituição, coerentemente com suas atitudes anteriores, entrou ‘na raia’ para a luta. Fatos documentados, como a tentativa de adiamento da implantação do Plano de Carreira, permitem a leitura de que, antes de criar as despesas comprometedoras das novas contratações, o novo Conselho Diretor planejava encontrar o suporte correspondente através do engajamento dos municípios na sustentação do projeto universitário. Os fatos se precipitaram e, se num primeiro momento a renúncia pode ter sido vista como abandono, a solução institucional encontrada logo após demonstra que a comunidade, amadurecida, descobriu o jeito de sustentar a FATES, agora com uma equipe de docentes reforçada, pelo tempo necessário à transformação das duas faculdades no centro universitário que hoje temos.

Bersch ainda avança nas suas considerações sobre o assunto salientando:

Esta reflexão remete à velha indagação: os sucessos obtidos se devem mais aos acertos conscientes das grandes

decisões ou se devem, antes, à capacidade dos executores das decisões de acompanhar, corrigir e direcionar os fatos posteriores, decorrentes das grandes decisões? A indagação relativiza o tradicional culto do protagonismo histórico. Tenho como certo, hoje, que precisávamos naquele momento, urgentemente, do Plano de Pessoal. Eu não teria conseguido 'puxar a frente' no convencimento da comunidade sobre a inadiabilidade da sua implantação. Vimos, por outro lado, que os reflexos ultrapassaram as previsões; mas, em conjunto, com o sacrifício maior de uns e alguma concessão de todos, fomos capazes de controlá-los. Para o êxito, contribuíram dirigentes, professores, conselheiros, alunos e funcionários: cada um soube fazer a sua parte durante aqueles dias, para que a Univates fosse o que é hoje.

\*\*\*\*\*

Neste ponto, impõe-se novo recuo no tempo para dar espaço a algumas considerações no plano das relações internas da comunidade universitária que irrompiam da implantação do Regimento Unificado.

A história dos fatos sugere que, concluído o episódio da implantação do Regimento Unificado e do Plano de Pessoal, o CSAA passou a ocupar lugar secundário no protagonismo dos fatos institucionais, os quais continuavam envolvendo as direções das faculdades (reforçadas pelos respectivos conselhos departamentais) e a presidência da FATES (amparada pelo Conselho Diretor). Conforme Bersch (2008) relata,

Dessa forma, a FATES voltou a conduzir diretamente os assuntos de ordem meramente administrativa, centralizando os recursos, porque não havia como delegar a duas pessoas ao mesmo tempo as competências e responsabilidades sobre os mesmos recursos, ficando a chefia da mantenedora, responsável legal pelo todo, distanciada.

Enfim, se, por um lado, com o CSAA se ganhara em qualidade no todo por causa do estabelecimento de um foro obrigatório e regular de discussão conjunta entre os dois conselhos departamentais (o da FELAT e o da FACEAT), no plano administrativo, a Instituição continuava ‘patinando’.

Um exemplo elucidativo é o fato de, em determinado momento, a presidência do CSAA ter solicitado à presidência da FATES a intervenção na FACEAT, o que não aconteceu. Realmente, o presidente do novo Conselho se limitava a coordenar os debates de conciliação dos interesses entre as duas faculdades – fator que não pode ser subestimado, mas que não resolvia a delicada questão problemática anterior: quem administra as decisões acadêmicas deve ter o poder de administrar os recursos de apoio.

Assim Bersch (2008) retrata a situação:

Um dos princípios que marcaram o Regimento Unificado, quase uma ‘cláusula pétrea’, foi o de que as licenciaturas e os bacharelados necessitavam direções autônomas entre si, o que implicava manter as direções das duas IES separadas, mas continuando a compartilhar recursos materiais e humanos. Continuariam, portanto, os acertos acontecendo apenas no plano das relações interpessoais entre os diretores. Também não havia ascendência hierárquica do presidente do CSAA sobre os diretores, no plano da operacionalização das ações. Por outro lado, a relação regimental entre o presidente do CSAA e o Conselho Diretor da FATES era nula. A eleição e posse do primeiro esgotavam-se no plano interno do Câmpus. Combinada com esta, a segunda questão mal resolvida consistia no fato de que os diretores das faculdades eram nomeados pelo Conselho Diretor da Mantenedora, com base numa lista tríplice produzida pelo voto universal de professores, alunos e funcionários da faculdade, sem um pronunciamento do CSAA. O próprio fato de os diretores serem eleitos pelo voto universal, ao passo que o presidente era eleito por seus pares no colegiado, reservava a este último um pseudo-poder. Finalmente, o mandato do presidente do CSAA tinha um ano de duração. Não foi sem motivo que, ao longo dos anos em que o exercício do mandato de presidente do CSAA ficou

limitado ao texto regimental, com exceção de um ou dois anos iniciais, o cargo não atraía ninguém quando, sempre em outubro, se formalizava a eleição.

A solução a que se chegara, mesmo não sendo a melhor, serviu para desafiar a continuidade de mudanças. A alteração mais saliente que a modificação de regimento trouxe foi “a criação da figura do Conselho Superior Acadêmico Administrativo, que teoricamente estaria acima dos diretores, tendo autonomia em relação à Mantenedora. O propósito era afastar a mantenedora do cotidiano acadêmico”, destacou Lazzari (2007a, depoimento oral).

Essa prática, com pequenas mudanças introduzidas ao longo do tempo, funciona assim até hoje. Nesse momento, por exemplo, estamos em processo de montagem da peça orçamentária para 2008. Ele começou a ser elaborado nos Cursos e nos Centros, depois foi equalizado pela Reitoria que agora o encaminha ao Conselho Universitário para homologação e encaminhamento final à mantenedora até a metade de dezembro. A mantenedora o examina – eu já imagino quais as contas que serão mais questionadas por eles (publicidade é uma delas): Vão sugerir algumas alterações, o aprovam, e eu tenho, como reitor, autonomia para sua execução, podendo exceder nos valores em até 5% a mais do que foi autorizado. Se tiver que mexer em mais do que 5% temos que pedir autorização para o Conselho da Mantenedora de novo. Toda essa metodologia de trabalho nós fomos construindo e aprendendo a fazer ao longo do tempo, mas o início, a raiz, é no momento quando se cria o Conselho Superior Acadêmico e Administrativo – o CSAA (Lazzari, 2007a, depoimento oral).

Quando do episódio da renúncia da presidente Bentz, tornou-se consenso entre os componentes do CSAA que o representante da mantenedora no colegiado, que era o próprio presidente da FATES recém-eleito, professor Laurindo Dalpian, acumulasse a função de presidente também daquele Conselho. Para aquela ocasião, resolvia-se o problema.

Com a saída de Dalpian, que se afastou em 1990 por interesse particular, e com a posse da vice-presidente, professora Marisa da Silva Martins Jaeger, o transtorno dessas ambiguidades de estrutura voltaram a perturbar as atividades, razão por que as atas das reuniões do CSAA documentam repetidas iniciativas do professor Bersch no sentido de sugerir a integração definitiva das faculdades.

Em dezembro de 1990, foi aceita a sugestão de estudar uma alteração regimental. [...] o assunto foi motivo de vários ‘seminários institucionais’, recuperando-se, dessa forma, a prática dos anos 82 e 83. [...] chegou-se ao consenso de que a situação não exigia novo regimento e de que [...] bastaria uma resolução (do CD/FATES) nesse sentido. A solução me pareceu muito baseada em casuísmo, necessitada permanentemente do beneplácito da FATES, que era quem de direito nomeava e empossava os diretores das faculdades e apenas mantinha um representante no CSAA. Além disso, continuava a achar delicada a situação de o poder de execução estar centrado em uma pessoa eleita apenas pelos pares de um conselho, numa espécie de ‘eleição indireta’, e, por cima, renovável a cada doze meses. [...] Em novembro de 1993, prevendo-se a reeleição de Marisa Martins para a presidência da FATES [...], na sessão destinada à eleição do presidente do CSAA, levantei mais uma vez a necessidade de que a FATES passasse a delegar poderes administrativos a um presidente do CSAA por ela nomeado a partir de lista tríplice obtida em processo eleitoral universal. [...] Entretanto havia resistência quase férrea à ideia do encaminhamento ao MEC de uma proposta de regimento de faculdades integradas. A solução introduzida foi a constituição de uma CEP – Comissão Executiva Permanente [...]. **Eu entendia que em nossa entidade – comunitária e participativa [...] – as mudanças precisam ser entendidas e assumidas por um número de pessoas suficientemente forte que seja capaz de manter, no grupo, o entusiasmo, o envolvimento afetivo e a consciência da responsabilidade coletiva, com isso garantindo a perseverança na obra.** Por estranha que a figura pareça ser juridicamente, ela acabou funcionando até 1997, quando finalmente a FECLAT e a FACEAT se integraram na UNIVATES (Bersch, 2008; grifos da autora).

\*\*\*\*\*

A posse de Laurindo Dalpian na presidência da FATES, no segundo semestre de 1987, foi antecedida de eleição complementar para preencher as vagas deixadas pelos renunciantes. Conforme o Estatuto, o novo Conselho elegeu a professora Jaeger como vice-presidente. Concluído o ‘mandato-tampão’, ambos foram reeleitos para novo período.

Dalpian, ao tempo Secretário de Educação de Arroio do Meio, estava bem relacionado com a região da AMVAT e trouxe como proposta uma abertura total do Estatuto da Fundação, dando assento a todos os municípios da região.

A medida teve efeito positivo imediato. Com o gradativo acréscimo no número – os cursos de Ciências e de Administração só recebiam alunos, não tendo formado, até então, nenhuma turma –, realmente já faltava espaço. Os serviços de apoio ficavam cada vez mais comprimidos nos vãos debaixo de escadaria ou nas pontas dos corredores<sup>90</sup>. Urgia construir. Dalpian, como ficou dito anteriormente, foi convidado pelos colegas a acumular as duas presidências – Conselho Diretor e CSAA –, o que certamente favoreceu suas iniciativas. As atas das reuniões registram a contribuição dos municípios de Arroio do Meio, Teutônia, Estrela, Encantado, Muçum e Cruzeiro do Sul, bem como de algumas empresas, que, embora módicas, ajudaram a erguer o piso térreo e o primeiro andar do Prédio 3.

A construção seguiu em ritmo extremamente lento – levaram-se quatro anos para a conclusão – e, segundo os relatos, as salas dos primeiros pisos foram sendo ocupadas enquanto nos andares era levantada a alvenaria, situação que suscitou em repetidas cenas de precariedade, como infiltrações, mau acesso e outros. Mas, pela

---

<sup>90</sup> A referência é unicamente relacionada ao Prédio 1. O acervo fotográfico da Instituição nos serviu como fonte para complementar as informações vertidas das entrevistas. Ver acervo no CMDPU.

primeira vez após quase vinte anos, “sentiu-se um sopro de vida” (Bersch, 2006, depoimento oral), emitido pelas atividades dos cursos conseguidos e pela ampliação da estrutura física.

No final dos anos 80, durante o período administrativo de Dalpian, teve lugar a criação da Associação dos Docentes da FATES – ADOF, do qual o primeiro presidente foi Ney José Lazzari.

Lembro que sentamos várias vezes, eu e ele, para discutir até onde podíamos chegar com a questão salarial. O Laurindo tinha uma ideia de que uma disciplina de quatro créditos tinha que ter valor igual a um salário mínimo, e isso ele defendia. Eu defendia a tese de que uma hora-aula professor tinha que ser 5% do salário mínimo. Nós colocamos isso como meta. Com o Laurindo nunca foi uma discussão de antagonistas, até porque, paralelo a isso, eu também fazia parte do Conselho da mantenedora. Eu comecei a fazer parte do Conselho da mantenedora em 1985 e faço parte dele até hoje, de forma ininterrupta. Então, em última instância, eu também estava na mantenedora e era presidente da Associação de classe dos professores [...] Os papéis que nos obrigávamos a representar as vezes geravam certas ambiguidades. De um lado, enquanto professores, buscávamos arrancar o máximo possível de salário, mas, de outro lado, enquanto mantenedora, não podíamos deixar a instituição se inviabilizar [...] São papéis que se cumpre, ou se cumpria, em momentos diferentes que podiam ser antagônicos. Mas também, por outro lado, estávamos fazendo o que talvez fosse a gestão mais moderna do mundo, que é a co-gestão; ajudando a administrar tanto pela ótica do capital, quanto pela ótica do trabalho. Conseguimos fazer isso um pouco mais e um pouco melhor com o passar do tempo (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Schreiner também enfatizou o papel da ADOF naqueles finais dos anos 1980, conforme demonstra fragmento de sua fala:

[...] também se criou a ADOF, e estava se criando quando eu entrei aqui [1986] [...] e aí fiquei secretária da ADOF [...] foi fundamental para mim, porque eu/a gente se dedicou muito. Assim como na UNIVATES tinha o

grupo dos professores, houve essa união na discussão da escola [de Ensino Médio]; também na ADOF foi assim: eu conheci os professores da outra Faculdade, porque a minha era a FECLAT, das licenciaturas, e a outra era a FACEAT. A gente tinha mais contato com eles através da ADOF. E ali [...] foi um período de muita movimentação. A ADOF fazia palestras e Ciclo de Conferências e discussões sobre a UNIVATES e a gente se reunia em sábado, de noite, depois da aula, e de tarde... Havia muita movimentação [...]. Bom, acabei no fim presidente da ADOF numa outra eleição. Acabei reeleita e foi um período em que eu conheci todos os professores da Casa. Começou a crescer a UNIVATES, e a gente fazia muitas coisas em conjunto, atividades culturais e também passeios. E a ADOF, como classe, também [tinha] muito contato com o SINPRO. Então foram experiências que eu tive, mas não só eu. Sempre foi um grupo, e, qualquer coisa que a ADOF marcasse, ‘tava’ todo mundo lá. Havia muita luta, vontade de que a UNIVATES crescesse, de que algumas coisas melhorassem aqui, e havia muita abertura para a presença da ADOF também. Houve um período de dificuldades financeiras da Instituição. Então a ADOF tinha que negociar com a direção. Naquela época não era assim, que simplesmente o índice de aumento era o que o SINPRO e o SINEP acordavam: a gente lutava aqui, conversava, discutia, via como era a possibilidade de aumento dos alunos, possibilidade de aumento de salário. Tentávamos conseguir um índice assim. Então era um envolvimento que ocorria aqui dentro, uma luta; luta talvez nem é a palavra, uma negociação que de fato ocorria na UNIVATES. O SINPRO mesmo teve contato com a gente, mas o SINPRO sempre tinha índices inferiores ao que nós acertávamos aqui como um todo. Havia aqui já então um Plano de Pessoal, havia coisas que em outras instituições até nem havia [...] (Schreiner, 2007, depoimento oral).

Em meio a esses acontecimentos, em agosto de 1990, Dalpian solicitou licença no exercício da presidência, assumindo a função a vice-presidente, professora Marisa da Silva Martins Jaeger, ex-diretora da FACEAT, que completou o mandato e foi eleita pelo CD/FATES em março de 1991 para o período seguinte.

Ainda em março do mesmo ano, Jaeger solicitou afastamento da presidência para tratamento de saúde, quando foi substituída pelo vice, professor Roque Danilo Bersch, que voltara a integrar o Conselho.

A professora Marisa, ao reassumir, concentrou sua atividade “na parte legal da Mantenedora e na representação política da Fundação, somando a isso a defesa dos interesses das faculdades no MEC e no CFE e, de modo geral, na esfera pública [...] a tramitação dos projetos de abertura dos cursos de Pedagogia e Comércio Exterior [encaminhados em 1985], bem como dos outros processos institucionais referentes a atividades de extensão, à filantropia – quase sempre havia algo em tramitação” (Bersch, 2006, depoimento oral). A presidente indicou também o vice-presidente como representante da FATES no CSAA, no qual ele foi “mantido pelos pares no cargo da presidência do colegiado, com as já mencionadas eleições anuais” (Bersch, 2006, depoimento oral).

Em 1994, reeleita para mais três anos, a professora Marisa chegou a formalizar em ofício sua disposição de deixar a administração dos recursos ao CSAA, no qual Bersch continuava a ser reeleito de ano em ano como presidente. Cada vez mais aparecia como urgente a adoção da estrutura integrada, para a FATES poder passar a nomear – e responsabilizar – um único diretor geral.

Foi isso que ocorreu de fato, porém somente no final do período. O assunto integra o próximo capítulo.

\*\*\*\*\*

Nova realidade que se apresentou no início da década de 1990, na área econômica foi a ampliação do financiamento público federal, o Crédito Educativo – CREDUC. Segundo Bersch (2008), “a FATES matriculava os estudantes e não havia hora para receber o dinheiro, do Governo Federal, o qual faturava dividendos políticos na sociedade às custas dos dirigentes e mantenedoras de IES. E era em pleno regime de inflação galopante!”

O socorro dos municípios para a início da construção do Prédio 3 fora indicativo importante:

[...]na verdade, o início de uma percepção da importância do Ensino Superior na Região, [...] [fora das] fronteiras de Lajeado. Em ata de reunião da AG/FATES, de novembro de 1993, fica clara a posição dos prefeitos de não partilharem com Lajeado o recurso regular para investimentos na FATES em Lajeado, por terem sido eleitos pelos seus municípios [...] que a FATES colocasse cursos em diversos municípios vizinhos, ocupando prédios ociosos (Bersch, 2008).

Entrementes, a construção precisava prosseguir, nem que fosse a conta-gotas. Para tal era destinada toda e qualquer sobra. O seguinte trecho oferece uma ideia da pobreza vigente, do espírito da solidariedade e da persistência do grupo docente desta época, em que, “mais de uma vez, decidimos entre nós, os professores de ‘tempo contínuo’, quem esperaria seu salário até pelo dia 20 do mês” (Lazzari, 2007a, depoimento oral):

No início dos anos 90, a situação financeira da Instituição é quase um caos. A folha vencida dia cinco e a mensalidade dos alunos entrava no dia 10. Só que não se guardava a mensalidade do mês anterior para pagar a folha deste mês. Não tinha como. Então ficava tudo a descoberto durante cinco, sete dias. Cada mês o nosso tesoureiro (na época era o Paulo Guntzel) ia para o banco, negociava, pegava 10 dias de antecipação – fazia um ‘papagaio’. Algumas vezes a própria Marisa também tinha que fazer esse papel. Teve um momento, acho que é 1994, que nós recebemos um dinheiro do Governo do Estado para construir parte do Prédio 5, onde está o UNIANÁLISES. Na época era algo como 100 mil reais e a Instituição tinha que botar a sua contrapartida que era algo como 30 mil. Tinha que prestar conta do investimento de 100 mil e nós ainda não tínhamos conseguido juntar 30 mil para somar aos 100 e aplicar 130 naquele negócio. Aí, lembro que... chamamos um grupo de professores, pedimos quem é que aceitava receber o salário a longo prazo, que não precisasse do dinheiro tão logo, para podermos juntar

os 30 mil para fazer o investimento da contrapartida. Conseguimos juntar a contrapartida e prestar contas ao Governo do Estado.

E há os dizeres de Bersch (2008) para complementar essas considerações:

A necessidade de um pé-de-meia institucional para investimentos fora inculcada em professores e funcionários na administração do Professor Laurindo [...] se quiséssemos continuar recebendo em instalação própria os alunos. E a gente não podia abrir mão da esperança de, mais cedo ou mais tarde, poder oferecer também os dois próximos cursos: Pedagogia e Comércio Exterior. [...] Assim foi que, quando o número de alunos extrapolou a capacidade do Prédio 1, estava concretada a segunda laje da 'haste' sul do 'H' do novo prédio. [...] executou-se a alvenaria do piso térreo, o qual, pela planta inicial, deveria ter permanecido área aberta [...]. Foi um tempo muito duro para nós dirigentes: sabíamos quanto eram pertinentes as reclamações de professores e alunos contra as goteiras. Depois de pagos os móveis, comprados 'pelo menor preço', pusemo-nos a fechar o piso acima com a alvenaria externa. [...] Antes de concretar as duas outras lajes, a parte superior da estrutura foi adaptada para abrigar um auditório. [...] a inauguração do 'espaçoso auditório' foi para nós grande festa. Cada um tinha uma opinião sobre o tipo e a cor das cortinas que deveriam guarnecer as janelas [...]! As pessoas que acompanharam a construção dos prédios mais recentes, alguns dos quais erguidos em menos de um ano, terão dificuldade de se imaginar naquelas circunstâncias. O Prédio 3 sequer teve o prestígio de um ato de inauguração: quando foi concluído, já estava 'antigo'. A sensação de desconforto gerado pelo distanciamento, hoje, em 2008, entre os prédios do Complexo Esportivo e outros a serem situados, em breve, na Avenida Alberto Müller, muitos a sentiram vinte anos atrás, quando passaram a ocorrer aulas no Prédio 3, enquanto a biblioteca permanecia no Prédio 1.

Pertence ao mesmo período o agravamento das dificuldades de compatibilização das necessidades da FATES com a prática da

administração pública, à qual, e desde o final da década de 70, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado – TCE submetera a Instituição. Se, por um lado, durante todo aquele período, a auditoria pública trouxe tranquilidade para os gestores institucionais, por outro, a adequação das práticas de gestão e execução orçamentária àquelas normas representavam dificuldade a mais no cenário de competição cada vez mais pronunciada em que a Instituição precisava atuar. Acresce, ao mesmo tempo a essa situação, o fato de o TCE não ter auditores treinados para compreenderem as necessidades de uma IES. Também essa questão será abordada no capítulo seguinte, juntamente com a certificação como entidade filantrópica, a qual a FATES nunca obteve<sup>91</sup>.

\*\*\*\*\*

O marcar passo, portanto, daria o tom desse tempo. Tudo continuaria muito difícil. A FATES não saía de cena, mas permanecia com um cenário imutável: os mesmos cursos, acrescidos agora os de Administração e Ciências Exatas, e a mesma paisagem física. E nos contextos mundial e nacional, vinham sempre mais céleres as provocações e os desafios ditados pelo ordenamento político-econômico capitalista, com claros indicativos de que a sobrevivência das iniciativas locais de desenvolvimento passavam pela desacomodação e impetuosidade, nas diversas áreas, como a que se está aqui destacando, a educacional em nível Superior.

---

<sup>91</sup> Sobre este assunto a fonte de nossas informações foram os depoimentos orais de Bersch (2006), bem como seus escritos (Bersch, 2008), que aparecem na íntegra no ANEXO 1.



### 3

## Mudança de rumos: o cenário na década 1990

Quem alcança seu ideal vai além dele  
(Nietzsche, 2003, p. 89).

O cenário de 1990 ainda inicia dominado pela visão idealizada, predominante na comunidade acadêmica, de que o crescimento da FATES passaria pelo esforço conjunto da região, a partir de energias externas, representadas por verbas regulares disponibilizadas pelas várias prefeituras do Vale. Fora essa também a expectativa dos idealizadores da APEUAT na década de 1960.

Tratar-se-ia de imobilismo desconcertante e conservador de quem, no âmbito da comunidade acadêmica, se encontrava bem servido e confortável? Bersch (2008) tem outra leitura:

Acima de tudo, este [1985-1996] foi um período em que [...] começou a se desenvolver um efetivo espírito universitário na Instituição. Lia-se e se discutia muito. Além de os professores se aprofundarem em suas áreas específicas, debatiam-se em conjunto questões relativas à atividade universitária, à necessidade da investigação científica e da inovação, à identidade de uma IES, à estrutura de uma instituição universitária, ao necessário interfluxo entre a pesquisa constante e o ensino em nível superior, à missão estatutária e institucional da FATES e à sustentabilidade da Instituição.

Esse período – embora irritantemente longo – não foi desperdiçado. Foi nele que nasceu e se enraizou na FATES, efetivamente, o espírito da responsabilidade dos professores pela sustentabilidade da ‘sua’ Instituição de ensino: gradativamente, mais e mais professores

passaram a apostar nela, compreendendo ao mesmo tempo que, a partir da oportunidade e das condições propostas pela Fundação e espelhadas no Estatuto, cabia a eles viabilizar o Ensino Superior na Região, colocando como objetivo claro a autonomia universitária, a qual consolidaria o futuro profissional de cada um.

Não se pode comparar a situação de 1990 com a de 1980. Na esteira das discussões promovidas em 1983 e 1984 pelo grupo de professores, marcadamente o GPR, esteve a noção mais clara das necessidades acadêmicas de universidade. E claro está que essa realidade não fora minimamente esboçada até então, sendo os resultados expressos em variadas situações que envolviam o conjunto docente e, nos seus resultados, a comunidade discente e regional da época.

O espírito mudara. Estava-se consolidando massa crítica, projetos de extensão continuavam se viabilizando, aumentando, mesmo que a passos lentos, a confiança perante vários segmentos da sociedade, pelo caráter inovador de seus conteúdos. Ou seja, individualmente, as duas faculdades iam alcançando sucessos na prestação de serviços alternativos. O dado tem sua significação, porque cada nova frente de trabalho atingiria algum segmento econômico-profissional da sociedade que, até aí, talvez nem a conhecesse. O fato é que, em 1995 e 1996, como adiante se verá, essa mesma sociedade voltaria, pela última vez e então com sucesso, a buscar a sua própria entidade, a FATES, para viabilizar no Vale a IES de que necessitava.

Na FECLAT prosseguia, com algumas interrupções, a oferta do curso de Formação Pedagógica para portadores de bacharelado e teve início em 1989 o curso de qualificação Profissional de 2º Grau Auxiliar de Enfermagem, mais tarde seguidos do próprio curso técnico equivalente<sup>92</sup>. As licenciaturas em Letras e em Ciências Exatas e Biológicas, bem como o núcleo de Pedagogia que as atendia, ofereciam regularmente cursos de extensão e treinamentos para os professores, em Lajeado e em convênio com os municípios. A FACEAT, igualmente, atendia demandas na área da Informática, da

---

<sup>92</sup> A então coordenadora do referido curso, professora Dalia Schneider, destacou que hoje não mais se permite a atuação do auxiliar de enfermagem, mas na época muitos hospitais da região não tinham profissionais habilitados.

Legislação, da Contabilidade e outras, atraindo para a Instituição profissionais da iniciativa privada e da área pública.

Mencionam-se como exemplos: as sucessivas ocorrências do pioneiro “Seminário Regional sobre a Escola e o Texto”, realizado de dois em dois anos nas décadas de 1980 e 1990; o “Encontro Regional sobre Alfabetização e Educação Infantil”, que se transformou em Nacional, realizado entre os anos de 1988 e 2001 – com intervalo entre 1992 e 1998<sup>93</sup> –, o qual trazia para Lajeado as ideias ‘pós-ditadura’ da UNICAMP, USP etc. na área da Educação; ainda os Seminários Nacionais de Promoção da Leitura em convênio com o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER; os cursos de línguas italiano, inicialmente com professor da UCS e posteriormente o convênio com a Associação Cultural Italiana do RS – ACIRS, e alemão; os encontros regionais, seminários e cursos de pós-graduação em Língua Inglesa, bem como o Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras – CELE<sup>94</sup>, predecessores do atual Interlínguas Univates; o Grupo de Estudos de Línguas – GEL, que após evoluiu para o Grupo de Estudos de Línguas e Literatura – GELL, ativos entre 1992 e 2007<sup>95</sup>.

Em 1981, foi lançado o primeiro Curso de Pós-Graduação, nível especialização, em Língua Inglesa, pioneiro no RS. Participaram professores de diferentes cidades da região e do estado. Diferentes cursos de extensão começaram a ser oferecidos periodicamente aos professores [do Ensino Fundamental e Ensino Médio], tendo em vista a sua qualificação, tornando-se logo referência estadual (Valkimil, 2009, relatório escrito).

Segundo Parizotto (2009), todas as iniciativas apontadas contribuíram para ampliar, consolidar e qualificar o trabalho de Extensão e as relações com a comunidade.

---

<sup>93</sup> O assunto foi enfatizado por Grassi (depoimento oral, 2008).

<sup>94</sup> Sobre o CELE falou Valkimil (2009, relatório de depoimento oral).

<sup>95</sup> Sobre o item teceram considerações Mariante (2008, depoimento oral) e Parizotto (2009, depoimento oral).

A estagnação na abertura de novos cursos superiores, entretanto, prosseguia. Em Brasília, os gabinetes continuavam permeáveis às pressões dos grupos políticos, mas Lajeado, no Vale do Taquari – e a FATES –, estava distante das rodas privilegiadas. Em relação à legislação sobre expansão, nada de diferente acontecera<sup>96</sup>. Os gestores, por sua vez, persistiam muito ligados à espera do dinheiro que deveria jorrar da comunidade regional, por meio dos dirigentes das diversas prefeituras<sup>97</sup>: a região demandava, exigia novos cursos e, portanto, precisava assumir o ônus da infraestrutura – pensavam.

Nós alimentávamos, então, uma convicção, existia entre nós um princípio, mais implícito do que dito, quanto a essa questão dos recursos: *Os alunos não podem arcar com o peso do investimento!* Era cruel, era exclusivizante cobrar dos estudantes mais do que eles já pagavam. Nem era apenas uma questão de amarras legais ou a fatalidade das desvalorizações provocadas pela inflação (Bersch, 2008).

Por outro lado, enquanto a falta do dinheiro perdurava,

Estabeleceu-se [...] a partir daí, uma solidariedade e um clima de confiança entre os dirigentes que se seguiram e a comunidade acadêmica – em vários momentos envolvendo os próprios alunos – que se pode perfeitamente chamar de um clima bom para o trabalho.

---

<sup>96</sup> A Lei Federal n. 9.394, que modificaria esse panorama, apareceria adiante, em dezembro de 1996.

<sup>97</sup> A Lei Orgânica Municipal de Lajeado – LOM foi atualizada pela Constituição Federal de 1988, a partir da qual o Executivo lajeadense sugerira a inclusão da obrigação da verba municipal, permanecendo em torno desse compromisso e do valor a polêmica. A atual LOM foi editada em 1990 e assegura um repasse anual de 1% da receita da Educação à FUVATES, conforme o art. 135. Destaca-se que, até 2002, o valor referido era integralmente repassado à FUVATES para investimentos. Após 2003, 50% eram destinados diretamente para estudantes carentes residentes no município, na forma de bolsas de estudo. Após 2006, 100% do auxílio passaram a ser direcionados a alunos carentes, atendendo à alteração do parágrafo único do art. 135 da mesma Lei. Os recursos devem ser aplicados em auxílios a alunos carentes, residentes no Município, mediante comprovação desses aspectos.

O espírito de dedicação dos docentes de 'Tempo Contínuo' passou a contagiar muitos horistas, locais e outros vindos de Porto Alegre, Santa Cruz, os quais se somavam aos primeiros nas reuniões, normalmente realizadas fora do horário de trabalho, em que eram apreciadas as questões relativas à estrutura organizacional, à expansão das atividades da extensão universitária e à graduação.

Entre o corpo docente, a palavra de ordem continuava buscar o título de mestre [...]. Além disso, cuidava-se de convidar e encaminhar à pós-graduação alunos expoentes [...]. Em minha análise, foi este o período em que se assentaram os alicerces do futuro êxito da Instituição na qualidade do seu ensino, qualidade essa amplamente premiada a partir da década de 90. [...] Já em princípios daquele decênio, começam a surgir notícias, nas atas do CSAA, sobre premiações obtidas por nossos alunos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis em concursos estaduais de monografias. [...] [Seria] o resultado excelente dos alunos da Univates no Exame Nacional de Cursos (ENEC), o 'Provão', que [...] [abalizaria] o credenciamento da Instituição como Centro Universitário, por assim dizer, em rito sumário, bem como, posteriormente, a afirmação da Univates no cenário nacional da Educação Superior (Bersch, 2008).

A mobilização intelectual que se depreende dos depoimentos anteriores certamente não era assim percebida pela comunidade regional. Seguramente, não era esse o ritmo de crescimento desejado. Cada vez com mais impaciência o que aguardava eram novas oportunidades de graduação.

Enfim, estavam agora totalmente alteradas a conformação do cenário político, econômico e cultural do Brasil e o regional, em particular, desde a inauguração da RS-130, RS-453, RS-128, conhecida como 'Via Láctea', e da conseqüente instalação ou ampliação de novas e grandes empresas, entre as quais as cooperativas da própria região. No plano político, haviam "nascido", nesse meio-tempo, novas comunidades municipais, num movimento emancipacionista que modificou rapidamente o mapa político do Vale, o que provocou a multiplicação de escolas, inclusive de Ensino Médio, de postos de

saúde e de outros serviços, enquanto a Informática revolucionava a atividade empresarial. Na ciranda formada algumas demandas totalmente novas apareciam no cenário econômico-social, entre elas, a exigência da formação qualificada e especializada nas Academias; e o Vale do Taquari não seria exceção.

Em outras palavras, o número de estudantes que se movimentava diariamente para fora da região na busca da formação em nível superior comprovava que a oferta local de cursos estava em franco atraso; não atendia as expectativas da comunidade.

No plano interno, a disposição da presidente da FATES, Marisa da Silva Martins Jaeger<sup>98</sup>, de restringir sua ação às questões legais e à representação da mantenedora, – como visto no fim do Capítulo 2 –, resultou no retorno à situação de 1980 no que concerne à administração material: os diretores das duas faculdades voltaram a exercer plenamente o seu mandato, recebido da mantenedora, de administrar o Câmpus. Faziam-no em conjunto, na informalidade, acompanhados agora pelo presidente do CSAA, cuja eleição anual recaía no representante do Conselho Diretor, vale dizer, da presidência da FATES. O que estava diferente agora é que, pelo CSAA, traçavam-se políticas comuns, especialmente no plano acadêmico. Essa política abrangia a forma de execução das ações e, principalmente, permitia o planejamento conjunto do futuro do Câmpus.

Foi nesse ambiente de fragilidade interna e pressão externa que os dirigentes de então foram ocupando a cena com cada vez maior intensidade, no sentido de discutir e questionar a estrutura tímida, de poucos resultados, que continuava não respondendo as demandas regionais, chegando o instante em que ocorre o reconhecimento da falência do modelo de gestão em curso e a urgência de admitir e propor alterações. Dos erros históricos, segundo Bersch (depoimento oral, 2006):

---

<sup>98</sup> Na direção da FECLAT, em 1990, Raul Stoll, que sucedera a professora Ivete na direção, já passava o comando para Elânia Valkimil. Na FACEAT, Jaeger transferira a direção ao professor Ney Lazzari, assumindo, ela própria, a presidência da FATES. O CSAA passou a ser presidido por Roque Bersch.

Um, ideia que vinha desde os tempos da APEUAT, [foi o] de que a região tem que bancar a infraestrutura [...]. **Essa foi uma utopia que alimentamos tempo [demais];** a outra questão a lamentar foi que em 1985 isto aqui não virou Faculdades Integradas, ou seja, se defendeu em 1985 a autonomia para as duas faculdades, sem o poder [administrador] central, que só nasceu em 97 com a Direção Geral. Então a administração continuou muito problemática, o que foi a base das hesitações internas, ao que se somavam as dificuldades externas que continuavam sendo os entraves legais e a falta de representatividade política em Brasília (Grifo da autora).

Desse modo os debates sobre a forma de modificar o ritmo de crescimento eram agora intensamente marcados pela ruptura com as esperanças na “solução regional”.

A alteração da estrutura – novo regimento, faculdades integradas – continuava, entretanto, a encontrar resistências, como lemos no capítulo anterior, mas a situação financeira, sempre muito difícil, “quase um caos”, nas palavras de Lazzari (2007b, depoimento oral), foi pressionando e definindo uma intervenção já no início da década de 1990.

Por conta dessas situações, durante algum tempo, a solidariedade entre o corpo docente acima apontada parece ter sido importante também sob outro aspecto: “[...] Eu era uma das que sempre ficava para trás porque [...] trabalhava no Estado, então ele [o tesoureiro] achava que não precisava me pagar! [em tom de brincadeira]. Se não tinha dinheiro que chega, ele primeiro pagava os outros professores e só depois ele me pagava [risos] [...] Isso eu me lembro bem!” (Schneider, 2007, depoimento oral).

\*\*\*\*\*

Aqui é preciso interromper o curso da exposição para evidenciar viés que seria decisivo ao deslanchar da Instituição, em conjunto com os demais elementos e situações que vão sendo apontados.

Ocorre que, no início da década de 1990, discutia-se, no Rio Grande do Sul, a implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. A Associação dos Municípios do Vale do Taquari deflagrou movimento regional pela definição do Vale do Taquari como uma das regiões político-administrativas do estado, o que não estava previsto no projeto original, e confiou a organização do trabalho à FATES.

Sobre isso ficou assim registrado: “[...] a seguir o coordenador dos trabalhos leu o ofício 099/91 do CD/FATES, em que a Mantenedora propõe que o CSAA coordene a organização do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Taquari<sup>99</sup>, tarefa atribuída à FATES em reunião da Comunidade do Alto Taquari com o Secretário de Estado para Indústria e Comércio ocorrida no dia 29 de maio pp.”<sup>100</sup>.

Lazzari esclarece:

Os COREDES, que são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, são criados pela Constituição do Estado. Então isso não é invenção de um deputado ou de outro, isso é Constituição do Estado de 1989, que trás a ideia de uma divisão do Estado em regiões para a sua administração político-administrativa e, inclusive, orçamentária. Isso vai sendo protelado um pouco e a implantação desse sistema começa no governo Colares. A partir de 1993, ele põe isto como uma das prioridades: implantar os COREDES.

Inicialmente é feito um primeiro estudo do governo do Estado para implantação dos COREDES, regionalizar os COREDES. **O primeiro mapa que sai do estado é um mapa com oito regiões e o Vale do Taquari não existe naquele mapa:** uma parte do Vale do Taquari pertencia ao Vale do Rio Pardo; uma outra parte pertencia à Região da Produção de Passo Fundo; outra para a região de Caxias; e outra parte para a Grande Porto Alegre. A AMVAT nos chama [...] para coordenar o processo de implantação de

---

<sup>99</sup> Note-se que o uso da expressão “Alto Taquari” persistia corrente. Instalado o CODEVAT [1994], um dos propósitos foi iniciar a falar em Vale do Taquari, simplesmente, desmontando as dicotomias existentes.

<sup>100</sup> Conforme o LA 12 do CSAA, ata 06/91, p. 55.

um Conselho Regional no Vale do Taquari. Constituímos um grupo de trabalho: eu, Dinizar, Carlos Alberto Martini, Roque, Dalor e começamos a estudar possibilidades, juntar dados socioeconômicos, traços histórico-culturais e, inclusive, elaboramos o primeiro estatuto de COREDE para o Estado. Nós elaboramos um estatuto que depois acabou servindo um pouquinho como referência para alguns outros COREDES. Começamos uma briga para dizer que o Vale do Taquari existe [...] (Lazzari, 2007b, depoimento oral; grifo da autora).

Bersch (2008) aponta detalhes do trabalho realizado pela equipe da FATES<sup>101</sup>:

Produzimos, na FATES, substancioso expediente sobre dois pilares: 1) a caracterização do Vale do Taquari como unidade e como especificidade no concerto das demais regiões [...] e 2) o significado dos números da região relativos à população, à atividade cultural, política e econômica, quando comparados aos das demais regiões. Aquele foi um serviço não remunerado que a Instituição ofereceu à região. Como a causa interessava não apenas aos prefeitos, mas também ao setor empresarial e, em decorrência, à imprensa, a iniciativa foi um marco na nossa relação com a Sociedade. Teve início, então, uma nova relação da FATES com a Região e nós ampliamos nossa percepção da missão institucional. Essa forma de parceria com a Região não nos trouxe recursos para os investimentos, mas resultaria no apoio político cuja importância ficou escancarada a partir de 1996.

O grupo acompanhou a direção da AMVAT em uma visita aos prefeitos da região e, em concentração realizada na cidade de Estrela<sup>102</sup>, a reivindicação regional ganhou o impulso que definiu a inclusão do CODEVAT no bloco dos conselhos regionais.

---

<sup>101</sup> A ata 07/91 do LA 12 do CSAA (p. 56) informa a “composição da Comissão Organizadora do Conselho Regional de Desenvolvimento: pela FATES, Marisa da Silva Jaeger e Carlos Alberto Martini; pela FACEAT, Adriano D. Strassburguer, Dalor R. Heberle, Dinizar F. Becker e Ney José Lazzari; pela FECLAT, Roque Danilo Bersch, Norma Einloft e Raul R. Stoll”.

<sup>102</sup> A informação é de Bersch (2008).

[...] gradativamente o Vale foi reconhecendo a importância de uma instituição que assim se posicionava. Para nós, da FATES, a importância era dobrada: tomamos consciência [...] de quanto a FATES precisaria dedicar parte do seu potencial e energias à consolidação factual daquilo que [...] se conseguira de direito: o CODEVAT. Ficou clara para nós a reciprocidade entre o desenvolvimento da Região e o desenvolvimento da Instituição, com a convicção de que, nessa parceria, a universidade é a candidata natural a puxar a frente. [...].

Para mim, este momento está para a divisão dos tempos do desenvolvimento do Vale do Taquari como a colina está para a divisão entre águas: entre um 'cá' e um 'lá'; entre um 'antes' e um 'depois'. Por outro lado, trata-se do tipo de conquista por cuja consolidação é preciso lutar diuturnamente. Para a FATES, diria que este foi o início da etapa final da escalada rumo à autonomia universitária (Bersch, 2008).

A análise dos documentos que vasculhamos obriga considerarmos que a criação do CODEVAT serviu para iniciar processo de (re)construção da identidade do Vale do Taquari como região independente, e não mais como retalhos incrustados nas extremidades das regiões vizinhas. Ao mesmo tempo serve para “colocar em contato e criar laços de confiança entre inúmeras lideranças do Vale e, além disso, o discurso tinha um mote bonito: *O governo do Estado acha que não somos uma região. Vamos ou não vamos encarar essa?* (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Salvi abordou o assunto enfatizando o papel do CODEVAT enquanto articulador político do Vale do Taquari:

[...] para engajar pessoas em torno de causas diversas concernentes ao Vale do Taquari, inclusive à própria UNIVATES. De forte articulação política... E talvez até por aí que o Vale se enxergou como Vale: com a criação do CODEVAT o Vale começou a se enxergar como uma região mesmo. [...] foi a partir daí que sumiram, por exemplo, as expressões Alto Taquari e Baixo Taquari do discurso; os da região de cá e os da região de lá; ou de cá do rio, de lá do rio. Isso tudo desapareceu. Por quê?

Porque o CODEVAT foi o instrumento de agregação e articulação política (Salvi, 2007, depoimento oral).

Outros entrevistados também teceram suas versões sobre a importância daquele momento para o desenvolvimento das faculdades da FATES, como Stoll (2008, depoimento oral):

Quando referia antes, no momento crítico em que nós estávamos quase negociando a entrega do patrimônio para nos agregarmos a outras universidades, a região foi importante! Tinha uma espécie de pacto entre as prefeituras, entre os prefeitos da região querendo dizer assim: *Não, nós do Vale do Taquari queremos o nosso Ensino Superior.*

Diante do evidenciado, parece não haver dúvida de que, no primeiro momento, foi a FATES que teve o maior impulso com a parceria. Foi ainda Stoll (2008, depoimento oral) quem destacou:

A partir do estabelecimento do CODEVAT, se ganhou muito. Houve um 'muro simbólico' delineando o Vale do Taquari. Não fechado, mas quase... fez com que emergisse quase que uma paixão pelo Vale. O CODEVAT levantou muitas bandeiras. Continua hoje querendo ter um pólo na área da saúde, na área dos serviços, pensando na duplicação da BR, enfim... Mas, se internamente a UNIVATES não tivesse dado o salto [...]. Isso aqui virou uma cidade! A UNIVATES está do tamanho de... está maior que muitos municípios em termos de população!

Um ou dois anos após a criação do CODEVAT reencontramos Dinizar Becker, "de retorno da UNICAMP", para consolidar com seus estudos e pesquisas sobre Desenvolvimento Regional e com a prática da administração o novo órgão público<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Para conhecer a obra completa de Becker, ver: AGOSTINI, Cíntia; BANDEIRA, Pedro Silveira; DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento contemporâneo e seus (des)caminhos**: a contribuição da obra de Dinizar Becker. Lajeado: Univates, 2009.

A proximidade da relação da FATES [mais tarde Univates] com a Região e a defesa da visão do Vale do Taquari como uma identidade de planejamento regional passaram a ser questões estratégicas merecedoras de aprofundamento acadêmico, tarefa a que se dedicou de corpo e alma Dinizar Becker.

Na segunda eleição para a presidência do CODEVAT, [...] foi eleito [presidente]. A partir daí, o Professor Dinizar iniciou uma construção de imagem profissional e uma ascensão que nos surpreendeu [...] e passou a buscar e promover a composição de forças com vistas a objetivos comuns: no plano local, em defesa do [...] 'Projeto Vale do Taquari'; junto aos COREDES, em favor da afirmação da política desses conselhos frente à resistência da tradição centralizadora do planejamento do desenvolvimento do Estado [...] (Bersch, 2008).

No entendimento de Bersch (2008), “[...] hoje essa região existe na cabeça das pessoas, ela é um fato político e tem um peso que não tinha”.

Na esteira do movimento corediano surgiram, no Rio Grande do Sul, os polos de modernização tecnológica. Também a FATES implantou sua unidade, em convênio com o Governo do Estado, o que se constituiu no embrião dos atuais Laboratórios de Prestação de Serviços Analíticos – Unianálises.

Sobre o assunto Stoll (2008, depoimento oral) enfatizou:

E coincidentemente o programa de polos tem a ver com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Eles andaram paralelos, eles andaram lado a lado, digamos assim. Então houve uma intervenção recíproca, os COREDES, o CODEVAT dentro da Univates e a Univates dentro da região... O fato de o CODEVAT ter crescido permitiu que o Polo crescesse. O fato de a Univates ter crescido e o Polo ter crescido é uma prova de que a região soube se articular em muitos aspectos [...]. Então acho que... nada acontece por acaso, mas foi uma forma de a Univates se aproximar e integrar os prefeitos da região, e ele talvez tenha a marca suprapartidária. O CODEVAT se destaca porque não tem identificação política, por isso que ele transita, não de forma harmônica, certamente, em todos os locais [...].

\*\*\*\*\*

Esses “movimentos de fundo”, no contexto da primeira metade da década de 1990, foram decisivos no sentido de desacomodarem as lideranças até a inquietude máxima.

A situação de penúria, de falta de tudo, de nada ser possível esgotara as esperanças em soluções “milagrosas”. A própria estrutura física não atraía, pelo contrário, e isso acabara criando na população local e na regional imagem, sentimento, de Instituição parada, limitada: marcando passo.

Instalava-se, lentamente, [...] perigoso círculo vicioso, que se agravava mais e mais com o tempo: a FATES não expandiria porque faltava quem bancasse a infraestrutura da expansão; e a região – agora pouco a pouco os próprios estudantes e já não somente o Poder Público – passaria a titubear em buscar o Ensino Superior na FATES: ela oferecia pouca diversificação de cursos e não criava uma imagem de confiança. Esse *status quo* intensificou-se na década de 1980. Somente a partir de meados dos anos 90 o círculo começou a ser rompido (Bersch, 2008).

Desse modo a situação de desafio acabou conferindo incremento na credibilidade das faculdades, que, embora pequeno, fortaleceu a confiança interna e a externa nos dirigentes e os encorajou a darem o delicado passo de romper com o princípio de que os recursos para novos investimentos deveriam vir “de fora”. Esse posicionamento colocaria em curso, finalmente, a ruptura.

A decisão, difícil de ser tomada, foi ainda mais difícil de ser implementada. Houve o instante em que o discurso pelo rompimento deixou de ser discurso e se iniciou “doloroso processo de renegociação de todas as mensalidades, para que se pudessem equiparar os preços aos das demais instituições do Rio Grande do Sul” (Lazzari, 2007b, depoimento oral):

Se tivessem sido mantidos aqueles preços, os alunos [...] certamente não teriam a Univates como opção para cursar

Ensino Superior. Aí a pergunta é a seguinte: Isso afastou muitos alunos? Sim, afastou num primeiro momento. Entretanto, quando se cobrava a metade do valor atual tínhamos 1.100 alunos, hoje, que se cobra [o necessário], temos 10.000 alunos. Quer dizer, afastou sim, mas se não se tem o que oferecer também não se tem alunos. Houve um momento em que isso foi negociado com os alunos. O Diretório Acadêmico tinha uma comissão permanente de negociação. Foram dois ou três anos muito duros, muito complicados. O Roque e eu íamos para as negociações com os alunos. Eram horas e horas de negociação, de conversas, de argumentações [...]. Durante alguns anos repassamos para as mensalidades a inflação integral, mais um ou dois pontos percentuais [...].

Nos registros do DCI constam vários registros sobre as negociações de percentual de aumento das mensalidades (cfe. LA 19 do DCI/DCE, p. 25-34).

Ainda, segundo Lazzari, hoje tem-se a percepção de que o processo foi necessário para mudar o padrão da Instituição. “Já se tentara de tantos outros jeitos, havia vinte anos! [...] e isso nós fizemos a quatro mãos. Teve muitas reuniões com aluno nas quais o Roque e eu tivemos que ouvir o que não precisávamos; tivemos que engolir em seco [...]. Os alunos, naqueles embates, [...] estavam também fazendo o seu papel, assim como nós. Passamos por tudo isso, sobrevivemos e, [...] vendo isso no horizonte do tempo, dá para entender melhor” (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Lazzari (2007a, depoimento oral) disse ter-se, alguma vez, recordado

[...] do cidadão que achava que se podia fazer uma universidade com galinhas doadas [...] para uma quermesse. Quando aquele nosso discurso dos anos 80 de que o investimento tinha que vir do setor público, nós fomos mudando e, nos anos 90, não só mudamos o discurso, mas a prática: *também o investimento vai vir do bolso do aluno, não tem outro jeito*. Essa talvez tenha sido uma das descobertas mais dolorosas, [pois] ela exclui da Universidade quem não tem dinheiro [...]. É o início do fim do romantismo [...].

Essas decisões não deixaram de alimentar a esperança de que a região teria sua própria IES, com a capacidade de corresponder às suas expectativas. Não obstante, algumas lições haviam servido de alerta e balizavam já intensamente as reflexões da equipe diretiva. Ou seja: qualquer viés favorável proporcionado por alterações na legislação específica do Ensino Superior pouco valeriam para a FATES, se medidas de ordem interna não fossem tomadas.

É o que salienta Bersch (2008):

Também estava provado que, sem investir e apresentar ao MEC uma estrutura e realidade econômica convincente, pensar em universidade passava a ser sinônimo de irresponsabilidade.

A alternativa de não aumentar os preços significava deixar tudo como estava, não crescer, continuar vegetando até o esgotamento total dos cursos existentes. Por esse caminho não se abria possibilidade futura para nenhum estudante do Vale do Taquari; pelo contrário. [Por outro lado] A alternativa de aumentar os preços acarretaria a exclusão imediata de uma parcela dos estudantes, mas mantinha a possibilidade futura.

E assim foi até o instante no qual se veriam, nos meses e década seguintes, alterações de fato: foi no orçamento do ano de 1992<sup>104</sup> que passou a ser incluído na tabela de cálculo das mensalidades percentual suficientemente volumoso para que a Instituição saísse da sua histórica pobreza. Houve aumento real das mensalidades, ou seja, acima da reposição da inflação, justificado pela necessidade de investir.

Coerentemente com a expectativa, 1992 foi ano de índice negativo de crescimento, talvez o único na história da Instituição (Centro Universitário..., 2009). Para fazer frente às dificuldades de muitos estudantes, foi criada a “Bolsa Rotativa”: um financiamento sem juro para os alunos necessitados (LA 17 do CD/FATES, ata 07/92, p. 93)<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> Fonte da informação: Banco de Dados Regional. Consulta realizada no dia 4 de junho de 2009.

<sup>105</sup> Em reunião de 23 de setembro de 1992.

As fontes consultadas indicam que o DCI acompanhava as discussões. Na ata n. 17/92 do Livro de Atas do DCI/DCE, na p. 19, está registrado que sobre “as mensalidades será marcada uma reunião dos integrantes do diretório com a direção para viabilizar a implantação de um sistema de bolsas de estudo para alunos prestes a desistir da FATES por falta de recursos”. Já na ata 24/92, p. 22, há menção ao embate mantido durante o ano de 1992 entre o CSAA e a entidade representativa dos estudantes. Como nessas e em várias outras atas seguintes o assunto consta na pauta.

Segundo Bersch (2006, depoimento oral), o aumento da mensalidade, permeado pelo diálogo com as partes envolvidas, marca “[...] o início da vida própria”, e “repetia-se de algum modo o que já ocorrera em 1986, na gestão da professora Ione: um significativo aumento no valor das semestralidades”. Agora, porém, ao mesmo tempo se quebrava tabu e a FATES passaria a gerar o próprio fundo necessário à sua expansão.

De acordo com Bersch (2008) e Lazzari (2007b, depoimento oral), de todas as medidas institucionais tomadas até 1996, voltadas à viabilização do crescimento do volume de ações, a que efetivamente iniciaria uma nova história na busca de recursos para investimento foi essa. Pouco teria ajudado a melhoria da imagem externa da FATES, que lentamente se operava, se ela não tivesse sido acompanhada desse recurso, que daria certa margem para opções, inclusive para que a presidente da mantenedora se fizesse mais presente em Brasília – o que passou a ocorrer regularmente.

Pode-se dizer, sem receio de equívoco, que o ritmo da expansão física que o Câmpus da Univates veria a partir de 1997 dar-se-ia por essa nova lógica, tendo por base os desdobramentos dessas mudanças administrativas e do crescimento do número de alunos como resposta ao novo posicionamento institucional. Tudo isso está aliado ao alicerce que se efetivara no correr das décadas de 1980 e 1990, no que concerne à solidificação da imagem de Instituição marcada pela qualidade de ensino, no que enxergamos o imprescindível papel dos professores que atuavam ininterruptamente nas ainda restritas salas de aula da graduação e dos cursos de pós-graduação e extensão.

Por outro lado, iniciava-se etapa que a FATES não conhecia. A partir daí, passou-se a contar anualmente com percentual destinado ao investimento em infraestrutura. Finalmente a aquisição de livros segundo um planejamento e a renovação constante dos equipamentos audiovisuais se tornavam rotineiras.

Os primeiros resultados da medida foram destinados à absolutamente necessária conclusão do Prédio 3; mais adiante, à construção da biblioteca. O espaço da biblioteca tornara-se bastante deficitário em termos de espaço e de exemplares disponíveis; já então: imagine o que ocorreria com a abertura dos cursos cujos projetos de autorização estavam no MEC: Pedagogia e Comércio Exterior!

O clima interno diferente reflete-se também em outras iniciativas das faculdades, como a editoração e publicação de seus estudos e pesquisas, sobretudo a partir de meados da década de noventa.

\*\*\*\*\*

Na medida em que o cenário físico ia sendo ampliado, e enquanto ainda eram restritos os cursos de graduação, outras situações se formavam.

Com a conclusão de salas no Prédio 3, a FATES aceitou proposta de convênio com o município de Lajeado, o qual nele instalou escola de Ensino Fundamental. Precisando criar unidade escolar no bairro que, entre a Escola Otilia Correa de Lima e o antigo núcleo comunitário de Carneiros, crescera rapidamente, e sem ainda ter definido a área adequada para localizá-la, o prefeito Cláudio Pedro Schumacher encontrava, assim, solução transitória. Nos poucos anos de funcionamento da Escola nas dependências da FATES, ela fez circular pelas dependências da Instituição grande número de crianças e adolescentes, cujas famílias, dessa forma, também tomaram contato com a Instituição.

No ano de 2004, a “Escola Municipal de Ensino Fundamental junto à FATES” foi transformada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Novo.

Também é imprescindível mencionar que, de 1990 a 2003 funcionou a Escola de Ensino Médio da FATES, numa decisão tomada pelas duas faculdades em conjunto. Nas palavras de Bersch (2008), a medida representou “leve oxigenação em nossa Instituição, numa das fases em que mais sentíamos o peso da falta de expansão no Ensino Superior.” Havia disponibilidade das instalações físicas, ociosas durante o dia, bem como da maioria dos serviços de apoio, além, ainda, de boa parte do recurso humano docente e administrativo.

Um dos desdobramentos foi a aproximação da comunidade local, por meio dos alunos e das respectivas famílias. Além disso, pensava-se em fortalecer as licenciaturas da FECLAT pelo entrosamento entre suas atividades e as do Ensino Médio.

Dessa forma, é possível situar e salientar a criação da Escola de Ensino Médio, no contexto desfavorável da Instituição para abrir novos cursos de graduação. Schreiner (2007, depoimento oral) destacou essa perspectiva ao atribuir que, devido ao resultado do trabalho na referida escola,

[...] a imagem da Univates [então ainda FATES] começou a mudar na cidade [...] porque, quando eu entrei na Univates [1986], a Univates não era bem vista. [...] muita gozação [comentários como que]: *tinha que estudar fora*. E no momento que iniciou com a escola de Ensino Médio, então alunos de classe média, alunos de classe alta da cidade, alunos de famílias que eram formadoras de opinião entraram aqui e se começou a falar diferente da Univates [...] (Schreiner, 2007, depoimento oral).

Em 2003 a Escola foi extinta. A medida não foi consenso entre os professores envolvidos diretamente com a Escola. Schreiner (2007, depoimento oral) lembra que

os professores que trabalhavam na Escola, e também eu, fomos favoráveis a mantê-la. Não houve uma discussão pública aberta como [quando] se criou a Escola. A Escola foi definitivamente fechada numa reunião de Conselho Superior [...]. Foi uma grande mágoa para todos os que trabalharam na escola.

A Associação dos Docentes da FUVATES – ADOF também se manifestou solicitando “o reexame da questão do fechamento da Escola. Vários conselheiros manifestaram-se no sentido de que durante um ano e meio a matéria foi objeto de discussão. A finalidade da Univates é o ensino superior de graduação e pós-graduação. Ao final o presidente colocou em votação a manutenção da decisão tomada anteriormente pelo CSAA de desativar a Escola de Ensino Médio da Univates”, decisão que acabou prevalecendo.

Note-se que a extinção da Escola foi exigida acima de tudo pela necessidade da concentração do foco institucional no Ensino Superior, a partir do credenciamento da Univates como Centro Universitário, em 1999<sup>106</sup>.

\*\*\*\*\*

A década de noventa avançava, e, no Congresso Nacional, as discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional permitiam esboçar novo direcionamento da expansão do Ensino Superior no País. Logo se tornaram perceptíveis as tendências de mudança, também no cenário do Rio Grande do Sul. As informações constantes em Bersch (2008) elucidam:

[...] a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE, mantenedora das faculdades de Ijuí, acabava de festejar o credenciamento do seu bem sucedido projeto, com a autonomia universitária – status até então reservado a duas IES comunitárias do

---

<sup>106</sup> Ainda de acordo com Bersch (2008), “como a legislação referente à criação dos centros universitários era frágil – ela se resumia a um decreto presidencial –, a política do Centro Universitário Univates, tão logo credenciado, foi a de abrir todos os cursos que as normas vigentes e o seu próprio plano de expansão permitiam. Essa política precisava ser acompanhada, por sua vez, de muito cuidado, para que não se corresse o risco de perder a credibilidade oficial e pública que se adquirira a partir de 1996, com os excelentes resultados na avaliação que, desde então, o MEC passou a fazer. A abertura de novos cursos concentrada em poucos anos por causa da enorme demanda reprimida havia uma década ou mais, e somente possível mediante a contratação de financiamentos, alguns dos quais incentivados pelo próprio MEC, exigiu toda a concentração dos esforços na qualidade desses cursos de nível superior”.

Interior: Caxias do Sul e Passo Fundo. Outras instituições em volta passaram a se mobilizar nesse sentido. Na FATES acompanhávamos o crescimento da Associação Pró-Ensino Superior de Santa Cruz do Sul, da Fundação Átilo Taborda, em Bagé, da Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior – FAPES e de outras.

A maioria dessas mantenedoras tinha vivido, na década de 60 e anos iniciais de 70, história de expansão mais rica do que a FATES e contavam com várias IES (“faculdades”), seja por causa da natureza diferente de seus cursos, seja porque a mantenedora atual resultara da união de faculdades provenientes de iniciativas de segmentos diferentes daquelas localidades. Em Lajeado, com a negativa da UCS de abrir mais cursos na fase do convênio, como foi visto no capítulo anterior, os primeiros pedidos da FATES ingressaram no CNE em 1975, quando a Fundação passou a contar com suas próprias IES. Como vimos, apenas em 1979 se descobriu que o CNE não lhes dera tramitação porque passara a caracterizar a FATES como mantenedor público. A partir daí, foi necessário tempo de cerca de dois anos para que eles voltassem a tramitar. Aquela década, a de setenta, foi utilizada pelas outras localidades para expandirem as suas faculdades.

Assim Lazzari (2007b, depoimento oral) aborda o assunto:

[Iniciativas de] entidades confessionais-religiosas, [...] à semelhança do que ocorrera em Passo Fundo e em Caxias, [...] podiam requerer processos de unificação de duas ou três Faculdades Isoladas, como foi, por exemplo, o caso da origem da Unijuí. Essas regiões têm uma história mais longa que a nossa e sempre com um estofamento, um grupo de pessoas que vai se dedicar à causa, normalmente um grupo de religiosos que tomam essa tarefa como a sua causa.

**Nós aqui temos [...] um grupo de pessoas que tem outras causas na vida, que é sustentar sua família, [...] a sua profissão e, nas horas vagas, assim como participa de outras organizações da cidade, participa também da APEUAT, da FATES. Cada um dá a sua contribuição naquilo que é possível, mas não toma isso como uma**

**causa de vida. Aqui não vai nenhuma crítica a esses heroicos pioneiros, era o que era possível. As pessoas não tinham uma retaguarda como tinham [...] os padres, para se dedicar a uma causa como essa, como aconteceu em tantos outros lugares. Já é um mérito dessas pessoas o fato de terem tomado o tempo e tido a visão de que era necessário começar alguma coisa no ensino universitário. Essa gênese da Instituição, ao mesmo tempo que é heroica também explica um pouco o atraso relativo da Instituição, as dificuldades, a falta de uma massa crítica envolvida desde o início que apostasse nisso (Grifos da autora).**

Nas faculdades de Lajeado, a percepção do rápido crescimento dessas instituições congêneres servia de termo de comparação e conflitava com a expectativa de aceleração da expansão criada com o movimento GPR, em 1984, e que não se concretizara.

Os ditos de Lazzari outra vez descrevem o cenário:

Vamos conviver com uma sensação de urgência e impotência durante quase uma década. Lembrando: a Instituição tinha surgido com os três cursos [...] Extensão da Universidade de Caxias do Sul, são cursos 'cedidos' pela UCS para funcionarem aqui; eles funcionam de 1969 até 1973 como UCS. Em 1974 é FATES e a UCS cai fora. O primeiro curso que nós conseguimos com nossas pernas é o de Administração [implantado] em 1985! Então quase podemos afirmar que a história dessa Instituição em termos de cursos superiores próprios só começa em 1985. Aqueles outros três cursos anteriores são uma 'concessão' de uma outra instituição (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

A legislação continuava clara: cada faculdade podia solicitar a abertura de um curso de cada vez; deveria implantá-lo e conquistar seu reconhecimento perante o MEC e só então encaminhar outro pedido.

Com suas duas faculdades, a FATES aguardava a licença para os cursos de Pedagogia (na FECLAT) e Comércio Exterior (na FACEAT), ambos com os processos encaminhados a partir de 1985, época em que as lideranças do GPR passaram a ocupar os espaços institucionais

e a Instituição começou a contar com docentes qualificados para a elaboração dos processos<sup>107</sup>.

Lazzari é enfático quando considera que a legislação de então era um “desastre” para instituições pequenas como a nossa. E continua:

Então são [...] nove anos! Esse foi o tempo entre a implantação do Curso de Administração (1985) e a implantação do curso seguinte na FACEAT que é Comércio Exterior (1994). [...] Ocorre que passa um mês, dois, cinco meses e o Conselho ‘briga’ com o MEC. Então todos os projetos saem do Conselho e são encaminhados para apreciação direta no MEC. [...] No MEC são depositados numa sala, ficam empacotados [...] durante quase dois anos, [...] os técnicos abrem os pacotes e dizem: *está desatualizado! Manda de volta*. Os processos voltam e nós passamos a atualizar os dados da Instituição, os dados da região, essa coisa toda e, com isso, perde-se mais um valioso tempo em meio a esse cipoal burocrático. [...] (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Duas situações extremamente complicadas na relação do CFE com o MEC ocorreram entre o final da década de 80 e meados dos anos 90. Quando o gaúcho Carlos Alberto Chiarelli foi ministro, o Ministério mandou recolher no CFE os processos de abertura de cursos. Murillo Hingel fechou o CFE, em 1994, que voltou a funcionar no ano seguinte, sob o nome de Conselho Nacional de Educação – CNE (BRASIL, 2009)<sup>108</sup>.

Para a FATES, cada vez mais pesava a ameaça de, não crescendo, desaparecer.

O clima psicológico interno tornou-se mais carregado que nunca e levou o grupo de professores mais presentes na Instituição, os contratados por tempo contínuo, a buscar alternativas de crescimento, mesmo que elas se dessem por parceria com instituições congêneres vizinhas. A mesma saída encetada na década de 1960!

---

<sup>107</sup> Somente em 1994 [Comércio Exterior] e um ano após [Pedagogia] seriam implantados.

<sup>108</sup> E ainda Bersch (*In: Seminário Nacional... 2001*, p. 9-12).

Em abril de 1992 o CSAA criou uma Comissão de Expansão<sup>109</sup>, encarregada de estudar possibilidades. A síntese das discussões daquela reunião ficou registrada e expressa o desejo de alterar o rumo dos acontecimentos e o caráter de urgência que perpassava as decisões.

Na sequência transcrevemos resquícios do instante em que se definiu pela criação da dita Comissão:

Torna-se cada vez mais premente na nossa Instituição a necessidade de oferecer à juventude do Vale do Taquari maior variedade de opções no Ensino Superior. Face às dificuldades historicamente interpostas pelo CFE à abertura de cursos em IES isoladas, é hora de buscar outras alternativas, entre as quais, por exemplo, a celebração de convênios com Universidades talvez vizinhas, com o objetivo de melhor atender a região. Este assunto foi discutido pelos conselheiros presentes (LA 12 do CSAA, ata n. 03/92, de 6 de abril de 1992, p. 68).

E as conclusões a que chegaram naquele encontro também precisam ser aqui arroladas, porque indicam o tipo de crescimento que estava sendo pensando:

[...] da discussão surgiram as seguintes conclusões: 1º) A dificuldade de a FATES atender bem a região no sentido de ampliar alternativas numa relação direta FATES/CFE é real e parece intransponível a curto prazo; 2º) A FATES pode coordenar, em nome e na salvaguarda dos interesses da região, a ampliação das opções de Cursos Universitários no Vale do Taquari, com medidas eficientes a curto prazo, sem abrir mão do objetivo da Universidade a médio ou longo prazo, ou seja, sem que a região abra mão de sua identidade regional específica no contexto do Rio Grande do Sul; 3º) A FATES deve sentir-se responsável diante da região, pela salvaguarda da identidade e autonomia regionais nesta área; 4º) uma discussão sobre as formas e as estratégias viáveis na execução da tarefa que assim se apresenta à FATES

---

<sup>109</sup> Cfe. consta no LA 12, ata n. 03/92, de 6 de abril de 1992, p. 68, “a comissão foi formada nas pessoas do presidente do CSAA [Roque Danilo Bersch], dos diretores das faculdades [Ney José Lazzari, da FECLAT, e Elânia Valkimil, da FACEAT] e do prof. Dalor R. Heberle”.

não pode mais ser adiada; 5º) **Essa discussão deve dar-se num primeiro momento entre a Comunidade Acadêmica**, mas não sem uma precedente coleta de informações de cunho técnico, e outras, sobre a realidade regional e a política de expansão das Universidades vizinhas à região; 6º) Uma comissão representativa deste Conselho fica encarregada de providenciar sobre as informações e promover a discussão. A comissão foi formada nas pessoas do Presidente do CSAA, dos diretores das Faculdades e do prof. Dalor R. Heberle (LA 12, do CSAA, ata n. 03/92, de 6 de abril de 1992, p. 68; grifos da autora).

Convém o destaque de que as decisões eram discutidas em debates internos com os colegas de então, como fizeram questão de salientar vários dos professores ouvidos, mesmo que, de toda forma, “ninguém sabia muito bem o que fazer, mas havia grande vontade de acertar”, lembrou Parizotto (2009, depoimento oral).

Os relatos de quem participou da Comissão, por sua vez, esmiuçam as diversas tentativas realizadas. Inicialmente:

Procuramos a UCS, a matriz do nosso Ensino Superior, que continuava mantendo o câmpus de Vacaria, nascido juntamente com o nosso e com o de Bento Gonçalves. Bento também se tornara independente, através da FERVI. Tentando restabelecer os antigos vínculos, já que o desmembramento dos anos setenta fora plenamente amigável e até estimulado por essa universidade, pensávamos em uma solução transitória, que atendesse de imediato a necessidade de viabilizar novos cursos para os estudantes do Vale do Taquari e, a médio prazo, favorecesse o projeto universitário local. Após uma segunda visita à reitoria da UCS, ficou claro que não havia interesse da parte deles, nem através de uma contraproposta (Bersch, 2008).

Já em 15 de agosto de 1992, sábado, foi apresentado à Comunidade Lajeadense o projeto de expansão acadêmica da FATES, a ser buscado em parceria com a UNISINOS (LA 17, ata 06/92, p. 91)<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> Cfe. registros da reunião do CD/FATES, de 13 de agosto de 1992.

Após essa etapa, estava programado levar o projeto para discussão no CODEVAT.

Ainda naquele mês, quando da definição de diretrizes para o ano de 1993, ficou registrado nos documentos do CSAA “como prioridade n. 1 a expansão acadêmica através dos cursos pleiteados junto ao CFE, bem como de atividades decorrentes do Plano de Cooperação Interinstitucional, em fase de estudos, entre a FATES e a UNISINOS, sendo que deste plano poderão decorrer atividades de extensão, pesquisa e ensino de Graduação”(LA 12, ata n. 12/92, de 30 de agosto de 1992, p. 78).

Bersch (2008) assim recorda aquele momento:

Então, foi a vez de nos dirigirmos à UNISINOS [...] Na primeira visita a São Leopoldo, soubemos que a IES estava em fase de avaliação da sua primeira experiência de descentralização geográfica com uma unidade instalada em Montenegro. As perspectivas apontavam para um recuo da Instituição nesse tipo de iniciativa. Mantivemos a esperança por algum tempo, devido à grande distância que separa Lajeado de São Leopoldo; mas o resultado acabou sendo negativo também.

Ao mesmo tempo em que se buscava teimosamente atingir a meta traçada, não se descuidou do que já acontecia na Instituição. Determinava-se no CSAA: “não deverá ocorrer prejuízo na qualidade das atividades em vigor nas Faculdades” (LA 12, ata n. 12/92, de 30 de agosto de 1992, p. 78). Em função disso, se intensificaram-se os trabalhos relacionados ao aumento da estrutura física – salas de aula –, laboratórios para o(s) curso(s) pleiteados, se fosse o caso, aumento do acervo da biblioteca e do trabalho “de avaliação da Instituição: das atividades desenvolvidas, dos serviços de apoio, da estrutura e das relações externas” (LA 12, ata n. 12/92, de 30 de agosto de 1992, p. 79).

Então houve o momento no qual, no cenário nacional, apareciam pistas de que a situação apareceria alterada logo à frente. Com efeito, no entorno do ano de 1992, percebeu-se, segundo Bersch (2008), “um afrouxamento das regras do MEC para pedidos de autorização de cursos”. Foi quando a Comissão de Expansão Acadêmica resolveu

encaminhar projetos de abertura de todos os cursos que tinham boa procura”, com base em pesquisas da Instituição com alunos dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio, que, a partir de 1991, passaram a ser feitas a cada dois anos. Ampliada, a Comissão elaborou os projetos e, “alterando uma postura tradicional de quase recatado pudor desse tipo de iniciativa, protocolou-os no MEC” (Bersch, 2008). Dois ou três desses cursos vingaram enquanto ocorria o conjunto de eventos que cercou a solicitação do credenciamento como Centro Universitário.

Mas, enquanto isso, ainda a solução poderia vir por meio de parcerias com outras IES já constituídas, como na forma de “universidade regional”, nos moldes do exemplo já bastante avançado entre as IES de Erechim, Santo Ângelo e Frederico Westphalen. A ideia de uma ‘Universidade da Região Central’ do Estado, reunindo Lajeado, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, não era nova. Já em 1989, quando Laurindo Dalpian ainda presidia a FATES, haviam ocorrido conversações entre as três instituições, lembram Bersch (2008) e Lazzari (2007b, depoimento oral).

Na reunião do CD/FATES<sup>111</sup>, em 12 de maio de 1989, o presidente relatou reunião havida em Cachoeira, destacando que “a imprensa de Cachoeira do Sul está dando [...] força, informando e formando a opinião pública cachoeirense” e que, naquela reunião, os cachoeirenses deixaram os representantes da FATES constrangidos “face a nossa indecisão sobre o projeto [...]”. Segundo Dalpian, Santa Cruz estava demonstrando grande interesse no assunto. Na pauta da reunião constava como principal assunto a posição da FATES. E a ata prossegue registrando que “[...] muitos aspectos e alternativas devem ser estudados. Com a duplicação da BR 386 e a conclusão da Rota do Sol, o eixo viário transformará esta região [...]”. Por sua vez, o Conselho receava “jogar a Fundação em um isolamento”. Por outro lado, partia do princípio de “[...] sentar à mesa em igualdade de condições, levantar os ‘prós’ e os ‘contras’ e, se o projeto não corresponder [...], deverá se retirar das negociações”.

---

<sup>111</sup> Conforme LA 17 do CD/FATES, ata n. 06/89, p. 35. Na referida reunião estavam presentes Laurindo Dalpian, então presidente da FATES, Marisa da Silva Jaeger, Benilde Ceconello Parizotto, Cláudio Pedro Schumacher, Flávio Antonio Ferri e Ângelo Arruda.

O assunto é encerrado com a programação da reunião seguinte entre as três instituições, a ocorrer em Lajeado, no dia 18 de maio, quando participaria dos trabalhos “[...], assessora do [...] CFE na Comissão Especial de Universidades”, que apresentaria a política do Governo sobre a matéria.

As atas das reuniões do CD/FATES que seguem a essa, ao longo de um ano, não voltam ao tema. É sob a coordenação da Comissão de Expansão Acadêmica criada em abril de 1992 que o assunto é retomado.

Após as negativas da UCS e da UNISINOS, a Comissão voltou a procurar a instituição de Santa Cruz do Sul, que levava adiante o seu projeto de credenciamento como universidade – posteriormente até sem as faculdades de Cachoeira do Sul em vista de uma reviravolta ocorrida no comando daquela instituição.

Tendo em vista que “não se vislumbrava clara, no horizonte, a possibilidade de cumprirmos a contento a missão institucional de oferecer Ensino Superior à população estudantil da Região”, – assim escreve Bersch (2008) –, foram feitas reuniões com o representante de Santa Cruz do Sul para debater o assunto.

Encontramo-nos uma duas vezes em Santa Cruz e outras tantas em Lajeado. Tínhamos, a nos inspirar, o exemplo da ‘federação’ que de certa forma é a Universidade Regional Integrada – URI, em cujo ato de criação as três unidades (Santo Ângelo, Frederico Westphalen e Erechim) haviam subscrito ‘cláusulas pétreas’ pelas quais se garantia [...] a autonomia acadêmico-administrativa de cada um dos câmpus, de sorte que o colegiado superior de cada um deles tem poder de decisão sobre qualquer iniciativa de expansão. Se tais regras precedessem a criação da universidade única, teríamos levado à Assembleia da FATES o projeto de aderir à ideia. Entretanto, o representante da entidade vizinha esquivava-se de abordar esse cerne da questão: a forma de garantir a mencionada independência. Receamos aprofundar as discussões e promovemos uma reunião conjunta do CSAA e do CD/FATES com o representante de Santa Cruz do Sul, sem obter deste um avanço na contemplação da nossa preocupação.

Lazzari e Bersch recordam terem feito reuniões separadas com várias pessoas da cidade de Lajeado, (ex-)conselheiros<sup>112</sup>, para qualificarem a sua própria percepção sobre o melhor a fazer naquela situação, mesmo porque a ideia se arrastava, inoperante, há anos.

Em 1985, por ocasião do mandato da presidente Ione na FATES, o então já conselheiro Flávio Ferri assim declarara sobre uma possível parceria com as faculdades de Santa Cruz do Sul: “Quanto à ideia de nos integrar com Santa Cruz, me parece, num primeiro momento, viável e racional. [...] Posteriormente haveremos de encontrar os caminhos ideais para o ensino de terceiro grau em nossa região, com a tão esperada Universidade do Vale do Taquari (Ferri, jornal *O Informativo*, 18 de maio de 1985).

Os ensaios da década de 1990 se apresentaram com maior ênfase, conforme estamos tentando demonstrar, mas não com menores entraves. Os estudos feitos demonstram que o cuidado maior girava em torno da garantia da autonomia na expansão do Câmpus de Lajeado, traduzido em termos de autonomia didático-administrativa a serem definidos e subscritos num possível ato da fusão das duas instituições. Mesmo assim, lembra Roque Bersch (2008): “[...] guardo viva lembrança da preocupação com que alguns desses dirigentes encaravam a fusão que estava em estudo”.

Segundo Lazzari (2007b), o projeto para a Universidade de Santa Cruz estava com tudo pronto para ser aprovado em Brasília no início do ano de 1993. A opção ficava entre apostar em algo quase certo, que seria a abertura de alguns novos cursos, ou numa instituição sólida e comprometida com a região, mas sem saber quando conseguiria abrir novos cursos. Santa Cruz do Sul alcançava condição mais confortável tanto no cenário político como no cenário econômico nacional e na região sul-rio-grandense. Os apoios políticos que obtinha sempre foram mais incisivos, com deputados federais atuantes em prol das suas causas, o que facilitou o processo de consolidação e de expansão e a própria conquista da condição de universidade.

---

<sup>112</sup> Foram citados Rogério Kappler, Nelson Eggers, Flávio Ferri, Cláudio Pedro Schumacher.

Além de não se saber quanto tempo faltava para o Vale do Taquari ter sua “instituição sólida”, havia outra questão a ser considerada sempre. Havia, no cenário da oferta de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, “sinais de ‘forte apetite de expansão *multicampi*’ por parte de uma universidade na época bastante conceituada. [...] Não uma única vez ouvimos ‘indiretas’ provindas da cidade, especialmente do segmento empresarial, que traduziam o interesse de fomentar a vinda de outra IES, diversa da de Santa Cruz, para Lajeado”, enfatizou Bersch (2008). E, ainda: “quem, na época, se mantinha solidário com um projeto pertencente à região eram as lideranças políticas, notadamente os prefeitos de Lajeado, Estrela e Arroio do Meio”.

Essas pressões eram percebidas pelos dirigentes institucionais, mas não só. Também os professores as sentiam, como destaca Stoll (2008, depoimento oral):

[...] Lembro muito bem de um momento quando havia uma pressão de empresários dizendo que nós professores não tínhamos o *feeling*, não tínhamos o espírito empreendedor para tocar o Ensino Superior na região. Havia sugestões de que negociássemos com outras universidades da região, para unir as forças. Daí houve quase que um pacto entre os professores no sentido de dizer: *Não, nós vamos mostrar que nós podemos gerenciar e administrar o Ensino Superior.*

Decisiva sobre o assunto acabou sendo uma reunião realizada em Lajeado, em fins de 1991<sup>113</sup>, quando, em sessão do CSAA aberta a todos os professores, mais uma vez a FATES recebeu a visita do diretor-geral das faculdades de Santa Cruz do Sul. Lazzari (2007b, depoimento oral) relata a apreensão que teve ao final do encontro: “algo como: *ou vocês vão se integrar conosco nesse projeto mais cedo ou mais tarde, ou vocês vão acabar sumindo.* O efeito dessa percepção souo como um desafio para nós. Nós não nos integramos a eles e não sumimos”.

---

<sup>113</sup> A reunião referida aconteceu no dia 26 de setembro de 1991, conforme consta no LA 12 do CSAA, ata n. 12/91, p. 60.

O relato seguinte continua a detalhar o desfecho das tratativas com a IES mencionada:

[...] a pura e simples oferta da oportunidade de aderirmos ao projeto vizinho, concretizada pela fusão incondicional dos patrimônios, para posterior definição das relações estruturais e de poder. [...] assim, não [se] assegurava para o Vale do Taquari o objetivo principal, a imediata implantação de cursos no ritmo das necessidades, aqui definidas, [...] da população estudantil do Vale. Desistimos da ideia e sequer levamos a matéria à Assembleia da Mantenedora. Mas não foi sem grande angústia que assim fizemos. Não se tratava de uma escolha pessoal de ninguém, nem do grupo de professores: em jogo estava o cumprimento [...] da missão institucional da FATES, de oferecer o acesso ao Ensino Superior aos estudantes, aqui, no Vale, no menor espaço de tempo possível.

A decisão foi tomada ao final daquela reunião, pelo consenso dos professores presentes na Sala 200 do Prédio 1. A ponderação que pesou foi o receio (para alguns, convicção) de que, em termos de expansão, estaríamos transferindo o vínculo de dependência do CFE para o conselho superior da futura universidade, sediada na cidade vizinha. A se consumir esse receio, estaríamos criando dificuldade, também, para o próprio ritmo do desenvolvimento do Vale do Taquari. Apostamos no princípio de que o caminho desse desenvolvimento flui na direção da capital do Estado (Bersch, 2008).

Bersch (2008) ainda lembrou os estudos feitos para uma junção de forças dentro da própria região do Vale do Taquari, na busca de solução *multicampi*. Relata que em 1986 a FATES foi procurada pela Fundação Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo – FATERCO, de Encantado, para sediar naquela cidade um curso superior voltado à agropecuária, para o que era oferecida área pertencente à União Federal que também, em meados do século XX, abrigava as atividades de um ‘Posto Agropecuário’ e na qual, na época, mantinham-se cursos técnicos voltados ao setor e em convênio com o Ministério da Agricultura, havendo também convênio com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência

Técnica e Extensão Rural – EMATER<sup>114</sup>.

A situação, novamente discutida com uma comitiva da FATERCO na reunião seguinte (LA 16, ata n. 09/86, 25 de agosto, p. 76), apontava para a necessidade da manutenção compartilhada entre FATES, FATERCO e Município de Encantado. Deveria voltar a ser discutida no prazo de um mês, mas, a partir daquela data, não há mais registro em ata do CD/FATES sobre aqueles contatos.

Mais adiante, na década de 1990, a FATES voltou a ser procurada pela FATERCO, com proposta similar, entretanto a ideia trancou sempre na falta de perspectiva de viabilidade econômica que justificasse a elaboração do projeto a ser levado ao MEC.

Da mesma forma, em 1991 a Assembleia Geral da FATES decidia em sua reunião de março pelo aprofundamento do estudo de parceria oferecida pela Fundação Agrícola de Teutônia para a criação de uma Faculdade de Ciências Agrárias naquele município. O assunto interessava, em princípio, tendo em vista que a FATES não tinha pretensão de investir em cursos como Engenharia Agrícola, Zootecnia, Veterinária, ou similar, em Lajeado. Um ano após, em sua reunião ordinária anual, a mesma Assembleia tomava conhecimento da falta de perspectiva de superação dos entraves então existentes.

As tratativas havidas no início da década de 1980 entre a FATES e a FEMES – fundação por cujo intermédio a UPF fez funcionar em Estrela algumas turmas de ‘licenciatura curta’ em regime de férias, na década de 70 – já foram descritas no Capítulo 2. Enfim, nos anos noventa ficou muito claro para a região que a duplicação de esforços, a distâncias tão pequenas, com a instalação de estrutura administrativa, laboratórios, biblioteca, infraestrutura de apoio, instalações físicas e logística e infraestrutura de transporte regional, para ministrar descentralizadamente cursos iguais, seria absurdamente cara e não traria benefícios para os alunos. Antes, pelo contrário, nenhuma das unidades se fortaleceria até a autossustentação com a qualidade de uma estrutura possível em um campus único.

---

<sup>114</sup> Cfe. consta no LA 16 do CD/FATES, ata n. 08/86, de 18 de agosto de 1986, p. 75-76.

\*\*\*\*

Se em nada de imediato os contatos com as IES vizinhas resultaram, serviram, entretanto, de lição e de indicador do rumo a ser seguido na sequência: o projeto da Universidade do Vale. Sobre a opção por esse caminho Bersch (2008) relata:

Mesmo sem termos ideia de como o defenderíamos nas esferas política e administrativa de Brasília, pusemos mãos à obra: da concepção, da definição de princípios e objetivos, da formatação da estrutura, do planejamento da sustentabilidade econômica e das características que, além de identificar a Universidade do Vale do Taquari – UNIVAT, dariam sustento à argumentação na esfera pública.

A eleição de Bersch para a presidência do CSAA em fins de 1993 trouxe como indicativo de trabalho número um a montagem do referido projeto.

“Pecaríamos antes por excesso de ambição do que por omissão” destacou Bersch (2008). Ou, nas palavras de Salvi (2007, depoimento oral): [...] a gente discutia no grupo: *Nós vamos errar fazendo. Se é pra errar, vamos errar tentando fazer.* E foi esse o mote que levou todo o grupo a seguir em frente.

Naquele primeiro projeto foram englobados todos os projetos de abertura de novos cursos que haviam sido solicitados isoladamente, como visto há pouco, agora com as informações do censo de 1993 com os alunos da região sobre as demandas. Algumas questões antigas voltaram a preocupar a Comissão de Expansão. A Fundação era estatal? Era de natureza jurídica privada? Lazzari (2007b, depoimento oral) aponta que se decidiu adiar o questionamento, para que o “detalhe” não atrapalhasse a tramitação.

O Projeto UNIVAT foi encaminhado em dezembro de 1995, e começou aí nova e longa luta, feita de “paciente perseverança, de contínuo aperfeiçoamento da argumentação, de discussões internas

sobre novos caminhos a seguir na defesa de sua implantação e de parcerias que o fortalecessem” (Bersch, 2008).

Entre nós, professores, funcionários e dirigentes, a nova situação, é claro, renovou, o ânimo, o espírito de solidariedade e dedicação, ganhamos novos parceiros no envolvimento com afeto e paixão, sem medir as horas de discussão e trabalho, pela satisfação de estarmos edificando uma obra com nossas próprias forças. Todas as atividades e atos da Instituição passaram a ser executados sob a ótica da busca do credenciamento universitário: exigências na contratação de pessoal, na aprovação de atividades de pesquisa, incentivo para publicações, priorização de professores titulados que fixassem residência na região, e assim por diante (Bersch, 2008).

O depoimento de Salvi igualmente coloca na cena o coletivo da Instituição no processo de discussão e encaminhamentos realizados:

[...] havia uma união muito forte do grupo: Vamos em frente. ‘Vamo’ lá. Vamos nos apoiar! Obviamente que, como em qualquer grupo, tem muitas discussões e contrariedades, mas, no contexto geral, havia uma união, inclusive com os órgãos colegiados, tanto no Conselho de Administração, assembleia da fundação, a gente conseguia ir a eles e ter um respaldo [...] (Salvi, 2007, depoimento oral).

Ao mesmo tempo Salvi estende à sociedade regional a coresponsabilidade para com a causa: “Nós não poderíamos ter feito isso em hipótese nenhuma, se a gente não tivesse o respaldo da sociedade e de quem está dirigindo. Eles também compraram a ideia junto com a gente. Eles assumiram os riscos junto com a gente. Eles assumiram esses riscos. Foi uma época bastante efervescente [...]” (Salvi, 2007, depoimento oral).

Schneider (2007, depoimento oral) ressaltou a importância do trabalho de cada um no processo apresentando o resultado como “conquista nossa”:

a gente se sente muito feliz em poder crescer junto com isso e esse sentimento eu ainda tenho hoje muito. Muitas vezes eu venho caminhando e olho e me sinto feliz em termos alcançado tudo o que nós alcançamos até agora. Cada um com uma parcela, pouca coisa, mas no conjunto a gente alcançou.

Vários outros depoimentos foram costurados no sentido de salientar o processo de expansão como obra do conjunto docente, dirigente e funcional da Instituição, bem como daqueles segmentos da comunidade regional que de alguma forma estiveram fazendo parte das discussões e decisões em torno do assunto. É o caso da versão que segue<sup>115</sup>:

[...] a gente conversava muito, porque era um grupo pequeno, não é? Então a gente tinha uma grande amizade com o pessoal do DCE. Então a gente ouvia deles falar coisas como desenvolvimento, atitudes arrojadas, essas coisas. Então a gente pensava que um dia a coisa ia andar, né? E eu acho que [...] o momento que começou a andar mesmo essa coisa foi a partir do momento em que se ouviu uma frase em todos os setores internos que se chamava Planejamento Estratégico. A partir disso aí a coisa começou a andar. Aí houve uma união de forças, da área do Magistério, das Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, da Administração. Então todo mundo se juntou. As pessoas dessas áreas se juntaram e começaram a tocar o sonho da universidade aqui no Vale do Taquari [...] (Uhrig, 2009).

Ou ainda os pormenores do relato seguinte, o qual coloca na linha de frente do processo de crescimento da Instituição:

[...] as pessoas que ocuparam na época as suas funções. Percebo que [elas] fizeram bem feito [...]. As pessoas fizeram bem feito, ou seja, da forma como realmente deveria ser feito para haver a expansão. Com isso eu não quero criar nenhum tipo de elite ou de extrato diferenciado. Não! Naquela época, o momento, a função,

---

<sup>115</sup> Foi também o caso das manifestações de Grassi (2008), Mariante (2007), Parizotto (2009) e Valkimil (2009).

exigia isto. As pessoas conseguiram dar conta disso. E o fato disso é a consolidação da Univates. E nós estamos num outro momento de confirmação daquilo, das expectativas que foram lançadas. Então esse momento do lançar acho que ele foi bem feito. Isso permitiu que também eu me envolvesse, que outros se envolvessem, que fosse chegando mais gente, fôssemos nos agregando à Instituição, nesse sentido [...], de pessoas que exerceram seu papel naquele momento e que o fizeram bem (Schuck, 2007, depoimento oral).

Schreiner aproxima a análise às lideranças dos anos 1990, deixando ver, nas entrelinhas, o aval do grupo docente para os processos alavancados no movimento de expansão:

Olha, foi a pessoa que estava aí... que estava na liderança, era o diretor da FACEAT naquela época e que participou de todas as discussões e que começou a liderar isso, ou a reunir as pessoas em torno de si. E era um nome que era aceito por todos. E então eles arriscaram, arriscaram e foram adiante [...] Ele teve o jeito dele de reunir as pessoas e agrupar. Ele teve essa capacidade [...] Eu acho que ele representava os nosso anseios, sim, porque ele era do nosso grupo [...] (Schreiner, 2008, depoimento oral).

E Schneider (2007, depoimento oral) complementa:

Tu ajudas, mas tu precisas alguém que puxa a frente. E eu atribuo isso basicamente [...] ao grupo que assumiu – porque a liderança é muito importante. Eu acho que aí eles tiveram um papel fundamental: souberam se cercar de pessoas que podiam ajudar. Eles podem não ter feito sozinhos, mas alguém tem que liderar.

Tal mobilização exigia dos gestores vigilância intensa aos ditames legislativos no MEC e no CNE. “A Marisa [então presidente da FATES] ficou algum tempo em Brasília conversando com os conselheiros para deixar claro que o Vale do Taquari é uma região com sua IES e um projeto de universidade”, afirma Ney Lazzari (2007b, depoimento oral).

Efetivamente, o Projeto UNIVAT levaria a assinatura de todas as entidades representativas da região, especialmente do mundo político. Cabia, porém, cuidar para que a área de abrangência da FATES não ficasse comprometida com projetos exógenos que pudessem comprometer as pretensões locais. Era nesse sentido que a presidente fazia a defesa dos interesses do Vale, munida do pronunciamento dos prefeitos, que assim já respondiam à política implantada, havia alguns anos, do envolvimento da FATES com as questões regionais.

Lazzari (2007b, depoimento oral) insiste no empenho da presidente em Brasília, a qual, “conversando com os conselheiros, deixara claro que o Vale do Taquari é uma região e o Vale do Rio Pardo é outra”.

A importância dessas providências ficou evidente em reunião mensal do CNE, quando um dos membros da Câmara de Ensino Superior daquele órgão, que viera a Lajeado e conhecera o projeto da Fundação local e a sua sustentação em projeto global de desenvolvimento regional, fez a defesa da retirada do Vale do Taquari como região de abrangência de outros projetos de criação de universidades. O depoimento seguinte explica:

O projeto para a Universidade de Santa Cruz estava com tudo pronto para ser aprovado em Brasília, digamos em março, abril, não sei – início do ano de 93. O Conselho Nacional, atendendo nosso pedido, segura o projeto e diz: *Tem um outro projeto aqui de uma futura universidade lá próximo de vocês... Tira o Vale do Taquari do projeto de vocês.* Nesse momento a Marisa já estava em campo, brigando em Brasília por essas coisas. Essa exigência do CNE atrasa o projeto da UNISC, a transformação da FISC em UNISC. Ele vai atrasar uns seis, oito meses até que eles refazem o projeto tirando fora o Vale do Taquari como área de abrangência deles (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

\* \* \* \* \*

A decisão de solicitar o credenciamento da UNIVATES como universidade, tomada em 1993 e concretizada com o encaminhamento

do projeto em 1994, tem uma característica em comum com a situação do pedido dos primeiros cursos superiores, na década de 1960: a precariedade das condições materiais. A área construída consistia nos prédios 1 e 3 e numa lancheria precária. O mais acanhado era a biblioteca, tanto em espaço quanto no seu conteúdo. Tudo, portanto, estava por ser feito.

Havia, entretanto, uma diferença: no longo meio-tempo que separa 1969 de 1994, a FATES tornara-se um espaço comunitário. Ao plano interno – a comunidade acadêmica – o acesso estava disponível por meio de concurso e a estrutura institucional garantia direitos e deveres de participação. No plano externo, da mantenedora, a representação regional estava assegurada e as ações caminhavam cada vez mais no sentido de atender ao conjunto das comunidades municipais do Vale do Taquari.

Já se disse que a decisão de se encarar “o credenciamento como universidade” não ficara apenas no plano burocrático, do encaminhamento do projeto ao MEC. E aqui é preciso novamente recorrer às considerações de Bersch (2008) que apontam: “no plano do dia-a-dia institucional, o CSAA tornara-se o vigia do cumprimento da determinação de vivermos como uma universidade em miniatura’, mediante o cumprimento das exigências de uma instituição universitária em termos de rigor e de qualidade, até o limite do absolutamente impossível”.

Dentre as necessidades de ordem estrutural, havia, ainda, o senão da duplicidade e conseqüente ambigüidade de comandos no Câmpus: as duas direções nomeadas pela mantenedora. O clima se tornara propício, agora, para a integração das faculdades. Além disso, o Projeto UNIVAT previa uma estrutura de funcionamento por cursos, com a extinção dos departamentos. “Chegamos a essa conclusão por termos claro que, durante muitos anos, seríamos uma universidade preocupada, acima de tudo, com a ampliação e qualificação do ensino de graduação, com pouca capacidade de investir em pesquisa especulativa. Era preciso, pois, reforçar a ideia de colegiados de cursos”, lembra Bersch (2008).

Sob a coordenação da Comissão de Expansão, um grupo de trabalho foi encarregado de preparar a peça regimental da integração da FECLAT e da FACEAT em uma única IES, que seria coordenada por um diretor geral. Esse regimento seria a adaptação do estatuto que se previa no Projeto UNIVAT, o qual, entretanto, não estava sendo visto como definitivo.

Na reunião ordinária da Assembleia Geral da FATES de março de 1995, lê-se textualmente, a propósito do relatório de atividades da presidência do CSAA: “1- Retomada da mobilização acadêmica e regional, visando à construção da UNIVAT; 2- Produção acadêmica e sua divulgação; 3- Entraves na expansão acadêmica; 4- Melhoria dos recursos humanos; 5- Recursos materiais; 6- Racionalização dos espaços [...]” (LA 18, Assembleia Geral Ordinária – AGO da FATES, ata n. 33, de 11 de março de 1995, p. 54).

Em 16 de dezembro do mesmo ano, a presidência do CSAA apresentou à Assembleia, em reunião extraordinária, os resultados de “6 a 7 seminários institucionais” sobre a elaboração da proposta de reforma do regimento da nova IES, resumida nos seguintes itens:

1- O presidente da FATES será sempre o diretor-geral da [...] IES, entendida esta como a reunião das faculdades mantidas, sob um nome ainda não definitivamente posto; 2- O mesmo dirigente será eleito dentre os professores da IES com no mínimo cinco anos de atividade ininterrupta na mesma, pelo voto universal e direto da Assembleia da FATES e dos professores, alunos e funcionários da IES, com a seguinte composição e ponderação dos diversos segmentos desse colégio eleitoral: a) professores da UNIVAT – 45%; b) alunos da UNIVAT – 35%; c) funcionários da UNIVAT: 5%; d) representantes da comunidade regional na AG/FATES: 15%. 3- O regimento geral da IES mantida [...] deverá preceituar que, conjuntamente para a eleição para a Presidência/Direção Geral, será feita, com chapa fechada com essa candidatura, a eleição para os três vice-diretores (Ensino, Pesquisa/Extensão e Administração), futuramente os pró-reitores. 4- As demais questões sobre a eleição para a Presidência/Direção Geral serão objeto de decisão de um colegiado formado pela reunião do Conselho Curador (*sic*) da FATES com o [...] CSAA

da IES. 5- A administração do complexo FATES/IES se fará, por conseguinte, a partir da IES – futura UNIVAT; [...] . 6- Em decorrência disso, a instância decisória da administração será o conselho superior da IES, reservando-se à FATES os espaços de um Conselho Curador e de um Conselho Fiscal, aos quais cabe julgar a fidelidade da IES aos objetivos maiores da Fundação, bem como à lisura e correção das ações. 7- Num primeiro momento, as alterações acima deverão ser apreciadas pela Assembleia Geral, [...]; em segundo momento, deverá a mesma Assembleia deliberar sobre a instalação da nova ordem já na fase pré-universitária, [...] (LA 18, AGE da FATES, ata n. 34, de 16 de dezembro de 1995, p. 55-56).

Por meio dos representantes externos no CD/FATES, a comunidade empresarial passou a se inteirar melhor sobre o que se passava na Instituição, começando a dar sinais cada vez mais claros da impaciência desse segmento com a lentidão da ampliação dos serviços oferecidos pela IES local. As atividades industriais, comerciais e de serviços se desenvolveram muito em Lajeado, e empresários e profissionais liberais estavam preocupados com a falta de oportunidade local para a formação e qualificação da mão-de-obra para seus empreendimentos. A oferta variada de ensino universitário passara a ser requisito para atrair novos empreendimentos.

Ao asfalto que leva para Caxias do Sul e à 'Via Láctea' estavam-se somando novas pavimentações de estradas, como: a ligação de Encantado a Arvorezinha, integrando Anta Gorda e Putinga; a estrada de Lajeado a Santa Clara, aproximando os potenciais alunos da FATES. Todas essas alterações infraestruturais na região favoreceram o Projeto UNIVAT, ao tornarem o conjunto Lajeado/Estrela um ponto de convergência cada vez mais atraente. Espontaneamente foi-se estabelecendo nova conjuntura política em que sobressaía novo conceito: o Vale do Taquari posicionando-se enquanto região do Rio Grande do Sul.

Além disso, as múltiplas emancipações municipais ocorridas e as em curso continuavam freando o movimento do êxodo de famílias e

jovens para as áreas metropolitanas<sup>116</sup>.

Ao longo dos anos, portanto, a FATES se tornara visivelmente ‘menor’ do que o Vale do Taquari. Bersch (2008) acredita que “eles [os empresários] sabiam que a FATES sabia fazer coisas bem feitas e confiavam no grupo de professores”. Mas houve momento em que “não acreditavam que um dia a FATES, os professores, saberiam ‘se administrar’ para crescer como instituição. Nisso eles não acreditaram – e tinham motivo para não acreditar. Por isso, foi necessário que se construísse um diálogo”.

A modéstia das instalações das faculdades contribuía para lhes dar pouca visibilidade.

O professor Lazzari, diretor da FACEAT, frequentava as reuniões da Associação Comercial e Industrial de Lajeado – ACIL e tomava conhecimento das necessidades do segmento empresarial e dos assuntos aí tratados. Facilitado, assim, o cruzamento das informações, tornou-se possível um encontro de interesses entre a FATES e aquela Associação, a qual se dispôs a conhecer o projeto encaminhado ao MEC e, como visto acima, já em fase de execução no seu conteúdo acadêmico.

“Para nós, os professores e dirigentes das faculdades, ficou claro, então, que, entre um projeto vindo de fora e aquele que os empresários melhor perceberam que estava em ebulição, eles optaram pelo apoio ao projeto local [FATES]”, diz o professor Bersch. Conclui que, dessa forma, semelhantemente ao que ocorrera poucos anos antes com o setor político, aí teve início um processo de aproximação entre a FATES e o segmento empresarial.

Quando se observa a composição do Conselho Diretor a partir dos últimos anos da década de 70, percebe-se a presença constante de empresários no colegiado. Dessa vez, porém, além disso, a ACIL envolvia-se nas discussões como instituição parceira e, ao mesmo tempo, com clara intenção de busca do avanço.

---

<sup>116</sup> Para um panorama completo e detalhado das emancipações ocorridas ao longo do século XX, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, ver texto disponível no Banco de Dados Regional – BDR, conforme consta na bibliografia.

Assim como aceitáramos o desafio dos prefeitos, também aqui nos alimentamos da pressão, de uma certa ameaça que pairava na atmosfera, do tipo: 'Ou sai a universidade ou a Região precisa importá-la'. Não sei, talvez éramos mais nós mesmos que percebíamos que a alternativa à falta de expansão seria, mesmo, 'ser engolido'. O certo é que nós devolvemos o desafio: 'Venham ajudar a fazê-la, façam a sua parte!' Eles vieram e foi a melhor coisa que poderia ter acontecido. Com eles não veio o recurso; mas, novamente como na relação com o mundo político, o envolvimento do setor com o seu apoio no fazer acontecer seria fundamental para o alcance da meta da autonomia universitária (Bersch, 2008).

Salvi (2007, depoimento oral) acompanhou o momento e explica:

[...] mas não chegou a ser alguma coisa de nós nos sentirmos, por exemplo, acuados porque a gente não 'tava' dando a resposta [...]. Ninguém disse: 'Olha, vocês teriam que fazer isso e vocês não estão fazendo'. Nunca senti isso. Eu senti muito mais eles como apoio, [...] base de sustentação [...], que é muito importante, ou seja, pessoas que tinham uma visão não acadêmica, e essa visão não acadêmica ajudou a darmos passos mais seguros também.

E conclui que o apoio dessas lideranças foi expressivo e importante para o encorajamento da equipe de dirigentes da FATES. Da mesma forma destaca o caráter e o valor da relação entre os gestores, os que estavam à frente das comissões, com os docentes e os funcionários:

[...] a gente sempre validava pra baixo, ou seja, tentava buscar novas ideias e subsídios das pessoas que estavam a nossa volta, mais no dia-a-dia, professores e funcionários, e, depois de discutido nesse âmbito, a gente levava para os órgãos superiores, que eram o Conselho de Administração e assembleia... Mas a gente percebia [...] [que] sempre o grupo dizia assim: *Olha, vocês é que estão fazendo as proposições e também têm os números na mão, têm a visão mais próxima das coisas. Então a gente está confiando em vocês. A gente está confiando que vocês realmente têm a competência pra fazer e pra assumir os riscos* (Bersch, 2008).

Salvatori (2009, depoimento oral) insistiu em destacar como “marco importante no desenvolvimento a consonância da comunidade com a Instituição”, o reconhecimento da comunidade, expresso na busca pelas diversas ofertas de ensino de graduação, pós-graduação e técnico, bem como demais serviços que paulatinamente começaram a ser pensados e implantados no conjunto do que estamos denominando a “grande expansão”. Nesse sentido novamente cabe um paralelo com o comportamento da região antes da década de 1990, quando a maior parte dos candidatos a Ensino Superior se dirigia para outras instituições: “para a Univates vinham quando não tinha mais nenhuma chance de sair daqui” (Salvatori, 2009, depoimento oral).

O depoimento de Stoll (2008, depoimento oral) evidencia ainda mais a transição vivenciada pelo conjunto da Instituição naqueles instantes:

[...] eu citaria [que] o jeito de conduzir: a participação efetiva, a participação coletiva [...] o espírito de discussão democrática, de discussão, de respeito aos colegiados fez com que todos se sentissem com vontade de participar. De fato, o que vem das bases vai merecer uma resposta, seja sim, seja não. Que o trânsito é lento, é gradativo, essa era a maior crítica que recebíamos. Nós, professores, gestores da época, éramos muito lentos. Nas empresas a coisa é mais rápida. Alguém decide, diz que é assim que se faz, mas a FATES, a UNIVATES não tinha essa pessoa que batia na mesa e dizia: *É assim que vamos fazer. Com amparo de ‘n’ colegiados é [que] poderia dizer sim ou não [...]*.

Outros professores e funcionários, por sua vez, também enfatizaram o papel do conjunto dirigente, docente e discente no processo de (re)pensar a Instituição, como se pode garimpar dos dizeres seguintes:

[...] É um movimento histórico de expansão das universidades. Isso não é só aqui [...]. Talvez aqui ela foi mais rápida que em outros locais... **por causa das características todas de um grupo que se determina e que, digamos assim, ultrapassa em muito o formalismo.** O formalismo seria trabalhar as minhas quarenta horas.

Eu trabalho as minhas quarenta horas e acabou! Mas é um corpo docente que levou o trabalho para casa, ficou final de semana discutindo, enfim, quero dizer, houve sim uma doação grande nesse sentido, e isso tem que ser reconhecido [...]. Mas tem uma outra questão que é paralela a isso. Essa consolidação se dá em cima de uma demanda reprimida também, sobretudo de ofertas de Curso Superior. Até então muitos alunos tinham que se deslocar daqui para Passo Fundo, Porto Alegre, Canoas, Santa Cruz, e a partir daí, não só têm a oportunidade de estudar aqui, mas começa a percepção de que os cursos daqui não deixam em nada a desejar para os cursos de fora. Muito pelo contrário, muitos têm maior reconhecimento, inclusive, do que os de outras instituições. Então, essa questão da consolidação, [...] passa por esse espírito de equipe [...] (Schuck, 2008, depoimento oral; grifo da autora).

Ou ainda o que destaca Salvi (2007, depoimento oral):

Aqui as coisas sempre foram muito... até eu particularmente sempre achei que elas eram excessivamente abrangentes, porque se juntava todo o mundo pra discutir. Então havia as reuniões numa tarde. Vinham todos os professores que tinham uma dedicação maior com a Casa, mas também inclusive eram convidados horistas, funcionários. As discussões eram bastante ampliadas. Sempre, sempre foram muito ampliadas. Até isso era uma crítica que eu fazia! Eu dizia: *A gente demora muito pra decidir porque a gente sempre tem muita gente pra decidi [...].* Mas tem o seu lado bom isso. Tem o seu lado bom porque a gente envolve e fortalece o grupo [...].

\*\*\*\*\*

Em Brasília, o Projeto UNIVAT cumpria seu roteiro de repartição em repartição. Era 1995 e, com o novo titular do MEC, estavam em estudo alterações na política oficial de expansão do Ensino Superior.

O relativo afrouxamento das regras para a implantação de cursos, a partir de 1991, deixava claro para o Governo que a pressão por oportunidade de titulação em nível superior não seria contida por mais tempo. Era uma reivindicação da sociedade como um todo. Também fica oportuno situar o Brasil diante de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO: o País não podia continuar apresentando os baixos índices de matrículas no Ensino Superior – essa pressão deverá ter influenciado as modificações na LDB vigente. Por outro lado, o Poder Público, que não enxergava as mínimas condições de oferecer suporte em instituições estatais, não tinha o direito de reprimir a demanda, continuando a tolher a iniciativa privada. Em poucos anos, tinham-se constituído várias unidades de “faculdades integradas” pelo País afora. Segundo relatos de Bersch (2008) e Lazzari (2007, depoimento oral), as prateleiras da burocracia do MEC abrigavam dezenas de pedidos de credenciamento de IES brasileiras como universidade.

No final de 1995, as informações do Ministério, obtidas com congressistas, foram de que estava em vias de conclusão uma regulamentação de diretrizes da LDB e, entre outras, seria implantado novo formato de instituição universitária, com base no Artigo 53 da LDB<sup>117</sup>, cujo foco seria o ensino universitário, para o qual deveriam convergir as atividades de pesquisa e de extensão. Seria editado decreto definindo as “autonomias específicas” a serem atribuídas a tais IES e estabelecendo as condições para o credenciamento.

Na FATES, tinha-se, enfim, conseguido abrir os cursos de Comércio Exterior e de Pedagogia, o que se constituiu em importante onda de otimismo nas pretensões cada vez mais fortes, de, em menos tempo do que o inicialmente previsto, atingir a meta. Priorizou-se, a partir de então, a tramitação dos pedidos de abertura dos cursos de Direito e de Enfermagem, paralelamente ao projeto de universidade,

---

<sup>117</sup> A Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, destaca, no Artigo 53, entre outras coisas: “No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta lei, obedecendo às normas gerais da União [...]. *In*: Einloft (Org.), 1997, p. 59.

o que fez os dirigentes retornar à situação de aflição: onde abrigar os alunos, se os cursos fossem autorizados? Os novos espaços disponíveis já haviam sido tomados e estava-se na iminência de falta de salas de aula.

Foi quando pela primeira vez se falou, na Instituição, de realizar financiamento para investir. Lazzari recorda:

A opção continuava sendo pelo não endividamento de longo prazo, e o resultado continuava aparecendo na forma de projetos modestos, mesmo com o já embrionário e latente discurso para que se ousasse mais e se planejasse para longo prazo [...]. Dessa forma, o recurso todo ficava comprometido com a folha de pagamento [...], e o patrimônio continuava o mesmo, ou seja, um crescimento comedido [...].

\*\*\*\*\*

O ano de 1996 foi estabelecido como prazo final para a integração entre a FECLAT e a FACEAT. Em outubro findaria o mandato da professora Dalia Schneider à frente da primeira das faculdades; em princípios de 1997, o do professor Ney Lazzari na FACEAT e, também em março do mesmo ano, o da professora Marisa da Silva Martins Jaeger como presidente da FATES.

Todos, agora, estavam convencidos da necessidade da fusão, e o debate sobre o regimento com a ACIL foi retomado em várias reuniões abertas, das quais participaram “mais ativamente, por parte da comunidade externa: Nilto Scapin, Ítalo Reali, Roberto Zipperer, Flávio Ferri, ...[entre outros]” (Bersch, 2008).

Com os novos cursos em funcionamento, já haviam melhorado as condições da extensão e da pesquisa, as quais não constavam do projeto original. “Estava mais clara a nossa ideia sobre a estrutura universitária a adotar, porque tínhamos visitado, ao longo de 1995, várias IESs do Rio Grande do Sul” (Bersch, 2008).

O texto escrito por Bersch (2008) traz à tona os assuntos que mereceram ênfase e alimentaram as discussões:

[...] Vários itens foram destacados para discussão específica. Entre eles destaco: a) a constituição da Assembleia da mantenedora, b) a restrição de o diretor-geral ou o futuro reitor da nova IES dever ser professor, c) a sugestão de a administração 'material' (economia e finanças) ser atribuição da mantenedora, d) o peso dos votos da representação da comunidade externa da Região na AG/FATES, e) a natureza da escolha dos 'vice-diretores' de área da IES.

A reunião de março da Assembleia da FATES não abordou a matéria<sup>118</sup>. Em agosto de 1996 a Assembleia se reuniu em caráter extraordinário para adequar o Estatuto à legislação decorrente da Constituição Federal de 1988. A falta de acordo em torno do novo regimento de uma mantida única fez com que todo o assunto fosse mais uma vez adiado, como se lê no seguinte trecho da ata:

[...] não foi possível aprovar o novo regimento [da UNIVAT] em março. Apesar de constar na pauta, não vamos aprovar o estatuto [da FATES] nesta Assembleia, pois não é possível deixar fora o regimento da UNIVAT. [...] aos presente foram distribuídos destaques [...]. [...] é preciso ter abertura e o assunto deve ir rápido e exige parceria. [...] dotar a FATES de instrumentos mais ágeis, [...] partir para voo mais alto. [...] O Artigo 14 do estatuto [da FATES] deve ampliar a Assembleia [...]. Devemos colocar as associações comerciais e industriais, os presidentes das câmaras de vereadores dos municípios da AMVAT. [...] A seguir houve alguns indicativos para posterior aprovação em assembleia. [...] Finalmente, a comissão da FATES foi encarregada de discutir com elementos representativos [da sociedade] [...] os indicativos que a Assembleia aprovou e decidiu-se pela convocação de nova [reunião da] Assembleia no prazo de 30 a 40 dias (LA 18, da AGE da FATES, ata n. 36, de 10 de agosto de 1996, p. 58).

---

<sup>118</sup> Cfe. LA 18, de AGO da FATES, ata n. 35, de 30 de março de 1996, p. 56.

Em 5 de outubro de 1996, em reunião extraordinária, a AG/FATES aprovou o novo estatuto da FATES e, com este, também o regimento da nova IES resultante da fusão entre FECLAT e FACEAT, que, “estrategicamente, denominamos Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior – UNIVATES”<sup>119</sup>, escreve Roque Bersch (2008). As seguintes e significativas alterações modificaram a proposta que havia sido aprovada em dezembro de 1995, a saber: a escolha do presidente da FATES e a do diretor-geral da UNIVATES se dão em momentos diferentes e competem a colegiados também diferentes; ao segmento ‘Comunidade Regional’ presente na Assembleia Geral da FATES atribui-se peso de 25% na eleição para o diretor-geral da IES, em igualdade de condições, portanto, ao segmento Corpo Discente; os três diretores de área são escolhidos e nomeados pelo diretor-geral eleito<sup>120</sup>.

A propósito dessas informações, Bersch complementa com os detalhes e os argumentos que cercaram a discussão:

[...] o dirigente da IES é eleito por um colegiado de que a mantenedora participa e cuja eleição ela [por isso] acata, ficando-lhe, em hipótese extrema, como única alternativa, não o nomear [o eleito], hipótese que se caracterizaria como uma intervenção no processo regular.

Durante as discussões mencionadas acima, acabou-se consolidando também – e por isso também ficou registrado tanto no estatuto da mantenedora como do regimento da mantida – o princípio de que o colegiado e o executivo a quem compete a responsabilidade pelas atividades acadêmicas devem ter na mão, também, a competência e a responsabilidade pelas questões administrativas, sem o que não há como cobrar resultados na atividade-fim de nenhum dos dirigentes. Por isso, o Câmpus deve ter autonomia administrativa.

Uma forma [...] de facilitar a funcionalidade desse

---

119 Lazzari (2007a, depoimento oral) complementa: “Imaginávamos que mais tarde passaríamos a usar o nome *UNIVAT – Universidade do Vale do Taquari*. Hoje nós já desistimos dessa mudança porque o nome UNIVATES se consolidou e o nome UNIVAT perde em sonoridade”.

<sup>120</sup> Cfe. LA 18 da AGE da FATES, ata n. 37, de 5 de outubro de 1996, p. 59.

princípio é a exigência estatutária da coincidência entre o dirigente das duas unidades: a mantenedora, [...] e a mantida [...]; ou seja, o reitor é *ipso facto* o presidente da mantida. [Outra forma:] Sendo diferentes os dirigentes, o êxito da gestão fica na dependência da capacidade de ambos os dirigentes – e, ao lado deles, seus respectivos conselhos – demonstrarem preparo profissional e maturidade política para a constante compatibilização de objetivos, estilos e visões no âmbito da gestão [...]. [...] Escolhemos esta, como a nossa opção, deixando independentes as duas eleições. Para tanto, invoca-se que a separação gera importante nível de discussão e de responsabilização mútua no nível da administração superior, respalda as ações da reitoria, dificultando que o reitor se torne refém de pressões de segmentos ou grupos e estimula transparência na gestão. Tivemos, porém, o cuidado de aproximar no tempo os dois episódios eleitorais, assim que, após a eleição de novo reitor, segue imediatamente a eleição do presidente da fundação, cumprindo ambos um mandato de quatro anos, com a coincidência na data da posse [...]. Outrossim [...] [registra-se a inclusão] [...] no regimento da UNIVATES [...] da prática dos seminários institucionais, cuja origem remonta aos anos 1982/1983 e que se destinam [...] a estimular a participação plural e coletiva do corpo docente – segmento de maior peso na Assembleia da mantenedora e na eleição dos responsáveis pela administração – no planejamento a médio e longo prazo. [...] Os seminários são [...] o espaço institucional caudatário das potencialidades individuais de quantos fazem do Centro Universitário Univates não apenas um ‘patrão’ para quem trabalham, mas também uma obra que querem muito ajudar a construir, como parte do seu projeto de vida. Para os dirigentes, tanto os executivos como os deliberativos, as conclusões dos seminários são nortes importantes [...] (Bersch, 2008).

\*\*\*\*\*

A iminência da nova ordem institucional aliada às perspectivas de um crescimento que poderia vir mais rapidamente do que se estava acostumado a conhecer na FATES levaram os dirigentes a

buscar apoio de fora para enfrentar a nova realidade administrativa. Já em fevereiro de 1996, conforme depoimento de Bersch (2008), o conselheiro Flávio Antônio Ferri, ao assumir a presidência da Fundação, durante um impedimento simultâneo da titular e do vice-presidente, sugerira que rotinas institucionais fossem aprimoradas.

Efetivamente, ao longo do ano de 1996, trabalhou na Instituição uma empresa de assessoria em gestão,

[...] com a tarefa específica de fazer um estudo sobre a situação momentânea e o futuro da Instituição, fazer uma avaliação da força institucional nas questões de caráter administrativo, estudar nossas rotinas e processos e traçar um perfil dos atores que, então, estávamos envolvidos nesse projeto coletivo – professores e funcionários – avaliar os talentos. Ao final, propuseram uma estrutura e sugeriram o preenchimento da constelação em alguns dos postos de coordenação com a condizente e coerente indicação de pessoas do grupo, que pudessem ocupá-los. [...] Chamou a nossa atenção o fato de eles terem entrevistado todos os funcionários – deviam ser 90 na época – e perguntaram várias coisas para eles. Uma das perguntas que fizeram para todos foi: *Isso aqui vai ser universidade um dia?*. Mais de 80% dos funcionários não acreditavam no projeto, isso há dez, onze anos; não acreditavam que se pudesse dar o salto, por ‘n’ razões [...]. O fato é que o trabalho da consultoria foi decisivo para que nos déssemos conta do que era possível, de como é que tinham que ser implantados alguns instrumentos de gestão e para nos convenceremos de que já era o momento de começar a capitanear esse projeto (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

A equipe tinha sido contratada para clarear, entre outras coisas, exatamente isso, confirma o professor Roque Bersch (2006, depoimento oral): “Eles não manifestaram dúvida quanto a quem deveria ser o diretor-geral. O momento era muito sério. Não poderíamos errar nessa questão. O Ney foi confirmado nosso candidato.”

Durante os meses de outubro e novembro, realizaram-se as eleições, primeiro para a direção-geral da UNIVATES e, posteriormente, para a FATES. Na primeira delas, foram eleitos o diretor-geral Ney Lazzari

e o vice-diretor-geral Roque Bersch; na segunda, o presidente Roque Bersch e o vice-presidente Ney Lazzari.

\*\*\*\*\*

A partir de 1º de janeiro de 1997, por delegação do CD/FATES, o diretor-geral passou a centralizar, diante da Mantenedora, a responsabilidade pelas atividades acadêmicas e administrativas do Câmpus, assessorado pelos três diretores de área que escolhera: no Ensino, a professora Renate Schreiner; na Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, a professora Ivete Kist Huppess; e na Administração, o professor Eloni Salvi. O regimento contemplava ainda um Conselho de Ensino e Pesquisa – CONEPE<sup>121</sup>, dedicado exclusivamente ao estudo do mérito acadêmico das atividades, e, acima dele, permaneceria o CSAA.

Na fase de transição, até a aprovação oficial do novo regimento, o professor Ney Lazzari respondeu diante do MEC pelas duas IES, FECLAT e FACEAT, que estavam com os dias contados. Em procedimentos burocráticos paralelos, as duas congregações haviam solicitado a nomeação de Lazzari como diretor para a FECLAT e a FACEAT, simultaneamente, tendo em vista que os mandatos anteriores haviam findado em 31 de dezembro.<sup>122</sup> Também os Conselhos Departamentais – CODEPs tiveram de escriturar seu ritual burocrático até a aprovação, pelo MEC, do novo regimento. Todas as atividades, entretanto, legitimavam-se internamente pelo funcionamento efetivo da nova ordem.

A adaptação ao modelo levou certo tempo. A burocracia institucional precisou ser reaprendida em grande parte.

---

<sup>121</sup> O CONEPE foi extinto quando da implantação do estatuto do Centro Universitário Univates.

<sup>122</sup> A professora Dalia aceitara a prorrogação do seu mandato de diretora da FECLAT até 31 de dezembro e o diretor da FACEAT; o professor Ney Lazzari, na mesma data pediu a exoneração.

O mais importante de tudo, naquele momento, foi o consenso interno com que a nova estrutura passou a ser implantada. Talvez a palavra que melhor traduza o sentimento do grupo de professores e funcionários – menos de duas centenas então – seja ‘alto astral’, ‘otimismo’. As mesmas pessoas que haviam elaborado e encaminhado o Projeto UNIVAT, passamos a acreditar nele e o visualizamos no horizonte, embora sabendo-o ainda distante. A máquina fora posta sobre os trilhos, tínhamos de garantir combustível (Bersch, 2008).

\*\*\*\*\*

Um somatório de fatores – os dois cursos recentes, as escolas de Ensino Básico e as atividades de extensão – foram melhorando a imagem da Instituição perante a comunidade lajeadense e regional. Mais e mais famílias olhavam com esperança crescente para a Instituição.

Certamente não se incorrerá em exagero por manter-se presente a todo momento que, na retaguarda das ações dos dirigentes institucionais, o cotidiano é cuidadosamente costurado pelas ações de quem, com capacidade técnica e dedicação, na sala de aula, na pesquisa e na extensão universitária, e mesmo nos serviços de apoio, garante o sucesso, consolidando-a. Desde os anos de APEUAT, quando ficou claro que, até pelas exigências do CFE, não se poupou na contratação de docentes qualificados, passando pelos anos 70 e 80, quando, nas discussões travadas pelo corpo docente e por meio dos estímulos institucionais de toda sorte, os primeiros professores formados pela própria Instituição buscaram a sua qualificação, várias dezenas de excelentes professores foram os verdadeiros responsáveis por conferir credibilidade e eficiência aos trabalhos desenvolvidos.

\*\*\*\*\*

No plano da busca de abertura de oportunidades na graduação, cessara a obrigatoriedade da espera pelo reconhecimento dos cursos recém-instalados. O bacharelado em Direito agora era a meta da

FATES. O expediente, em Brasília, tramitava normalmente e as perspectivas eram otimistas. “Inexplicavelmente, porém, quando o projeto foi encaminhado pelo MEC à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a presidência da seção lajeadense dessa entidade, tomando-nos de surpresa, tornou pública posição contrária à instalação do curso em Lajeado”, esclarece Bersch (2008).

A inusitada situação obrigou os dirigentes a solicitar a substituição do projeto. Sabia-se que, embora o ritual de passagem dos projetos pela OAB fosse uma exigência, no MEC a prática era manter o despacho emitido pela SESu, independentemente da posição da entidade. Mesmo assim, prevaleceu na FATES a decisão pela retirada do processo, que ainda estava na SESu, para que nele fossem garantidas algumas exigências recentes da Ordem, como a comprovação da demanda regional – que deveria ser comprovada pela existência de um núcleo urbano de cem mil habitantes e a inexistência de outro curso num raio de cinquenta quilômetros.

Além disso, o nosso projeto, elaborado cerca de quatro anos antes, mereceria, agora, uma revisão completa. Lembro que foi o único processo de pedido ao MEC, de qualquer natureza, para cuja elaboração e compilação final contratamos uma agência especial de assessoria. Talvez não fosse necessário, mas precisávamos ter segurança. Fez-se, primeiro, todo um processo de contratação segundo as exigências do Tribunal de Contas, para o qual continuávamos, para todos os fins, um ente de direito público, e fizemos a contratação. Nosso Banco de Dados forneceu números atualizados, colhemos fotografias aéreas englobando simultaneamente as áreas urbanas de Lajeado, Estrela, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul – um perímetro urbano apenas cortado por áreas de inundação, que somava o número exigido de habitantes. Para fazer frente à oposição da OAB local, colhemos, entre outras, as assinaturas favoráveis à abertura do Curso de todos os prefeitos da Região, das associações comerciais e industriais e das entidades sindicais legalmente constituídas, dos sindicatos. Em agosto de 1998, abríamos o curso. Estava cumprida mais uma etapa da missão institucional da FATES e conhecíamos o impacto positivo que a novidade traria à imagem da Instituição (Bersch, 2008).

Os esforços para resultados como o descrito se estendem aos professores envolvidos com a elaboração dos projetos e a respectiva estrutura necessária.

Chemin (2009, depoimento oral) salientou o trabalho exaustivo realizado durante o tempo em que se quis fazer aprovar o curso de Direito, lembrando detalhes que uma leitura distraída não evidenciaria: o acervo bibliográfico necessário foi organizado pela equipe responsável pelo projeto a partir de compras efetuadas e também de “livros doados por escritórios de advocacia dos municípios da região”. E assim cada detalhe foi sendo trabalhado, já que era premente deixar para trás o improvisado e aprender a trabalhar a partir de protocolos e processos pautados por critérios e organização que precisou ser assimilada pelo grupo docente e funcional.

A expectativa de instalação desse e de mais cursos trouxe de volta a ameaça da falta de espaço.

Segundo Lazzari (2007, depoimento oral), em Brasília, o MEC negociara com o BNDES, o Programa de Melhoria e Qualificação do Ensino Superior – PMQES, para possibilitar à iniciativa privada, convidada a participar da ampliação da oferta do Ensino Superior, a oferta das necessárias condições materiais, a juros acessíveis.

A FUVATES habilitou-se ao Programa com seu projeto de expansão física e, depois de cerca de um ano, pôde, pela primeira vez em sua história, iniciar a construção de instalações físicas em condições de negociar preços. A certeza de que o financiamento viria encorajara a elaboração de planos para expandir o Prédio 3 e construir a Biblioteca.

Eis o cenário físico descrito por Salvi (2007, depoimento oral) para o ano de 1996:

O Prédio 1 e o Prédio 2, aquele pequeno prédio atrás do 1, e o Prédio 3 ainda não acabado. Esse era o câmpus universitário! Onde está hoje o anfiteatro, [localizava-se] o Galpão do DCE; [e onde hoje está] o Prédio 7, havia um poteiro, tinha gado aqui, [...] até era uma funcionária nossa que tinha esses animais, que era colocado nessa

área que era de pastagem. Então esse era o ambiente...  
Esse era o tamanho [...].

O ritmo de crescimento que se veria acontecer a partir de então superaria as expectativas mais otimistas dos gestores e do conjunto docente. Talvez o mais oportuno seria dizer que se passou a reinventar a Instituição, no seu todo.

[...] Eu entrei justamente numa era diferenciada no ensino superior, que foi uma época em que se mudou a postura da Instituição em relação ao mercado, à realidade. Ou seja, se decidiu que nós iríamos realmente com toda a força buscar novos cursos, novos recursos, ampliar; íamos responder às necessidades da região. [...] Ao mesmo tempo houve uma resposta do próprio MEC de passar de uma postura de bloqueio pela entrada para bloqueio pela saída. Ou seja, eles passaram a ser mais liberais para a criação de cursos e mais rígidos no controle dos cursos que deveriam sair [...] (Salvi, 2007, depoimento oral).

A referência de Salvi, neste momento, remete ao início do Exame Nacional de Cursos, o 'Provão', o qual, paralelamente à política de abertura à iniciativa privada na expansão do Ensino Superior, foi implantado pelo MEC em 1997.

Essa era a política que faltava para a FATES e a Região. Era tudo que queríamos no Vale do Taquari – que ainda não tínhamos! – e que defendíamos em cada encontro das IES com a autoridade pública, em cada audiência, em cada projeto de pedido de autorização para abertura de curso [...]. Nos países desenvolvidos, na Europa, na América do Norte, a política da avaliação do Ensino Superior havia sido implantada havia anos, mas no Brasil a Universidade resistia 'bravamente'; e o MEC bravamente teimou. Hoje, mais de dez anos depois, os métodos estão aprimorados. Não estariam se não tivesse havido o começo. Para o Vale do Taquari, *Libertas, quae sera tamen!*<sup>123</sup> Embora tardia, a liberdade sempre vem em tempo (Bersch, 2008).

---

<sup>123</sup> Alusão ao lema da Inconfidência Mineira: Liberdade, mesmo que tão tarde!

Para Salvi (2007, depoimento oral), uma das palavras que caracteriza o momento destacado é ‘ousadia’:

[...] o orçamento de 96 acho que foi dois milhões e setecentos, de 97 em torno de três e setecentos. E com esse orçamento a gente estava querendo construir um prédio [o da Biblioteca] de mais de um milhão de reais. Então realmente era ousado, e nós dependíamos de financiamento. Mas, se a gente não começar e esperar um dia que a gente consiga financiamento, talvez a gente vá demorar demais [...]. Se sobrar um real, vamos botar lá e vamos começar a construir a Biblioteca. E fomos começando nesse ritmo meio que do jeito que dava e, felizmente, a gente conseguiu concluí-la. No ano seguinte ela já estava pronta.

O resultado logo se faria “ver” pela paisagem modificada de forma drástica e rápida, sem que se pudesse perder de vista a marca anteriormente destacada da qualidade do trabalho pedagógico. O que, naquele ambiente de desenfreada série de construções, abertura de cursos, contratação de docentes e funcionários, não ocorreu sem atritos, angústia e inseguranças, sobretudo por parte daqueles que já há largo tempo faziam parte do quadro docente da Instituição.

Salvi (2007, depoimento oral) esboçou o quadro que viu desenhado:

Internamente as barreiras eram pequenas, na verdade muito pequenas. Algumas pessoas é que na verdade ficavam um pouco mais espantadas com o crescimento. Então havia uma preocupação: *Nós vamos crescer e nós vamos perder qualidade. Nós vamos crescer e nós vamos perder as rédeas do negócio. Nós vamos acabar nos perdendo.* Algumas pessoas faziam esse alerta, e diziam: *Vocês têm certeza? É claro que a gente dizia: É claro que nós não temos certeza.* Mas se todas as pessoas só fizessem coisas quando têm certeza, nós estaríamos ainda catando fruto na floresta, que era a única coisa [de] que [se] tinha certeza: que as plantas davam fruto, não é? Então a gente tinha que fazer uma coisa de diferente. Esse foi um momento de incerteza – com certeza, essa é uma verdade, era muita incerteza – mas [também] de ação [...].

Jänisch (2007, depoimento oral) fez questão de salientar o ambiente de espanto que viu aparecer: “[...] Eu me lembro que foi criado o Centro Universitário, em [19]99. Eles numa tacada criaram cinco cursos novos! Isso é uma coisa assim... outros Centros ficaram: *Meu Deus do céu!* E tudo deu certo. Está dando certo!”.

As atividades da pesquisa e da extensão universitária começaram a ter nova dinâmica, com nova estrutura implantada no setor. Em parceria com a Fundação de Apoio à Universidade (Federal) do Rio Grande do Sul – FAURGS, duas turmas fizeram o mestrado em Administração com incentivo da FATES, que assim atendia a demanda do corpo docente para o crescente número de alunos nesse curso, no qual foram implantados a habilitação em Comércio Exterior e, logo depois, em Análise de Sistemas e em Negócios Agroindustriais. Outros mestrados foram objeto de estudo, até de projetos, nem sempre com o mesmo êxito. O setor da pesquisa mereceu atenção especial, com a definição de objetivos, a delimitação de áreas e a organização da produção por meio de editais internos, caminho obrigatório para quem nela se quisesse envolver com recurso da Instituição.

Tarefa particularmente complexa teve, naquele momento de transição, a diretora de ensino, professora Renate Schreiner. Diferentemente das demais áreas, que tinham operado bem menos até então, nessa área tinha-se estabelecido, ao longo dos anos, todo um ritual, um conjunto de hábitos, de procedimentos e de relações, que precisava ser totalmente alterado, agora que docentes de todos os cursos se reportavam a uma única diretoria de ensino. Além disso, era essa a área na qual o crescimento se dava automaticamente a partir da abertura de cursos, ou por outra, cujos serviços tinham demanda natural, e não faltava quem pagasse cada vez que novo curso era aberto.

De ano para ano, ou semestre para semestre, praticamente um aumento de mil alunos. Aí que eu falei essa coisa de estruturar tudo. Tinha que estruturar porque estava... era muita gente, falta de funcionário, funcionário novo, aquele crescimento vertiginoso, professores novos a toda hora. Como envolver todo o mundo nisso? Foi bastante trabalho ali, na construção [...] (Schreiner, 2007, depoimento oral).

\*\*\*\*\*

Já durante o ano de 1996, os efeitos da regulamentação da LDB pelo MEC se tornavam visíveis. Em João Pessoa, na Paraíba, fora credenciado o Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, o primeiro “Centro Universitário” – este o nome designado pelo Ministério ao novo modelo universitário de IES que teria como missão específica o Ensino<sup>124</sup>. O discurso de abertura da oferta do ensino universitário para a iniciativa privada era consequente.

Promovemos reuniões do CSAA abertas a todos os professores. Discutimos as diferenças, as vantagens e desvantagens entre duas alternativas: insistir no projeto original UNIVAT ou modificar o projeto, solicitando o credenciamento pela nova modalidade. [...] Percebemos que o enquadramento do nosso projeto na política recém-implantada pelo MEC poderia acelerar a tramitação do [...] credenciamento. Além disso, avaliamos que, como centro universitário, [...] os recursos já então destinados à pesquisa e extensão universitárias poderiam continuar contemplando as necessidades ditadas pelo ensino de graduação e por urgências do Vale do Taquari, sem a necessidade do imediato afunilamento em programas de pós-graduação *stricto sensu* (Bersch, 2008).

A oportunidade que a nova legislação oferecia parecia em tudo responder às pretensões das IES integradas de Lajeado:

Queríamos uma universidade que fosse aberta, democrática, participativa. Não tínhamos sonhado [com] uma universidade que tivesse 30, 40 cursos, 15 prédios e não sei quantos livros na biblioteca. Mas [...] [em] sonho sempre pensamos que a instituição tinha que atender as demandas do Vale. Esse sonho não só foi atendido, mas foi também amplamente superado. [...] Penso que

---

<sup>124</sup> Centro Universitário é uma “nova modalidade de Ensino Superior autônoma, paralela à Universidade, criada pelo Decreto Presidencial 23.067/97, do Ministério da Educação, em consonância com a Lei federal n. 9.394/96 (LDB)” (Anais, 2001, p. 5).

o mundo nos empurrou para sermos um pouco mais pragmáticos, de ter que cobrar mensalidade dos alunos e ter a infraestrutura necessária para que essas coisas acontecessem. Isso era algo que não estava muito claro, até porque imaginávamos que a infraestrutura viria de uma outra fonte que não da mensalidade dos alunos (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Agora pesavam nos debates acima de tudo as pressões de todos os lados pelo “crescimento horizontal”, o alargamento do espectro de cursos superiores oferecidos. Em todo o País as Instituições de Ensino Superior estavam todas mobilizadas, buscando a autonomia para a expansão. A grande meta agora era o aumento de vagas com a instalação de novos cursos.

Qual era a nossa saída? Qual o nosso futuro como instituição? A resposta que encontramos na época é que a nossa saída estava em nos tornarmos uma instituição importante para a região, em nos abraçarmos à região, e, em função disso, a região não chamar nenhuma outra instituição.

Então a massa crítica, o corpo de professores, a infraestrutura intelectual construída nos anos 80 estava, aí, pronta para dar o salto assim que fosse legalmente possível. Questões de caráter legal não haviam permitido o crescimento antes do final dos anos 90. Talvez houvesse alguma alternativa de que sequer tenhamos nos dado conta na época. Agora, a oportunidade estava criada (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

“Tínhamos na época encaminhado um projeto para universidade, retiramo-lo e encaminhamos o projeto para Centro Universitário”, lembra Salvi (2007, depoimento oral). O pedido de credenciamento anterior foi retirado e reelaborado. Como no projeto anterior, não foi contratada nenhuma assessoria externa. Os professores dividiram entre si essa tarefa. Como nome do centro universitário manteve-se a sigla ‘UNIVATES’, então já fortalecida na região, e entre as instituições congêneres: Centro Universitário Univates.

Não teria sido possível tocar o projeto adiante só com Lajeado. E, para ampliar o leque, tivemos que ajudar a

romper algumas estruturas regionais ainda fossilizadas. O foco das disputas regionais, por exemplo, Lajeado X Estrela, que era uma disputa que vinha de décadas, tinha que ser superada. [...]. Essa mudança de postura regional se deve em grande parte às novas lideranças nas duas margens do Rio Taquari, à necessidade de consolidação de instituições regionais como a AMVAT, o CODEVAT e a UNIVATES (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

Dessa forma, a linha de crescimento escolhida seria focada no desenvolvimento regional, numa articulação de tempo todo com o CODEVAT, a AMVAT e as demais instituições de caráter regional. No encaminhamento do novo projeto, novamente todos os municípios da AMVAT e as entidades de caráter regional subscreveram o pedido.

\*\*\*\*\*

O ano de 1997 trouxe entre suas novidades o já mencionado “Provão” e, com ele, uma divulgação espontânea da UNIVATES, fruto dos resultados obtidos. Nesse primeiro ano, dos alunos da IES de Lajeado apenas os formandos do curso de Administração foram chamados a participar da prova. Obtiveram o conceito máximo, num universo em que predominou a nota média, “C”, e muito poucas instituições atingiram o “A”. No segundo ano, aos alunos de Administração somaram-se os de Letras. Ambas as turmas obtiveram o conceito “A”. Mais tarde, quando o Provão incluiu os formandos de Pedagogia, o conceito máximo se confirmava para as três turmas<sup>125</sup>.

A repercussão não se fez esperar. No plano local, ela se traduziu nas manifestações espontâneas de uma crescente atitude de credibilidade de pessoas, lideranças e instituições em sua IES cada vez mais regional; e, acima de tudo, no número de inscritos no concurso vestibular.

---

<sup>125</sup> Bersch (2008) alerta que o resultado máximo no ‘Provão’, conceito ‘A’, deve ser entendido como conceito relativo, quantificado pelo conjunto dos resultados obtidos por todos os participantes do Exame Nacional de Cursos – ENEC.

Na sequência, as conquistas foram sempre contundentes, convencedoras, e a UNIVATES foi se revelando para o conjunto dos municípios do Vale não apenas como um discurso, mas como uma prática que funcionaria – essa é a leitura que fazemos –, como catalizadora de sonhos, ou seja: inúmeras famílias, num “de repente”, se viram frente a frente com a possibilidade de estudar em uma IES de confiabilidade agora publicamente comprovada, sem sair do Vale do Taquari. Faltava a diversificação das oportunidades. Essas viriam com o credenciamento da UNIVATES, que durante os dois últimos anos adquirira novo porte institucional.

O expediente desse credenciamento entrou na fase da verificação *in loco* e acompanhamento para cumprimento de diligências num momento muito oportuno para as pretensões da Instituição, que foi a fase em que a mídia transformara os resultados do Provão em ‘assunto obrigatório’ em todo o território nacional. ‘Em Brasília, cada visita revelava que a UNIVATES se tornara uma instituição conhecida nos corredores oficiais. Ah! Sim, [...] vocês têm tido muito êxito no Provão. Parabéns! – era o comentário frequente de funcionários e autoridades na SESu, no INEP, e, mais adiante, de conselheiros, no CNE’... (Bersch, 2008).

Os comentários da professora Renate, a Diretora de Ensino da recém-implantada UNIVATES, retratam o ambiente criado:

[...] os exames apareceram e [houve] o primeiro, e a gente se classificou bem. E então o MEC se interessou, não é? Na segunda novamente bem. Me lembro, na TV, quando apareceu o resultado, entrevistaram alunos, entrevistaram um aluno da USP – claro, essas grandes universidades também boicotaram o provão [às vezes] parcialmente – e um aluno da USP dizendo na TV: *imagina, que provão é esse, que coisa absurda, [...] vê só, uma instituiçãozinha lá num Vale do Taquari que ninguém sabe o que é e onde fica tira ‘A’! Que exame é esse!*. Então tinha esse tipo de opinião, mas o MEC olhou pra nós [...] (Schreiner, 2007, depoimento oral).

É preciso insistir que, mesmo que se apontem limitações no tipo de exame que se realizava, para a história do Centro Universitário Univates, o ENEC veio na hora e na medida certas, tendo em vista a formação de uma base intelectual, por modesta que fosse, que era a força da FATES e que, com os resultados dos alunos, fortaleceu a Instituição não apenas perante os cidadãos da sua região, mas perante os organismos governamentais federais, o que foi possibilitando o rompimento com a ideia de uma Instituição limitada, pequena e distante do ideal da maioria dos jovens que se lançavam na vida acadêmica. Revendo a história a longo prazo, somos levados a considerar que muito desse valor se credita às proposições do GPR – analisadas no capítulo anterior –, por causa do entusiasmo e dos critérios na seleção de professores que se seguiu, professores que trabalharam e compartilharam a visão que tinham sobre a razão de existir de uma Instituição de Ensino Superior em relação ao ensino e à inserção no regional.

Além disso, registra-se neste ponto dos nossos relatos a construção desta IES com destaque no cenário nacional pela qualidade superior à média do País, segundo a avaliação da autoridade pública, se passa, à semelhança do que ocorreu com várias outras IES do Estado do Rio Grande do Sul, igualmente qualificadas, em uma sociedade civil organizada marcada pela tradição comunitária, a qual, desde os primórdios de sua história, traduziu o zelo pela Educação na construção de uma rede de Ensino Fundamental – depois de Ensino Médio –, fator certamente decisivo para explicar a história contemporânea de sucessos alcançados. Aqui, por isso, mencionamos também a participação na construção coletiva dessa instituição universitária dos professores que, ao longo do Ensino Básico, prepararam os jovens e adultos que aqui vieram escrever sua história de Ensino Superior. Essa também é a convicção expressa pelo próprio grupo diretivo da UNIVATES:

Embora sabidamente não se trate de privilégio nosso, não pode ficar sem a devida ênfase a informação histórica, reiterada através dos tempos por índices estaduais e nacionais de avaliação: a indiscutível valorização da Educação com que o Vale do Taquari marca sua história desde o advento das correntes migratórias europeias.

Volto-me, por isso, ao passado e imagino vislumbrar figuras de educadores e de outros líderes de longínquos anos – os professores, os párocos e pastores, ou, depois, os inspetores oficiais de ensino e também os prefeitos municipais que elegiam a educação da juventude como o diferencial da sua atuação. A eles [...] a nossa homenagem! (Bersch, 2007, Pronunciamento na inauguração do Complexo Esportivo do Centro Universitário Univates).

Por outro lado, como Ney Lazzari lembrou em citação anterior, certamente não é o caso de dizer que tudo o que precisava havia sido feito anteriormente. O professor Bersch (2008) assim resume:

É importante que a gente mantenha presente que, em nosso processo de crescimento quase explosivo, aos talentos locais – a solidez da Educação na região como um todo e a seriedade da IES – se somaram algumas gratas coincidências: uma imagem do País negativa no Exterior por causa dos seus baixíssimos índices de matrícula em nível superior, o que forçou a abertura; a regulamentação da LDB; o Provão com a polêmica que se estabeleceu em torno dele até mesmo por razões de ordem político-partidária, tudo ocorrendo num momento de fortíssima demanda reprimida no Vale do Taquari. É verdade que a FATES estava pilchada a rigor quando o cavalo passava, sim; mas há momentos em que a gente mesmo tem de saber encilhar a montaria.

\*\*\*\*\*

Antes do arremate final, é preciso explicitar a forma como se foram alinhavando ações para chegar ao credenciamento da Instituição como Centro Universitário.

A Comissão de Verificação da SESu/MEC acompanhou durante cerca de um ano – 1998 e 1999 – o cumprimento das atividades do novíssimo Centro Universitário. Entre os itens a serem adequados destacava-se a falta de instalações físicas para a biblioteca. Foi quando, como anteriormente já mencionamos, a Instituição teve de se desdobrar e canalizar todo e qualquer recurso para a obra, finalmente

acelerada pelas perspectivas da liberação de financiamento pelo PMQES. Efetivamente, o projeto de credenciamento acabou sofrendo alguns meses de atraso, mas a dificuldade foi superada.

Paralelamente, a UNIVATES introduziu melhorias nos seus processos de avaliação interna. A avaliação já ocorria e a IES acompanhava as diretrizes do Programa de Avaliação da Universidade Brasileira – PAIUB, o programa oficial de avaliação de processos nas IES brasileiras, coordenado então pela SESu/MEC. Era preciso melhorar a coerência e sua significação no planejamento institucional.

Concluída a fase do acompanhamento, o processo deu entrada no CNE. A comissão de conselheiros que fez a “vistoria” em Lajeado veio encabeçada pelo titular do SESu/MEC, representante do Ministro naquele colegiado.

Lazzari resume a visita destacando a importância que teve, aos olhos dos conselheiros, a peculiaridade do engajamento ativo dos segmentos externos à UNIVATES, os mundos da Economia, da Administração Pública local e da Educação Básica, no processo do desenvolvimento da Educação como um todo na comunidade regional<sup>126 127</sup>.

---

<sup>126</sup> Bersch (2006, depoimento oral) lembra de mencionar que recentemente havia sido criada a Associação das Escolas Comunitárias do Vale do Taquari – AECOVAT, que reúne o segmento historicamente responsável pela Educação na região quando o Estado Brasileiro não tinha condições de oferecer sequer a escolaridade em nível “primário” nos ambientes interioranos do País. Por meio da AECOVAT, a UNIVATES, na pessoa da Diretora de Ensino, professora Renate, passou a incluir em seus contatos, ao lado da então 3ª. Delegacia de Ensino – 3ª. DE (hoje a 3ª. Coordenadoria Regional de Educação – 3ª. CRE) da Secretaria de Educação do Estado – SEC/RS e da Associação dos Secretários Municipais de Educação – ASMEVAT, contatos regulares com essa ‘rede de ensino’.

<sup>127</sup> Bersch (2006, depoimento oral) destacou “a presença, na comissão dos visitantes, do professor Tuiskon Dick, lajeadense, professor da UFRGS, na ocasião atuando como assessor técnico do PMQES na SESu. Dick tornou-se um apoiador entusiasmado do Projeto UNIVATES. Junto ao titular daquela secretaria e ao próprio Ministro da Educação, era um dos mentores da instituição dos centros universitários e defendia a visão de que essas IES deveriam espelhar-se nos *Community Colleges* norte-americanos”.

Quando, enfim, o credenciamento chegou, houve surpresa “pela rapidez com que o expediente tramitou no CNE. Ao desembarcar em Brasília, para assistir à reunião do Conselho em que, durante a tarde, possivelmente seria relatado o nosso processo, ainda no aeroporto recebi ligação do Ney que informava que já éramos Centro Universitário, que o expediente tinha sido apresentado em sessão do dia anterior” (Bersch, 2008).

A nova realidade trouxe consigo novos compromissos e muito a aprender a fazer, desta vez também na área da legislação acadêmica. Se antes era o MEC que examinava e aprovava – ou não – a qualidade dos projetos dos cursos que seriam implantados, agora era o Conselho Superior da própria Instituição que assumia a responsabilidade pelo veredito final. Para tanto, o antigo CSAA, agora transformado em Conselho Universitário – CONSUN, instalou as necessárias ‘câmaras de estudo’ nas áreas do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão universitária.

Também foi necessário buscar os conhecimentos e aprimorar o rigor nos serviços de produção de diplomas e certificados, outro setor-chave na organização acadêmica de uma instituição autônoma nessa área<sup>128</sup>.

Com o provável afluxo de grande número de candidatos aos cursos que, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, seriam imediatamente instalados, o espaço físico estava definitivamente subdimensionado. Durante alguns semestres, foram alugadas salas de aula na unidade de treinamento do Serviço Social da Indústria – SESI, vizinha ao câmpus da Univates<sup>129</sup>, enquanto avançava a construção de prédio de salas de aula e laboratórios, o Prédio 7.

---

<sup>128</sup> Nesse ponto o depoimento de Braun (2007) foi esclarecedor ao tecer série de considerações sobre a forma “antiga” de organização do aparato burocrático, e a série de transformações que emergiram com o aumento de todas as demandas, sob o signo de Centro Universitário.

<sup>129</sup> A partir do credenciamento da UNIVATES como centro universitário, mudou-se a grafia da denominação da Instituição para Centro Universitário Univates, como consta na nota explicativa n. 2 deste texto.

“[...] A nova legislação... nos favoreceu porque nos desamarrou do Ministério da Educação e da Cultura. Permitiu que nós estabelecêssemos a nossa velocidade”, enfatizou Stoll (2008, depoimento oral), expressando, também, o espírito preponderante naqueles momentos: o de sentir-se co-participante, efetivamente. Nesse sentido, a participação da comunidade acadêmica, cada um na sua tarefa, não apenas continuou, como também se firmou, agora todos com mais confiança, em meio aos sustos e incertezas.

A gente teve momentos assim, quando começamos a construir o Prédio 7, daí depois o Prédio 8, depois o Prédio 9. Foram momentos de muita tensão, porque a gente não sabia no que ia dar mesmo, e muita gente nos criticava: *Vocês tão querendo crescer demais. É muito rápido. Mas nós dizíamos: Mas, se nós não dermos resposta pra sociedade, alguém vai dar essa resposta, alguém vai acabar ocupando esse espaço.* E a gente optou por ser bastante ousado: *vamos em frente.* Felizmente a gente errou! Eu vou dizer que a gente felizmente errou porque nos nossos planejamentos, por exemplo, eu me lembro que a gente planejou em noventa e... noventa e cinco, noventa e seis, uma coisa assim: havia uma discussão de que a gente chegaria ao ano 2000 mais ou menos com uns 4 mil alunos. Na verdade nós chegamos ao ano 2000 com mais de 7 mil alunos! Então a gente sempre errou pra baixo. As nossas projeções foram... [ultrapassadas!] (Salvi, 2007, depoimento oral).

E prossegue:

Então, [em] muitos momentos, quando havia uma crítica mais forte, a gente dizia, e o Ney colocava isso inclusive em Assembleias: *Tudo bem, nós podíamos não ter feito, mas aqueles alunos que hoje estão estudando Direito estariam estudando Direito aqui, se nós não tivéssemos feito? Aquelos alunos que estão fazendo Fisioterapia, Nutrição, não sei o que, onde é que estariam hoje? Como é que estaria isso? Nós já não teríamos outra instituição de ensino de outro local que estaria aqui?* Então, quando havia uma crítica mais forte, a gente tinha alguns dados que nos ajudavam. Por quê? Porque as coisas deram certo. Eu dizia que as coisas conspiravam a favor, e isso é natural. Quando a gente se põe a fazer

alguma coisa com muita garra e vontade, as coisas conspiram a favor. Então foi isso que aconteceu, [...] ao mesmo tempo que a gente era ousado, tinha resposta da sociedade, e isso ia dando respaldo pro próximo passo. Obviamente, se um monte de coisa tivesse começado a dar errado, teria desmoronado! Tivemos ousadia, garra e um pouco de iluminação divina, talvez, que dizia assim: *Vamos ajudar esses caras aí que estão tentando fazer alguma coisa*; ou, de repente, Deus dizendo: *Deixa eles fazerem, deixa eles terem o resultado, que, de repente, eles validam o que estão fazendo* (Salvi, 2007, depoimento oral).

Pode-se efetivamente considerar que naquele momento houve o atrevimento necessário para encarar o risco de abrir várias frentes, e a resposta do alunado regional foi sempre mais positiva do que as projeções feitas pelas equipes diretivas. Famílias que até então não vislumbravam oportunidades para seus integrantes estudarem, fossem jovens ou não, passaram a ler a realidade regional de outra forma, enxergando no seu mapa um Lugar Universitário. Mudara a cara do Vale do Taquari. As pessoas agora poderiam manter suas relações de trabalho e comunitárias, suas lides na agropecuária, nos pequenos comércios e artesanatos, nos pequenos ou grandes negócios e, ao mesmo tempo, investir na educação de nível superior.

A opção da Univates foi pela relação direta entre a demanda e o crescimento, com dois fundamentos: a procura tinha estado reprimida havia anos e, paralelamente a esse contingente, formavam-se a cada ano suficiente número de alunos no Ensino Médio, cujo prosseguimento nos estudos não deveria ser forçosamente travado. Além disso, quanto mais alunos participassem, naquele momento, da sustentação da ampliação da estrutura física que ainda faltava, tanto menos os que estudavam seriam atingidos.

Essas ampliações – como se observa pelos registros financeiros e contábeis –, a partir do primeiro financiamento, passaram a ser amparados, sucessivamente, por novos e substanciais financiamentos. “Dessa forma, dilui-se no tempo o ônus da aquisição de tantos laboratórios, tanto equipamento e, principalmente, neste momento ainda, da construção de espaços para acolher os alunos” – afirma Bersch (2006, depoimento oral).

Ney Lazzari lembra a influência que teve, na determinação da nova realidade, a unificação das faculdades.

A leitura mais atenta nos faz dizer o óbvio: que os recursos disponíveis passaram a ser de tal monta que permitiram ir muito além do pagamento da folha mensal. A paisagem mudaria rapidamente após 1998: dez prédios, incluindo o de Encantado, a compra de 48ha de terra em Lajeado e de 17ha em Encantado, o Complexo Esportivo. Isso, no formato anterior [da Instituição], não teria acontecido (Lazzari, 2007b, depoimento oral).

O professor Roque Bersch (2008) menciona que:

Por outro lado, alguém poderia se queixar dos preços que se praticavam para haver recurso para investimento. A observação procede, até certo ponto; entretanto, seria algo como dizer: o curso que eu procuro já existe, já tem biblioteca, já tem laboratório, não precisa mais de muito investimento! É óbvio que uma instituição comunitária não pode ‘pensar’ assim.

Quando se analisa este período de rápida expansão do ponto de vista da necessidade de cuidados a tomar, percebe-se como teria sido impraticável manter os controles institucionais eficazes se ainda persistisse a estrutura anterior, de dois diretores respondendo simultânea e paralelamente pelo Câmpus.

Para se ter uma ideia, mesmo distante, do que a administração – no sentido amplo da palavra – do Centro Universitário teve de aprender nos anos de 1999 até meados da década seguinte, registramos aqui alguns dados lembrados por Lazzari (2007a, depoimento oral)<sup>130</sup>:

[...] inicialmente, em 1972, ela [a mantenedora] contava com um prédio de dois andares, o Prédio 1, e uma área de terras de 12ha. Aliás, o Prédio 1 foi pago [...] pela prefeitura de Lajeado. Do Prédio 2 em diante, tudo foi construído depois de 1986. O Prédio 2 foi construído

---

<sup>130</sup> Lembre-se que o propósito desse estudo não incluiu a dimensão da História Imediata, aqui apenas alcançada superficialmente, já que outra série de estudos futuros enfocará o contexto da primeira década do século XXI.

provisoriamente como um espaço de convivência em 1986. Depois, em 1989, começou-se a construção do Prédio 3, que levou quatro anos para ser construído. Deve ter ficado pronto em 1993. Até 1997 a área total construída era de menos de 7.000 m<sup>2</sup>, hoje são mais de 50.000 m<sup>2</sup>. Em 10 anos construíram-se mais de 43.000 m<sup>2</sup>, e nesse momento da fala não é o caso de se apontar para os outros investimentos realizados em laboratórios, qualificação de professores etc. Todos esses investimentos são posteriores a 1997, quando as mudanças no patamar dos preços começaram a surtir efeito e, é claro, também há um crescente número de alunos. Mas sempre vale lembrar que o aumento do número de alunos só foi possível porque houve as condições materiais e humanas para recebê-los. Essas condições estruturais passaram a existir graças aos recursos que começaram a ser destinados para isso e não mais só para pagar a folha. É a partir de 1998 que são inaugurados todos os demais 10 prédios, incluindo o de Encantado e o Complexo Esportivo, sem falar na aquisição de 48ha<sup>131</sup> de terra em Lajeado e 17ha em Encantado. Tudo isso depois que conseguimos ter mais recursos financeiros [...].

Na mudança de cenário em curso esses indicadores apontam para alterações como as destacadas a seguir: que de 1998 até 2009/A, passou-se de 1.967 para 10.864 alunos; de 85 para 286 professores; de 100 para 414 funcionários; de 18.632 títulos e 33.664 volumes na biblioteca para 48.911 títulos e 105.150 volumes; e de 13 para 118 laboratórios (Centro Universitário..., 2009b).

Em relação aos cursos oferecidos, cabe mencionar que, de 1998 a 2006, foram instalados perto de vinte cursos, nas áreas do Direito, da Saúde (Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física – Licenciatura, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Biomedicina), da Engenharia (Computação, Produção, Controle e Automação), da Química, da Gestão (Curso Superior de Formação Específica em Gestão Imobiliária, de Micro e Pequenas Empresas), da Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas), das Licenciaturas (História, Língua Espanhola, Ciências Biológicas,

---

<sup>131</sup> Sobre pormenores referentes a referida área de terras há o Anexo 2.

Ciências Exatas), do *Design*, Arquitetura, Secretariado Executivo, Turismo, Sistemas de Informação.

Mais recentemente, foram abertos os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Tecnologia em Gestão Logística e Operações, Relações Internacionais, Tecnologia em Estética e Cosmetologia, Psicologia, Engenharia Ambiental, Formação Específica em Gestão de Cooperativas, sequencial. Em 2006 e 2007 foram implantados, respectivamente, o Programa de Pós-Graduação (*stricto sensu* - mestrado) em Ambiente e Desenvolvimento e o Programa de Pós-Graduação (*stricto sensu* – mestrado profissional) em Ensino de Ciências Exatas. Em 2007 iniciaram as Linhas de Formação, para o curso de Administração e Pedagogia – Licenciatura (já havia antes Pedagogia Anos Iniciais e Educação Infantil). As Linhas de Formação de Design iniciaram em 2008, assim como Educação Física – bacharelado (Centro Universitário..., 2009b).

O Curso sequencial Secretariado de Escola funcionou de 2002 até 2004. Em 2000 iniciou novamente Formação Pedagógica. Administração – habilitação em Negócios Agroindustriais e Administração – habilitação em Análise de Sistemas foram implantados em 1999. Engenharia Sanitária e Ambiental esteve ativo de 2004 até 2007 e Letras Alemão, de 1999 até 2007. E ainda destacam-se o Técnico em Química, o Técnico em Enfermagem, ao lado de outros (Informática, Telemática, Nutrição, Edificações, Higiene Dental, Segurança do Trabalho, Vendas), todos em curso atualmente e com intensa procura (Centro Universitário..., 2009b).

A agora muito ampla oferta de cursos viria acompanhada de seus respectivos desdobramentos. Dentre outros, salientamos a proliferação dos Diretórios Acadêmicos – DAs, a partir do DCE, o que colocaria a comunidade discente com importante representação no universo institucional<sup>132</sup>.

Os resultados, para a região, da implantação de cada um dos cursos relacionados são outro aspecto que apontamos no sentido de traçar

---

<sup>132</sup> Cfe. registrado no LA 19 do DCI/DCE (p. 30-34), sobre a criação do DA do Curso de Ciências. As atas seguintes registram a criação de vários outros Diretórios Acadêmicos.

um panorama regional, palco das reflexões e ações de grande número de profissionais formados que nesse tempo curto já estão atuando, e que em tempo longo estarão em ainda maior número contribuindo para incitar um quadro modificado quantitativa e qualitativamente nos diferentes vieses: econômico, cultural, educacional, político, social. Mas disso trataremos em estudo seguinte a este.

\*\*\*\*\*

Quem participou da construção dessa obra em momentos anteriores e agora se encontra distante, ao rever a Instituição, manifesta surpresa. “[...] e então foi uma explosão de prédios, de cursos, de número de alunos. Isso é quase milagroso!”, resumiu admirado o professor Laurindo Dalpian, ao retornar à Instituição por ocasião do seu depoimento para o presente trabalho (2008, depoimento oral).

Scheibel (2007, depoimento oral) também esboçou admiração quando referiu que “não poderia imaginar que aquele único prédio hoje estivesse proliferado em tantos e tantos blocos, e de tanta estrutura, e de tanta administração, e de tanto desenvolvimento [...]!”

Já Schneider (2007, depoimento oral) evidenciou detalhes que nos remetem para o sentimento experienciado por aqueles professores que estiveram com suas vidas muito ligadas à Instituição e que acompanharam os acontecimentos da década de 1980, os “rascunhos” para as tentativas de expansão e a expansão em si. Muitas vezes esse sentir significou angústia e desassossego:

[...] tinha momentos também [em] que a gente se sentia um pouco assustada. Nós estávamos sabendo de tudo e de repente a Instituição vai crescendo e a gente vai perdendo isso. Então também é um sentimento diferente [...]. Nós éramos um pequeno grupo. Então parecia que esse grupo era muito importante. E de repente tu te tornas mais um dentro da Instituição. Nós assumimos outras posições dentro da Instituição. Tu te tornas pequena. Então essa passagem também é interessante.

Destaca ainda que o desassossego vem mesclado do orgulho de “sentir” o crescimento da Instituição e de sentir-se co-responsável por este.

A própria região acabou rompendo com o imaginário anterior, marcado pela ideia do acanhado, da impossibilidade de abrigar uma IES pujante. Enfim, “a comunidade precisou ser sacolejada muito até ela como um todo acreditar que aqui poderia ter uma universidade desse porte” (Bersch *apud* Dalpian, 2008, depoimento oral).

O momento mais forte da expansão, logo após o credenciamento como centro universitário, não foi, porém, de puro consenso interno. Havia quem se assustasse com o volume gigantesco de responsabilidade que, com reduzida experiência na administração universitária, limitada a lidar com pequena quantidade de ações, a nova IES assumia como que impetuosamente. “Ante a lembrança da volubilidade das políticas oficiais no País – hoje a regra é esta e amanhã ninguém sabe –, todos se renderam ao argumento de que, se a Univates não abrisse as frentes permitidas pela legislação e pelo seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, logo, logo poderia ser tarde”<sup>133</sup>. Entretanto, “todo curso, antes de ser aberto, tinha de

---

<sup>133</sup> De acordo com Bersch (2008), “como a legislação referente à criação dos centros universitários era frágil – ela se resumia a um decreto –, a política do Centro Universitário Univates, tão logo credenciado, foi a de abrir todos os cursos que as normas vigentes e o seu próprio plano de expansão permitiam. Essa política precisava ser acompanhada, por sua vez, de muito cuidado, para que não se corresse o risco de perder a credibilidade oficial e pública que se adquirira a partir de 1997 com os excelentes resultados na avaliação que, desde então, o MEC passou a fazer. A abertura de novos cursos concentrada em poucos anos por causa da enorme demanda reprimida havia uma década ou mais, e somente possível mediante a contratação de financiamentos para a construção de novas instalações físicas, exigiu toda a concentração dos esforços na qualidade desses cursos de nível superior. Com efeito, o decreto de criação dos centros universitários foi alvo de constantes ameaças de alteração e revogação por parte de setores do Governo Federal pressionados por poderosos mantenedores de universidades privadas, para os quais a figura do ‘centro universitário’ representava uma ameaça ao ‘mercado do ensino superior’ que lhes estava reservado, na medida em que tinham autonomia de ação nesse mercado e exerciam constantemente toda sorte de pressões e influências contra a autorização para abertura de cursos em pequenas instituições isoladas. Em 11/12/2003, foi publicado o Decreto 4.914, que previa a extinção da figura dos centros universitários até 2007, o que se tornou oficioso através da imprensa, contra a vontade do então titular do MEC Cristóvam Buarque. Alguns meses depois, já no mandato do Ministro Tarso Genro, novo decreto foi publicado,

ter, visualizado em seu projeto, o orçamento e o cronograma da implantação das instalações que requeria, com a respectiva previsão do recurso, do vestibular até o momento da diplomação” .

Uma forma de incentivar a manutenção e o aprimoramento da qualidade nesse momento de contratação contínua de vários novos docentes a cada semestre foi a implantação de um Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP, que alia às atuais necessidades pedagógicas, didáticas e em matéria de tecnologias educacionais a visão da trajetória de construção da Univates como uma instituição na qual o espírito universitário se faz presente desde longa data, embora apenas recentemente a IES tenha sido credenciada como tal.

Efetivamente, o Núcleo assume como uma de suas tarefas apresentar aos novos integrantes do quadro docente a missão, os princípios e os valores da Instituição, além de organizar com regularidade variadas formas de atualização pedagógica, desde a instrumentalização para o aproveitamento das possibilidades tecnológicas materiais disponíveis na Instituição, passando pela permanente atualização didática e pedagógica, até o contato com a realidade educacional do País. Paralelamente, implantou-se normatização interna destinada a definir e divulgar os aspectos levados em consideração na avaliação interna do Centro Universitário.

Também o crescimento vertiginoso do número de funcionários que se depreende da leitura dos relatórios anuais precisou do acompanhamento por meio de cursos, contatos com pares de outras instituições, estímulos para formação continuada e outras atividades de qualificação profissional.

Guilherme Uhrig, funcionário dos Serviços Gerais presente na Instituição desde 1974, foi uma das pessoas que mais sentiu as mudanças que ‘atropelaram’ seu setor na última década: “[antes] era quase como uma grande família [...]” (Centro Universitário..., 2009c).

Uhrig está, dessa forma, sintetizando um sentimento e uma percepção que se transpira na Instituição. Tudo ficou diferente de um

---

revogando os dispositivos que enfraqueciam essas instituições”.

momento para o outro. Quando, havia pouco, chegavam à 'FATES' algumas centenas, talvez um milhar de estudantes por noite; agora desembarcam de dezenas de ônibus e várias centenas de carros. São quatro, cinco mil jovens que 'invadem' os passeios entre os prédios da Univates a cada noite e se distribuem pelas instalações, num Câmpus em que se modificou radicalmente a forma de acolher os integrantes da comunidade acadêmica, as pessoas, de modo geral: novos conceitos de arquitetura, de paisagismo e urbanização, outras condições de recepção, de trabalho e de conforto.

Aqui fica oportuno lembrar os indicativos apresentados no Capítulo 2 sobre a relação entre o movimento docente de meados da década de 1980 com o processo de expansão. O contexto político e econômico sendo outro não elimina o fato de poder ser explicado, em parte, pela base formada ao longo do processo da história da Instituição; e, em parte, pela dose importante e fundamental de ousadia de um grupo que aceitou gestar a IES, e foi criando laços de confiança entre o grupo docente como um todo, que se foi agregando e lutando muito junto para que a expansão iniciada não se exaurisse diante das primeiras e certas dificuldades. E isso ocorreu apesar da expectativa e da surpresa que foram acompanhando até mesmo os mais antigos professores da Instituição, diante da mudança radical de tudo, desde o cenário físico até as relações pessoais, como se depreende do depoimento que segue:

[...] eu acho legal que a Instituição é reconhecida no Estado e eu acho que a Instituição teve um jeito especial de lidar, talvez através dessa relação que brotou naquele grupo que discutia o futuro da UNIVATES e desde o início era baseado na discussão e no diálogo. Isso fez a Instituição crescer e tornou ela uma Instituição de qualidade hoje. [...] e eu temo que isso possa se perder com a... com levar a situação demais pro aspecto administrativo do que acadêmico... E isso foi uma coisa que se construiu com o tempo em cima da confiança de um com o outro, das suas relações, dos professores, do reconhecimento do trabalho de um com o outro [...] (Schreiner, 2008, depoimento oral).

Parizotto (2009, depoimento oral) destaca que: “[...] na medida em que a Instituição foi crescendo, os espaços democráticos foram reduzindo-se”.

A versão seguinte complementa:

Há um espaço ainda de informalidade, de abertura [...] mas há sim um distanciamento. Isso eu acho que não é bom, esse gradual e gradativo distanciamento... A gente não perdeu, a gente está em crise. E a crise ela não deve ser vista como algo negativo. Ela tem de negativo, e ninguém gosta, [...] [que] ela é desagradável; digamos assim, ela nos desestabiliza também, mas a crise pode ser um momento importante para aproveitarmos desse momento a fim de consolidar ou resgatar, eu diria assim, esse espírito mais de equipe. De fato, isso passa também por um olhar administrativo (Schuck, 2007, depoimento oral).

Já Togni (2009, depoimento escrito) enlaça a realidade “pós-expansão” com os sonhos sonhados, na década de 1960, pelos idealizadores da APEUAT, quando diz que: “muitas coisas aconteceram nesses últimos trinta anos, mudaram as políticas públicas, mudaram os governos, mudaram as direções da Instituição, bem como sua estrutura física e administrativa, mas creio que os sonhos dos pioneiros no final dos anos sessenta, que era o de consolidar o Ensino Superior na região, vêm sendo construídos por nós todos que continuamos buscando qualificação, melhoria nos processos de ensino e aprendizagem”.

Os destaques permitem “ver” que a transição, que continua em curso, foi marcada por diferentes sensações, emoções e angústias. Cada “leitura” revela um sentir, que está amarrado ao lugar do qual fala o depoente: gestor, funcionário, professor, aluno, espectador da comunidade. Os ditos seguintes evidenciam:

Houve também diante desse processo uma coisa que foi: [...] existia a FATES mas ela parecia muito distante, inclusive financeiramente [...]. E hoje a UNIVATES está muito maior, está muito mais rica, rica em sentido de qualidade, em sentido de oferta, e, no entanto, ela

está mais próxima das pessoas. Isto eu acho fantástico: que a Univates hoje tem um espaço na região bastante importante, é conhecida em todo o lugar [...]! Ela é conhecida porque nos metemos em todos os espaços da região, e ela é conhecida porque as pessoas viajam e falam da Instituição. Mas também é conhecida, e eu não posso deixar de falar isso, porque está fazendo tudo isso, mas de alguma maneira vem mantendo a qualidade, às vezes mais, às vezes menos, às vezes [de forma] mais tranquila, às vezes nem tão tranquilo, porque tem uma série de conflitos que se está vivendo, como nós das licenciaturas que estamos sofrendo bastante [...]. Então não é uma expansão por expansão (Cardoso, 2008, depoimento oral).

\*\*\*\*\*

No ano de 1997, portanto antes do credenciamento das faculdades da FATES como centro universitário, o Ministério da Educação publicara uma resolução que tinha duplo objetivo: premiar as IES com excelentes resultados no Exame Nacional de Cursos e ampliar a oferta de ensino de boa qualidade. Por meio da Portaria n. 2.175, oportunizou às instituições que tinham obtido em três anos consecutivos a nota 'A' em um mesmo curso abrirem nova turma desse, inclusive em cidade fora da sua sede.

Como a iniciativa privada estava entrando em nova fase da expansão do Ensino Superior e se acentuava a influência da disputa por espaços, também a Univates imediatamente se valeu da oportunidade e implantou o curso de Administração, depois o de Pedagogia e Letras, em três cidades do Vale do Taquari: Encantado e Teutônia, em 1998, e Taquari, em 1999. Tratava-se de uma opção estratégica com vistas ao fortalecimento da Instituição como IES comunitária "pertencente à região".

Bersch, que acompanhou pela fundação mantenedora as discussões internas que precederam a decisão da FATES de oferecer cursos fora da sede, esclarece:

Além do princípio da questão estratégica do momento, havia outro argumento, muito forte, sustentando a medida. O Vale do Taquari apresenta, como uma de suas peculiaridades ou características diversificadoras, o fato de, historicamente, ter ampliado a oferta dos avanços sociais e tecnológicos muito mais descentralizadamente do que ocorre em praticamente todas as demais regiões do Estado, onde essa ampliação se dá concentradamente em um polo urbano predominante e densamente habitado: a cidade-polo, a 'metrópole'.

Não há, no Vale, uma cidade-polo que reúna em torno de um terço do total de 320.000 habitantes. Há um núcleo-polo, Estrela/Lajeado/Cruzeiro/Arroio do Meio, com esse porte; mesmo esse núcleo é dividido em quatro unidades administrativas. Por outro lado, a distância média entre as 36 cidades da Região fica bem abaixo de vinte quilômetros.

Por essa razão, encarávamos a descentralização geográfica da Univates como um procedimento coerente com o 'modelo' histórico do desenvolvimento do Vale do Taquari.

A experiência destes poucos anos, porém, já demonstrou que a descentralização de uma instituição como a universidade é muito mais complexa do que imaginávamos. Além de toda uma questão de custos com a duplicação de estruturas – laboratórios, biblioteca básica, serviços de apoio, urbanização –, é preciso contar com outras dificuldades, alheias ao controle institucional: a procura dos jovens pelos espaços de encontro com seus pares, a enorme e pesada infraestrutura de transporte necessária, que se cria espontaneamente e se torna mais cara para os alunos com cada 'curso novo' que deixa de ser aberto na unidade, ou com cada curso que se fecha por falta de alunos, e assim por diante.

Dessa forma, das três iniciativas, apenas a de Encantado está sendo mantida, e isso porque, quando o aluno se inscreve, já se predispõe a frequentar em Lajeado todas as disciplinas para as quais não se formam turmas com suficiente número de alunos [naquele Câmpus]. Talvez as únicas exceções pudessem ser áreas muito específicas, como cursos das zoo ou agrociências que, relativamente, muito pouco tivessem em comum com o universo dos outros cursos da Instituição (Bersch, 2008).

Para viabilizar a descentralização aprovada pelo CONSUN em 1997, num primeiro momento, foram alugadas salas disponíveis naquelas três cidades<sup>134</sup>.

A unidade de Teutônia, para a qual o conselheiro da FATES Egon Édio Hoerle recomendara uma parceria com a fundação local (a homônima, FATES) do bairro Teutônia, após muita hesitação, foi estabelecida no bairro de Canabarro, por não ser possível contemplar cursos da área da missão institucional daquela entidade.

Em Taquari, onde Frederico Damião Bavaresco, também conselheiro da FATES, era vice-presidente do Instituto de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Cooperativismo – IDESC, fora alugada dessa instituição, e reformada, uma ala do antigo Seminário Seráfico São Francisco de Assis. Em 2008 também essa unidade, após ter acolhido algumas turmas de Administração, de Pedagogia e de Letras, além de alguns cursos técnicos, teve de ser fechada por absoluta falta de alunos.

No município de Encantado, cidade-polo entre os nove municípios da encosta setentrional do Vale do Taquari, o conselheiro Bernardo Katz orientou, em 2001, a localização de uma área de 17 hectares, onde, em 2004, a FUVATES construiu prédio próprio no qual a Univates continua mantendo o curso de Administração, cursos técnicos de nível de Ensino Médio, além de várias atividades de extensão universitária.

Em 2000, o Centro Universitário Univates reuniu em Lajeado a maioria dos centros universitários do País, então aproximadamente trinta. Participaram do encontro, com comunicações sobre suas experiências de IES, instituições similares dos EUA (*Community Colleges*) e da Alemanha (*Fachhochschule*), além do setor de extensão do Ministério da Agricultura da França. Dos trabalhos, ficou o registro das comunicações na publicação dos “Anais do I Seminário Nacional de Centros Universitários” e “Seminário Internacional sobre Sistemas de Ensino<sup>135</sup>”. Além disso, o evento tornou-se o ponto

---

<sup>134</sup> As informações que seguem jorraram dos dizeres de Bersch (2008).

<sup>135</sup> Detalhes sobre o evento e os pronunciamentos dos palestrantes e painelistas podem ser conferidos nos Anais do Seminário, publicados pela Editora Univates,

de partida para a formação da Associação Nacional de Centros Universitários – ANACEU, criada oficialmente alguns meses depois, em Brasília. Iniciou-se, dessa forma, a série de seminários nacionais da ANACEU, desde então mantida ininterruptamente até a realização do VIII Seminário, em 2007.

Semelhantemente, a Univates promoveu, em abril de 2004, um seminário de proposições para a conceituação, a caracterização e a descrição do papel específico de um tipo de universidade voltada prioritariamente ao planejamento estratégico e à indução do desenvolvimento da sua região de abrangência direta: “Universidades Regionais Brasileiras: elementos para uma proposta”. Participaram do evento universidades, centros universitários e outras instituições de vários estados do Brasil, da Alemanha, da Espanha, Itália, Honduras, Portugal, EUA e França<sup>136</sup>.

Os fatos que se desenrolaram na Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior em decorrência direta da agilidade que lhe conferiu o seu credenciamento como Centro Universitário – aumento do espectro de atividades, providências pela manutenção da qualidade conquistada, construção de várias obras físicas e inovações na administração das atividades acadêmicas, que até aqui descrevemos – foram acompanhados, ao longo do período, pela reorganização interna do planejamento institucional, agora em condições de se tornar mais coerente com as efetivas necessidades e possibilidades institucionais e, por isso, mais consequente. Desenvolveram-se, a partir daí, várias ações com o objetivo de “traçar metas e elaborar estratégias em consonância com as necessidades locais e tendências mundiais” (Balanço Social 2004, p. 4).

Os reverses dessas ações não serão aqui estudados, já que outra etapa de trabalho contemplará a complexidade e a amplitude da História Imediata da Instituição.

---

2001. Importante frisar que, ao final dos “Anais do Seminário”, são apresentadas as “Considerações Finais”, sintetizadas nos “Elementos para um Novo Perfil de Instituições de Ensino Superior e Pesquisa”, além de uma carta ao Ministro da Educação do Brasil.

<sup>136</sup> Para acesso ao programa e todos os pronunciamentos ver os Anais do Seminário, publicados pela Editora Univates, 2005.

\*\*\*\*\*

Para encaminhar nossa (in)conclusão, vamos escancarando um dos pontos-chaves que explica o veloz e explosivo crescimento da Univates verificado nos limites da década de 1990: um corpo dirigente ou docente sozinho não faria a diferença. Mas os dois em conjunto, mais a resposta da região, sim. Porque, quando se foram definindo a direção e a linha do crescimento, no agitado contexto dos anos 1990, decidiu-se calçá-lo precisamente no quadro discente que preferisse apostar no Vale, a se estabelecer nos grandes centros urbanos.

Ficou constatado que, se por um lado houve docentes que souberam acudir a essa demanda, por outro lado, foi plenamente convincente e até surpreendente o número de cidadãos e cidadãs do Vale, jovens e adultos, que demonstraram preferir a continuação de suas atividades locais ao deslocamento geográfico, quando da formação em nível superior.

O contexto da passagem entre os séculos XX e XXI também terá contribuído com sua dose de influência no crescimento do Ensino Superior na região do Vale do Taquari, na medida em que foi marcado pela preocupação com a alteridade, pelos questionamentos mundiais sobre “globalização” e pelas tentativas de sobrevivência dos modelos de desenvolvimento locais e regionais. O que, então, se fez foi instalar no Vale o espaço institucional desse tipo de debate. Pela primeira vez em sua história a região se encontrou como região para discutir bases científicas e técnicas das possibilidades e das formas de sua sobrevivência no mundo ‘globalizado’. Isso foi possível porque agora havia a Univates, cuja atuação acadêmica passara a inspirar particular confiança na sociedade local a partir da segunda metade da década de 1990.

Os entrevistados foram unânimes em mencionar o que denominaram de “espírito da Instituição”, traduzido em seriedade e lisura, como sendo um legado histórico, um valor que não pode ser perdido no processo de crescimento e expansão, ainda em curso, pelas pessoas que estão por trás dos cargos e de cada serviço e setor.

Serão esses predicados que continuarão alçando à categoria de atores e protagonistas do cenário as pessoas que fizeram e fazem a Instituição acontecer.

## (In)Conclusão

[Reforçamos aqui algumas premissas, como] [...] a consciência de que nunca possuiremos todos os testemunhos do passado, portanto, nossas respostas serão sempre limitadas (Félix, 1998, p. 5).

Parafraseando Becker (2009), vamos fazendo, e imediatamente desfazendo e refazendo o feito, convencidos de que nada pode ser dito pronto, acabado, seja a obra aqui, em forma de texto, ou a obra material e imaterial em si, a Univates.

Quanto ao texto, está agora enclausurado por um caprichado trabalho gráfico que o prenderá para sempre entre uma capa e uma contracapa. De nossa parte, é esse o sentimento exato. E literalmente enxergamos a ‘angústia’ do texto, a inquietação das palavras, frases, citações e parágrafos que se encolhem por entre espaços prontos a implodir em qualquer momento diante da incompletude que os cerca por todos os lados. Cada termo está cercado de impaciência, porque não podemos e não queremos nós, historiadores – igualmente em constante (re)fazer, (des)montar, (re)construir –, dar conta de tanto passado e de sua imbricação com o presente.

E, para não concluir, a frase que lá está, nas primeiras palavras da introdução, torcendo para que a busquemos neste instante, porque se sabe oportuna também para estar antes do ponto final: “a verdade em história continua assim em suspenso, plausível, provável, contestável, em suma, sempre em curso de reescrita” (Ricceur *apud* Elmir, 2004, p. 11).



## O posfácio

Ah, conserva as ilusões! Pois não sonham  
melhor os sábios do que os loucos!  
(Charles Baudelaire, 2001, p. 165).



## Referências, fontes e locais de pesquisa

[...] todas as fontes são representativas e, afinal, todas elas lançam também um véu sobre a realidade objetiva. Eu diria que há fontes abundantes, e outras que não o são; há fontes isoladas, que jorram de repente e nos revelam muita coisa, e outras, ao contrário, insignificantes, minúsculas, **apenas algumas gotas, e que temos de captar, drenar, reunir, tratar em conjunto** [...] (Duby *apud* Félix, 1998, p. 87; grifo da autora).

### 1. Livros e artigos

ADAMATTI, Ivo; IOPPI, Maria do Carmo. **Coletânea de legislação do ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Caxias do Sul: EDUCS, 1982.

AGOSTINI, Cíntia; BANDEIRA, Pedro Silveira; DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento contemporâneo e seus (des)caminhos: a contribuição da obra de Dinizar Becker**. Lajeado: Univates, 2009.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 1, n. 1, 2001.

ALBERTI, Verena. História Oral e arquivos. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. SP: UNESP, FAPESP, 1999.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. SP: Moderna, 1996.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos** (v. I). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. SP: Martin Claret, 2001.

BEBIANO, Rui. **Temas e problemas da história do presente**. Disponível em: <<http://ruibebiano.net/docs/estudos/hrecente.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

BECKER, Dinizar Fermiano. Desenvolvimento contemporâneo: processo de globalização e/ou fragmentação? **Estudo & Debate**. Lajeado, v. 2, n. 1, 1995.

\_\_\_\_\_. O conhecimento se fazendo. *In*: AGOSTINI, Cíntia; BANDEIRA, Pedro Silveira; DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento contemporâneo e seus (des)caminhos: a contribuição da obra de Dinizar Becker**. Lajeado: Univates, 2009.

BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos** (v. I). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da História. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERSCH, Roque Danilo. **Breve relato sobre minha participação e acompanhamento de fatos relacionados com o Ensino Superior no Vale do Taquari**: Roque Danilo Bersch. Lajeado, 2008 (Texto não publicado).

\_\_\_\_\_. A natureza jurídica da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES): pública ou privada? *In*: BERSCH, Roque Danilo. **Breve relato sobre minha participação e acompanhamento de fatos relacionados com o Ensino Superior no Vale do Taquari**. Lajeado, 2008 (Texto não publicado – Anexo 1).

\_\_\_\_\_. Evolução dos fatos e das tratativas para a fixação da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) – depois Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES: aquisição de área. *In*: BERSCH, Roque Danilo. **Breve relato sobre minha participação e acompanhamento de fatos relacionados com o Ensino Superior no Vale do Taquari**. Lajeado, 2008 (Texto não publicado – Anexo 2).

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento na inauguração do Complexo Esportivo do Centro Universitário Univates**. 2007 (Texto não publicado).

BERSCH, Roque Danilo. Centro Universitário Univates: um centro universitário comunitário. *In*: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

BOHN, Mariasinha B. A expansão do Ensino Superior. **Signos**. Lajeado, ano 1, n. 2, nov. 1976.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? *In*: BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Org.). **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Rio de Janeiro: COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, 1968.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. *In:* SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. SP: UNESP, FAPESP, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Repensando a construção do espaço.** Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v3n1/ciro.htm>>. Acesso: 2 jan. 1998.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES. Banco de Dados Regional. **Perfil do Vale do Taquari.** Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acesso em: 05 jan. 2009a.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES. Banco de Dados Regional. Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acesso em: 8 jun. 2009b.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES. **Vídeo campanha Publicitária.** Disponível em: <[www.univates.br/40anos/video.php](http://www.univates.br/40anos/video.php)>. Acesso em: 3 jun. 2009c.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES. **Projeto Pedagógico Institucional.** Lajeado: Univates, 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES. **Conceito de qualidade de ensino e outros elementos importantes na elaboração do plano de desenvolvimento institucional do Centro Universitário Univates:** na ótica da comunidade acadêmica; na ótica da comunidade regional: atividades realizadas em 2001 e 2002. Lajeado: Univates, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – RS. **Coletânea de leis de ensino**. Porto Alegre, 1981.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira. (Org.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

DECRETO-LEI n. 405, de 31 de dezembro de 1968. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 3 nov. 2008.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas/SP: Papirus, 1997.

EINLOFT, Norma Lai von Mühlen (Org.). Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, n. 1, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. **A história devorada**. Porto Alegre: Escritos, 2004.

FAVARO, Cleci Eulália. **Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio**. SP: Loyola, 1988.

FELIX, Loiva Otero. **História & memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

\_\_\_\_\_. Política, memória e esquecimento. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Usos de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre**. Passo Fundo: Ediupf, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** SP: Alfa-Omega, 1975.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Disponível em: <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>>. Acesso: 4 dez. 2006.

FONTANA, Josep. Repensar a história para reprojeter o futuro. *In*: FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da História Oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. *In*: CHAUVEAUD, Philippe; TÉTARD, Agnes (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2007.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Legitimidade e utilidade da História: canções, moinhos e outras coisas. *In*: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al (Org). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

HARRITS, Kirsten Folke e SHARNBERG, Ditte. Encontro com o “contador de histórias”: um processo de aprendizado mútuo. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, v. 3, n. 3, jun. 2000.

HOBSBAWN, Eric. O presente como história. *In*: HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. *In*: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAZZARI, Ney José e HEBERLE, Dalor Roberto. Perfil dos candidatos ao concurso vestibular da FATES em 1987. **Signos**. Lajeado, ano 12, n. 22, mar. 1988.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. SP: UNESP, 1992.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. SP: Companhia das Letras, 2001.

MACHADO, Ana Maria Netto. **Universidades Comunitárias**: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. *In*: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1992. São Paulo: Ática, 2006.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). *In*: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau. **República**: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007 (v. 4 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, v. 3, n. 3, jun. 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NOGUEIRA, Marly. **Considerações acerca do conceito de lugar geográfico**: a singularidade socialmente produzida. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/eixo3/E3-026.htm>>. Acesso: 19 jul. 2004.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n. 3, jun. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que chamam micro. *In*: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? *In*: CHAUVEAUD, Philippe; TÉTARD, Agnes (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil** (1930/1973). Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **A história do presente como tempo da memória**. Disponível em: <<http://www.seminalio.pro.br/4-1-2006/Ant%F4nio%20Fernando%20de%20Ara%FAjo%20S%E1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 1998.

SCHAEFER, Sergio. Ensino Superior: pseudodemocratização e aparente neutralidade. **Signos**. Lajeado, ano 8, n. 15, nov. 1983.

SCHEIBEL, Maria Fani. Aspirações dos alunos concluintes do Ensino de 2º grau, das Escolas da área de influência da FATES. **Signos**. Lajeado, ano 10, n. 19, dez. 1985.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **LAJEADO I**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **LAJEADO II**: APEUAT – Raízes do Ensino Superior. Lajeado: José Alfredo Schierholt Editor, 1995.

SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SCHNEIDER, Dalia. A universidade na conjuntura atual. **Signos**. Lajeado, ano 3, n. 5, nov. 1978.

SCHUCH, Vitor Francisco (Org.). **Lei de diretrizes e bases da educação nacional e o magistério**. Porto Alegre: Sulina, 1972.

SEMINÁRIO Universidades Regionais Brasileiras: elementos para uma proposta (2004: Lajeado, RS). Lajeado: UNIVATES, 2005.

SEMINÁRIO NACIONAL DE CENTROS UNIVERSITÁRIOS E SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR. 2001, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Univates, 2001.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.** SP: UNESP, FAPESP, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: Micro-História.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em História.** SP: Ática, 2000.

ZORZI, Isidoro. Universidade de Caxias do Sul: um exemplo do modelo de universidade. *In: SCHMIDT, João Pedro (Org.).* **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

## 2. Fontes impressas (Jornais e Revistas)

BERSCH, Roque Danilo. A expansão do ensino superior no Vale do Taquari. **Jornal da FATES.** Lajeado, ano 1, n. 1, p. 2, jul. 1992.

Jornal da FATES. Lajeado, ano 1, n. 1, p. 7, jul. 1992. [Acervo da Biblioteca da Univates].

Jornal Nova Geração, edições de: 19 de outubro de 1968, n. 143; 11 de maio de 1974, n. 421; 1º de maio de 1974, n. 420; 13 de julho de 1974, n. 430; 24 de agosto de 1974, n. 433 [Acervo do Jornal Nova Geração de Estrela].

Jornal O Informativo, edições de: 18 de maio de 1974; 7 de outubro de 1978; 10 de outubro de 1978; 17 de outubro de 1978 [Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado]; 06 de abril de 1985; 1º de agosto de 1985; 6 de agosto de 1985; 2 de novembro de 1985, p. 12; 14 de setembro de 1985; [Acervo da Biblioteca da Univates]; edição de 11 de maio de 1985; 18 de maio de 1985 [Acervo do Arquivo Central da Univates]; .

**Revista Conheça o Vale do Taquari**, agosto de 1969, ano 01, n. 08 [Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado].

**Revista Signos**. Lajeado, ano 3, n. 5, nov. 1978 [Acervo do CMDPU].

**Revista Signos**. Lajeado, ano 8, n. 15, nov. 1983 [Acervo do CMDPU].

**Revista Signos**. Lajeado, ano 10, n. 19, dez. 1985 [Acervo do CMDPU].

**Revista Signos**. Lajeado, ano 6, n. 11, nov. 1991 [Acervo do CMDPU].

### **3. Fontes manuscritas**

(LA 01) Livro de Atas n. 01 da Diretoria da APEUAT – Atas n. 01 a 15, de 23 de março de 1964 a 26 de março de 1971. Acervo do CMDPU.

(LA 02) Livro de Atas relacionadas ao Curso de Suficiência da UFRGS – Atas n. 01 a 10, de 15 de julho de 1965 a 9 de agosto de 1965. Acervo do CMDPU.

(LA 03) Livro de Atas das Assembleias Gerais da FATES – Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) – Atas n. 02 a 38, de 20 de agosto de 1974 a 30 de novembro de 1996 (p. 01-67). Acervo do CMDPU.

(LA 04) Livro de Atas das Reuniões do Conselho Diretor da FATES – de 4 de setembro de 1974 a 27 de outubro de 1983 (p. 001-100). Acervo do CMDPU.

(LA 05) Livro de Atas do Conselho Deliberativo da APEUAT – ata n. 2 a 12, de 19 de setembro de 1964 a 14 de novembro de 1972. Acervo do CMDPU.

(LA 06) Livro de presenças – outubro de 1974 a 28 de junho de 1984. Acervo do CMDPU.

(LA 07) Livro que registra uma ata (p. 1-3), datada de 25 de agosto de 1973; e o registro de presenças das Assembleias Gerais da FATES – 18 de março de 1978 a 11 de março de 2000 (p. 4-36). Acervo do CMDPU.

(LA 09) Atas das “Reuniões de professores do campus universitário de Lajeado” - ata n. 01 a 23, de 28 de fevereiro de 1970 a 10 de maio de 1984. Acervo do CMDPU.

(LA 10) Reuniões do Conselho Departamental – 26 de agosto de 1972 a 3 de março de 1985. Acervo do CMDPU.

(LA 11) Livro de atas n. 01 do CSAA – Conselho Superior Acadêmico Administrativo – 11 de dezembro de 1984 a 18 de maio de 1987. Acervo do CMDPU.

(LA 12) Livro de atas n. 02 do CSAA – Conselho Superior Acadêmico Administrativo – 1º de junho de 1987 a 27 de maio de 1993. Acervo do CMDPU.

(LA 13) Livro de atas n. 03 do CSAA – Conselho Superior Acadêmico Administrativo – 21 de junho de 1993 a 26 de dezembro de 1996. Acervo do CMDPU.

(LA 14) Livro de Atas de Assembleias Gerais da Associação dos Antigos Alunos do Colégio São José de Lajeado. 22 de julho de 1949 (p.01) a 2 de setembro de 1962 (p.31). Acervo particular da Casa Marista de Lajeado. Lajeado, RS.

(LA 15) Livro de Atas n. 2, do Conselho Deliberativo da Associação dos Ex-Alunos Maristas – ata n. 67 a 90, de 8 de outubro de 1959 a 9 de novembro de 1963. Acervo particular da Casa Marista de Lajeado. Lajeado, RS.

(LA 16) Livro n. 02 de Atas das Reuniões do Conselho Diretor da FATES – de 4 de setembro de 1974 a 27 de outubro de 1983 (p. 001-100). Acervo do CMDPU.

(LA 17) Livro n. 03 de Atas das Reuniões do Conselho Diretor da FATES – de 4 de setembro de 1974 a 27 de outubro de 1983 (p. 001-100). Acervo do CMDPU.

(LA 18) Livro de Atas das Assembleias Gerais da FATES – 1974-1997. Acervo do CMDPU.

(LA 19) Livro de Atas n. 2, do Diretório Central Integrado/ Diretório Central de Estudantes – novembro de 1988 a julho de 1999. Acervo do DCE.

(LP 01) Livro de Portarias do Conselho Diretor da FATES – 1973 a junho de 1992. Acervo do CMDPU.

(LP 02) Livro de Portarias do Conselho Diretor da FATES – julho de 1992 a 1995. Acervo do CMDPU.

(LP 03) Livro de Portarias do Conselho Diretor da FATES – janeiro de 1995 a março de 1997. Acervo do CMDPU.

(LT) Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyolla, v. IV, 1962-1994. Acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyolla.

#### **4) Acervos e Locais de Pesquisa**

Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado. Lajeado, RS.  
Acervo do Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul – CEDOC/UCS. Caxias do Sul, RS.  
Acervo do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates. Lajeado, RS.  
Acervo do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. Lajeado, RS.  
Acervo do DCE Univates. Lajeado, RS.  
Acervo do Jornal Nova Geração. Estrela, RS.  
Acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyola. Lajeado, RS.  
Acervo particular de Ney Santos Arruda. Lajeado, RS.  
Acervo particular de Lauro Steyer. Porto Alegre, RS.  
Acervo particular de Roque Danilo Bersch. Arroio do Meio, RS.  
Acervo particular de Maria Fani Scheibel. Porto Alegre, RS.  
Acervo particular de Genuíno Ferri. Encantado, RS.  
Acervo particular da Casa Marista de Lajeado. Lajeado, RS.  
Acervo de revistas e jornais da Biblioteca da Univates. Lajeado, RS.

#### **5 Fontes orais – entrevistas transcritas<sup>137</sup>**

ARRUDA, Ney Santos. Depoimento oral. Lajeado, 15 de agosto de 2006a.

\_\_\_\_\_. Depoimento Oral. Lajeado, 3 de outubro de 2006b.

\_\_\_\_\_. Depoimento oral. Lajeado, 24 de outubro de 2006c.

\_\_\_\_\_

<sup>137</sup> As fitas e referidas transcrições estão disponíveis no acervo do CMDPU.

\_\_\_\_\_. Depoimento oral. Lajeado, 14 de novembro de 2006d.

\_\_\_\_\_. Depoimento oral. Lajeado, 6 de novembro de 2008e.

BENTZ, Ione Maria Ghisleni. Depoimento oral. Lajeado, 23 de novembro de 2006a.

\_\_\_\_\_. Depoimento oral. Lajeado, 23 de novembro de 2006b.

BERGAMNN, Vanda. Depoimento oral. Lajeado, 6 de setembro de 2007.

BERSCH, Roque Danilo. Relatório de depoimento oral. Lajeado, 06 de junho de 2006 *et al.*

BRAUN, João Antônio. Depoimento oral. Lajeado, 15 de janeiro de 2008.

CARDOSO, Rosane Maria. Depoimento oral. Lajeado, 15 de janeiro de 2008.

CHEMIN, Lindo. Depoimento oral. Porto Alegre, 28 de novembro de 2006.

CHEMIN, Beatris Francisca. Relatório de depoimento oral. Lajeado, 28 de maio de 2009.

CORBELLINI, Darci José. Depoimento oral. Lajeado, 13 de dezembro de 2006.

DALPIAN, Laurindo. Depoimento oral. Lajeado, 12 de fevereiro de 2008.

DIERSMANN, Venâncio Eugênio. Depoimento oral. Lajeado, 13 de setembro de 2007.

ENZWEILER, Maria Olinda. Depoimento oral. Porto Alegre, 28 de novembro de 2006.

FERRI, Flávio. Depoimento oral. Lajeado, 15 de janeiro de 2008.

FERRI, Genuíno. Depoimento oral. Encantado, 4 de janeiro de 2007.

FROZZA, Elisa Maria. Depoimento oral. Lajeado, 2 de outubro de 2007.

GRASSI, Marlise Heemann. Depoimento oral. Lajeado, 15 de janeiro de 2008.

GÜNTZEL, Paulo V.; JÄNISCH, Helemar José. Depoimento oral. Lajeado, 14 de junho de 2007.

HÄDRICH, Marisa Martins. Depoimento oral. Lajeado, 22 de outubro de 2007.

HEBERLE, Dalor. Depoimento oral. Lajeado, 4 de outubro de 2007.

JÄNISCH, Helemar José. Depoimento oral. Lajeado, 2 de outubro de 2007.

KIST, Ivete Susana. Depoimento oral. Lajeado, 15 de dezembro de 2006.

LAZZARI, Ney José. Depoimento oral. Lajeado, 4 de outubro de 2007a.

LAZZARI, Ney José. Depoimento oral. Lajeado, 5 de outubro de 2007b.

LOPES, Rogério. Relatório de depoimento oral. Lajeado, 13 de dezembro de 2006.

MARIANTE, Maria Alvina Pereira. Depoimento oral. Lajeado, 19 de outubro de 2007.

OPPERMANN, Lauro. Depoimento oral. Montenegro, 21 de novembro de 2006.

PARIZOTTO, Benilde Cecconello. Depoimento escrito. Lajeado, 4 de junho de 2009.

PETRY, Luiz Inácio. Depoimento escrito. Lajeado, junho de 2009.

SALVI, Eloni. Depoimento oral. Lajeado, 19 de outubro de 2007.

SANTOS, Ely Souto dos. Relatório de depoimento oral. Porto Alegre, 28 de novembro de 2006.

SCHABBACH, Antonio Alair. Depoimento oral. Lajeado, 21 de setembro de 2007.

SCHEIBEL, Maria Fani. Depoimento oral. Lajeado, 7 de dezembro de 2007.

SCHNEIDER, Dalia. Depoimento oral. Lajeado, 22 de outubro de 2007.

SCHREINER, Ingo. Depoimento oral. Lajeado, 15 de janeiro de 2008.

SCHREINER, Renate. Depoimento oral. Lajeado, 19 de outubro de 2007.

SCHUCK, Rogério José. Depoimento oral. Lajeado, 18 de outubro de 2007.

SCHUMACHER, Cláudio Pedro. Depoimento oral. Lajeado, 13 de setembro de 2007.

SLAVIERO, Félix Natal. Depoimento oral. Lajeado, 25 de novembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Depoimento oral. Lajeado, 25 de novembro de 2006.

STEYER, Lauro. Depoimento oral. Porto Alegre, 26 de julho de 2007.

STOLL, Raul Roberto. Depoimento oral. Lajeado, 15 de janeiro de 2008.

TOGNI, Ana Cecília. Depoimento escrito. Lajeado, maio de 2009.

UHRIG, Guilherme. Depoimento Oral. *In: Vídeo Raízes do Ensino Superior no Vale do Taquari, Parte 2 [Sonora]*. Ficha técnica: Alex Bender Leiza, Gabriela Quevedo, Tiago Medeiros. Lajeado, maio de 2009.

UHRIG, Rosangela Salvatori. Relatório de depoimento oral. Lajeado, 18 de junho de 2009.

VALKIMIL, Elânia L. J. Depoimento escrito. Lajeado, 4 de junho de 2009.

ZANATTA, Adolfina. Relatório de depoimento oral. Lajeado, 18 de junho de 2009.

## 6. Fontes iconográficas

Acervo fotográfico do CMDPU<sup>138</sup>.

Vídeo Raízes do Ensino Superior no Vale do Taquari, Parte 2. Ficha técnica: Alex Bender Leiza, Gabriela Quevedo, Tiago Medeiros. Lajeado, maio de 2009.

---

<sup>138</sup> O acervo de fotografias e filmes não foi explorado exaustivamente, ficando isso para uma próxima etapa do Projeto Memória Univates. As fotografias constam no acervo do CMDPU e os vídeos institucionais, no acervo da Biblioteca da Univates e do Setor de Comunicação da Instituição.

## ANEXO 1

# A NATUREZA JURÍDICA DA FUNDAÇÃO ALTO TAQUARI DE ENSINO SUPERIOR (FATES): PÚBLICA OU PRIVADA?<sup>139</sup>

*Roque Danilo Bersch*

### 1 FATES: antecedentes e criação

A Associação Pró-Ensino Superior do Alto Taquari (APEUAT) firmou convênio com a Universidade de Caxias do Sul (UCS) em 1968, com base no qual esta instalou o Ensino Superior em Lajeado. No convênio entre as duas instituições, a UCS se responsabilizava pela legalidade e qualidade acadêmica dos cursos – relações com o MEC – e a APEUAT, pela responsabilidade civil e pela manutenção.

A rigor, a APEUAT era uma entidade fraca do ponto de vista da capacidade operacional: não tinha patrimônio e a receita limitava-se à arrecadação das mensalidades dos alunos. Obtido o objetivo primeiro – e, assim penso eu, o mais difícil e decisivo – de implantar na cidade um curso superior ao abrigo da Lei, Lajeado precisava dar o segundo passo: garantir as instalações para certo período de tempo e um recurso para investimentos em biblioteca e outros equipamentos.

Já ao tempo do prefeito Bruno Born, essas questões estavam sendo encaminhadas, pelo que se lê nos documentos, pois que Born destinara recursos para a causa.

---

<sup>139</sup> O presente relato se insere no texto “Breve relato sobre minha participação e acompanhamento de fatos relacionados com o Ensino Superior no Vale do Taquari”, do mesmo autor. Ele não se baseia em pesquisa, mas na memória. Em algumas passagens o autor recorreu a documentos para se certificar de dados, datas ou nomes mal guardados, a fim de ordenar cronologicamente as memórias e evitar discrepâncias.

Quando Dalton de Bem Stumpf assumiu a prefeitura, a municipalidade continuou apoiando os esforços, com verbas para despesas várias, especialmente deslocamentos. Agora, tratava-se de construir as instalações. Provisoriamente, as atividades estavam abrigadas em prédios cedidos ou alugados.

Para facilitar a transferência de recurso público à entidade promotora da implantação do Ensino Superior, convinha substituir o formato jurídico de 'associação' pelo de 'fundação', além de, é claro, seguir convencendo a sociedade da importância do elevado investimento que, por alguns anos, exigiria a consolidação da causa.

Foi no momento histórico da criação da fundação que as atenções se voltaram aos ocupantes, de então, da Prefeitura Municipal: as lideranças do MDB. Queria-se garantir que, uma vez 'fundação', a entidade continuaria recebendo o recurso independentemente dos 'ventos políticos' que costumam influenciar a aplicação de recursos públicos. Para tanto, nada melhor que uma lei. Como se tratava de lei onerosa para o Município, o encaminhamento tinha de ser feito pelo Executivo.

Das costuras entre os dois grupos políticos – ARENA e MDB – tecidas, como inúmeras vezes ouvi contar, pelo padre Érico Schmitz e pelo promotor público Albano Mallmann, resultou o texto da Lei nº. 2.575, de 16/11/1972, que não apenas destinava à entidade um valor de 800 salários-mínimos anuais atualizados a cada ano pelo índice de aumento do próprio salário-mínimo<sup>140</sup> e lhe assegurava a transferência da área de cerca 60 hectares sobre a qual funcionava o recém-destivado Posto Agropecuário ali mantido pelo Ministério da Agricultura, quando essa área voltasse à propriedade do Município, mas que se tornava a própria Lei de Criação da FATES, com a aprovação do respectivo estatuto.

Assim nascia a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES), sucessora da APEUAT, da qual assumia as obrigações e os direitos, além dos bens referidos.

---

<sup>140</sup> Era tempo de inflação e a referência ao salário mínimo tornava-se uma garantia contra a desvalorização da moeda, livrando a Entidade da necessidade de constantes lutas pela atualização do valor.

\*\*\*\*\*

## 2 Ambiguidade jurídica

Na Lei de Criação assim se lê: ‘pessoa jurídica de direito privado’; e assim ela foi encarada e tratada, tanto que, após o ato público de sua criação, ela foi registrada no Cartório do Registro Civil, berço das pessoas jurídicas de direito privado.

O somatório dessas características da origem da FATES resultou na ambiguidade de sua natureza jurídica: apesar de registrada no Cartório como de natureza privada, o fato de ter sido instituída pelo Poder Público e deste ter recebido o patrimônio inicial e a garantia legal de significativa verba anual insinuavam suficientemente o seu DNA de instituição estatal, para que este fosse invocado cada vez que alguém quisesse fazer prevalecer essa visão; o fato de estar escrito em sua ‘certidão de nascimento’ que ela era privada aliado ao de, efetivamente, viver de receita própria, advinda de serviços remunerados, indicava que ela era, com efeito, uma instituição de natureza privada e, assim, autônoma em relação ao Município.

O presente texto não pretende dissertar sobre a questão jurídica, muito menos opinar sobre alternativas que teriam sido possíveis quando da criação, mas tão somente relatar sucintamente, para registro da memória institucional, o sem-número de dificuldades, prejuízos, que advieram da ambiguidade, as ameaças que o fato de ela ser vista como ente de direito público representava, ainda no final dos anos 90, e, finalmente, a solução encontrada.

## 3 Relação com o Município

No plano das relações com o Município, essa questão nunca se apresentou, de fato, como um problema, mesmo quando, quase trinta anos depois, para se encontrar uma solução para a situação, a FATES resolveu ingressar com uma ação judicial que envolveu a Municipalidade. As dificuldades do repasse do valor inicialmente

proposto e aprovado em lei foram de outra natureza. Já em 1975 a legislação federal tornou confusa a questão, quando proibiu a vinculação de débitos ao valor do salário mínimo e criou o 'salário referência'. Além disso, deve-se registrar que, ao longo dos anos, ora sob a forma de cedência de pessoal, ora por meio de algum calçamento ou outro serviço, uma vez até sob a forma de pagamento de bolsa para titulação de um professor, ou, mesmo, em dinheiro, sempre chegou algum recurso municipal à Instituição; e, a partir da nova Lei Orgânica, de 1990, o Município se comprometeu a contribuir com a instituição comunitária local de Ensino Superior com a verba anual correspondente a 1% (um por cento) dos seus gastos em Educação.<sup>141</sup>

\*\*\*\*\*

#### **4 A FATES no Conselho Federal de Educação – CFE**

O tratamento dispensado à FATES pelo Conselho Federal de Educação, em meados da década de 1970, pouco após o reconhecimento dos cursos de Letras na FELAT (1975) e Ciências Econômicas e Contábeis na FACEAT (1976). Os cursos haviam sido instalados pela UCS, sem necessidade de autorização pelo CFE, apesar de ser fora da sede da universidade, por força do Decreto n°. 405, de 31/12/1968. No Diário Oficial, o reconhecimento de ambas saiu publicado em nome daquelas duas faculdades – como mantidas pela FATES.

Mesmo assim, os pedidos de autorização de abertura dos cursos de Administração e de Ciências Exatas e Biológicas encaminhados no tempo do presidente Odilo Becker ao MEC ficaram trancados (ou foram sumariamente arquivados?) logo a seguir, no Conselho Federal. Em 1979, após a renúncia de Becker à Presidência da FATES,

---

<sup>141</sup> Até hoje, esta mesma situação continua vigente, com o detalhe de que, no momento, a União trava conhecida batalha judicial com alguns estados, com vistas a esclarecer a competência do acompanhamento do Ensino Superior e as obrigações que as IES mantidas pelos estados ou municípios têm com o MEC.

Lauro Oppermann, secretário executivo do CD/FATES, foi enviado a Brasília para fazer uma busca dos processos. Para sua surpresa, ouviu no CFE que a FATES não era credenciada como mantenedora de Ensino Superior, nem poderia sê-lo, eis que se tratava de fundação municipal. Pela legislação, o CFE regulava e acompanhava as IES federais e as de dependência administrativa privada, pertencendo as mantidas pelos estados da federação e pelos municipais à alçada dos respectivos estados. 4 Teria sido o episódio do reconhecimento anterior, dos cursos e das duas faculdades, em nome da FATES, um cochilo da Comissão Geral de Legislação e Normas do MEC?

De qualquer forma, cumpria primeiramente montar um expediente de recurso da atual decisão do CFE, com base nos procedimentos anteriores, o que, após o necessário período de tramitação, resultou em nova negativa da autoridade federal.

Foi organizado novo expediente, desta vez ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Este, depois de ter analisado e apreciado a matéria, devolveu-a, também com resposta negativa. Informalmente a Presidência do CEE nos acenara com esse provável desfecho, diante do fato de que o Conselho Estadual não tinha tradição, regramentos nem condições técnicas para assumir a tarefa. Tudo isso se deu pelos anos de 1979, 1980 e desse vai-e-vem existem alguns documentos nos arquivos da FATES, como, por exemplo, a negativa por parte do CEE.

Com a declinação do CEE em mãos, nova investida foi feita em Brasília.

Na verdade, o CFE encontrava-se numa posição incoerente, contraditória, uma vez que os reconhecimentos anteriormente concedidos aos cursos em 74 e 75 continuavam atos jurídicos perfeitos com consequências em vigor. Dezenas de diplomas haviam sido concedidos por força dos mesmos. Creio que foi esse conjunto de situações, além de uma série de relações pessoais que nosso diretor administrativo tinha com membros do CFE<sup>142</sup>, que acabou

---

<sup>142</sup> Lauro Oppermann estudara e atuara como padre. No CFE, havia vários ex-colegas seus, como conselheiros, entre eles dois arcebispos. Além disso, Oppermann era conterrâneo do então secretário Geral do CFE, o qual, na ocasião, visitou a FATES para conhecer a situação *in loco*.

provocando a reformulação do conceito que o Colegiado até aí fazia da situação e motivou os conselheiros para aceitar nossos novos pedidos para análise. Nossos processos voltaram a tramitar. Em 1984, último ano da gestão do CD/FATES que precedeu a posse de Ione Bentz na fundação, a implantação dos cursos foi autorizada. Uma tramitação de cerca de nove anos.

\*\*\*\*\*

## **5 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS: filantropia**

Encontrei no livro de atas das reuniões da Assembleia Geral da FATES, nas reuniões gerais de 15/03/1986 e de 14/03/1987, alusões à importância do Certificado de Filantropia e ao tempo que se perdera por não buscá-lo antes. Tenho lembrança de que essa não era a primeira vez que se pleiteava o credenciamento, mas somente uma pesquisa em outros documentos dará informação objetiva.

Como presidente da FATES a partir de 1990, a professora Marisa Martins, dedicou grande ênfase ao assunto<sup>143</sup>. Encaminhou-se expediente ao CNAS (então CNSS) solicitando o certificado. Tivemos, então, duas surpresas – ‘uma boa e outra má’: descobrimos que a FATES estava registrada naquele conselho, somente não se habilitara, com ações de gratuidade e com as necessárias formalidades, para fazer jus ao certificado e, então, pleiteá-lo; na mesma ocasião, porém, no exame preliminar – natureza da FATES, constituição e situação legal – do nosso pedido de certificado, este foi sumariamente negado, por se tratar de ‘fundação de direito público’, de natureza estatal<sup>144</sup>. Pior ainda, foi-nos cassado o próprio registro, que nunca mais readquirimos.

---

<sup>143</sup> Ata N. 07/90 das reuniões do Conselho Diretor.

<sup>144</sup> Do ponto de vista da Administração Pública, uma entidade estatal presta serviços gratuitamente e com recurso público proveniente do seu instituidor. Portanto, não recolhe ao INSS as obrigações sociais, nem paga outros tributos dos quais o Certificado de Filantropia haveria de a dispensar.

Demonstrando contabilmente que a participação do recurso público efetivamente era insignificante – na época não chegava a cinco por cento do orçamento de FATES – e que a fundação se administrava autonomamente, sem interferência do órgão estatal instituidor, recorreremos em todas as instâncias administrativas, mas em vão.

Não me lembro de a dificuldade ter sido enfrentada mais uma vez, a partir de então, antes da transformação da FATES em FUVATES, como se verá adiante.

O assunto merece as presentes considerações porque, enquanto isso, as entidades congêneres do Estado e do País, nossas concorrentes, contando com o recurso da filantropia, tinham condição privilegiada de operar e praticar preços – muitas vezes até com a burla da legislação, estipulando previamente preços mais elevados do que os necessários e dando aos alunos um desconto linear geral, o qual era compensado pelo recurso da filantropia.

\*\*\*\*\*

A partir de 2000, ano de substituição da FATES pela FUVATES, a busca do Certificado de Filantropia mereceu novo enfoque. Praticamente todo o valor pago mensalmente pela Instituição por conta das obrigações sociais estava, já nessa época, envolvido na contrapartida do programa federal do Financiamento do Ensino Superior (FIES) e, portanto, habilitar-se ao Certificado de Filantropia em nome da nova fundação representaria a inviabilização do FIES, ao qual só se tinha acesso mediante o envolvimento dos valores devidos por conta das obrigações sociais. Claro, é verdade que os alunos contemplados por uma filantropia oficial teriam o benefício da gratuidade, ao passo que o programa FIES envolve financiamento. Por isso, o assunto também nunca saiu da pauta do Conselho da Mantenedora, agora Conselho de Administração da FUVATES – CA/FUVATES.

De momento, o elevado custo da obtenção do Certificado de Filantropia – vários anos de gratuidade antecipada – seguem inviabilizando a adesão à política oficial de ‘incentivo’ de ações filantrópicas.

Cabe uma palavra sobre o recente programa federal PROUNI, ao qual, até o momento, a Univates não aderiu.

Esse programa fundamenta-se na troca de valores de impostos por valores de semestralidades escolares, entre o Governo Federal e as IES. Como instituição ‘de natureza filantrópica’ a partir do seu estatuto e sua prática, a FUVATES está imune de impostos como IR, IPI e outros. Não tem, portanto, impostos a trocar com o Governo. O que as IES ‘de natureza filantrópica’ conseguem incluir na troca com o Governo, pelo programa PROUNI, são as obrigações sociais, desde que elas sejam portadoras do Certificado de Filantropia. Não é o caso da FUVATES.

\*\*\*\*\*

## **6 Tribunal de Contas do Estado – TCE**

### **6.1 Histórico das relações**

Desde o início da década de 1980, a FATES passou a ter dificuldades relacionadas com o Tribunal de Contas do Estado por conta da ambiguidade de sua natureza jurídica.

Até aquela data, os auditores públicos, quando em visita à Prefeitura Municipal de Lajeado, requeriam e examinavam os documentos relativos à aplicação das verbas municipais repassadas à fundação.

Quando assumi a presidência, em 1979, os funcionários Hugo Ewald e Paulo Güntzel nos alertaram de que, de ano a ano, os funcionários daquele tribunal envolviam em suas auditorias mais e

mais questões, argumentando que a FATES era entidade estatal, à semelhança de uma autarquia, tendo em vista ter sido criada por decreto público e recebido patrimônio público.

Enquanto a ação dos auditores se restringiu à auditoria das contas, pessoalmente não nos preocupávamos. Tratava-se, enfim, de uma auditoria gratuita, motivo de tranquilidade para os dirigentes.

A situação, contudo, passou a preocupar quando, depois de cada vez mais rotineira e tacitamente admitida por nós, a auditoria do TCE passou a ingerir nos procedimentos administrativos e burocráticos.

A primeira exigência foi a implantação da contabilidade pública.

Todas as argumentações apresentadas, inclusive visitas da Presidência ao Tribunal de Contas, ao Procurador de Fundações e à Procuradoria Geral do Estado, com o apoio do assistente jurídico, foram vãs. Ameaçava-nos a perspectiva de nos tornarmos um órgão municipal. Era apenas uma questão de tempo.

Efetivamente, a fiscalização pública estendeu gradativamente seus tentáculos sobre a fundação, terminando, por fim, a vir para Lajeado equipes com a tarefa única de auditar a FATES. E as exigências se ampliavam: plano público de cargos e salários, concursos para admissão de pessoal segundo o modelo exigido das repartições estatais (o que inviabilizava substituições razoáveis de docentes em casos de emergência) e assim por diante, até que, ao final, passaram a exigir em tudo a aplicação da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, que dispõe sobre os procedimentos administrativos nas entidades estatais.

Entretanto, durante a mesma época houve várias situações em que a FATES, ao se apresentar para celebrar parcerias ou credenciar-se para benefícios restritos a entes estatais, era sumariamente desclassificada na análise da situação jurídica, 'por se tratar de entidade que se sustenta de recurso privado, que cobra pelo serviço prestado, portanto, entidade particular'!

## 6.2 Ameaças futuras

A perspectiva de que a situação somente tenderia a piorar passou a ser um foco de preocupação permanente na agenda dos administradores da fundação. Imaginávamos futuras situações com reclamações de estabilidade funcional pública, a dependência total, das faculdades, da burocracia do regramento do Serviço Público, necessidade da tramitação pelo Legislativo Municipal do orçamento e dos planos de ação, das contas e dos relatórios, do plano de encargos e salários das IES, para nem falar da aprovação da designação e nomeação dos dirigentes da futura universidade pelo Município e assim por diante. Se tudo isso se consumasse, o caminho estava aberto para a volta da ameaça maior: a influência da cobiça por interferir na Instituição, por parte das paixões político-partidárias.

\*\*\*\*\*

Na história da APEUAT e da FATES, está claro que nunca fora a intenção dos fundadores transformar a APEUAT em uma fundação pública, tanto que a FATES fora registrada no Cartório do Registro Civil. Nem faria sentido submeter o Conselho Diretor da fundação a uma assembleia apartidária, plural e comunitária, se como instância final de decisão ainda houvesse, acima dessa assembleia, a Câmara Municipal. Tenho claro que tanto os fundadores como a maioria dos dirigentes municipais, à sua época, apoiaram sem qualquer restrição o CD/FATES e a Assembleia da FATES em seus esforços e iniciativas no sentido contrário: desvincular a Instituição de Ensino Superior da administração pública municipal.

\*\*\*\*\*

## **7 Soluções viáveis**

Em sua primeira reunião (06/01/1997), o Conselho Diretor da FATES eleito em final de 1996 resolveu tornar prioridade a solução da ambiguidade jurídica da nossa fundação. Segundo a assessoria jurídica, haveria, inicialmente, dois caminhos a examinar: uma ação declaratória, baseada, ou não, em situação factual de litígio judicial, ou então a extinção da FATES e sua substituição por nova fundação, de natureza indiscutivelmente privada.

Sem condições de intuir o sucesso em ambos os caminhos, nem o tempo que a tramitação de cada processo demandaria, o Conselho Diretor optou por trilhar simultaneamente as duas alternativas.

\*\*\*\*\*

### **7.1 Ação declaratória**

Havia tempo, o TCE anotava como irregularidade nas práticas da FATES o recolhimento do Imposto de Renda retido na fonte à Receita Federal (RF): sendo pública a fundação, esse imposto deveria destinar-se ao Instituidor, o Município. Já tinham ido e vindo várias correspondências nossas e do Município ao TCE, com argumentações, mas em vão. Decidimos provocar uma contestação formal da Receita Federal à nossa pretensão de passar a recolher o Imposto ao Município. De posse do documento, provocamos uma ação declaratória judicial, que decidisse quem era nosso credor.

\*\*\*\*\*

### **7.2 Substituição da Mantenedora**

Simultaneamente, porém, com a aprovação da Assembleia Geral da FATES, iniciou-se uma longa e penosa peregrinação pelos corredores do TCE e do Ministério Público (MP) – especificamente na

Procuradoria de Fundações – com o objetivo de encontrar a solução por outra via, nem que esta implicasse a substituição da mantenedora.

As divergências que existiam restringiam-se aos meandros dos aspectos técnicos e das questões das relações entre aqueles dois órgãos oficiais. Entre as partes interessadas no assunto – mantenedora, mantida e comunidade – não havia quem não concordasse com a mudança.

Primeiramente, mais uma vez pedimos um reestudo, no plano administrativo, sobre a possibilidade de uma interpretação segundo a qual, mantido o *status quo* da Instituição, fosse possível a atuação da FATES como pessoa jurídica de direito privado. Nada obtivemos, esgotando-se essa via.

Ao partir para a proposta de substituição da FATES por outra fundação, colocamos como premissa a necessidade de que, uma vez efetuada a troca, estaríamos com absoluta certeza e garantia livres de qualquer possibilidade de interpelação judicial por parte de quem quer que fosse, tanto no sentido da validade da substituição feita como no de poderem surgir renovadas ameaças de a nova fundação poder ser caracterizada de ‘pública’ pelo simples fato de ter recebido do município de Lajeado o patrimônio que pertencera à sua antecessora, inclusive aqueles bens que o Município destinara inicialmente à FATES.

Desta vez, talvez até pelos flagrantes contraditórios que a FATES enfrentava, como, por exemplo, o litígio sobre o Imposto de Renda, obtivemos o apoio das autoridades envolvidas, diferentemente, portanto, de 1979, quando, em audiência na Procuradoria Geral do Estado, acompanhado da assessoria jurídica, ouvíramos do próprio procurador de então a informação taxativa: ‘É assim e não há como fazer diferente’.

Mesmo com a ajuda da compreensão e da boa vontade do Procurador de Fundações e de vários conselheiros do TCE que se interessaram em conhecer de perto a situação, levamos mais de um ano para que os técnicos ‘ratificassem’, com argumentação coerente, a solução pretendida. No expediente incluíra-se um histórico institucional, o apoio do Executivo e do Legislativo de Lajeado, um

substancioso estudo com parecer jurídico de especialista na matéria e a descrição do cenário no qual as IES mantidas pela FATES atuavam: havia várias fundações mantenedoras de IES em cuja criação um ou vários municípios tinham participado e que atuavam como de natureza jurídica privada. Ambos os órgãos – Ministério Público e TCE – acompanharam a elaboração da documentação – estatuto da nova fundação, caracterização dos instituidores desta, minutas das leis e decretos municipais que garantiriam a obtenção das finalidades desejadas, cronograma de execução dos atos – tudo cuidadosamente previsto.

### **7.2.1 Providências no Ministério da Educação**

Cumprida essa fase, foi a vez de consultar o MEC sobre as ações previstas: novo expediente, novas viagens e explicações. O MEC examinou com simpatia o processo e, segundo o pessoal da SESU e da área jurídica do Ministério, havia outras instituições que se poderiam beneficiar do antecedente que havíamos preparado e estávamos para pôr em prática. Do MEC veio, inclusive, a garantia da presença de um representante que assistiria aos atos da substituição, bem como a promessa de agilidade na tramitação do processo de substituição da mantenedora dos nossos cursos, naquele ministério.

### **7.2.2 Na comunidade**

Antes de programar os atos finais, foi a vez de ampliar a divulgação das nossas intenções em Lajeado e na própria comunidade acadêmica: professores não integrantes da Assembleia Geral ou menos presentes a esse tipo de discussões, o Diretório Central de Estudantes, as associações dos docentes e dos funcionários – todos foram contactados e conquistados para a causa.

Na Câmara de Vereadores, já desde o início vínhamos tratando da questão com as diferentes lideranças das bancadas. Houve, agora, uma reunião informal, de esclarecimentos, para ouvir a repercussão e o posicionamento dos edis sobre o processo que pretendíamos implementar. A delicadeza do assunto e a natureza complexa da

matéria – estávamos em plena época de polêmicas gigantescas no âmbito das políticas públicas, a favor e contra a privatização de bens estatais; e não seria impossível que alguém, desavisado, levantasse uma polêmica a propósito da ‘privatização da FATES’! Obtivemos o apoio decidido em todas as bancadas.

### **7.2.3 A criação da FUVATES**

Em 19 de julho de 2000, fundou-se, no Tabelionato de Notas e Serviço dos Registros Especiais, em Lajeado, a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES), instituída pela Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL), pela Associação das Escolas Comunitárias do Vale do Taquari (AECOVAT) e pela Associação dos Docentes da FATES (ADOF). A nova fundação manteve o mesmo estatuto e a mesma estrutura – constituição da assembleia geral, dos conselhos, atribuições e competências – da FATES.

Com relação à assembleia geral, convém aqui um registro especial.

Recomendara-nos o Procurador de Fundações de Porto Alegre excluir da nova entidade aquele órgão, tendo em vista que o termo ‘assembleia’ tipifica uma ‘associação’, na qual ela é a reunião dos associados, enquanto uma ‘fundação’ – um ‘patrimônio a serviço da sociedade, portanto não pertencente a ninguém em particular e, por conseguinte, não tendo associados – é governada por um conselho de ‘curadores’, de ‘cuidadores’. Contra-argumentamos com o princípio de que, em nossa fundação, dita ‘assembleia’, pela sua pluralidade, traz a vantagem de despersonalizar a constituição do conselho de curadores, na medida em que ela é quem elege, periodicamente, os integrantes desse conselho, podendo eleger para tanto pessoas sem restrições de qualquer natureza, nem mesmo a pertença à composição da própria ‘assembleia’: qualquer cidadão pode integrar validamente uma chapa que concorre ao governo da FUVATES. Nesse ponto, a mantenedora da Univates difere de outras mantenedoras comunitárias do Estado, onde os conselhos curadores normalmente são constituídos por representantes de entidades da comunidade: Governo Municipal, Igreja(s), algumas entidades de

classe. Na FUVATES o Conselho é eleito pela assembleia, ela própria de caráter fortemente rotativo.

Outro valor importante da assembleia geral da FUVATES é que, sendo ela um órgão numeroso<sup>145</sup>, é apta a abrigar vasta pluralidade de ideias, correntes e origens em sua composição, ao passo que um Conselho de Curadores – no caso da FUVATES chamado de Conselho de Administração – costuma ser muito enxuto, com possível prejuízo da pluralidade.

---

<sup>145</sup> Por ocasião da transformação da FATES em FUVATES, já se via como um problema o número excessivamente elevado de membros da Assembleia Geral. Pelo estatuto inicial, do órgão participavam “os professores dos cursos”. Estes, lá nos primórdios da Instituição, não passariam muito de uma dúzia. Mais tarde já se aprovava uma regulamentação que exigia a condição de ‘professor concursado’ em atividade em curso superior’, para integrar a Assembleia. Por outro lado, para que a Assembleia da Fates não virasse uma ‘assembleia dos seus professores’, foram incluídos, proporcionalmente, sempre mais representantes da comunidade. Esse elevado número de membros não deixou de resultar em uma consequência muito inconveniente: despessoalizara de tal forma aquele órgão que a frequência às reuniões – por mais que essas fossem divulgadas – se restringiam a em torno de dez por cento dos componentes, tanto dos docentes e do sempre correspondente número de alunos e funcionários, como dos representantes da comunidade regional. Além disso, era extremamente difícil trabalhar com uma assembleia que, a cada pouco, variava de número. Além de ser impossível reunir em primeira chamada o quórum estatutário, era difícil até mesmo quantificar, cada vez, o número de membros.

Apesar dessas dificuldades, no ano de 2000 o Conselho Diretor não propôs alteração nesse artigo estatutário, para não tumultuar o processo da transformação da FATES na FUVATES.

Posteriormente, porém, em 2007, em nova alteração do estatuto aprovada em todas as instâncias, mudou-se a composição da Assembleia. A representação docente ficou definida em uma totalidade de 56 (grupo cuja composição é alterada de quatro em quatro anos segundo critérios que respeitam a história do professor e uma representatividade objetivamente preestabelecida do corpo docente). Dessa participação trata um Resolução aprovada em assembleia. A representação dos discentes foi mantida em um terço do número de professores e a dos funcionários, em um décimo (como vinha sendo). Também a representação regional foi reduzida, para se manter, aproximadamente, a proporcionalidade até então observada entre os diversos segmentos que compõem o colegiado.

Não se manifestaram dificuldades da parte de componentes “excluídos” por essa alteração, o que era previsível, levando-se em consideração o registro das presenças nas reuniões da Assembleia Geral da Fundação dos últimos anos.

As sessões que ocorreram a partir de então revelam que, da parte do segmento dos docentes e dos discentes da Univates, as mudanças resultaram em efeito muito positivo, em termos de presença e participação; já da parte da representação externa, novas ações se exigem, para mobilizá-la, especialmente o setor do Poder Público.

Ante a concordância da Procuradoria de Fundações, bem como a falta de um nome mais adequado para definir o órgão, a FUVATES manteve a ‘assembleia’ em sua estrutura.

\*\*\*\*\*

Entre as disposições transitórias do estatuto da nova fundação, previu-se um ‘mandato-tampão’ para seus primeiros dirigentes – escolha que, por proposição do CD/FATES, recaiu nos dirigentes da FATES daquele momento. O término do mandato-tampão coincidia com o que efetivamente estava previsto para o mandato dos mesmos dirigentes: 31/12/2000.

## **8 A transição de FATES para FUVATES**

Criada a fundação, transcorreu algum tempo para os devidos registros na área civil, comunicação às autoridades e entrada em funcionamento da Entidade.

Em 21 de outubro de 2000, presentes os membros da Assembleia Geral da FATES, o Poder Executivo e o Poder Legislativo de Lajeado, o Oficial do Registro Civil e o representante do MEC, ocorreram os atos de: A- Extinção da FATES; B- Transferência do patrimônio da fundação extinta ao Município de Lajeado; C- Transferência do mesmo patrimônio, pelo Município, à FUVATES, nos termos de lei autorizativa nesse sentido previamente aprovada na Câmara de Vereadores.

Assim estava resolvida a situação que tantos transtornos e emperramentos trouxera à Instituição e que outros, imprevisivelmente piores, poderia causar no futuro. Nenhum inconveniente da transformação, mesmo transitório, foi registrado nos anos que decorreram desde então. Pelo contrário, apenas se colheram os frutos, dos quais se destaca, acima de tudo, a agilidade nas ações.

Três anos depois, chegava-nos o resultado da nossa ação declaratória na Justiça: o Tribunal de Justiça Federal declarara a FATES uma fundação de natureza jurídica privada.

É impossível precisar o alcance que a transformação da FATES na FUVATES trouxe para o desenvolvimento da Univates, a partir do ano 2000.



## ANEXO 2

# SEDE DA FUNDAÇÃO ALTO TAQUARI DE ENSINO SUPERIOR – FATES – DEPOIS FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FUVATES: AQUISIÇÃO DA ÁREA<sup>146</sup>

*Roque Danilo Bersch*

### 1 A 'Área dos Kreutz'

Os cursos superiores trazidos em 1969 e 1970 a Lajeado pelo convênio entre a Associação Pró-Ensino Universitário do Alto Taquari - APEUAT e a Universidade de Caxias do Sul - UCS funcionaram provisoriamente no prédio do recém-instalado Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. Durante aqueles dois anos, a APEUAT buscou alternativas para a sede própria de suas atividades.

Em 1970, por meio de contrato de compra e venda, a APEUAT adquiriu uma área de terras “de 157 mil metros quadrados junto à Olvebra, onde hoje está a Rodoviária” – escreve o professor José Alfredo Schierholt (1995). A decisão fora tomada em reunião da associação conforme “ata nº 5 de junho de 1969” (Schierholt, 1995). Para a compra, a Prefeitura Municipal destinou substancial verba, que cobria o maior volume do valor ajustado.

---

<sup>146</sup> O presente relato se insere no texto “Breve relato sobre minha participação e acompanhamento de fatos relacionados com o Ensino Superior no Vale do Taquari”, do mesmo autor. Ele não se baseia em pesquisa, mas na memória. Em algumas passagens o autor recorreu a documentos para se certificar de dados, datas ou nomes mal guardados, a fim de ordenar cronologicamente as memórias e evitar discrepâncias.

Era prefeito da cidade, na época, Darci José Corbellini. Lembro, como aluno do curso de Letras, que, em repetidas ocasiões, o fato nos foi comunicado pelos responsáveis por essa associação, com euforia justificada. Não havia, porém, nenhuma perspectiva – ao menos notícia dela para nós – de construção na área, assim que se pudesse esperar uma transferência das aulas para a nova sede. Tratava-se apenas do primeiro passo nesse sentido, o que já comprovava a vontade política da cidade de consolidar a iniciativa da Associação de trazer o Ensino Superior a Lajeado.

## **2 A área do Posto Agropecuário**

No ano de 1972, quando da transformação da APEUAT em FATES, novamente em comunicação aos alunos, tomamos ciência de que, por uma negociação entre o Município e a APEUAT, a área anteriormente mencionada passaria a servir a outros projetos da cidade. Em vista do recente traçado da RS, ela se adequaria melhor ao abrigo de indústrias – assim lembro ter ouvido. Entretanto, outra área, maior, que abrigara as atividades de um Posto Agropecuário voltado à modernização das atividades do campo e, posteriormente, passara a servir a atividades de inclusão social de menores por meio de um projeto conjunto entre o Ministério da Agricultura - MA e o Governo Estadual, seria posta à disposição da FATES pela própria lei que criaria a fundação.

O Posto Agropecuário fora criado na década de 1950, por meio de um programa que dotava regiões de economia agropastoril com centros de treinamento de jovens nas lides rurais. Segundo ouvi certa vez, teria havido mais de duas dezenas dessas unidades pelo Brasil afora. Para instalar um Posto Agropecuário, o MA exigia dos municípios-sede a área necessária. Na ocasião, Lajeado – durante a administração do prefeito Hugo Oscar Spohr – desapropriou alguns minifúndios lindeiros na coxilha a nor-nordeste da cidade e os repassou ao Ministério, que instalou o Centro.

A administração da unidade era federal: os servidores eram funcionários da União.

Somente anos após, já professor e pertencente ao Conselho Diretor, passei a tomar conhecimento de um ou outro detalhe do Posto, que aqui relaciono porque podem ajudar a compreender os futuros fatos que marcam a história da área, a qual abrange, ao todo, 60,42 hectares.

A - As atividades do Posto Agropecuário foram mantidas por cerca de uma década, finda a qual, foram gradativamente desativadas. As causas? Uma terá sido a histórica falta de políticas de Estado, políticas de longo prazo, em nosso País. Havia algumas dezenas destes postos espalhados pelo Brasil. Outras causas podem estar contidas nos itens que seguem.<sup>147</sup>

B - O investimento do Governo Federal no Posto deve ter sido alto, a julgar pelos prédios construídos (sede de alvenaria e anexos no alto da coxilha, residências (chalés) distribuídas pela área, tanque de leite de alvenaria junto a um açude (um represamento de água de fontes, provavelmente obtido por escavação e erguimento de taipa) a cerca de 200 metros da avenida Alberto Pasqualini), equipamentos agrícolas modernos (trator e outras máquinas).

C - Eu ouvia comentários de agricultores no sentido de que aquela unidade não era efetivamente um protótipo para a realidade deles. Em primeiro lugar, faltava-lhes o recurso para o investimento. Além disso, entregues às mercês da meteorologia e às leis do mercado, os agricultores não tinham socorro que os protegesse nos casos de insucesso com sua colheita.

Uma busca em arquivos poderá esclarecer melhor o conjunto das causas que ocasionaram uma vida tão efêmera daquela iniciativa do Governo Federal.

---

<sup>147</sup> Em contato oral, recolhi o relato de um agricultor, hoje aposentado, que frequentava o Posto Agropecuário. De acordo com essa pessoa, as unidades teriam sido desativadas por motivos político-partidários, por ocasião da implantação do Regime de Exceção, a partir do Golpe de 1964. Lembrava também a pessoa que, pelo fato de ser adventista o dirigente daquela unidade de extensão agrícola, o Posto não recebia extensionistas aos sábados. Aos domingos, porém, recebia os interessados em visitar as atividades para buscar conhecimentos e verificar experiências.

Quando as atividades do Posto Agropecuário foram encerradas, a área foi objeto de convênio entre o MA e o Governo do Estado para um projeto de inclusão social, o Centro de Atendimento ao Menor e Profissionalização Rural - CAMPRU. As atividades do CAMPRU estavam em pleno curso quando do início do funcionamento dos cursos superiores do convênio UCS/FATES, em 1973.

A área que rodeava o Prédio 1 desde a avenida Alberto Pasqualini até os estacionamentos atrás do Prédio 11 e do Prédio 12 abrigava um matagal, alguns eucaliptos e um enorme potreiro, com pequenas porções de mata 'nativa' junto à avenida citada e junto ao açude. Para além desses cerca de 12 hectares, iniciava um pequeno pomar, junto ao qual, por longo tempo, morou uma funcionária dos serviços gerais da FATES, Dona Célia, com sua família. A eles se permitira manter algumas reses em toda a área do potreiro. No topo da coxilha, reunia-se a casa do coordenador da unidade, com pequenas algumas casinhas e galpões. A descida da coxilha a partir dali, em direção ao rio, por onde a gente quase não transitava, era cultivada com pomares e lavouras, ou mantida em matagal.

Abrigado no galpão do tambo, – em cujo sótão foi encontrado um estoque de garrafas destinadas à entrega de leite – a um canto, em uma das extremidades, numa pequena repartição separada do estábulo à semelhança de um espaço para escritório ou similar, morava, solitário, um ex-funcionário aposentado ou parente de funcionário do Posto, idoso: 'Seu Castro'. Recolhido naquele cubículo de alvenaria, entre colchão, trapos, banquetas, fogão a lenha e quase nenhum pertence, era raro vê-lo ao ar livre. Guilherme Uhrig, Helemar Jänisch e Alcineu Medeiros (o guarda Faneco), nossos funcionários, eram os que mais cruzavam com Castro.

Por ocasião da transformação do tambo no 'Galpão do DCI' – uma sala espaçosa para reuniões, cozinha, churrasqueira e instalações sanitárias –, foi Guilherme quem convenceu 'seu Castro' a aceitar nova residência: um chalé, completamente reformado para ele, junto ao enorme pinheiro ainda hoje existente atrás do Prédio 9.

### **3 Dúvidas sobre a primeira área**

A área primeiramente destinada pelo Município à APEUAT – a ‘Área dos Kreutz’ – foi por longo tempo assunto de conversa ‘a boca pequena’ nos círculos da FATES. Dizia-se que a falta de contemplação e anuência de herdeiros menores no contrato de compra e venda com o Município teria prejudicado a transação e haveria dificuldades por parte da municipalidade para fazer valer seus direitos de propriedade. Eu era professor horista e minhas preocupações para além das aulas voltavam-se para as demais atividades em Arroio do Meio; por isso, nunca me aproximei do assunto.

Mais tarde, já na Presidência da FATES, ouvi o relato do Diretor Administrativo, professor Lauro Oppermann, sobre forte discussão que ele tivera com um advogado, cujo nome não fixei, sobre a destinação da área. Solicitei ao diretor que se informasse sobre a existência de quaisquer direitos da FATES relacionados com o contencioso. A informação foi negativa. Também nos arquivos nada constava que justificasse levantar, junto à Municipalidade, o assunto.

### **4 Apropriação da área do Posto Agropecuário**

#### **4.1 Área dos primeiros ‘doze hectares’**

A Lei de Criação da FATES aprovou a destinação, à fundação, da área do Posto Agropecuário, ‘quando essa revertesse’ ao Município. Tratava-se, portanto, de uma promessa de transmissão de propriedade, por doação, de um imóvel que pertencia a outrem: a União Federal. Baseava-se o Município no princípio de que a reversão era líquida e certa, por ter cessado o uso do imóvel para as finalidades previstas no convênio que resultara da doação da área ao Governo Federal, muitos anos antes.

Em fins de 1978, o Diretor Administrativo Oppermann foi encarregado pelo CD/FATES de regularizar a situação da área, da qual ainda não havia sido feita a escrituração do MA para o município de Lajeado.

Tínhamos a lembrança de uma visita do titular do MA, Luís Fernando Cirne Lima, a Lajeado, perenizada em fotos da época e presenciada por vários dos conselheiros. Na ocasião, o Ministro, convidado por um dos mentores da lei que criara a FATES, o professor Ney Santos Arruda, e oficialmente recebido pelo Executivo Municipal de então, Darci José Corbellini, garantira a transferência de 12,67 hectares para o Município.

Cumpra salientar aqui que, na época, cada Ministro de Estado dispunha do poder de decidir autonomamente sobre o patrimônio público que estivesse sob a jurisdição da sua pasta.

Vasculhando gavetas e consultando memórias, Oppermann passou a procurar, no MA, em 1979, algum ato ministerial que teria formalizado a promessa de Cirne Lima. Era necessário resolver de vez a questão. Do jeito como estávamos, o Prédio 1 legalmente não pertencia à FATES nem ao Município.

Quando a matéria foi examinada de perto, constatou-se que na antiga escritura de doação da área pelo Município ao Ministério da Agricultura não fora introduzida qualquer cláusula que obrigasse o Governo Federal a devolver o imóvel em caso de cessação das finalidades previstas. Não existia, portanto, garantia de reversão. Assim, tornava-se ainda mais premente a localização do ato ministerial.

A *via-crucis* prolongava-se. De estação em estação, em Brasília, Oppermann dividia seu tempo entre o 'mistério' da doação da área e a solução do verdadeiro 'jogo de empurra' entre o Conselho Federal de Educação e o Conselho Estadual de Educação no que dizia respeito ao reconhecimento da FATES, questão abordada em outro capítulo. De Brasília, éramos mandados à Delegacia do MA em Porto Alegre; na rua Washington Luiz, sede da Delegacia, recebia-se outros e mais outros endereços no prédio da Esplanada dos Ministérios na Capital Federal. Isso foi num tempo em que se escrevia na máquina de escrever. Faltavam anos para o surgimento do FAX.

Em 1979 o documento acabou sendo localizado, 'perdido' no fundo de uma gaveta do Delegado Regional, em Porto Alegre. Conforme Oppermann testemunhou, teria sido um funcionário da

Delegacia do MA natural de Estrela quem, vasculhando escaninhos e gavetas, localizara o Decreto 73.655, de 15/02/74.

Em 23/08/79, o Executivo Municipal de Lajeado, autorizado pela Lei nº. 3.115, de 06/08/79, transferiu para a FATES, por meio de Escritura Pública de doação No. 11.127-104, lavrada no Tabelionato de Lajeado, cfe. Livro nº. 75-A, fls 161, 162, “uma área de 126.723,20 m<sup>2</sup>, parte do imóvel previsto como ‘futuro patrimônio da FATES pela Lei 2.575/72”. A área estivera, até havia pouco, em nome da União (Ministério da Agricultura), tendo sido revertida ao Município por obra do Contrato de Reversão de 10/04/79.

Escriturado o terreno, a situação das instalações foi regularizada.

## **4.2 A área restante: nem posse, nem propriedade**

### **4.2.1 Ameaças de perda da área e as mobilizações**

Por que a reversão feita em 1979 não abrangeu a área total? Os restantes 46,39 ha da área permaneceram à disposição das atividades do CAMPRU. A FATES, efetivamente, não tinha recursos nem necessidade imediata para ocupar o imóvel todo e isso a enfraquecia diante da União Federal na reivindicação da transferência imediata. A Municipalidade, entretanto, não deixara dúvida sobre o destino da área, quando Lajeado tivesse retomado a propriedade.

De toda sorte, a fundação atravessou trinta anos insegura quanto à apropriação efetiva e total do patrimônio que lhe fora ‘dado’. Várias iniciativas, algumas delas igualmente comunitárias e certamente louváveis, haveriam de pleitear, ao longo desse período, a área remanescente na propriedade da União ou, pelo menos, parte dela. Era necessário que os responsáveis pela Instituição tomassem as iniciativas à sua disposição para regularizar a situação e efetivar a posse e propriedade do bem. Por isso, nos anos subsequentes à escrituração da primeira área, ocorreram sucessivas tentativas com vistas à devolução dos outros ‘48 hectares’ ao município de Lajeado, para que se pudesse cumprir a Lei 2.572. Algumas dessas iniciativas tiveram o caráter mais defensivo do que pró-ativo.

\*\*\*\*\*

Já em 1981, soubemos que uma empresa local, a COOPAVE, encaminhara em Brasília um projeto de ocupação da área para um “Centro de Pesquisas Genéticas e Campo Experimental Diversificado”. Alertados do fato, contatamos com aquela cooperativa, a qual, dizendo-se desconhecedora do destino da área à FATES e, apresentou um pedido de escusas, conforme lemos nos registros das reuniões do Conselho Diretor da FATES e sondou esta fundação com vistas a desenvolver estudos conjuntos com o objetivo de encaminhar um projeto comum que contemplasse os interesses de ambas as entidades. Após uma ou duas tentativas de reunião para examinar pressupostos de um acordo de intenções, a ideia foi abortada.

\*\*\*\*\*

Em 1984, a FATES fez nova investida na posse e propriedade da área, com visitas ao Secretário Estadual de Ação Social – eis que, já desde 1970, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM era a executora do Projeto CAMPRU. Os documentos registram visita, também, ao titular do MA, Nestor Jost.

No ano de 1985, conforme se lê nas atas de número 11 e 12/85 das reuniões do Conselho Diretor da FATES, esteve em Brasília o conselheiro Flávio Ferri, pleiteando a reversão da área. Do titular do MA Pedro Simon, obteve informação de que estava em estudo um plano de implantação de “uma ‘miniembrapa’ na área”, mas que, mesmo assim, o Ministério contemplava com bons olhos a “reversão” (*sic*) de 10 hectares para serem destinados ao Ensino Superior. O pleito da Instituição foi protocolizado no Ministério.

Ainda em outra ata de reunião do Conselho Diretor, pela mesma época, teve-se notícia, por meio do Sr. Leopoldo Feldens, então

com funções no MA, de proposta de atividades conjuntas daquele ministério, do MEC, da FATES e “do Itamarati” (*sic*)<sup>148</sup>.

\*\*\*\*\*

Já no ano seguinte, no mês de setembro, a presidente da FATES, Ione Bentz, convocava reunião extraordinária da assembleia, para compartilhar a preocupação do Conselho Diretor com renovadas iniciativas de lideranças da cidade de Lajeado no sentido de destinar a área para várias atividades de assistência social e para um parque de exposições.

A assembleia foi marcada por dois posicionamentos, que terminaram por exigir uma votação, tornada histórica. Havia os que pleiteavam a defesa intransigente da manutenção do destino inicial da área: a FATES deveria tornar-se, por primeiro, a proprietária, para, então, poder administrá-la, inclusive com as necessárias parcerias, definidas a partir dos fins universitários. Outros defendiam que a FATES partilhasse antecipadamente o pleito da reversão com parceiros, os quais, posteriormente, discutiriam o seu aproveitamento e ocupação. Com onze votos contra três, ganhou a primeira alternativa. Imediatamente foi formada uma comissão com a tarefa de elaborar o projeto de ocupação, a longo prazo, do imóvel.

\*\*\*\*\*

Em 1986, entre setembro e outubro, a discussão sobre o destino da área em questão recrudesciu. No Ministério da Agricultura, o substituto do Ministro Pedro Simon, ao receber o retorno de informações sobre a situação do imóvel, – inclusive as atividades da FEBEM – de cuja busca encarregara uma comissão de visita in loco,

---

<sup>148</sup> Livro de atas das reuniões do Conselho Diretor da FATES, 1985 (LA 11, 11 de dezembro de 1984 a 18 de maio de 1987. Acervo do CMDPU).

determinou novos estudos para a destinação da área.<sup>149</sup>

Na mesma época, duas matérias de jornal guardadas no Centro de Memórias da Univates, contraditórias, uma assinada por Marcos Lima Silva, correspondente de jornal em Brasília, e a outra não identificada, dão conta de que discussões e conchavos deviam estar ocorrendo entre grupos da cidade de Lajeado, visando a desviar a área para outros destinos, especialmente um parque de exposições.

\*\*\*\*\*

Em março de 1987, em nova assembleia geral extraordinária, a comissão formada meio ano antes e coordenada pela diretora da FECLAT e o chefe do departamento de Ciências Econômicas, respectivamente Ivete Kist Huppess e Ney José Lazzari, apresentou um projeto de ocupação das terras, a longo prazo, pela futura 'Universidade do Alto Taquari', a ser encaminhado ao MA. Entre outras iniciativas, preconizava-se a instalação, junto à FEBEM, de uma Escola Técnica Agrícola, aberta também à população da Região. Com esse expediente, mais uma vez a FATES conseguia, se não tornar efetiva a posse da área, ao menos impedir que a sua destinação fosse desviada.

\*\*\*\*\*

A ata da reunião regular da assembleia da FATES de 1988, sob a presidência do professor Laurindo Dalpian, registra que o engenheiro-agrônomo Leopoldo Feldens intermediou no MA a celebração de um contrato de comodato de 10 anos de vigência, entre o Município de Lajeado e aquele ministério, com vistas

---

<sup>149</sup> O relatório da Comissão do MA enfatizara a existência de atividades produtivas de ótima qualidade realizadas na área, muito contrariamente à descrição contida no documento que chegara ao MA. Questionava-se, no MA, a ética e o espírito da argumentação que sustentava o pleito FATES.

à implementação de um projeto de cursos e outras atividades relacionadas com a área da Agricultura. O comodato, que previa a atuação da FATES na elaboração e coordenação das ações, abrangia o total da área remanescente. Assim como o anterior, também este fato manteve ocupado o espaço até que a Univates conseguisse, em definitivo, entrar na posse das terras.

É importante manter presente neste ponto que, até aí, as tratativas sobre a área se davam diretamente no MA, cabendo ao titular deste a decisão final, submetida apenas à sanção do Presidente da República.

\*\*\*\*\*

A leitura dos documentos demonstra que, ao longo dos anos, a situação indefinida quanto às condições de uma expansão física futura, foi objeto de permanente preocupação dos dirigentes da FATES. Os medos recrudesciam cada vez que se levantavam rumores, na cidade de Lajeado, sobre a conveniência da alteração da Lei 2.575/72 com o objetivo de atender outras necessidades, também comunitárias, à revelia das necessidades futuras de uma universidade. Era compreensível que muitas pessoas não visualizassem que o prazo da construção de um projeto educacional universitário atravessa séculos. É igualmente compreensível que, diante das dificuldades da FATES de fazer sair do papel, pelo menos, uma Instituição de Ensino Superior do porte de que, ao final da década de 80, cada vez mais urgentemente a região necessitava, a sociedade realmente entendesse que tinha sido um exagero destinar toda a área para a fundação.

O fato de que a universidade agrega à sua volta várias atividades, muitas vezes com parceiros, no âmbito da Pesquisa e da Extensão universitárias – nas áreas da Educação e da Saúde, nas áreas tecnológicas voltadas à produção de bens materiais, em campos experimentais, parques tecnológicos – foge à percepção do grande público. Essa forma de expansão integrada das faculdades da FATES e, hoje, da Univates, teria ficado muito comprometida se os

mencionados serviços fossem instalados na área física em questão, fora e à revelia do projeto universitário, que a muito custo estava sendo construído pela comunidade acadêmica.

Essas preocupações giravam constantemente na mente de quantos, em algum momento, tiveram ao seu encargo assegurar que a área total tivesse, enfim, garantido o destino assinado em 1972 pela Câmara de Vereadores e pelo Executivo Municipal de Lajeado. O principal 'ponto de estrangulamento' foi, justamente, defender ao longo de duas décadas – até 1997 – uma reserva de 46,39ha localizados quase no meio da cidade, quando os 12,67ha iniciais ainda tinham espaço disponível! A gente, porém, olhava para instituições como a PUC, a UNISINOS, a UCS e outras IES congêneres e imaginava: o que se dirá de nós daqui a cinquenta, oitenta ou mais anos, quando se souber que fomos fracos na defesa das condições físicas de expansão?

\*\*\*\*\*

Se o convênio entre MA e FEBEM por um lado nos preocupava, a presença da obra social na área parece-me ter sido, de certa forma, providencial, na medida em que dificultava investidas de outros interessados pelo imóvel. Diga-se aqui que as relações entre a FATES e a FEBEM, bem como a convivência entre as pessoas de ambas as instituições, foram sempre respeitosas, quando não cordiais.

#### **4.2.2 Ações decisivas: a aquisição da área**

No ano de 1997, quando da criação da Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior - UNIVATES com a extinção das duas faculdades até então mantidas (FECLAT e FACEAT), o novo Conselho Diretor da FATES, que assumiu junto com a primeira direção, agora centralizada, dos cursos, propôs-se como uma das suas prioridades imediatas reiniciar a batalha pela posse do imóvel e não dar tréguas até conseguir o objetivo. Estávamos, já então, com alguns cursos a mais em funcionamento. Com a perspectiva real de adquirir a autonomia universitária na nova forma proposta

pelo MEC, o centro universitário, e com boas expectativas em relação aos projetos de abertura de outros cursos, como Direito e novas habilitações em Administração, no nosso horizonte, que até então somente respondera à sequiosa e quase terminal exaustão da comunidade acadêmica com miragens, surgiu, enfim, a probabilidade do crescimento.

Para dar consistência a um renovado pleito de devolução da área, decidiu-se mandar elaborar novo projeto de ocupação da mesma. Desta vez, porém, alguma coisa acabara de mudar dentro de nós todos. Estávamos, nós mesmos, acreditando na necessidade próxima de mais espaço. A comunidade dos professores e funcionários já percebia que os doze hectares precisavam urgentemente expandir-se na direção do rio Taquari. As pesquisas bienais que fazíamos desde 1991 junto ao segundo e ao terceiro ano do Ensino Médio na região mostravam a ânsia com que se aguardavam vários cursos.

Respaldados pelo apoio da Assembleia Geral da FATES, do Município de Lajeado – era prefeito, então, Cláudio Schumacher –, da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), da Associação Industrial e Comercial de Lajeado (ACIL) e valendos do histórico da área e da legislação municipal, voltamos a frequentar o MA. Nesse meio-tempo, porém, ocorrera uma reforma administrativa na esfera federal e o controle de todo o patrimônio da união fora centralizado na Secretaria do Patrimônio, situada no Ministério do Planejamento.

Em audiência com o Ministro da Agricultura Arlindo Porto, em 1998, depois com Francisco Turra, obtivemos a anuência para a disponibilização da área para o pleito de Lajeado. Mesmo assim, na Secretaria de Patrimônio da União, nosso pedido esbarrava na necessidade de um encaminhamento do projeto de lei da doação, por parte da Casa Civil da Presidência da República. Mais uma vez procuramos a ajuda do novo titular do MA, em 2001. Pretendíamos a intermediação e apoio da autoridade no sentido de, chancelando a apresentação do histórico da área junto à Casa Civil, obtermos o justo direito do encaminhamento do projeto de doação ao Congresso Nacional. Após espera de mais de duas horas na Delegacia do Patrimônio em Porto Alegre, sua excelência informou-nos que,

‘para Lajeado, já fizera o que era possível fazer: colocar a área à disposição’.

Finalmente, arrancáramos da Burocracia Oficial a certeza de que nos restava optar comprar a área. Uma cessão em comodato ficara descartada, tanto pela Reitoria da Univates como pelo Conselho de Administração, porque esse instrumento deixaria a fundação refém de tratativas burocráticas intermináveis em várias situações, por exemplo no caso de necessidade de gravame do imóvel quando da pretensão de eventuais financiamentos.

Por desengano de consciência, ainda foi feita uma sondagem sobre o destino que tinham tido as áreas de outros ‘ex-postos agropecuários’, pelo Brasil afora: pensávamos em um pleito comum e amplo de devolução que tivesse chance de ser aprovado. Percebemos, porém, que grande número desses bens já haviam sido devolvidas aos antigos donos, os municípios, os quais tinham incluído a cláusula da reversão compulsória, quando do cessamento das finalidades.

\*\*\*\*\*

Por conta da reforma administrativa acima mencionada, a Secretaria do Patrimônio Nacional estava envolvida no “Programa Gestão do Patrimônio Público”, instituído em 2000, pelo qual, ao longo de um recadastramento dos imóveis da União, seriam informatizados e centralizados os controles. O Programa incluía a possibilidade de bens serem disponibilizados para para alienação, dependendo das situações.

Decidiu-se, então, pelo encaminhamento de expediente com vistas à compra dos hectares restantes da área, o que dependia, antes de mais nada, da disponibilização do imóvel, por parte do Conselho do Patrimônio da União, para alienação em pregão público.

Foi encaminhado o pleito nesse sentido em novembro de 2001, junto à Delegacia do Patrimônio da União, em Porto Alegre, com renovada argumentação, na qual se ressaltaram as informações históricas sobre o bem, o destino pretendido pela comunidade municipal, legítima aspirante à posse da área, a similitude entre

os fins para os quais outrora a área fora doada à União e os fins que a pretendente compradora lhe daria, a plena concordância do Município e o caráter fundacional da mantenedora do Centro Universitário Univates. Ao expediente foi acrescentado, ainda, um decreto municipal que caracterizava o imóvel como 'área especial', a fim de diminuir riscos de intromissão por parte de especuladores imobiliários. Além disso, o expediente incluía uma declaração de compromisso da fundação de, em se tornando o adquirente no processo de leilão, manter 34% da área com preservação ambiental e ornamentação vegetal.

A tramitação, longa e interrompida para o preenchimento de várias diligências, foi acompanhada de perto pelo Conselho Diretor. Trocas de titular na Delegacia do MA em Porto Alegre, pedidos da anuência de outros órgãos públicos federais, e outras condições exigidas pelo Conselho do Patrimônio, novos mapas, a vinda de avaliadores do imóvel a Lajeado – a esses a fundação não teve acesso, mas soubemos posteriormente, na rede hoteleira da cidade, que eles haviam visitado a área –, as rotinas processuais na Caixa Econômica Federal - CEF, tudo isso multiplicou as idas e vindas em que se consumiram meses, ao final dos quais o pregão foi publicado e a FUVATES se habilitou.

O conjunto das exigências da autoridade federal para alienar o imóvel, se por um lado protelou a compra, por outro contribuiu para que a nossa fundação fosse o único pretendente à aquisição, oferecendo, à época, a soma de R\$ 2.290.000,00, parcelados em 48 prestações. (A pré-avaliação feita por imobiliárias locais e pela Prefeitura Municipal, que instruíra o expediente do encaminhamento inicial do pedido, variava entre R\$ 710.000,00 e R\$ 1.300.000).

Habilitada pelo processo licitatório, a FUVATES credenciou-se à compra, perante a CEF, valendo-se do parcelamento previsto. Assinado o contrato em abril de 2004, em 22 de janeiro de 2008 a FUVATES concluiu o pagamento das prestações e encaminhou a documentação necessária à liberação da escritura, hoje na iminência de ser assinada.





EDITORA  
**UNIVATES**

40  
anos  
de Ensino Superior no Vale do Taquari



**UNIVATES**

ISBN 978-85-98611-66-2

